

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC-SP

Flávia Ripoli Martins

Lesbianidade e homossexualidade nas *Atas da Sociedade Psicanalítica de Viena*:
contribuições à historiografia da psicanálise

Mestrado em Psicologia Clínica

São Paulo
2020

Flávia Ripoli Martins

Lesbianidade e homossexualidade nas *Atas da Sociedade Psicanalítica de Viena*:
contribuições à historiografia da psicanálise

Mestrado em Psicologia Clínica

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Psicologia Clínica – Tratamento e Prevenção Psicológica, sob a orientação do Prof. Dr. Renato Mezan.

São Paulo

2020

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo da publicação

Serviço de biblioteca e documentação

Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Martins, Flávia Ripoli.

Lesbianidade e homossexualidade nas *Atas da Sociedade Psicanalítica de Viena*: contribuições à historiografia da psicanálise / Flávia Ripoli Martins, 2020
296 f.

Orientador: Renato Mezan

Dissertação (Mestrado em Psicologia: Psicologia Clínica) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde, São Paulo, 2020.

1. Lesbianidade. 2. Homossexualidade. 3. Primeiros psicanalistas. 4. Atas da Sociedade Psicanalítica de Viena. 5. História da psicanálise. I. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde. II. Título.

BANCA EXAMINADORA

O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico – Brasil (CNPq) – Código de Financiamento 134086/2019-8.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Renato Mezan, que acolheu um emaranhado inicial de ideias e questionamentos e me ensinou a transformar minhas inquietações em uma Dissertação. Meu muito obrigada pelas longas conversas, pelo ensino em suas aulas e, principalmente, pela disponibilidade em transmitir e partilhar seu conhecimento, incentivando e encorajando meu trabalho. Sem o que aprendi com sua orientação calma e generosa, onde gastamos muitas horas organizando meu material de pesquisa, o trabalho com as Atas não teria sequer começado.

A Paula Peron, por ter me ensinado a formular questões para a psicanálise ainda na graduação. Obrigada pela aposta inicial, pelo incentivo, pelas considerações precisas e atenciosas na Banca de Qualificação e pelas inúmeras contribuições ao longo de minha trajetória acadêmica. O conhecimento que adquiri em suas aulas ao longo dos últimos anos ultrapassam em muito o que está registrado nesta Dissertação.

Ao professor Marcelo Amorim Checchia, pelo comentário preciosos na Banca de Qualificação, pela disponibilidade em ler e contribuir com meu texto, por ter aceitado compor a Banca de Defesa e pelo trabalho que me serviu de inspiração inicial. Muito me alegra poder compartilhar esta pesquisa com alguém cujas contribuições acadêmicas admiro de longa data.

Aos professores do PEPG em Psicologia Clínica, Rosane Mantilla de Souza, pelas contribuições para a elaboração da versão final do projeto de pesquisa, Edna Maria Peters Kahalle, pela acolhida e por despertar questões e Alfredo Naffah Neto, pelas leituras atentas e considerações. Um agradecimento especial também à Mônica Pereira pela atenção e paciência durante os últimos dois anos e meio.

Pela disponibilidade e abertura para receber este trabalho, agradeço à Pedro Ambra e Ines Loureiro.

Pela gentileza de enviar os artigos de Isidor Sadger em PDF, agradeço à Caio Padovan, professor e pesquisador da *Université Paul-Valéry Montpellier*. Obrigada pela receptividade e colaboração.

A Alessandra Barbieri, pelo ensino da escuta e prática da psicanálise, que me traz de volta ao tempo presente.

Aos colegas do PEPG em Psicologia Clínica, pelos dois anos e meio de aprendizado, conhecimento compartilhado e trocas.

Aos queridos amigos adquiridos ao longo da minha trajetória na PUC-SP e que me ajudaram a sustentar o desejo de concluir esta Dissertação de Mestrado. Um especial agradecimento para Marina Ascensão, pela presença constante, pela paciência e pelo caminho de trocas e apoio mútuo, e para Gabriela Fischmann, pelo carinho e pela companhia nos bancos da Rua Monte Alegre. Agradeço também à Luiza Caraciolo, Carolina Martin e Stefâne Spina, esta Dissertação é, de certa forma, fruto do que vocês constantemente me ensinam como psicólogos.

Ao amigo da vida adulta, Henrique Carvalho, pelo apoio, pelo incentivo, pelas trocas e pelas discussões teóricas. Obrigada por ser uma constante companhia no mundo acadêmico.

As amigadas de longa data, responsáveis pelos momentos de respiro na rotina: Camilla, Mila, Beatriz Lobo, Andressa, Giulia e Luiza. Com carinho, meu muito obrigada também à Beatriz Magosso e Julianna Aguiar, pela parceria e apoio constantes. Em especial, agradeço à Natália Leite, pela jornada compartilhada, por se disponibilizar a escutar sobre esta pesquisa e por, há muitos anos, ter sido quem incentivou a minha entrada na psicologia.

Por sempre acreditarem em mim e incentivarem minha criatividade, agradeço à Eugenia e Libero, *in memoriam*.

Pela presença constante e carinhosa em minha trajetória, agradeço à Marlene e Andrea.

A Sandy, pelo amor, pelo carinho, pelo incentivo, pelo companheirismo, pela paciência e pela presença constante que fez da realização desta Dissertação um processo compartilhado. Obrigada por me encontrar no primeiro ano do Mestrado e, desde então, diariamente me lembrar que, apesar dos profundos mergulhos na história e no passado, o presente vale a pena e o futuro está aí para ser sonhado: obrigada por ser *nós*.

A Fernanda, pelo companheirismo, pela paciência e pela parceria. Obrigada por acompanhar de perto a última etapa desta pesquisa, me escutando ler alguns trechos dezenas de vezes e pacientemente se esforçando para me ajudar com os detalhes finais. Sua presença fez o processo muito mais alegre e divertido.

A minha mãe, Isabella, e ao meu pai, Arual, a quem me faltam palavras para agradecer. Muito me alegra poder compartilhar com vocês este trabalho, que é fruto do incansável incentivo e apoio de vocês às minhas decisões. Não fosse a constante aposta que vocês fazem em minhas escolhas e a admiração que tenho por vocês, nada disso teria sido possível. Com todo o coração: obrigada!

RESUMO

MARTINS, F. R. **Lesbianidade e homossexualidade nas Atas da Sociedade Psicanalítica de Viena**: contribuições à historiografia da psicanálise. 2020. Dissertação (Mestrado em Psicologia: Psicologia Clínica) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

O surgimento do pensamento psicanalítico sobre a lesbianidade e a homossexualidade se deu em um contexto complexo e multifacetado, estando sob influência tanto das teses patologizantes da psiquiatria, quanto da emergência dos primeiros movimentos que reivindicavam direitos para as mulheres e a população LGBTQI+. Embora os aspectos sociais, culturais e teóricos sejam fundamentais para a compreensão das múltiplas concepções sobre essa temática presentes na história da psicanálise, ainda hoje muitos autores reduzem o estudo dessa questão a leituras sistemáticas dos *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* publicados por Freud em 1905, desconsiderando a pluralidade de tratamentos desse tema, tanto em sua obra quanto nas formulações de seus colaboradores. Partindo destas considerações, o presente trabalho teve como objetivo estudar as inscrições do contexto social e epistemológico dos países germânicos da virada do século XIX no discurso dos primeiros psicanalistas sobre a lesbianidade e a homossexualidade. Utilizando como eixo norteador as *Atas da Sociedade Psicanalítica de Viena*, foi realizada uma pesquisa teórico-documental, analisando as convergências, as distensões e as rupturas no pensamento desses autores, a partir de uma leitura que considerou os elementos heterogêneos e as influências dos diversos contextos sobre as produções psicanalíticas que versam sobre o tema entre os anos de 1900 e 1920. Os registros das Atas foram investigados do ponto de vista político, teórico e clínico e constatou-se a existência de inscrições contextuais na discursividade dos psicanalistas, na metapsicologia, na prática clínica e na organização do movimento psicanalítico. Buscou-se demonstrar como os discursos dos primeiros psicanalistas são produto do tensionamento entre o potencial transgressivo das formulações sobre inconsciente e sexualidade e o lugar ocupado pelas lésbicas e pelos homossexuais no lugar e tempo histórico em que a psicanálise foi criada.

Palavras-chave: lesbianidade; homossexualidade; primeiros psicanalistas; Atas da Sociedade Psicanalítica de Viena; história da psicanálise

ABSTRACT

MARTINS, F. R. **Lesbianity and homosexuality in the Minutes of the Vienna Psychoanalytic Society:** contributions to the psychoanalytical historiography. 2020. Dissertations (Master's in Psychology: Clinical Psychology) – Postgraduate Studies Program in Clinical Psychology, Pontifical Catholic University of São Paulo, São Paulo.

The advent of psychoanalytic studies about lesbianity and homosexuality took place in a complex and plural context, under the influence of the pathological theses of psychiatry and the emergence of the first movements that claimed rights for women and the LGBTQI+ population. Although the social, cultural and theoretical aspects are fundamental for the understanding of the multiple arguments about these theme present in the history of psychoanalysis, so far many authors reduce the study of this subject to systematic readings of the *Three essays on the theory of sexuality* published by Freud in 1905, disregarding the plurality of treatments on this theme in his work and in the formulations of his collaborators. Based on these considerations, the present research aimed to study the inscriptions of the social and epistemological context of the Germanic Europe countries at the turn of the nineteenth century in the speeches of the first psychoanalysts on lesbianity and homosexuality. Using the *Minutes of the Vienna Psychoanalytic Society* as the main source, a theoretical and documentary research was carried out, analyzing the convergences, distensions and ruptures in the thoughts of these authors, based on an investigation that considered the heterogeneous elements and the influences of the different contexts on the psychoanalytic studies about the theme between the years of 1900 and 1920. The records of the minutes were investigated from the political, theoretical and clinical point of view and it was verified the existence of contextual inscriptions in the discourse of the first psychoanalysts, in metapsychology, in clinical practice and in the organization of the psychoanalytic movement. The investigation demonstrated how the speeches of the first psychoanalysts are the product of the tension between the transgressive potential of the concepts of unconscious and sexuality and the position of lesbians and homosexuals in the place and historical time in which psychoanalysis was developed.

Keywords: lesbianity; homosexuality; first psychoanalysts; Minutes of the Vienna Psychoanalytical Society; history of psychoanalysis

NOTA SOBRE REFERÊNCIAS E TRADUÇÕES

Sendo esta pesquisa historiográfica, optamos por manter a data original da maior parte das publicações citadas, em detrimento da data da obra consultada, que se encontra registrada nas referências bibliográficas. Especificamente no caso das “*Atas da Sociedade Psicanalítica de Viena*”, as citações indicarão a data da obra consultada, enquanto a data do registro e o número do documento serão indicados no corpo do texto. Esta opção se deu para facilitar a localização do leitor entre as cinco versões das Atas que consultamos no presente trabalho. A tradução do primeiro volume dos documentos, editada pela *Scriptorium* – o único dos quatro volumes publicado no Brasil até 2020 –; a tradução argentina do segundo volume, publicada em espanhol pela editora *Nueva Vision*; a tradução do terceiro volume para o inglês, editada pela *International Universities Press* e a tradução francesa dos volumes dois e quatro, publicados pela editora *Gallimard*. Exceto a versão argentina, todas as demais traduções desses documentos preservaram a organização e a diagramação original, idealizadas por Hermann Nunberg e Ernest Federn. Indicaremos a editora, o volume, o idioma da tradução, o nome dos organizadores, o ano e o local de publicação toda vez que citarmos uma nova versão dos documentos. Todas as citações das versões estrangeiras das Atas, assim como de outros autores cuja referência bibliográfica não seja em português, são traduções nossas.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
-------------------------	-----------

Parte I: A lésbica e o homossexual entre a Antiguidade Clássica e a psicanálise freudiana: os múltiplos planos contextuais

1. A situação política das lésbicas e homossexuais na Europa Ocidental.....	31
1.1. Os pederastas e as educandas na Antiguidade Clássica.....	32
1.2. Os pecadores, os sodomitas e as bruxas da Idade Média.....	37
1.3. Os perversos e os criminosos na Modernidade	42
2. Os discursos sobre a lesbianidade e a homossexualidade nos países germânicos da virada do século XIX.....	54
2.1. Ulrichs, Kertbeny e o nascimento de um sujeito político	54
2.2. A sexologia e as descrições de Krafft-Ebing	59
2.3. O invertido em Havelock Ellis	70
2.4. A resposta identitária de Magnus Hirschfeld	78
2.5. Anna Rueling e as experiências lésbicas	86
3. A lésbica e o homossexual em Freud	96
3.1. Primeiras formulações sobre a sexualidade: 1905 – 1908	99
3.1. As teorias etiológicas sobre a lesbianidade e a homossexualidade: 1908 – 1922.....	107

Parte II: Lesbianidade e homossexualidade nas *Atas da Sociedade Psicanalítica de Viena*

4. Os primeiros psicanalistas: uma breve apresentação	123
5. A inserção da psicanálise nos debates sociais.....	134
5.1. Os analistas de Viena, Magnus Hirschfeld e os militantes de Berlim.....	134
5.2. A questão da educação sexual	144
5.3. Os limites para uma reforma sexual	149
5.4. O <i>personagem homossexual</i> dos psicanalistas	160
6. As teorias etiológicas sobre a homossexualidade	173
6.1. Isidor Sadger e as origens da teoria materno-infantil	174
6.2. A teoria paterno-infantil como contraponto.....	184

6.3. As discussões sobre o complexo de Édipo.....	194
7. A lesbianidade no discurso dos primeiros psicanalistas	202
7.1. “O que quer uma mulher?”	204
7.2. As teorias etiológicas sobre a lesbianidade.....	214
7.3. A história e a memória de Margarethe Csonka	227
8. A prática psicanalítica com o público lésbico e homossexual nos primórdios da psicanálise.....	239
8.1. Alguns comentários sobre o método psicanalítico em Freud: 1890 – 1915	240
8.2. Entre o divã e a poltrona: o trabalho clínico para os primeiros psicanalistas	244
8.3. Lesbianidade e homossexualidade nos casos clínicos discutidos na Sociedade Psicanalítica de Viena.....	247
8.4. A escuta do desejo lésbico e homossexual.....	253
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	266
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	279
APÊNDICE – Catalogação das referências à lesbianidade e à homossexualidade nas <i>Atas da Sociedade Psicanalítica de Viena</i> (1906 – 1918)	294

INTRODUÇÃO

Nos dias 17 e 18 de novembro de 2019, em Paris, os psicanalistas da Escola da Causa Freudiana (*École de la Cause Freudienne*, ECF), uma tradicional organização psicanalítica francesa, se reuniam para sua 49ª jornada, intitulada “*Mulheres em psicanálise*”. Às 15h45 do primeiro dia de encontro, Paul B. Preciado, que fora falar a convite do grupo, subiu ao palco para uma intervenção sobre a abordagem psicanalítica das sexualidades e das subjetividades, que produziu inúmeras reverberações, colocando temas para a discussão da comunidade psicanalítica e provocando uma quantidade significativa de textos e falas-resposta.

Estou oferecendo a vocês a possibilidade de uma terapia política da instituição de vocês [*risos e aplausos seguidos de agradecimento do conferencista*], mas esse processo não pode ser feito sem uma análise exaustiva de seus pressupostos. Não os recalquem, não os neguem, não os reprimam, não os desloquem. Não venham me dizer que a diferença sexual não é crucial na explicação da estrutura do aparelho psíquico na psicanálise. Todo o edifício freudiano é pensado a partir da posição da masculinidade patriarcal do corpo masculino heterossexual, compreendido como um corpo com pênis erétil, penetrante e ejaculatório. É por isso que as “mulheres na psicanálise” — esses animais estranhos entre as flores [*risos*], com útero reprodutor e clitóris — continuam sendo sempre um problema. É por isso que vocês precisam, em pleno 2019, de uma jornada para falar das “mulheres na psicanálise [*risos e aplausos*]. Não venham me dizer que a instituição psicanalítica não considerou, e não considera ainda hoje, a homossexualidade como um desvio em relação à norma. Caso contrário, como explicar o fato de que até bem pouco tempo atrás não havia psicanalistas podendo se identificar publicamente como homossexuais? Pergunto a vocês: quantos de vocês se definem hoje — bem aqui, nesta Escola da Causa Freudiana —, publicamente, como psicanalista homossexual? [*silêncio geral seguido de risos; silêncio seguido de aplausos*] (PRECIADO, 2019, p. 12).

O trecho aqui transcrito, não resume ou sintetiza a fala de Preciado e se configura apenas como um pequeno recorte de um discurso que nos convoca a rever nossos pressupostos, operando como disparador desta pesquisa. Com a entrada da terceira década do século XXI, as sociedades ocidentais atravessam um momento importante de disputas políticas e discursivas, que convocam o pensar sobre o racismo, sobre as questões de classe, colonialidade, gênero e, mais uma vez, também sobre as sexualidades. Em um contexto que implica a resistência aos retrocessos dos avanços sociais e de direitos que, ainda hoje, tem muito o que conquistar, a já centenária psicanálise permanece sendo uma disciplina com a potência de realizar importante intervenções no campo social, contanto que, como aponta o discurso citado, se lance à importante tarefa de “revisitar certas elaborações metapsicológicas ou orientações clínicas que

pareçam obsoletas” (PARENTE; SILVEIRA, 2020, p. 10 – 11). Entre os múltiplos temas que possam estar implicados nessa tarefa, elegemos discutir a posição psicanalítica frente às sexualidades que, atualmente, tornaram-se “um *locus* por excelência da luta política” (IANNINI, 2019, p. 10). É certo que esse debate já sofreu inúmeros avanços em razão das tensões e perguntas impostas à psicanálise pelo campo das sexualidades, principalmente, nas últimas décadas do século XX. Contudo, em 2019, o questionamento sobre a existência de homossexuais – entre outras pessoas de orientações sexuais ou identidades de gênero não normativas – em uma instituição de psicanálise, ainda é capaz de gerar silêncio, risos e aplausos que marcam um certo constrangimento ou assentimento por parte de seus próprios integrantes.

Curiosamente, no ano de 2017, quando o Brasil – que, enfatizemos, é um dos países com maiores taxas de assassinatos e suicídios de pessoas LGBTQI+¹ do mundo, tendo feito uma vítima a cada 26 horas em 2019 (GGB, 2020) – sofreu uma de suas mais recentes tentativas de cerceamento dos direitos dessa população, por via da revogação da resolução 01/99 do Conselho Federal de Psicologia (1999), que proíbe a atuação do psicólogo em situações que objetivam curar ou reverter a orientação sexual, a famosa “*Carta sobre homossexualidade*”, escrita por Freud (1935), espalhou-se pelas redes sociais em todo o país. A afirmação de que “a homossexualidade certamente não é uma vantagem, tampouco é algo de que se envergonhar, não é nenhuma degradação, não pode ser classificada como doença” (FREUD, 1935, p. 28), proferida pelo psicanalista em uma Viena as vésperas da Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945), foi evocada como “um poderoso instrumento de luta [...] na infame disputa não apenas retórica, mas também jurídica em torno da assim chamada “cura gay”” (IANNINI, 2019, p. 9).

A carta de Freud, assim como seu uso como instrumento discursivo de disputa, nos elucida como a psicanálise possui um importante discurso sobre o campo das sexualidades, desde que, como Preciado nos convoca a pensar, possamos mantê-la viva e nos imponhamos a tarefa de revisitar o monumental edifício construídos em torno do campo das sexualidades, desde os “*Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*” (FREUD, 1905), escritos em 1905. O fato é que as perversões e, em um recorte tangencial, a lesbianidade e a homossexualidade – categorias que aqui designam a orientação sexual de quem se relaciona afetivo-sexualmente com pessoas do mesmo gênero – são questões tão antigas para a psicanálise, quanto o próprio surgimento dos pressupostos fundamentais de sua teoria, datando da virada do século XIX para o XX.

¹ Sigla que se refere às pessoas lésbicas (L), gays (G), bissexuais (B), transgêneros (T), *queer* (Q), intersexuais (I), e demais possibilidades de manifestação da sexualidade ou de identidades de gênero (+).

Como descreve Foucault (1976, p.30), nessa época, “entre o Estado e o indivíduo, o sexo tornou-se objeto de disputa, e disputa pública; toda uma teia de discursos, de saberes, de análises e de injunções o investiram” e, assim sendo, as sexualidades lésbica e homossexual, que eram punidas pela legislação de grande parte dos países europeus, tornaram-se, na segunda metade do século XIX, objeto de estudo da medicina-psiquiátrica, que objetivava determinar os seus supostos mecanismos biológicos. Paralelamente, os países germânicos – região que contempla as nações descendentes dos povos germânicos, entre as quais destacamos os territórios do que hoje é a Alemanha, a Áustria e a Inglaterra – assistiram o surgimento de uma importante luta pela descriminalização da sodomia masculina, movimento que deu origem a uma visão da homossexualidade “como um fenômeno que nada tinha de monstruoso, mas representava uma variedade rara e talvez doentia de acesso ao gozo, susceptível de eventual tratamento e imprecisa, mas sobretudo digna de respeito e tolerância” (LANTERI-LAURA, 1994, p. 29).

A nova abordagem das relações lésbicas e homossexuais provocou um deslocamento do discurso sobre estas populações, antes pertencente ao domínio jurídico. O crime se tornou um desvio patológico e a sodomia – ato sexual masculino interdito pelo direito – cedeu lugar à homossexualidade: uma alteração fisiológica-psíquica subjetiva (AYOUC, 2015). Analisando este cenário, Foucault (1976, p. 47 – 48) considera que:

O homossexual do século XIX torna-se um personagem: um passado, uma história, uma infância, um caráter, uma forma de vida; também é morfologia, como uma anatomia indiscreta e, talvez, uma fisiologia misteriosa. Nada daquilo que ele é, no fim das contas, escapa à sua sexualidade. Ela está presente nele todo: subjacente a todas as suas condutas, já que ela é o princípio insidioso e infinitamente ativo das mesmas; inscrita sem pudor na sua face e no seu corpo, uma vez que é um segredo que se trai sempre.

A partir da segunda metade do século XIX e durante o início do século XX, uma gama de autores – muitos deles familiares aos leitores de Freud – debruçaram-se sobre a questão da lesbianidade e da homossexualidade, contribuindo para essa construção do *personagem homossexual*: com Ulrichs (1870;1879), temos a conceituação do uranista, figura pertencente ao *terceiro sexo*, caracterizada pela imagem da alma de mulher presa no corpo de homem e vice-versa; Benkert (1869) , por sua vez, criou o termo *homossexual*, em 1869; no mesmo ano Westphal (1869) publicou um artigo sobre o caso de uma jovem que só se interessava por mulheres, criando a ideia de “sensibilidade sexual inversa”; Krafft-Ebing (1886) desenvolveu a ideia da “inversão sexual” e publicou o livro “*Psychopathia sexualis*” (1886); e, por fim, Havelock Ellis (1896), autor de “*Studies in the Psychology of sex*”, buscou diferenciar a

homossexualidade da “degeneração”, principalmente a partir da enumeração das contribuições feitas à humanidade por mulheres lésbicas e homens gays.

Ao lado destas noções diversas, e outras que não abordamos por ora, criou-se um campo complexo para a lesbianidade e a homossexualidade, que transitava entre um crime, um desvio, uma prática perversa, uma patologia ou meramente uma característica subjetiva. Somando-se a isso, a Alemanha também foi o palco de surgimento do “ativismo homossexual” na Europa. Encabeçado por Magnus Hirschfeld (1868 – 1935), esse movimento político organizado teve início com a criação do Comitê Científico Humanitário (*Wissenschaftlich-humanitäres Komitee*, WhK) em 1897 – organização que em um primeiro momento pleiteava a abolição do Parágrafo 175 do Código Penal Alemão, que punia o ato sexual entre homens. Desdobrando-se em diversas pautas, esta reivindicação deu origem a uma Reforma Sexual mais ampla, objetivando, além da igualdade de direitos para as populações lésbicas e gays, uma maior liberdade no exercício da sexualidade, a ser atingida principalmente a partir de mudanças na legislação e de práticas educativas. Entre os anos 1910 e 1920, o movimento reformista atingiu seu ápice e, neste período, a Europa assistiu à fundação do Instituto de Ciência Sexual (*Institute für Sexualwissenschaft*), a criação da Liga Mundial para Reforma Sexual (*Weltliga für Sexualreform*), o surgimento de espaços de sociabilidade lésbica em suas principais capitais e a realização de congressos internacionais sobre o assunto (BLASIUS, PHELAN, 1997; SIMÕES, FACCHINI, 2009).

Foi sob esse pano de fundo complexo e multifacetado que surgiu o pensamento psicanalítico sobre a lesbianidade e a homossexualidade que é, simultaneamente, integrante e tributários desse contexto. Conforme desdobraremos posteriormente, as teorizações sobre este tema na obra freudiana são múltiplas. De momento, nos ateremos ao fato de que em 1905, com a publicação dos “*Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*”, Freud inaugurou uma forma inovadora de abordar essa problemática, a partir do conceito de pulsão. A transgressividade desta formulação freudiana, evidente na conceituação psicanalítica de sexualidade, foi acompanhada de um posicionamento progressista assumido pelo criador da psicanálise também em sua vida pública, evidente tanto em um pronunciamento ao jornal vienense “*Die Zeit*” em 1903 (FREUD, 1903 apud MENAHEN, 2003), quanto na “*Carta sobre a homossexualidade*” previamente citada.

No entanto, essa postura não obteve consenso entre os analistas da primeira e segunda geração, querela que ganhou força após a morte de Freud, em 1939. A afirmação de que parte da psicanálise pós-freudiana contribuiu para a patologização da lesbianidade e da

homossexualidade – consideradas doenças pela APA (*American Psychiatric Association*) até 1974 e pela OMS (Organização Mundial de Saúde) até 1990 – é discutida por muitos autores.

Roudinesco (2003, 2009) analisa que uma parcela dos membros da Associação Psicanalítica Internacional (*International Psychoanalytical Association*, IPA), ao longo de mais de meio século, assumiu posicionamentos que defendiam a possibilidade de “cura” (heterossexual) de pacientes lésbicas e gays, não hesitando em reiteradamente, classificá-los como perversos sexuais ou intratáveis. Bleichmar (1998), por sua vez, considera que até a virada do século XXI parte da teoria psicanalítica pós-freudiana foi marcada pelo preconceito, tratando a lesbianidade e a homossexualidade de forma simplista, como perversões ou formas de inversão da meta heterossexual da pulsão. Em um trabalho pioneiro no cenário brasileiro, Jurandir Freire Costa (1992, 1995) também critica a assimilação entre perversão e homossexualidade. Sua posição é a de que não existem traços específicos ou uma ordem de desejo comum aos “homossexuais”, acepção considerada pelo autor como produto da heterossexualidade enquanto norma do campo social. Mais recentemente, Quinet e Jorge (2013) publicaram uma extensa coletânea de trabalhos sobre tema, explicitando as múltiplas posições existentes na obra de Freud e no campo psicanalítico acerca da questão.

Em uma crítica atual, Ayouch (2015, p. 73) afirma que a tentativa de explicação da lesbianidade e da homossexualidade sob a forma de teorias metapsicológicas impede uma escuta psicanalítica destes sujeitos, a qual acaba por ser deturpada em razão de uma ênfase no objeto sexual considerado como desviante:

o/a psicanalista não pode se considerar legitimado/a para falar das homossexualidades, dos homossexuais, como objeto em si do discurso, nem como manifestação sintomática. Cabe questionar aqui qualquer legitimidade psicanalítica em questionar “a” homossexualidade, apresentada como unidade, em vistoriá-la e em colocar os psicanalistas como detentores de uma verdade sobre esta questão.

A respeito do movimento psicanalítico, os debates em torno da lesbianidade e da homossexualidade não foram menos evidentes ganharam força a partir de dezembro de 1921, época em que as questões sobre a política de formação de analistas era uma pauta central para os membros da IPA (KUPERMANN, 1996). Em uma série de cartas circulares, Rank, Freud, Jones e Abraham debateram se a homossexualidade deveria ser um critério de exclusão para a seleção dos candidatos à formação. Enquanto os dois primeiros mantiveram a postura que Freud tivera em 1903, não se opondo a essas candidaturas, os demais mostraram uma posição contrária, atitude radicalizada por Anna Freud alguns anos mais tarde. Paulatinamente, essa se

tornou uma prática das sociedades de psicanálise vinculadas a IPA. Submetidas a uma *regra não escrita*, conforme a denominou Bulamah (2016, p. 193), estas instituições passaram a operar de forma normalizadora, seguindo um “imperativo de proscrição” que considerava os sujeitos homossexuais como doentes, resistindo ao seu ingresso na formação didática.

Esse panorama começou a se modificar somente nos Estados Unidos, ao do final do século XX, processo que também não foi imune a querelas. Em um país onde a psicanálise era muito vinculada à medicina e que assistiu, a partir dos anos 1960, a eclosão do movimento de liberação lésbicos e gays, as instituições psicanalíticas e psiquiátricas passaram a ser questionadas por seus posicionamentos diante da lesbianidade e da homossexualidade. Após John Fryer, disfarçado sob o pseudônimo de *Doctor H Anonymous* dar voz a essas contestações em uma reunião da APA de 1972, Richard Isay – psiquiatra e psicanalista norte-americano – começou a se opor ao viés homofóbico da Associação Americana de Psicanálise (*American Psychoanalytic Society*, APSaA), se tornando seu primeiro membro abertamente gay.

Em 1983, ele organizou um painel sobre homossexualidade e, oito anos mais tarde, conseguiu que a APSaA emitisse uma declaração de não-discriminação, ampliada para todos os cargos da hierarquia institucional em 1992. Ralph Roughton, psicanalista didata de Cleveland, tentou estender este processo para toda a IPA. Trazendo este assunto para o Congresso de Barcelona de 1997, quando se declarou gay e questionou a posição dos analistas com relação a esta temática, ele enfatizou a necessidade de oferecer para analisandos LGBTQI+ espaços de neutralidade e segurança, deixando de lado teorias etiológicas e ideias *a priori* sobre psicopatologia. Dois anos mais tarde, no Congresso da IPA de Santiago, foi editada uma regra oficial de não-discriminação com relação a gênero, etnia, crença religiosa ou “orientação homossexual”², posicionamento reafirmado pelo então presidente da sociedade Daniel Widlöcher, no *Newsletter* da IPA de 2001 (AYOUCH, BULAMAH, 2013; BULAMAH, 2016).

Encerrada essa exposição breve, faz-se necessário ressaltar que o que sustento até aqui não é o fato de inexistirem teorias na psicanálise pós-freudiana que não considerassem a lesbianidade e a homossexualidade como desvios, patologias ou perversões, mas que há, ao longo de sua história, uma série de posicionamentos teórico-clínicos e institucionais responsáveis por respaldar práticas lesbofóbicas e homofóbicas. Além de dificultar ou impedir

² Embora o uso do termo “orientação homossexual” possa gerar estranhamento ao leitor, esse foi utilizado na proposta de não discriminação da IPA. Como explicita Bulamah (2016, p. 75), esta escolha específica de palavras se justificou pois na época “em alguns países do continente latino-americano considerava-se que o termo “orientação sexual” se referia não somente à hetero ou homossexualidade, mas também à cropofilia, necrofilia, parafilias etc. Isto é, abrir o precedente “orientação sexual” em respeito a homossexuais seria, supostamente, apoiar a entrada de outros membros do catálogo nosológico-sexual psiquiátrico”.

a escuta de pessoas lésbicas e homossexuais, tais construções impuseram uma série de questões para o campo psicanalítico.

Esse quadro parece justificar o elevado número de produções que nas últimas décadas versaram sobre o tema da homossexualidade (BARBERO, 2005; CECARELLI, 2008; IANNINI, 2019; QUINET, JORGE, 2013; MAYA, 2001; MIJOLLA, 2005). Embora não seja unanimidade, duas saídas para esta problemática são comuns: recorrer à teoria lacaniana – ponto no qual não entraremos no presente trabalho – ou propor um retorno ao Freud (1905) dos “*Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*”, enfatizando dois pontos capitais para nossa discussão: o primeiro, diz respeito à inexistência de uma relação pré-determinada entre a pulsão sexual e seu objeto, formulação que põe em cheque seu caráter necessariamente heterossexual; o segundo, trata da negação da natureza degenerativa da homossexualidade, em contraste com o que era defendido por muitos autores na época.

Apesar de considerar essas formulações de primeira importância, principalmente por se desdobrarem em leituras atuais sobre o tema, acredito que para discutir essa questão é necessário darmos alguns passos para trás. Até aqui, discorremos sobre o fato de que a psicanálise pós-freudiana muitas vezes sustentou ideias normativas sobre a sexualidade que tiveram consequências negativas para o tratamento de lésbicas e gays na clínica psicanalítica. Com efeito, acreditamos que uma compreensão adequada deste desenrolar conceitual só é possível se retomarmos dois pontos fundamentais e que remetem ao surgimento da psicanálise e a proposição de seus postulados e conceitos fundamentais.

O primeiro, concerne ao estudo do que era dito sobre o tema na obra de Freud, expandindo este horizonte além do ensaio de 1905, ou da “*Carta sobre a homossexualidade*” de 1935. Afinal, embora o criador da psicanálise tenha apresentado um inegável radicalismo nos “*Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*”, devemos levar em conta considerações como a de Costa (1995) que analisa cinco modelos diferentes da homossexualidade nos textos freudianos, apresentados de forma superposta e com frequentes remanejamentos. Quinet (2013, p. 103), por sua vez, considera que a obra freudiana apresenta leituras variadas sobre o tema, cujas consequências clínicas são diversas. Nesse sentido, o autor contabiliza dez teorias sobre a homossexualidade e outras duas sobre a lesbianidade, o que, em sua visão, apontaria para o fato de que “cada sujeito tem sua sexualidade singular que escapa a toda classificação”. Arrisco aqui perguntar: seria essa a única justificativa para uma multiplicidade tão grande de posicionamentos na obra de Freud?

Para desdobrar esta questão, enfatizo a leitura de Mezan (2002, p. 444) segundo a qual:

Os conceitos da psicanálise, ao contrário do que imaginam os simples de espírito, não se originam apenas da prática, mas também de uma apropriação *inventiva* e *metaforizada* daquilo a que podemos chamar de *contexto*. “Contexto” é um termo bastante elástico, mas a vantagem de ser flexível permite que sejam admitidas várias dimensões por assim dizer concêntricas: pode-se falar de contexto teórico no qual se formulam noções, do contexto cultural e social que emoldura e atravessa a prática clínica, de contexto no sentido mais restrito de uma escola dentro do pensamento psicanalítico, etc. Os elos entre um conceito ou uma hipótese e os vários planos contextuais não são jamais lineares ou diretos: ao contrário, são sempre complexos e multifacetados, ancorados em diversos níveis e refratados em ângulos às vezes inesperados.

Debruçando-nos sobre o tema lesbianidade e da homossexualidade na psicanálise freudiana, podemos apontar muitos planos contextuais em que estas noções foram formuladas. De partida, é possível elencar a apropriação das práticas homossexuais pelo discurso médico-psiquiátrico, a criminalização das relações entre pessoas do mesmo gênero, a ampla gama de publicações sobre este tema que surgiram na Europa da segunda metade do século XIX e a emergência do “ativismo homossexual” alemão.

Tratando do desenvolvimento da teoria psicanalítica, enfatizamos ainda os quatro períodos de formulação da teoria sexual a partir do abandono da hipótese da sedução, descritos por Mezan (2001): a primeira edição dos “*Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*”; a introdução dos conceitos de fase anal e a releitura da teoria a partir da hipótese do narcisismo; a noção de fase oral; e, por fim, a conceituação da fase fálica e a reconstituição do Complexo de Édipo, à luz do segundo dualismo pulsional.

Dito de outra forma, o que procuramos destacar é que a compreensão do contexto epistemológico, social e cultural em que surgiu a psicanálise é fundamental para compreendermos as teorias sobre lesbianidade e homossexualidade vigentes em seus primeiros anos. A postura subversiva de Freud, assim como os diversos momentos em que o autor parece não conseguir sair completamente da normatividade do ambiente social e cultural (AYOUCHE, 2015), são ambos influenciados pelo prisma histórico da criação da psicanálise que, segundo Mezan (2002), engloba: o contexto social, a influência de outras áreas do conhecimento científico e as subjetividades estudadas em uma determinada época.

O segundo ponto de extrema importância para um estudo histórico dessa temática na psicanálise reside na consideração de que Freud, embora tenha ocupado o lugar de mestre-fundador da disciplina que criou, teve ao seu lado colaboradores importantes, cujo papel não deve ser subestimado. Nesse sentido, ao estudar a questão da lesbianidade e da

homossexualidade atualmente, muitos autores operam uma cisão entre o vanguardismo do pai da psicanálise e a postura conservadora de seus seguidores:

Se, como vimos, *Freud teve uma posição aberta*, por que a *grande maioria dos psicanalistas, em princípio seus herdeiros, mantêm posições discriminatórias ou mesmo homofóbicas*? Por que a homossexualidade tornou-se para a psicanálise uma doença a ser curada por meio da mudança do objeto de desejo do sujeito, de acordo com as crenças dos psicanalistas? (CECARELLI, 2008, p. 80, grifo nosso).

Nesse movimento de separação, perde-se de vista que o contato com colaboradores teve um caráter fundamental para Freud, que recolheu entre eles inúmeros temas e conceitos importantes para a elaboração de seu pensamento (MEZAN, 1990). Reunidos na Berggasse 19, esse conjunto de médicos e intelectuais – que aqui chamaremos de primeiros psicanalistas – fundou o primeiro grupo oficial na psicanálise.

Primeiramente intitulada Sociedade Psicológica das Quartas-Feiras (*Psychologische Mittwochs-Gesellschaft*, PMG) e transformada em 1907 na Sociedade Psicanalítica de Viena (*Wiener Psychoanalytische Vereinigung*, WPV), essa organização reuniu membros que fundaram um campo de divergências e convergências, contribuindo para o crescimento e a difusão da psicanálise. Garantindo a Freud o acesso “à posição de fundador de uma disciplina autônoma, cujos caminhos, embora fortemente influenciados por sua pessoa nos anos em que viveu, tendem a se constituir numa rota cada vez mais independente” (MEZAN, 1990, p. 262), o movimento psicanalítico expandiu-se durante a primeira década do século XX, passando a se institucionalizar e internacionalizar.

Em 1910 foi criada IPA, cujo objetivo inicial era, de acordo com Freud (1914), ser uma associação oficial que ensinaria o exercício da psicanálise, reunindo seus praticantes e garantindo laços amigáveis entre eles. Contudo, as consequências de sua criação foram opostas e levaram a emergência de divisões internas (ROUDINESCO, 1989), culminando na ruptura com os seguidores do freudismo que mais demonstravam originalidade diante de seu criador (MEZAN, 1990). Tendo em vista este panorama podemos perguntar: como a lesbianidade e a homossexualidade eram tratadas pelos primeiros psicanalistas? Esta questão é guiada prioritariamente pela concepção de que embora Freud tenha tido um papel fundamental nessas formulações, o estudo dos textos de seus contemporâneos a esse respeito pode contribuir com a compreensão dessa temática dado que:

a psicanálise nos tempos de Freud pode ser um cenário privilegiado para o variado espetáculo da intertextualidade. Freud e seus discípulos ou seus colaboradores ou seus dissidentes hospedam-se, parasitam-se estraçalham-se

uns aos outros e embora haja “autores” e “obras” nominais, vão-se formando campos de nexos e rupturas que transcendem uma noção muito estrita de obra ou autoria (FIGUEIREDO, 1999, p. 126).

As discussões acerca da homossexualidade e, por vezes, da lesbianidade ocorreram com frequência nos primórdios da psicanálise, conforme podemos notar, por exemplo, ao folhear as *“Atas da Sociedade Psicanalítica de Viena”*. Diante disso podemos questionar: Quais pautas defendidas por Magnus Hirschfeld, que frequentou o círculo psicanalítico de Berlim entre 1908 e 1911, repercutiram no campo psicanalítico? O que pensavam os analistas sobre a lésbica e os homossexuais? Qual o papel dos primeiros psicanalistas na criação das diversas hipóteses desenvolvidas na obra de Freud? Ocorreram mudanças significativas na compreensão da lesbianidade após a entrada das mulheres na psicanálise?

Observando a ausência de estudos sistemáticos sobre a lesbianidade e a homossexualidade que considerem a intertextualidade presente entre os textos de Freud e as proposições científicas de seus colaboradores, em relação com os planos contextuais – teóricos e sociais – em que essas noções foram desenvolvidas, buscamos, com o presente trabalho, suprir essas lacunas. Para tal, faz-se necessário considerar que não procuraremos justificar todos os aspectos das teorias dos primeiros psicanalistas sobre o tema, mas, pelo contrário, revisitar suas primeiras elaborações e ajudar a inscrevê-las em seu tempo histórico, contribuindo para que seus desdobramentos clínicos e metapsicológicos possam ser mais bem compreendidos, inclusive no que tem de obsoleto ou normativo.

Considerando essas pontuações, o presente trabalho tem como objetivo estudar as inscrições do contexto social e epistemológico dos países germânicos da virada do século XIX no discurso dos primeiros psicanalistas sobre a lesbianidade e a homossexualidade. Conforme mencionado previamente, nossa opção por esta abordagem da temática se justifica pela necessidade de uma leitura que abarque aspectos históricos, culturais e sociais subjacentes a essa questão, conferindo maior clareza aos textos do início da psicanálise. Além disso, levando em consideração a intertextualidade e os enlaces presente entre os textos de Freud e de seus colaboradores, investigaremos como os múltiplos atores do movimento psicanalítico contribuíram para essas formulações.

A opção pelo uso do termo *lesbianidade* como uma categoria distinta do que seria a “homossexualidade” (masculina), se deu por dois motivos. O primeiro, diz respeito ao fato de que esta designação se refere exclusivamente a orientação sexual de mulheres que se relacionam afetiva e sexualmente com mulheres e objetiva incluir uma leitura das consequências da misoginia na vivência desta população. Além disso, ao tratarmos da lesbianidade, buscaremos

trazer as suas especificidades para nossa leitura, de maneira a tentar realizar um contraponto – sem desconsiderar os empecilhos de fazê-lo em um estudo histórico – à “invisibilidade lésbica”, entendida como o silenciamento das violências e das narrativas das/sobre as mulheres lésbicas (PORTO, 2016; PERES, SOARES, DIAS, 2018).

Este argumento se sustenta prioritariamente na leitura de Rich (1982, p. 36–37) que considera os mecanismos de apagamento da existência lésbica, em seus registros, tradições e memórias, como formas de manutenção da opressão dessas mulheres e reitera que:

As lésbicas têm sido historicamente destituídas de sua existência política através de sua “inclusão” como versão feminina da homossexualidade masculina. Equacionar a existência lésbica com a homossexualidade masculina, por serem as duas estigmatizadas, é o mesmo que apagar a realidade feminina mais uma vez.

Como exemplo dessa consideração, podemos enfatizar o fato de que ainda hoje as produções psicanalíticas sobre a temática são ínfimas se comparadas com a quantidade de material existente sobre a homossexualidade e raramente buscam abarcar as vivências e narrativas lésbicas em sua particularidade. Tendo em vista este cenário, avaliamos que realizar um estudo exclusivo sobre a lesbianidade na história da psicanálise se mostra uma tarefa bastante incompleta, levando em consideração a maneira como a literatura foi até agora produzida. Por outro lado, como movimento discursivo que busca fazer um contraponto a este apagamento, trataremos da lesbianidade sempre que possível, considerando as limitações dessa discussão na época que surgiu a psicanálise.

Por fim, cabe ressaltar que a escolha pelo uso do significante lesbianidade em contraposição à ideia do “lesbianismo” – conceito utilizado também como forma de resistência política – se deu por considerarmos que o sufixo “ismo” é também assimilado a ideia de uma condição patológica, como quando falamos em tabagismo, sonambulismo, parkinsonismo etc. Levando em conta que este é um estudo histórico, o uso desse termo poderia causar confusão ao leitor, na medida em que grande parte do material que compõe este trabalho o utiliza em uma acepção patologizante, à qual não queremos remeter.

A escolha pelo termo *homossexualidade*, por sua vez, também necessita algumas considerações. Nas últimas duas décadas, a ideia de “homossexualidades” tornou-se recorrente no campo psicanalítico, sendo entendida como uma forma de ressaltar o caráter plural das práticas homossexuais e distingui-las de aspectos patológicos, principalmente com relação à perversão. O uso deste significante procura enfatizar que a homossexualidade pode ser uma prática presente em diferentes formações sintomáticas ou estruturas e deve ser tematizada em

sua singularidade. Costa (1992), por sua vez, opta pela noção de “homoerotismo” – cunhada por Sándor Ferenczi (1914) –, que se tornou bastante popular no cenário psicanalítico brasileiro. Esta escolha se deu na tentativa de utilizar um significante que não estivesse arraigado no preconceito e na ideia de uma doença – como estava o termo “homossexualismo” – destacando a pluralidade do desejo e das práticas sexuais e negando a existência de uma identidade ou essência comum à população homossexual.

Considerando que não trataremos da homossexualidade na singularidade de cada sujeito na clínica psicanalítica, que o termo cunhado por Costa (1992) possui uma relação com a época em que seu trabalho foi publicado – próximo ao auge da epidemia do HIV/AIDS – e que a ideia de homoafetividade é mais difundida no âmbito jurídico do que no psicanalítico e soa como um eufemismo, optamos por falar em homossexualidade. Essa categoria, por sua vez, se refere aos homens que se relacionam exclusivamente com homens e será aqui utilizada, por considerarmos ser a forma mais comum e reconhecida de tratar essa temática, inclusive dentro do movimento LGBTQI+.

Optamos também por não tratar da bissexualidade, considerando que o uso desta designação enquanto uma orientação sexual surgiu mais recentemente do que o período histórico abarcado pelo presente trabalho, especificamente na década de 1970 (REIS, FRAGA, 2016), e que, na época com a qual trabalharemos, as pessoas bissexuais eram também enquadradas no espectro da lesbianidade ou da homossexualidade, independentemente do fato de se relacionarem com ambos os gêneros. As temáticas *trans* e *queer* também não serão tratadas diretamente neste estudo, na medida que as discussões em torno da transgeneridade se inseriram no arcabouço teórico-clínico da psicanálise apenas com Robert Stoller (1925 – 1991), psicanalista da terceira geração que se dedicou a esse assunto nas décadas de 1960 – 1970. Não obstante, muitas vezes essas noções acabaram por ser indiretamente trabalhadas nos textos utilizados, aparecendo de forma indistinta da lesbianidade e da homossexualidade ou sob as questionáveis designações de *travestismo* e *hermafroditismo*, justamente por não terem sido definidas à época.

A esse respeito, cabe a devida ressalva também ao uso do termo *gênero*, entendido enquanto “um conceito construído pelas ciências sociais nas últimas décadas para analisar a construção sócio-histórica das identidades masculinas e femininas”, por meio do qual entende-se que o que é dito feminino e masculino “não são fatos naturais ou biológicos, mas sim construções culturais”, que implicam “todas as normas, obrigações comportamentos, pensamentos, capacidades e até mesmo o caráter que exigiu que as mulheres tivessem por serem biologicamente mulheres” (GARCIA, 2011, p. 19). Enquanto o *sexo* se refere à biologia, o

gênero se refere “as normas e condutas determinadas para homens e mulheres em função do sexo” (GARCIA, 2011, p. 20). Embora tenhamos o utilizado até aqui, faz-se necessário ressaltar que o conceito de gênero foi empregado pela primeira vez também por Robert Stoller em 1968 na obra “*Sex and gender: the development of masculinity and femininity*” (STOLLER, 1968), de maneira que, ao longo de nossa pesquisa, muitas vezes utilizaremos o termo *sexo*, não por desconsiderarmos a importância do gênero enquanto categoria de análise, mas apenas para não recorrermos a anacronismos, em razão do período ao qual se dedica este trabalho. Cabe lembrar ao leitor, no entanto, que mesmo quando utilizarmos a palavra *sexo* não estamos naturalizando ou inscrevendo nenhum dos comportamentos ou normas de conduta ao âmbito da biologia e que reconhecemos, embora isso não fosse parte do arcabouço conceitual na época da qual tratamos, que esses se tratam de construções sócio-históricas de gênero.

Até aqui, temos um quadro composto por muitos personagens que, ao lado de Freud, colaboraram com a criação da psicanálise em seus primórdios. Diante disso, avanço a hipótese de que as contribuições desse autores, inscritas em um contexto social e epistemológico específico e influenciadas pela ampla gama de conhecimentos sobre a lesbianidade e a homossexualidade vindas da medicina-psiquiátrica ou do ativismo alemão, podem colaborar para um maior esclarecimento das tensões, rupturas e multiplicidades que compõe as obras dos primeiros psicanalistas sobre essa temática.

Mantendo a psicanálise em movimento, sem perder de vista aqueles que ergueram seus pilares fundamentais, pretendemos olhar para o nosso próprio campo, na tentativa de fazer perseverar seu caráter inovador e vanguardista diante da moral cultural e social e valorizar o que há de potente na discursividade psicanalítica sobre as sexualidades. Na companhia de múltiplos atores, retilharemos o percurso discursivo sobre a lesbianidade e a homossexualidade nos primórdios da psicanálise, buscando conseguir alinhavando alguns fios desta história que ainda hoje não cessou de ser (re)contada ou de demandar sucessivos reposicionamentos e reconsiderações.

Para dar conta de nosso objetivo, realizaremos uma pesquisa teórico-documental cuja construção parte da leitura de Mezan (2014, p. 29), segundo a qual na psicanálise há historicidade, de modo forma que:

as teorias dos sucessores são ao mesmo tempo psicanalíticas e diferentes das propostas por Freud, novas na acepção mais forte deste termo, sendo impossível derivar cada uma delas somente do “implícito” ou do “entrevisto, mas não elaborado” pelo fundador da disciplina. Eis por que é necessário insistir: *há história*, ou seja, irrupção do novo e do inédito, ruptura e

transformação, em função das quais certa continuidade – cujo estatuto necessita determinação – se estabelece e se preserva.

Embora o objeto de estudo do autor seja a existência de diversas escolas na psicanálise pós-freudiana – temática que não será por nós abordada – consideramos essa formulação importante por enfatizar dois aspectos fundamentais para a forma como trabalharemos: a existência de múltiplas leituras da teoria psicanalítica e a impossibilidade de reduzi-las a um denominador comum sem escamotear diferenças relevantes para o seu entendimento. Nesse sentido, ressaltamos que as formulações dos primeiros psicanalistas sobre a lesbianidade e a homossexualidade formaram um campo complexo de convergência e divergências, cujas contribuições não podem ser tratadas de modo simplificado ou de acordo com um modelo de causalidade.

Como base documental desta pesquisa, utilizaremos as “*Atas da Sociedade Psicanalítica de Viena*”, conjunto de registros das discussões científicas dos primeiros psicanalistas entre os anos de 1906 e 1918, cujo primeiro dos quatro volumes³ foi publicado no Brasil em 2015, sob organização de Checchia, Torres e Hoffman (2015, p. 13), que descrevem sua importância:

Esses documentos históricos são preciosos, na medida em que abrem outra dimensão da transmissão escrita da psicanálise. Diferentemente dos textos clínicos e teóricos, das correspondências e das biografias, as atas permitem acompanhar de perto as discussões vivas e intensas entre alguns dos pioneiros e fundadores da psicanálise. Elas são um registro do posicionamento que cada um assumiu frente a determinado assunto e um registro de que tal posicionamento não era consensual. É possível, inclusive, seguir como se deram alguns conflitos e mesmo dissidências.

A partir da leitura do texto das Atas, selecionaremos os autores que irão compor esta pesquisa de acordo com dois critérios: pertencer à primeira geração de psicanalistas, e ter pensado sobre o tema de maneira ampla e/ou significativa. No que concerne ao primeiro aspecto, seguiremos a classificação de Mezan (2014) que define a *primeira geração de psicanalistas* como aquela composta por todos os autores que chegaram à psicanálise na primeira década do século XX, tinham contato pessoal e intenso com Freud e foram responsáveis pela primeira difusão desta disciplina. De maneira geral, mas sem desconsiderar

³ As “*Atas da Sociedade Psicanalítica de Viena*” estão organizadas em quatro volumes. Como apenas o primeiro deles foi publicado em português até o ano de 2020, recorreremos à leitura das edições em inglês, espanhol e francês para a realização do presente trabalho, utilizando a acessibilidade como critério de seleção do idioma dessas obras. Ao longo de nossa pesquisa optamos por sinalizar a edição, o volume, o idioma original, o nome dos organizadores, o ano e o local de publicação toda vez que citarmos uma nova versão destes documentos.

certa arbitrariedade dessa seleção, podemos afirmar que estas figuras nasceram aproximadamente vinte anos depois do criador da psicanálise e quando o conheceram tinham muito menos prática do que ele.

Posto isso, cabe ressaltar que ao nos referirmos aos *primeiros psicanalistas*, estamos falando dos colaboradores de Freud que frequentaram com certa regularidade ou durante um período significativos as reuniões da Sociedade Psicanalítica de Viena, dado o fato de que a psicanálise, desde a primeira década do século XX, foi teorizada, praticada e pensada em diversos países europeus e recolheu contribuições importantes de autores que se situavam fora de Viena e que foram responsáveis por criar organizações psicanalíticas locais, como é o caso de Sándor Ferenczi (1873 – 1933), Ernest Jones (1879 – 1958), Karl Abraham (1877 – 1925) e Carl Gustav Jung (1875 – 1961), cujas obras não pesquisaremos por transcenderem o objetivo desta pesquisa. Assim sendo, faz-se necessário enfatizar também que estudaremos as produções psicanalíticas entre os anos 1900 e 1920, período ditado pelo próprio registro das Atas e também pelo fato de que, a partir da terceira década do século XX, os analistas da segunda geração começavam a se formar e protagonizar os debates psicanalíticos, enquanto uma parte significativa dos membros da primeira geração ficaram pelo caminho, falecendo, se afastando ou rompendo com Freud (MEZAN, 2014).

Após essas classificações, selecionaremos os psicanalistas cujas contribuições sobre a lesbianidade e a homossexualidade foram relevantes, por serem recorrentes no material em questão e/ou por trazerem uma concepção distinta sobre a temática. Elencados estes autores, nos debruçaremos sobre suas formulações registradas nas Atas, complementando-as com a leitura de suas obras, desde que estas estejam publicadas em português, espanhol, inglês ou francês e agreguem algum aspecto importante ao assunto tratado.

A análise do material procederá seguindo a descrição proposta por Figueiredo (1999, p. 10) das duas modalidades de leitura de textos teológicos, filosóficos e científicos. A primeira, intitulada como *leitura sistemática e/ou historicizante* busca as “teses” de um texto na área, obra ou pensamento de um autor, ordenando esta rede em torno de um lugar ideal, movido pela crença de que há a precedência da unidade de um texto que sempre terá um sentido único, embora possível de ser refeito. A partir da separação entre o conteúdo essencial e o retórico (acidental, literário, circunstancial) essas leituras procuram fazer “uma paráfrase, uma explicação” do conteúdo da obra em questão (FIGUEIREDO, 1999, p. 16).

As *abordagens desconstrutivas*, por sua vez, tornam necessárias uma dupla leitura do texto, uma próxima e sistemática (contextualizante) e outra próxima e desconstrutiva, implicando na

colocação do texto no *intervalo* entre as intenções do autor e seus produtos não intencionais, entre sua identidade e suas diferenças consigo mesmo, entre uma homogeneidade perseguida e construída pela leitura sistemática e as heterogeneidades que a leitura sistemática recalca, entre contextos/horizontes intencionais ou canônicos e outros horizontes possíveis e pertinentes. (FIGUEIREDO, 1999, p. 19)

Essas leituras se direcionam para as dimensões abertas de um texto, concebendo que este é composto por elementos heterogêneos que extrapolam o sentido pretendido por seu autor. A tarefa que se impõe, nestes casos, é a de se atentar ao que a leitura sistemática omite ou exclui, dando voz aos elementos que extrapolam o sentido controlado de uma obra.

No presente trabalho, utilizaremos prioritariamente o *método desconstrutivo*, levando em consideração as frequentes tensões que o pensamento psicanalítico sobre a lesbianidade e a homossexualidade esteve submetido, prioritariamente em função do contexto de seu surgimento. Não descartaremos, por outro lado, o uso de *leituras sistemática*, ao seguir o pensamento de autores que considerarmos terem construído um percurso onde predominam teses centrais sobre a temática em questão.

A apresentação dos dados obtidos por esta pesquisa será organizada por temas, delimitados pela análise do material. De modo a aprofundar as leituras realizadas, utilizaremos também obras de apoio que permitam discorrer sobre aspectos sociais, epistemológicos e teóricos subjacentes a essas produções, discutindo suas influências sobre os primeiros psicanalistas. Por fim, cabe ressaltar que, em razão da complexidade das discussões das Atas, muitos dos temas discutidos em diferentes capítulos se sobrepõem, complementam ou fundam divergências, o que ressalta certa arbitrariedade das categorias de análise elencadas e enfatiza o aspecto plural e as tensões presentes tanto nos registros das reuniões, quanto no próprio campo das sexualidades.

Procedendo dessa maneira, pretendemos na parte I utilizar uma sequência linear para apresentar os múltiplos aspectos contextuais que consideramos ter influenciado as produções dos primeiros psicanalistas. No capítulo 1, tematizaremos como as relações lésbicas e homossexuais foram consideradas nas sociedades europeias, entre a Antiguidade e a Modernidade, como uma instituição, um pecado, um crime e um desvio patológico, enfatizando também o contexto histórico e político da Alemanha e da Áustria, enquanto territórios do surgimento do ativismo sexual e da psicanálise, respectivamente. No capítulo 2, estudaremos os discursos sobre a lesbianidade e a homossexualidade nos países germânicos da virada do século XIX para o XX, explorando as primeiras descrições sobre as lésbicas e homossexuais, postuladas por Ulrichs e Benkert; o surgimento da sexologia e as obras de Krafft-Ebing e Ellis

e as considerações dos ativistas homossexuais, com destaque para as produções de Hirschfeld e Rueling. No capítulo 3, discutiremos o surgimento da psicanálise e as formulações de Freud sobre a lesbianidade e a homossexualidade, que serão divididas em dois períodos. O primeiro (1905 – 1908) discutirá a conceituação de sexualidade, conforme apresentado nos “*Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*”, circulando as ideias com as quais os primeiros psicanalistas tiveram contato ao integrarem a Sociedade Psicanalítica de Viena. O segundo (1908 – 1922) destacará as formulações sobre a lesbianidade e a homossexualidade que surgiram concomitantemente aos encontros do grupo vienense e que, predominantemente, tratam da etiologia da escolha de objeto homossexual.

A parte II tratará do conteúdo das “*Atas da Sociedade Psicanalítica de Viena*”. No capítulo 4, realizaremos uma breve apresentação dos primeiros psicanalistas e do processo de formação da Sociedade Psicanalítica de Viena, discorreremos mais detalhadamente sobre o material das Atas, que será introduzido ao leitor. Em seguida, trabalharemos com os documentos e, deixando a cronologia de lado, organizaremos o material por temas, opção feita considerando que os diversos assuntos abordados se repetem nos posicionamentos dos primeiros psicanalistas, o que tornaria uma exposição por autores excessivamente exaustiva e repetitiva. No capítulo 5, trataremos das conferências que abordavam as questões sociais, discorrendo sobre as relações da Sociedade Psicanalítica de Viena com Magnus Hirschfeld e os ativistas de Berlim; analisando os debates sobre a educação sexual e a reforma sexual; e discutindo a existência de um *personagem homossexual* do ponto de vista psicanalítico, o que torna necessário abordarmos as discussões sobre a existência de um comportamento e um funcionamento psíquico específico dos homossexuais, assim como o conceito de bissexualidade originária. No capítulo 6, trabalharemos com as teorias sobre suposta gênese da homossexualidade, desenvolvidas nas reuniões dos primeiros psicanalistas. No capítulo 7, discorreremos sobre os debates em torno da lesbianidade, articulando-o as discussões sobre a feminilidade e a sexualidade feminina e retornando à história da analisanda de “*Sobre a psicogênese de um caso de homossexualidade feminina*” (FREUD, 1920), discutindo o que esse caso nos revela sobre a memória das primeiras lésbicas que cruzaram a história da psicanálise. No capítulo 8, discorreremos sobre a prática da psicanálise com o público lésbico e homossexual e, para tal, examinaremos como os relatos clínicos evidenciam as heranças do contexto social e epistemológico das reuniões, investigando o que os primeiros psicanalistas pensavam e escutavam desses casos.

Por fim, ressaltamos que nosso percurso se dará sobre um campo amplo, permeado por divergências e distensões. Na tentativa de recriá-lo em sua complexidade, priorizaremos

apresentar as tensões presentes no material analisado, tanto na dimensão interna da teoria, quanto em sua relação com a sociedade e a epistemologia, ressaltando que estes aspectos não podem ser lidos de maneira causal ou cronológica, pois este procedimento geraria uma simplificação excessiva e infiel à riqueza de conteúdos que permeou os debates dos primeiros psicanalistas.

Parte I

A lésbica e o homossexual entre a Antiguidade Clássica e a psicanálise freudiana: os
múltiplos planos contextuais

1. A SITUAÇÃO POLÍTICA DAS LÉSBICAS E HOMOSSEXUAIS NA EUROPA OCIDENTAL

A sexualidade, no Ocidente, não é o que se cala, não é o que se é obrigado a calar, mas o que se é obrigado a revelar. Se houve efetivamente períodos durante quais o silêncio sobre a sexualidade foi a regra, esse silêncio – que é sempre perfeitamente relativo, que nunca é total e absoluto – nunca passa de uma das funções do procedimento positivo da revelação.

Michel Foucault, Collège de France, Paris, 19 de fevereiro de 1975.

A lesbianidade e a homossexualidade são construções históricas. O exercício da sexualidade nunca esteve isento de ser objeto de estruturas de poder que regulamentam as práticas sexuais desde a Antiguidade Clássica. O pederasta, a bruxa, a/o sodomita, a/o uranista, o terceiro sexo, a lésbica, o homossexual são todas figuras sem rosto, tratadas como objeto de saberes que definem suas características, comportamentos, atitudes e destinos, construindo um imaginário social e cultural sobre essas populações. Estes discursos não são desprovidos de função social e constroem um campo de disputas e contradições.

Compreender a posição da psicanálise nascente e dos primeiros psicanalistas perante esse cenário impõe como tarefa percorrer os caminhos de construção das noções de lesbianidade e homossexualidade nas sociedades europeias. Elucidando o contexto histórico e político de seu surgimento e elencando quais noções podem ser consideradas historicamente datadas, buscaremos reconstituir como os relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo sofreram deslocamentos ao longo da história, paralelamente a consolidação do sistema patriarcal de dominação masculina.

Desse modo, exploraremos como essa forma de exercício da sexualidade, considerada uma instituição pedagógica e militar na Antiguidade Clássica, passou a ser vista como um pecado pelo cristianismo na Idade Média, um crime durante a Idade Moderna e uma doença para a ciência do final do século XIX, que criou as definições de *lesbianidade* e *homossexualidade*⁴. Percorrendo nosso caminho periodicamente, analisaremos mais atentamente as últimas décadas do século XIX, discutindo especificamente o contexto histórico e político da Alemanha e da Áustria, enquanto territórios do surgimento da sexologia, do

⁴ O termo “homossexualidade” foi criado por Kertbeny em 1869, como veremos no capítulo 2.1; a palavra “lésbica” foi registrada pela primeira vez em língua inglesa no ano de 1890 e o substantivo “lesbianismo” data do ano de 1870.

ativismo homossexual e da psicanálise, disciplinas que na virada do século protagonizaram os debates sobre a sexualidade na Europa.

1.1. Os pederastas e as educandas na Antiguidade Clássica

“O uso dos prazeres na relação com os rapazes foi, para o pensamento grego, um tema de inquietação.”, afirma Foucault (1984, p. 231), “o que é paradoxal numa sociedade que passa por ter ‘tolerado’ o que chamamos ‘homossexualidade’. Mas talvez não seja muito prudente utilizar aqui esses dois termos”. Muitos estudos históricos sobre as relações entre pessoas do mesmo sexo iniciam suas narrativas na Grécia Antiga (XII a.C. – II a. C.), considerada como lugar de livre-aceitação da homossexualidade – e, por vezes, também da lesbianidade.

A terra da poetisa Safo de Lesbos e do amor entre rapazes, valorizado pela literatura e pela pintura, é muitas vezes retratada como um local onde essas relações não eram condenadas por lei, desfrutando de liberdade e aceitação pela opinião pública. Embora essas constatações possam ser consideradas em certa medida verdadeiras, a questão que se impõe a esse respeito, nos alerta Foucault (1984), é que não podemos falar em *tolerância* a respeito da *homossexualidade* na Grécia Antiga, sem que o uso dos dois termos seja impreciso e anacrônico.

As fronteiras de demarcação do desejo nessa sociedade não eram regidas pela oposição entre hétero e homossexualidade. Não havia, portanto, *sujeitos homossexuais*, *lesbianidade* ou *homossexualidade* na Grécia Antiga, tal qual estas categorias foram definidas e descritas nos séculos posteriores, mas relações entre pessoas do mesmo sexo, as quais eram investidas de regras, imperativos e valores. O que se conhecia, ressalta Ariès (1985, p. 80), eram comportamentos homossexuais, “ligados a determinadas faixas etárias ou a determinadas circunstâncias, que não excluía, nesses mesmos indivíduos, práticas heterossexuais concorrentes”.

Embora o relacionamento entre dois homens adultos não seja ignorado na Grécia Antiga, a forma característica do amor masculino nessa sociedade era a pederastia – do grego, *paîs*, *paidós* (menino) e *éros*, *érotos* (amor) – intercurso passional entre um homem mais velho, adulto, e um adolescente, cuja idade oscilava entre os quinze e os dezoito anos. Considerando que não há registros sobre a forma e o local onde essa prática surgiu, Dover (2007) afirma que a hipótese mais provável é a que situa sua origem entre os povos dóricos.

A pederastia masculina, que após a sua difusão assumiu diferentes contornos em cada uma das cidades gregas, era uma instituição aristocrática⁵, regulada por regras e com finalidades pedagógicas e militares. Fundamentalmente, essa deveria ser uma prática realizada apenas entre um homem e um rapaz, onde os papéis de ativo e passivo eram definidos, o aspecto sexual não era o mais importante, os relacionamentos com sexo oposto não eram excluídos e cuja função era a iniciação no mundo adulto (BREMNER, 1995; MARROU, 1966).

“Pederastia e ritos da adolescência estão no mesmo nível” afirma Sartre (1992, p. 50) ao descrever essas relações nas cidades de Creta e Esparta. Considerada um rito de passagem do rapaz à idade adulta, a pederastia consistia em uma forma simbólica de iniciação – imposta pela diferença de idade –, cujo objetivo principal era o de socializar os adolescentes. A formação desses casais era reconhecida por lei, formalizada, minuciosamente vigiada e a ligação amorosa acompanhava um trabalho educacional, como destaca Marrou (1966, p. 59):

Para o homem grego, a educação (παιδεία) residia essencialmente nas relações profundas e estreitas que uniam, pessoalmente, um espírito jovem a um mais velho – que era, ao mesmo tempo, seu modelo, seu guia e seu iniciador –, relações essas que uma chama passionnal iluminava com um turvo e cálido revérbero.

Embora o caso ateniense se diferencie pela ausência de regulamentação legal (Sartre, 1992), o estatuto social da pederastia também era favorável nessa cidade-Estado e a justificativa assemelhava-se ao que era vigente em Esparta e Creta. Os aspectos aristocrático e abastado, assim como os contornos institucionais faziam-se presentes nas práticas observadas em Atenas, onde os pares amorosos formados por um homem adulto e um jovem também estavam submetidos à regulação.

Considerando esse cenário, podemos inferir que nem todas as práticas sexuais eram permitidas entre os homens gregos. No momento em que o jovem adquirisse pelos, a relação deveria ser abandonada, pois se impunha o fim da desigualdade existente entre o par amoroso, responsável por delimitar os papéis específicos de cada um. Não havendo mais um adulto, cujo papel era ativo, e um rapaz, o amante passivo, o descrédito era lançado e o desprezo dirigido àquele que não renunciasse a passividade, recusando seu papel viril e imitando as mulheres. A punição, por sua vez, se dirigia somente aos que se prostituíssem, violentassem seu parceiro –

⁵ Sartre (1992, p. 56) enfatiza que a documentação disponível traduz, em sua maioria, a opinião proveniente de ambientes abastados. Embora essa sugira que os gregos não julgavam os comportamentos homossexuais, o autor enfatiza a necessidade de “saber o que pensavam das relações nascidas nos ginásios o pequeno proprietário ateniense, o pescador ou o comerciante, os quais não tinham nem o tempo nem a oportunidade de procurar nesses ambientes o belo rapaz”.

fosse ele homem ou mulher – ou caíssem no excesso, não importando seu objeto de desejo. Contudo, se as sociedades gregas se organizavam como um “clube de homens” – conforme foram tradicionalmente entendidas –, onde predominavam as práticas viris e misóginas que descreditavam o homem passivo por sua assimilação ao feminino, resta-nos perguntar: qual era o lugar destinado as relações entre mulheres nessas sociedades?

As informações sobre o assunto são poucas. Ao escrever “*A homossexualidade na Grécia Antiga*”, livro marco nos estudos sobre o tema, Dover (2007, p. 236) constata a ausência de literatura escrita sobre as mulheres nessa época, tanto discutindo as relações que mantinham entre si, quanto tematizando sua atitude perante os amores masculinos. Esse fato chama a atenção e, segundo o autor, “reflete a escassez de autoras e artistas no mundo grego, e o virtual silêncio dos autores homens a respeito destes assuntos”.

Das poucas fontes encontradas para discutir essa temática, a mais importante é, sem dúvida, a vida e a poesia de Safo de Lesbos. “Muito mais um nome lendário, transmitido com deleite ou repulsa pela tradição poética, que uma figura historicamente bem documentada, a da primeira mulher escritora lembrada pela literatura ocidental” (GAGNEBIN, 2003, p. 9-10), Safo tornou-se conhecida pelos cantos líricos onde entoava seu amor por figuras femininas.

As informações que nos restam sobre ela são, assim como seus poemas, relatos fragmentários oriundos de três fontes, conforme enumera Lardinois (1995): sua obra – ou no que restou dela –, as descrições e depoimentos escritos por autores clássicos e o contexto histórico de seu tempo. Embora o seu objetivo ao estudar essa documentação fosse discutir se Safo era, de fato, lésbica, para o que aqui pretendemos tematizar essa resposta importa pouco. Primeiro pois, como já mencionamos, essa definição nada diz sobre como eram as relações nas sociedades gregas. E, mais do que isso, porque Safo é aqui narrativa, ou seja, uma forma de elucidar a existência das relações entre mulheres desde a Antiguidade Clássica, as quais discussões intelectuais sobre a veracidade desses fatos parecem invisibilizar.

Localizada no mar Egeu, não muito longe da Ásia Menor, Lesbos é a ilha onde viveu Safo, em algum momento da segunda parte do século VII a.C.. Pertencente à nobreza oriunda do povoado de Mitilene, o mais importante da região, ela nascera em uma época ainda favorável para as mulheres naquele local: embora fossem obrigadas a casar, elas ainda gozavam de uma independência e um status que não existiria mais nos séculos posteriores⁶ (MOSSÉ, 1992). “Pátria do vício ou do requinte decadente ou ainda do feminismo nascente, dependendo do olhar do/da intérprete” (GAGNEBIN, 2003, p. 8), a ilha de Lesbos foi o local onde Safo manteve

⁶ Segundo Gagnebin (2003), as mulheres dessa região da Grécia possuíam um estatuto privilegiado, se comparado com aquelas que viviam em outras localidades como em Atenas, no Período Clássico.

uma comunidade para meninas e jovens mulheres, em cujo seio elas podiam ser educadas, desde a saída da infância até o casamento. Entre os temas ensinados estavam a poesia, a dança, a música instrumental, o canto, a lira e os esportes, contribuindo para que essas jovens desenvolvessem seus encantos e habilidades.

De acordo com a literatura, tudo leva a crer que a relação que Safo estabelecia com suas educandas em muito se assemelhava com a pederastia masculina. Ou seja, entre mestra e discípulas, haveria também o amor. Além do ensino, esses relacionamentos possuiriam um caráter passional, conforme enfatizam o desejo, o ciúme, as palavras ardentes e as constantes evocações de Eros e Afrodite, encontradas na obra literária de Safo (FONTES, 2003).

No entanto, tal qual no caso dos homens, é muito provável que esses relacionamentos tivessem também algum tipo de regulamentação institucional que, segundo a hipótese de Lardinois (1995), estaria relacionada aos laços estabelecidos entre as famílias aristocráticas da época. Além disso, faz-se necessário enfatizar que o casamento era uma obrigação para as mulheres. Tudo indica que Safo era casada com um homem e suas discípulas muitas vezes abandonavam os laços amorosos com ela em prol do casamento, tal como entoam muitos dos “*Poemas e fragmentos*” (FONTES, 2003) da poetisa que tratam sobre o abandono.

Os eventos ocorridos na ilha de Lesbos são as expressões mais conhecidas do relacionamento entre mulheres na Grécia Antiga, mas não podemos afirmar que esses foram a sua única forma. Marrou (1966) menciona a existência de espaços educacionais semelhantes coordenados por Andrômeda e Gorgona e Dover (2007), por sua vez, destaca que as relações eróticas de uma mulher à beleza de outra não são exclusividade da poesia de Safo, aparecendo também em muitas das “canções para corais de virgens”.

Embora a ilha de Lesbos pudesse ser considerada uma exceção nessa época, tanto em termos de possibilidades para as mulheres, quanto no que concerne a liberdade para os seus relacionamentos – quadro que posteriormente se modificaria – seu papel foi de grande importância para elas:

As relações entre as participantes de um coral feminino ou entre um professor e seus alunos de música ou de poesia talvez constituíssem uma “subcultura”, ou antes, uma “contracultura” na qual as meninas e mulheres recebessem de pessoas de seu próprio sexo aquilo que a segregação e a monogamia impedia que recebessem dos homens” (DOVER, 2007, p. 250-251).

O termo derivado de seu nome, lésbica, hoje intitula o desejo, os amores e a força revolucionária dos relacionamentos entre mulheres, tal qual Safo cantou séculos atrás.

Se, na Grécia dos tempos de Safo as mulheres gozaram de certa liberdade para se relacionarem entre si, o mesmo não pode ser dito sobre o que ocorria na Roma durante a Antiguidade Clássica (VIII a. C. – V d.C.) Organizada de maneira hierárquica e escravocrata, essa sociedade ordenava o comportamento sexual em torno do par atividade-passividade, que se ligava à visão de masculinidade (WILLIAMS, 1999), segundo a qual, ser ativo correspondia a ser másculo e provar a virilidade, enquanto ser passivo remetia a posicionar-se de maneira servil – problema que se colocava apenas do ponto de vista masculino, pois as mulheres só podiam ser passivas. As relações sexuais entre mulheres eram consideradas ilegítimas e imorais, principalmente no que concerne àquelas que ocupavam o papel ativo, o que era considerado uma tentativa de usurpar o lugar destinado aos homens.

Apesar da grande influência da cultura grega sobre a sociedade romana na Antiguidade, as relações entre homens ocorriam de maneiras bastante diferentes nos dois casos. Enquanto na Grécia essas se davam entre um adulto e um jovem, ambos aristocratas e libertos, em Roma esses relacionamentos só eram permitidos entre um senhor (ativo) e seu escravo (passivo) ou com prostitutas. A passividade dos homens livres – e não o sexo – era interdita e condenada, pois cabia a eles ocupar sempre o papel ativo, na medida em que ser passivo era considerado um efeito da falta de virilidade ou um vício, inclusive na ausência de qualquer ato sexual (VEYNE, 1992). O relacionamento com pessoas libertas de ambos os sexos – exceto dentro do casamento – era condenado, pois comportar-se em desacordo com os padrões de masculinidade da época era, para os romanos, a infração mais grave.

Fundamentalmente, o que vimos até aqui é que, embora as relações entre mulheres ou homens já existissem dentro de parâmetros institucionais e regulatórios específicos na Antiguidade grega e romana, essas eram bastante diferentes do que viria a se desenhar nos séculos seguintes, de maneira que, como Foucault (1984) aponta com precisão, não podemos falar em *lésbicas* ou *homossexuais* durante esse período. Embora centenas de anos mais tarde, por volta de 1870 – 1900, a literatura sobre a lesbianidade e a homossexualidade se ocupará vastamente das relações entre pessoas do mesmo sexo que ocorreram nessa época, faz-se necessário retomar que em ambas as civilizações “as dicotomias ‘macho/fêmea’, ‘ativo/passivo’ definiam os papéis sociais, o acesso ao poder e a posição de cada indivíduo segundo seu gênero e sua classe” (BORILLO, 2010, p. 47). Durante a Antiguidade Clássica os papéis destinados a homens e mulheres, libertos e escravos, adultos e jovens definiam os padrões de comportamento. A distinção entre hetero e homossexualidade começaria a ser esboçada somente durante a Idade Média, sob influência do cristianismo, que consolidou o sistema masculino de dominação.

1.2. Os pecadores, os sodomitas e as bruxas da Idade Média

Segundo registros históricos, foi o mito bíblico de “*Sodoma e Gomorra*” – as cidades destruídas pelo pecado contra a natureza – que nomeou aqueles que se relacionavam com pessoas do mesmo sexo durante a Idade Média (V – XV): os sodomitas. Nome carregado de conotações morais que, por si só, revela o papel da tradição judaico-cristã no tratamento dado a essas pessoas na época que as deslocou para o lugar de pecadoras.

Em um período onde a atenção se voltou para o controle e regulação da sexualidade – de forma muito mais severa do que na Antiguidade – a sodomia foi entendida como todos os atos sexuais não reprodutivos e, portanto, considerados imorais e contra a natureza. Entre eles, eram incluídos a masturbação, o coito interrompido e as relações sexuais anais e orais heterossexuais, o que tornou a distinção entre o sexo potencialmente reprodutivo e sexo não reprodutivo a mais importante no campo da sexualidade (GREENBERG, 1988).

Embora alguns autores, como é o caso de Le Goff (1984) e Richards (1993), considerem o cristianismo como o principal agente das mudanças ocorridas no campo da sexualidade a partir do século V, essa opinião não é um consenso entre as pesquisas sobre o assunto. Entre as principais obras que se contrapõem a essa visão se encontra o livro “*Christianity, social tolerance and homosexuality*” de Boswell (1980), bastante citado e discutido na literatura, tanto pelo extenso trabalho de pesquisa realizado, quanto por sustentar dois pontos fundamentais: na Alta Idade Média (V – XI) o cristianismo não era, por si só, hostil à “homossexualidade” e seus textos e práticas refletiam posições governamentais e teológicas; a intolerância que se desenhou a partir do século XII relaciona-se com diversos acontecimentos políticos e, embora seja incontestável, foi incorporada aos textos religiosos.

Sem desconsiderar o papel dos acontecimentos políticos, tendemos a pensar que o cristianismo foi o principal agente responsável pelo crescimento da intolerância, das práticas punitivas e das restrições no exercício da sexualidade. O que, por outro lado, não quer dizer que a forma como essa religião tratou as relações afetivo-sexuais entre pessoas do mesmo sexo tenha sido a mesma durante todo o período: embora sua postura sempre tenha sido de intolerância, a forma como se lidava com os infratores variou ao longo dos séculos.

No início da Idade Média, as práticas sodomitas foram abordadas pela Igreja por meio dos códigos penitenciais, guias que determinavam o tratamento dos diferentes atos sexuais considerados pecaminosos. “A penitência era um estatuto que as pessoas adotavam de forma deliberada e voluntária, num momento dado de sua existência, por certo número de razões que podiam ser ligadas a um pecado enorme, considerável e escandaloso, mas que podia

perfeitamente ser motivado por uma razão bem diferente” (FOUCAULT, 1975b, p. 146). Sua aplicação dependia da confissão, a partir da qual o bispo decretava, em uma cerimônia pública, uma penitência ao pecador, a depender de sua idade, de sua posição eclesiástica, da recorrência e do papel desempenhado pelo sujeito da ação (passivo ou ativo). O objetivo final era o perdão e a redenção, passíveis de serem alcançados por meio de atitudes como o jejum, a reza, o uso do cilício, a interdição dos cuidados de limpeza, a exclusão solene da Igreja, a obrigação de sepultar os mortos, entre outras.

No que concerne ao relacionamento entre pessoas do mesmo sexo, esses códigos, escritos por membros do clero – que, como sabemos, eram homens – dedicavam-se prioritariamente ao comportamento sexual masculino. Conforme enfatiza a literatura (GREENBERG, 1988; LE GOFF, 1994; RICHARDS, 1993), as menções às relações entre mulheres nesse material são poucas, destacando-se entre elas o “*Penitencial de Theodoro*”, onde são exigidos três anos de penitência para uma mulher que tiver relações sexuais com outra ou se masturbar.

O início da Primeira Cruzada, proclamada em 1095, deu fôlego à propaganda antimulçumana, que passou a relacionar as práticas homossexuais com o Islamismo, tomado como uma ameaça às sociedades cristãs. A associação entre a sodomia e a heresia, somou-se a esse quadro, dando forte impulso para que a repressão dessas práticas sexuais se radicalizasse nos séculos XII e XIII. Richards (1993, p. 153), acrescenta a esse quadro o surgimento de um “problema homossexual” nas cidades e burgos. Paralelamente ao crescimento da vida urbana e a revalorização dos textos clássicos no Renascimento do século XII, expandiu-se o que o autor denomina como uma “subcultura gay”: as casas de banhos e barbearias tornaram-se lugares de encontro, havia um vocabulário próprio e as obras literárias voltaram a valorizar o erotismo masculino. A nobreza jovem, os estudantes e o clero, tornaram-se os grupos mais visados por essas práticas, embora sua existência seja reconhecida em todas as classes sociais e faixas etárias.

Esse cenário, que até então passara mais ou menos despercebido pela Igreja, tornou-se um foco com as reformas gregorianas, que ocorreram aproximadamente entre os anos de 1050 e 1215. A partir desse momento, o celibato foi imposto ao clero e o casamento monogâmico, indissolúvel e exogâmico aos leigos (LE GOFF, 1994), de maneira que a sodomia se tornou um alvo do Cristianismo. A redenção, alcançável por meio das penitências, deixou de ser uma possibilidade e o Purgatório o único destino para os seus praticantes.

Com a peste negra, cuja origem foi atribuída a uma sexualidade pecaminosa, os sodomitas passaram a ser considerados bodes expiatórios e uma ameaça ao repovoamento,

acirrando os discursos anti-homossexuais e as punições a esses sujeitos. Paulatinamente, instalou-se uma tendência nos Concílios da Igreja, que passaram a penalizar as práticas homossexuais com a execução pública na fogueira, o que se tornou uma prática generalizada com a redescoberta do direito romano, a centralização política e a Inquisição.

A morte pelo fogo aparece como uma forma específica e necessária de purificação, não só do indivíduo – queimando-lhe a carne para salvar a alma –, mas igualmente da comunidade, extirpando assim o mal que lhe corrói em seu âmago. A tradição teológica organiza, ideologicamente, essa forma radical de perseguição contra os homossexuais. Eis a razão pela qual estes são considerados daí em diante, como indivíduos extremamente perigosos, na medida em que eles se opõem ao que há de mais precioso na ordem da criação: a lei natural, expressão da vontade divina (BORRILLO, 2010, p. 54).

Tendo explorado a questão da sexualidade na Idade Média e a passagem do “homossexual” masculino para o lugar de sodomita e pecador, utilizando como referência as leituras mais recorrentes sobre o assunto, poderíamos nos dar por satisfeitos e prosseguir a história que narramos concluindo, conforme nos diz a literatura, que as relações entre mulheres nesse período se limitavam a ser uma extensão da sodomia masculina, para a qual os textos do clero – predominantemente formado por homens e nos quais se baseiam a maior parte dos estudos sobre o tema – deram menor atenção. De acordo com essa visão, o erotismo masculino teria sido mais visado, se não mais presente, o que pode ser atribuído prioritariamente a posição social das mulheres na época.

Um aprofundamento nesse debate, impõe uma torção que, justamente por se contrapor à literatura hegemônica, se torna fundamental para o nosso trabalho, no qual pretendemos dar espaço para as narrativas lésbicas, esquecidas e invisibilizadas ao longo da história. Debruçando-se sobre esse problema e considerando que os registros sobre relacionamentos sexuais entre mulheres no período medieval são pouco mais de uma dezena, todos provenientes dos processos de condenação aos quais elas foram submetidas, Bennett (2000, 2011) sugere a utilização do termo *lesbian-like*⁷ como um recurso para driblar essa problemática conceitual.

Por um lado, essa ideia não nega a posição social das mulheres durante a Idade Média e o fato de que a sexualidade feminina era menos visada por não produzir bastardos, enquanto as relações sexuais entre mulheres não eram propriamente vistas como sexo e não geravam “desperdício do sêmen” – fundamental na conceituação medieval de sexo não reprodutivo. Por

⁷ Não encontramos uma tradução apropriada para esse conceito no português. Conforme será esclarecido nos parágrafos posteriores, ele pode ser lido como “similar-ao-lésbico” e teria relação com a experiência lésbica enquanto comportamentos e afinidades *entre* mulheres.

outro lado, esse termo se propõe a ir além dos textos clericais, de maneira a olhar mais profundamente para os vínculos femininos estabelecidos durante esse período.

O conceito de *lesbian-like*, cunhado por Bennett (2000, 2011) na década de 1990, busca expandir as possibilidades narrativas sobre a lesbianidade antes do século XIX e para além do contato sexual genital, transcendendo a noção de identidade e incluindo a história de mulheres que viveram de forma semelhante com as lésbicas de nossa época: desejando uma mulher, priorizando os relacionamentos feminino e resistindo ao casamento e à heterossexualidade compulsória. Além do material presente nos textos clericais e do enquadramento das relações entre mulheres na categoria da sodomia, por meio dessa noção podemos expandir nossa discussão, incluindo como material relevante uma ampla gama de comportamentos que acentuam o aspecto mais político da lesbianidade, enquanto relacionamentos *entre* mulheres e narrativas *de* e *sobre* mulheres, que não sejam falocêntricas ou heteronormativas.

Seguindo esse raciocínio, a autora enumera cinco categorias que podem ser incluídas como relevantes para se discutir as práticas “sexuais” entre mulheres na Idade Média, conforme enumeraremos a seguir: (1) as mulheres que tinham relação sexual com mulheres, independentemente de serem casadas ou religiosas; (2) aquelas cujos afetos se destinavam prioritariamente a outras, mesmo que sob a forma da amizade; (3) todas aquelas que resistiram ao casamento, sendo muitas vezes acusadas de bruxaria; (4) as mulheres se uniram em comunidades ou fraternidades, como é o caso de um grupo de ex-prostitutas de Montpellier; (5) as mulheres que como Joanna D’Arc ou a Estudante da Universidade de Cracóvia - cujo nome até hoje não foi descoberto – se travestiram para atingir seus objetivos, fossem esses lutar na guerra ou estudar; (6) as prostitutas que resistiram a se tornarem propriedade sexual – embora a discussão sobre a prostituição seja mais exaustiva do que essa consideração.

Todas essas mulheres, de alguma forma, não se conformaram com o lugar que lhes era destinado durante a Idade Média. Seu comportamento transgredia a norma da Igreja e as imposições do casamento, da virgindade e da frigidez. Somando-se às sodomitas e muitas vezes classificadas como bruxas, elas não se conformaram com as imposições da Igreja Católica e buscaram formas de vida entre pares ou em comunidades. Suas práticas, prioritariamente abordadas como um desvio e tratadas com intolerância, hoje nos restam como parte da história da sexualidade e como exemplos de resistência durante esse período.

Diferentemente do que ocorreu na Antiguidade, a Idade Média cavou sulcos e deixou marcas profundas na história das pessoas que se relacionam com outras do mesmo sexo. O pecado sodomita, tratado pelos códigos penitenciais durante a Alta Idade Média, se tornou a partir do século XII e das reformas gregorianas, objeto de uma legislação profundamente

repressiva que levou à uma politização da sexualidade, na medida em que a Igreja Católica faria dela uma questão de Estado. Após o Renascimento (IVX – XVI), com a entrada na Idade Moderna (XV – XVIII) e a transição para o capitalismo, a sexualidade da mulher – que durante a Idade Média ainda encontrava possibilidades de transgressão, por não ser uma preocupação prioritária – foi colocada a serviço dos homens e da reprodução e instalou-se uma verdadeira caça às bruxas que:

não só condenou a sexualidade feminina como fonte de todo mal, mas também representou o principal veículo para levar a cabo uma ampla reestruturação da vida sexual, que, ajustada à nova disciplina capitalista do trabalho, criminalizava qualquer atividade sexual que ameaçasse a procriação e a transmissão da propriedade dentro da família ou que diminuísse o tempo e a energia disponíveis para o trabalho (FEDERIC, 2017, p. 349 – 350).

A partir de então, diversas práticas da sexualidade foram proibidas como, por exemplo, a homossexualidade, a lesbianidade, o coito anal, a nudez, as danças e o sexo entre pessoas de idade ou classes sociais diferentes. Nessa época, a sodomia – entre muitas outras práticas sexuais – foi enquadrada como crime nas disposições legais das mais diversas regiões e, embora tivesse variações, a punição com a prisão ou a morte permaneceu sendo o destino das lésbicas e homossexuais na maior parte dos países do mundo⁸. A intolerância com a sexualidade tornou-se fervorosa em grande parte da Europa e “a perseguição aos homossexuais foi tão feroz que sua memória ainda está sedimentada em nossa linguagem. *Faggot*⁹ é um termo que remete ao fato de que os homossexuais eram, às vezes, usados para acender a fogueira onde as bruxas seriam queimadas, enquanto a palavra italiana *finocchio*¹⁰, que significa erva-doce, se referia à prática de esparramar essas plantas aromáticas nas fogueiras para mascara o fedor da carne ardente” (FEDERIC, 2017, p. 354 – 355).

⁸ No Brasil, por exemplo, a legislação portuguesa impôs a partir de 1521 a pena de morte para as relações homossexuais. Os atos lésbicos, por sua vez, foram incluídos na legislação em 1603, quando também passaram a ser penalizados. No ano de 1830, as mudanças promulgadas por Dom Pedro II no Novo Código Penal do Império, retiraram a punição à sodomia da legislação brasileira (GREENBERG, 1988; PAOLIELLO, 2013), mantendo o atentado ao pudor como crime, no qual era enquadrada qualquer ação considerada como ofensiva à moral e aos bons costumes. Na prática, a nova Lei era aplicada de acordo com a interpretação da autoridade responsável por julgar esses crimes, o que deu continuidade a repressão às condutas lésbicas e homossexuais. Para mais informações sobre o cenário brasileiro ver o livro “*Devassos no Paraíso: A homossexualidade no Brasil da colônia à atualidade*” (TREVISAN, 2000).

⁹ Ainda hoje, “*faggot*”, em inglês, “feixe de lenha para fogo” (FEDERIC, 2017) ou sua abreviação “*fag*” é um termo utilizado de forma ofensiva e pejorativa para desqualificar homens gays na América do Norte.

¹⁰ “*Finocchio*” é uma gíria italiana com o significado semelhante à expressão inglesa “*faggot*”.

1.3. Os perversos e os criminosos na Modernidade

Com a Revolução Francesa (1789 – 1799) teve início um período de virada na situação política das lésbicas e homossexuais. Em 1791, sob influência do Iluminismo e dos princípios de Igualdade, Liberdade e Fraternidade, a França foi o primeiro país do mundo a descriminalizar a sodomia e, a partir de então, a liberdade individual foi cada vez mais investida como um valor fundamental nas sociedades Ocidentais, o que levantou a discussão se o Estado deveria ou não interferir na vida privada da população. (GREENBERG, 1988; LANTERI-LAURA, 1994; PAOLIELLO, 2013).

Em 1810, o Código Penal do Império francês – na época governado por Napoleão Bonaparte – formalizou as medidas votadas em 1791 e modificou radicalmente a legislação sobre os costumes. Exceto pelo adultério, que poderia comprometer os laços de filiação, todas as práticas da sexualidade foram laicizadas, desde que exercidas em um ambiente privado, com consentimento e entre adultos – cabendo ao Estado intervir somente na proteção de menores de idade, na vigilância de atos praticados em vias públicas e na punição de abusos e violências sexuais. Enquanto os atos e práticas da sexualidade não eram mais passíveis de julgamento pela justiça francesa por si só, o que incluía a lesbianidade e a homossexualidade, os “textos ditos pornográficos, licenciosos, eróticos, lúbricos ou imorais, permanecem sob o alcance da lei como ‘ofensivos à moral pública’” (ROUDINESCO, 2008, p. 78), o que ocorreu, por exemplo, com os clássicos “*As flores do mal*” de Baudelaire e “*Madame Bovary*” de Flaubert, processados pelo Ministério Público em 1857.

Sumariamente, até o século XVIII, o catolicismo e o Estado permaneceram considerando as relações entre pessoas do mesmo sexo um pecado contra a natureza passível de punição com a fogueira e a situação política dessas populações – assim como de todas os outros sujeitos que exerciam a sexualidade por via da masturbação, felação, fetichismo, flagelação, etc. – começou a se modificar somente com a ascensão da burguesia, angariada em ideais liberais. Tendo a Igreja como inimiga, restava a classe burguesa se opor a seus posicionamentos: enquanto a primeira punia as sexualidades dissidentes, a segunda passou a defender a postura oposta, reivindicando uma maior tolerância com as diversas formas de gozo.

Uma complexificação desse cenário se impôs a partir do momento em que a burguesia tomou o poder e conquistou o direito de exercer seus prazeres sexuais livremente, desde que em ambientes privados e de forma consentida (ROUDINESCO, 2008), abandonando tanto a ideologia libertária quanto a atenção à religião. A postura tolerante diante das mais diversas práticas sexuais, defendida até então como uma estratégia política, deixou de ser importante e

restava para a sociedade somente o medo e fascínio despertado pelas expressões da vida sexual (LANTERIA-LAURA, 1994). Quando as instituições regulatórias da Antiguidade estavam ultrapassadas de longa data, a posição da Igreja já não servia e o liberalismo havia cumprido sua função, o terreno para uma nova etapa da história da sexualidade no Ocidente estava pronto: chegara a vez da medicina se debruçar sobre o assunto.

Fato é que a burguesia que, no ambiente privado exercia livremente sua sexualidade, não havia deixado sua moral astuciosa e puritana de lado e, tendo retirado das mãos do Estado o controle da sexualidade privada, se viu diante da necessidade de “inventar novas regras que lhes permitiam condenar as perversões sexuais pelas quais é aficionada, no recôndito das casas fechadas, sem com isso atirar à fogueira o povo dos perversos” (ROUDINESCO, 2008, p. 79). Para isto, a classe burguesa se valeu de duas disciplinas derivadas da psiquiatria – a sexologia e a criminologia –, lhes concedendo a importante tarefa de distinguir os bons e maus perversos, ou seja, aqueles que seriam considerados perigosos e os que poderiam, de alguma maneira, ser recuperados, atingindo um alto grau de civilização.

Nesse contexto, é criada uma vasta nomenclatura, da qual a psicanálise será, como veremos no terceiro capítulo, uma importante tributária e a perversão – ou deste ponto em diante, as perversões – se tornou “o nome genérico de todas as anomalias sexuais” (ROUDINESCO, 2008, p. 80). Estas foram então “esvaziadas de seu furor pornográfico” (ROUDINESCO, 2008, p. 78) e rebatizadas com nomes eruditos derivados do grego – por exemplo, zoofilia, necrofilia, pedofilia, travestismo, onanismo, sadismo, masoquismo etc. – que passaram a ser empregados pelos textos médicos, muitos deles escritos em latim e restritos aos praticantes da medicina e do direito. Com a sexologia, realizava-se, como descreve Foucault (1976, p. 114), uma “psiquiatrização do prazer perverso”, e criava-se um cenário onde o instinto sexual foi isolado, atrelado a condições biológicas específicas e dissecado, suas características foram analisadas e patologizadas e buscou-se normalizar tudo que era identificado como uma anomalia¹¹.

Com o estudo dos ditos perversos – entre as quais podemos citar o masturbador, as crianças com a sua sexualidade peculiar, a histérica que se recusava à procriação e a lésbica ou o homossexual que obtinham prazer com um semelhante –,

começou a se instaurar, em nome do Iluminismo, a idéia de que os Estados Modernos tinham o dever de governar o conjunto das práticas sexuais separando a norma da patologia, da mesma forma que antes a religião se aferrara a distinguir o vício da virtude. Polícia dos corpos e biocracia: este foi,

¹¹ Ver capítulo 2.2, página 59.

ao longo do século XIX, o programa estabelecido por uma burguesia triunfante preocupada em impor à sociedade uma nova moral sexual fundada na primazia da família dita sentimental ou romântica: felicidade das mulheres no casamento e na maternidade, apologia do pai como *pater familias*, protetor dos filhos (ROUDINESCO, 2008, p. 95).

Esse cenário foi agravado pelos acontecimentos que marcaram a Europa no ano de 1814. Com a renúncia e prisão de Napoleão Bonaparte, os países europeus se reuniram no Congresso de Viena (1814-1815) com o objetivo de reorganizar o território, após a revolução burguesa e as guerras napoleônicas, restaurando a ordem absolutista do Antigo Regime. Enquanto alguns Estados antes pertencentes ao Império francês, como a Itália, a Holanda, a Espanha e parte da Alemanha Ocidental, decidiram manter o Código Penal de 1810, outros optaram por substituí-lo, acrescentando ou mantendo a punição à sodomia em suas legislações¹². Este foi o caso da Alemanha e da Áustria – na medida em que apenas parte do território alemão foi conquistado por Napoleão, que não conseguiu conquistar a nação austríaca – que examinaremos mais detalhadamente, enquanto berços do ativismo homossexual e da psicanálise, respectivamente. Conforme sustentamos, o saber e o conhecimento científico se originam atrelados a contextos históricos, sociais e políticos, de maneira que não podemos proceder nossa análise, sem antes nos debruçarmos sobre o cenário específico que favoreceu a proliferação discursiva sobre a lesbianidade e a homossexualidade por três vieses, que discutiremos no segundo capítulo: o primeiro, mais progressista, encabeçado por Karl-Heinrich Ulrichs e Karoly Maria (Kertbeny) Benkert; o segundo, mais patologizante, onde destacaremos a autoria de Krafft-Ebing e Havelock Ellis; e o terceiro, mais político, ligado aos trabalhos de Magnus Hirschfeld, do Comitê Científico Humanitário e das ativistas lésbica.

Com o encerramento do Congresso de Viena, as fronteiras europeias foram retraçadas e, entre os territórios que surgiram nessa época, estava a Confederação Germânica, uma associação política de 38 Estados, que passou a reunir a maior parte dos países de língua germânica da Europa, entre os quais o Império Austríaco e o Reino da Prússia. No ano de 1848, a Primavera dos Povos explode na Europa Central e Oriental e populações com línguas e costumes diferentes “reivindicam a abolição dos antigos regimes monárquicos restaurados nos países onde a epopeia napoleônica havia anteriormente contribuído para a expansão dos ideais

¹² Foi necessário aguardar o século XX para que a tendência a descriminalizar as relações lésbicas e gays ganhasse força. Apesar de ter avançado, este processo ainda está em curso. Segundo relatório da *International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association* (2019), ainda hoje há leis que regulamentam e punem as relações afetivo-sexuais entre pessoas do mesmo gênero em 36% dos países do mundo, a maior parte destes localizados na África, na Ásia e na Oceania. A lesbianidade e a homossexualidade são consideradas crime em 44 países e outros 25 punem criminalizam apenas a homossexualidade masculina.

de 1789” (ROUDINESCO, 2016, p. 15), sendo estes a emancipação dos povos, a ideia de uma civilização universal fundada na prática política, o liberalismo e as melhores condições para a classe trabalhadora. Embora essas revoltas tenham sido reprimidas em toda a Europa, seus ideais perseveraram entre a classe média e os trabalhadores, enquanto a burguesia industrial reelaborou a ideia de nação, buscando unificar seus territórios. Em 1866, sob influência do ideal nacionalista que buscava restaurar a ordem mundial abalada pela eclosão dos movimentos pelo fim dos regimes monárquicos, Otto von Bismarck (1814 – 1898) – chanceler do Reino da Prússia – deu início à uma política de unificação da Alemanha, que excluía a Áustria de seu território. Com o fim da guerra Austro-Prussiana, em agosto de 1866, o Império Alemão (*Reich*) foi unificado e se iniciaram os trabalhos para a criação de uma legislação única, válida para todo o território.

Em “*A Alemanha de Schreber: uma história secreta da Modernidade*”, Santner (1997, p. 28) discorre sobre os acontecimentos ocorridos na Alemanha na passagem do século XIX para o XX e nos fornece uma chave conceitual importante para compreender as discussões sobre a homossexualidade que – como veremos no segundo capítulo¹³ – centraram-se em torno da legislação. Como analisa o autor, a preparação de uma legislação única para o *Reich*, entre os anos de 1874 e 1896, foi “um dos sítios principais em que a sociedade alemã confrontou as mudanças sociais radicais associadas à modernização e à formação do Estado, bem como os sentidos cambiantes da identidade nacional, num período de turbulência e contestação culturais”. O fato é que, a efetivação de uma lei única que vigoraria em todo o Império escancarava as marcantes diferenças entre os Estados que o compunham, não apenas no que se referia à legislação de cada um dos seus territórios, mas também “as necessidades e interesses dos novos eleitorados sociais cujos contornos vinham tomando forma na esteira da industrialização e da urbanização que dominaram as últimas décadas do século XIX” (SANTNER, 1997, p. 28).

Nesse contexto, o Parágrafo 175 do Código Penal – antes válido apenas para alguns Estados do território alemão –, tornou-se uma lei em todo o *Reich*, estabelecendo que “o ato sexual entre dois homens ou com animais deve ser punido com o aprisionamento; o veredicto pode também incluir a perda dos direitos civis” (PARAGRAPH 175, 1871, p. 63, tradução nossa). De acordo com esta legislação, somente a *sodomia* masculina seria passível de punição na esfera penal, sendo o homossexual estigmatizado e julgado apenas se quisesse viver de

¹³ Ver capítulo 2.1 e 2.4.

acordo com sua orientação sexual ou exercer o seu desejo (LANTERI-LAURA, 1994; ROUDINESCO, 2008).

Durante esse período, a burguesia liberal alemã, a elite intelectual e o regime imperial ansiavam por modernização e desejavam angariar a Alemanha a uma liderança mundial na cultura e no comércio. A relativa emancipação dos judeus no século XIX e a rápida urbanização resultaram em mudanças sociais, despertando na classe média ideais reformistas. Diante disso, “a neutralidade social e política da lei” (SANTNER, 1997, p. 28) ocupou um lugar central nos debates, na medida em que os adeptos da abordagem positivista do direito romano “interessavam-se sobretudo pelos aspectos técnicos da interpretação e sistematização legais, abstraindo-se ostensivamente das questões da justificação moral, social ou política” (SANTNER, 1997, p. 29), restringindo o grau de criatividade admitida no código, o que confrontava os que eram favoráveis a uma legislação adaptável à uma sociedade em rápida transformação.

Em 1888, quando o projeto legislativo foi tornado público para a sociedade, os compromissos sociais, morais e políticos que estavam por trás da suposta neutralidade positivista da lei foram escancarados, em um código que se adequava sobretudo aos proprietários e empresários, ao postular o livre exercício da escolha individual no âmbito contratual e da propriedade, defendendo interesses de classe, em detrimento do que atenderia à toda a nação.

O debate entre os positivistas e seus vários críticos da direita e da esquerda, portanto, não foi um debate entre uma jurisprudência “pura” e fundamentalmente “conceitual”, de um lado, e outra maculada por interesses setoriais, de outro, mas um debate entre diferentes concepções da sociedade; numa palavra, foi o antagonismo *social*, e não meramente jurídico-filosófico (SANTNER, 1996, p. 29, grifo do autor).

É justamente neste período, mais precisamente nas três últimas décadas do século XX, que despontaram no Império Alemão e em seu território vizinho, o Império Austríaco, importantes reivindicações que questionavam a esfera legislativa, amparando-se nos resquícios dos ideais iluministas que tinha vigorado na Primavera dos Povos. São estes o movimento sufragista¹⁴, que ganhou força entre as mulheres brancas de classe média amparadas na ideia de que para mudar o Estado era necessário se integrar a ele, greves e organizações operárias, que passaram a reivindicar melhoras na legislação trabalhista, e o ativismo homossexual¹⁵, cuja principal pauta era justamente a revogação da legislação que criminalizava o ato sexual entre

¹⁴ Retomaremos este tema no capítulo 2.5, página 86.

¹⁵ Retomaremos este tema nos capítulos 2.4 e 2.5.

pessoas do mesmo sexo e dialogará com a sexologia, que há poucas décadas se ocupava das perversões.

Antes que nos dediquemos a essas questões, faz-se necessário que discorramos sobre os destinos do Império Austríaco no período que sucedeu a Primavera dos Povos e a extinção da Confederação Germânica. Em 1867, após a Guerra Austro-Prussiana, a ascensão do nacionalismo e a perda da influência na península itálica – resultado de uma guerra contra o Reino da Sardenha ocorrida em 1859 –, a Áustria se encontrava em um período de decadência e, como política de contenção de crise, o imperador Francisco José (1830 – 1916) aceitou dividir o seu território com o Reino da Hungria, fundando uma dupla monarquia, o Império Austro-Húngaro (1867 – 1918). Com duas capitais, Viena e Budapest, onde foram estabelecidos parlamentos distintos que definiam leis para cada um dos territórios – exceto no que se referia à administração da política externa, da economia e da defesa – o Império, sob liderança de Francisco José, tornou-se uma grande potência mundial.

Na parcela austríaca da Dupla Monarquia, onde desde 1848 os liberais lutavam por mudanças políticas tanto na monarquia dos Habsburgos, quanto na cidade de Viena, o ano de 1867 marcou também a conquista de uma nova Constituição, que trazia a “promessa de uma completa liberdade de consciência, algo de singular importância na Áustria clerical e aristocrática” (ROSE, 2019, p. 217). A fundação de um ministério liberal, que ampliou os poderes do parlamento, reascendia as promessas de proteção à classe média – em especial à classe média judaica –, de reforma política e cultural, de maiores direitos individuais e de maior laicização da educação. Mas, esse processo foi rapidamente suprimido, na medida em que o Partido Liberal se manteve no poder a partir de significativas concessões à monarquia e aos funcionários do Império, até ter suas propostas definitivamente derrotadas pelo ministério conservador do conde Taaffe, em 1878 (ROSE, 2019).

No que se refere à legislação sobre os relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo, faz-se necessário ressaltar que o Império Austríaco nunca esteve sob a égide do Código Penal do Império francês, na medida em que suas terras não foram conquistadas por Napoleão. Aristocrática e massivamente influenciada pelo catolicismo, a Áustria proibia e punia os relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo desde a Idade Média, acrescentando em 1852 o Parágrafo 129(b)¹⁶ ao seu Código Penal. Intitulado “atentado ao pudor” esse parágrafo da legislação enquadrava uma ampla gama de comportamentos sexuais – como por exemplo a luxúria e o sexo com animais – e seu artigo “b” dedicava-se especificamente à questão da

¹⁶ O Parágrafo 129(b) foi revogado apenas em 1971.

lesbianidade e da homossexualidade, criminalizando todas as formas de relacionamento entre pessoas do mesmo sexo, fossem homens ou mulheres, e também todas os tipos de práticas sexuais – não se restringindo ao coito e incluindo beijos, masturbação mútua e flerte –, passíveis de punição com o mínimo de um e o máximo de cinco anos de prisão (KRICKLER, 2008; SPECTOR, 2016).

Embora em Viena, capital do Império, o Partido Liberal tenha se mantido no poder até 1897, quando foi derrotado por Karl Lueger (1844 – 1910) – representante de um movimento cristão, populista e antisemita –, o avanço conservador vivido pela Áustria se acirrou em maio de 1873, quando concomitantemente explodiram uma epidemia de cólera e uma crise financeira, precipitando o abandono das reformas almejadas desde 1848 e levando a classe média liberal e os intelectuais austríacos a “procuraram uma parceria cultura e política com a aristocracia”, assimilando-se à ela por meio da integração cultural. “Para consolidar sua aliança com a pequena nobreza e com os administradores imperiais, industrias, banqueiros, advogados e professores vienenses, promoveram a cultura estética pela instrução e pelo patrocínio de artes plásticas, teatro e música” (ROSE, 2019, p. 219 – 220).

É nesse contexto que Viena se torna um polo de efervescência cultural e de profunda contradição no final do século XIX. Como descreve Mezan (2003) em “*Freud: a conquista do proibido*”, Viena era célebre na música, com Mozart, Beethoven, Schubert, Mahler, Brahms, entre outros, capital de um império que congregava diferentes povos e de um folclore musical rico, cujo poder da aristocracia garantia a existência de orquestras e compositores, mas o conservadorismo de seu público permanecia indiferente aos seus brilhantes musicistas, não apreciando as revoluções musicais da qual a cidade foi palco. Era também uma cidade moderna, na época recém edificada por uma burguesia que “considerando-se herdeira de todo o passado da humanidade, quis dar a cada prédio uma aparência que traduzisse a essência da instituição nele abrigada” (MEZAN, 2003, p. 57) e que, ao não conseguir criar um estilo próprio, construía grandes avenidas e edifícios monumentais, que remetiam da democracia ateniense ao Renascimento, tentando rememorar com cada prédio um passado histórico.

Contudo, por trás da cidade que buscava rejeitar tudo que pudesse remeter à desordem, fosse a música, a arquitetura ou uma greve operária, e que se escondia atrás da figura do imperador, buscando preservar a imagem de uma sociedade imaginariamente indivisa, Viena era o centro de um Império que passava por profundas lutas sociais e nacionais. “Diante destes processos desagregadores, a monarquia adota a atitude do imobilismo, dando a impressão de uma solidez que na verdade inexiste” (MEZAN, 2003, p. 58) e classe média liberal sufoca suas reivindicações em nome da assimilação com um passado e uma aristocracia que não lhe servia.

Viena era também concomitantemente abrigo da população judaica e um importante palco da explosão do antissemitismo. Em 1848, com a Primavera dos Povos, os judeus do Império Austríaco – que aspiravam a emancipação obtida na França em 1791 – haviam conquistado importantes direitos civis e políticos, julgando poder escapar das antigas perseguições por via da integração à burguesa industrial e ao meio intelectual. De fato, durante toda a segunda metade do século XIX, Viena tornara-se um importante polo de migração da população judaica da Europa Oriental, que passou a ocupar postos importantes na indústria têxtil, nas cadeiras da Universidade¹⁷, no sistema financeiro, no comércio, na administração industrial e também na medicina, na advocacia, na imprensa local, no magistrado, nas artes e na música (DECKER, 1991; ROUDINESCO, 2016).

Com a explosão da crise de 1873, os judeus vienenses foram responsabilizados pela desestabilização financeira e a Viena que se tornava seu abrigo assistiu de perto a escalada do antissemitismo, que ao tornar-se uma visão de mundo, lembrou a população judaica assimilada de sua origem. Paulatinamente, os judeus filhos dos migrantes, que haviam se integrado amplamente a cultura, ao comércio e ao meio intelectual de Viena, foram abandonando seus vínculos com um passado religioso tradicional e afastando-se cada vez mais da cultura que haviam deixado para trás. O fato é que, a desestabilização econômica fortaleceu o Partido Social Cristão que, desde o avanço liberal objetivava retomar o poder, e permitiu o avanço do antissemitismo, racionalizado a partir do argumento de que este seria científico e baseado em uma nova definição de raça. Daí em diante, os partidos políticos passaram a acrescentar pautas antisemitas em seus programas e, em 1882, os artesãos – que se sentiam prejudicados pelos judeus – fundaram a Associação da Reforma Austríaca (*Österreichischer Reformverein*), que se tornaria o maior órgão do antissemitismo vienense. Na virada do ano 1900, passado meio século do processo de emancipação e assimilação dos judeus austríacos, parte da população de Viena voltava a falar da “questão judaica” e a exhibir caricaturas e imagens pejorativas dos judeus na imprensa, enquanto o antissemitismo se alastrava entre suas próprias vítimas, sob forma da conversão ao catolicismo e do ódio de si judeu – aspecto é muito bem representado pela análise de duas importantes publicações que circulavam em Viena nessa época. Tanto o periódico “*Die Fackel*” (“A tocha”), dirigido pelo jornalista judeu e profundamente antisemita Karl Kraus (1874 – 1936)¹⁸, quanto a obra “*Sexo e caráter*”,

¹⁷ A crescente presença dos judeus na Universidade é analisada por Decker (1991), que afirma que em 1880 os judeus eram aproximadamente dez por cento da população vienense, mas ocupavam quarenta por cento das vagas do curso de medicina e vinte cinco por cento das vagas do curso de direito da Universidade de Viena.

¹⁸ Karl Kraus (1874 – 1936) foi um poeta, dramaturgo e jornalista austríaco que atingiu grande popularidade na modernidade vienense do fim do século XIX. Nascido na Bósnia e judeu, mudou-se com sua família para a capital

publicada em 1903 pelo filho de um judeu-antisemita, Otto Weininger (1880 – 1903)¹⁹, demonstram como o antissemitismo rapidamente se assimilou à misoginia²⁰, associando a suposta inferioridade dos judeus à feminilidade, considerando tanto os homens judeus, quanto as mulheres, pessoas amorais, lascivas e pouco dotadas de racionalidade (DECKER, 1991).

Para as mulheres, Viena era também o terreno de amplas contradições, que se escancaravam na incompatibilidade entre seus desejos e o lugar por elas ocupado na sociedade e, principalmente, no contraste entre as vivências das mulheres proletárias e burguesas. Como descreve Bertin (1990) no livro *“A mulher em Viena nos tempos de Freud”*, em 1895, oitenta e cinco por cento das mulheres que trabalhavam na capital austríaca eram operárias que, além do chão de fábrica, ocupavam também os ofícios de lavadeiras, passadeiras e costureiras. Submetidas à exploração, a fome, a doença, a falta de higiene e instaladas em moradias precárias e superpovoadas, as mulheres proletárias recebiam menos que os homens e habitavam alguns poucos edifícios na periferia vienense, que em nada lembravam a arquitetura do centro da cidade. Mesmo que, entre 1879 e 1893, a Áustria tivesse implementado uma das melhores legislações trabalhistas do final do século XIX – estabelecendo uma jornada máxima de onze horas de trabalho, fixando um limite para o emprego de mulheres e crianças, reduzindo o trabalho noturno, estabelecendo o descanso obrigatório aos domingos e garantindo que doenças e acidentes fossem em parte assumidos pela administração das indústrias, que pagariam um previdência social e inspecionariam os locais de trabalho –, esses direitos ainda davam poucas garantias às proletárias, pois o capitalismo “incorporou massivamente as mulheres ao trabalho industrial como mão de obra mais barata e submissa do que os homens” (GARCIA, 2011, p. 65). Diante disso, em 1893, as operárias declararam sua primeira greve em uma manufatura têxtil de Viena e, reunindo setecentas mulheres, reivindicavam a redução da jornada e trabalho e melhores condições.

No centro da capital, as mulheres da classe média burguesa mal tinham notícias do que ocorria entre as integrantes do operariado, pois sua realidade era outra. Criadas de maneira rígida, sabiam que era esperado que elas aceitassem os costumes e preenchessem com devoção e boa vontade os lugares que os homens lhes destinavam, ocupando-se do lar e do bem-estar da

austríaca em 1887. Fundou em 1899 a revista *“Die Fackel”* (*“A tocha”*), da qual foi o principal redator e, no mesmo ano, converteu-se ao catolicismo. Adepto do ódio de si judeu e um grande sátiro da sociedade de sua época, denunciava a corrupção na imprensa e no Império. Foi analisado por Fritz Wittels e, ao longo de sua vida, se tornou um grande crítico da psicanálise (ROUDINESCO; PLON, 1998).

¹⁹ Otto Weininger (1880 – 1903) foi um filósofo nascido em Viena e de origem judaica. Converteu-se ao protestantismo em 1902 e, no ano seguinte, publicou a obra *“Sexo e caráter”*, que atingiu grande popularidade após seu suicídio, em 1903 (ROUDINESCO; PLON, 1998). Seu destino e o de Freud se cruzaram em uma querela em torno da noção de bissexualidade, que discutiremos no capítulo 5, página 136.

²⁰ A relação da misoginia com o antissemitismo será desdobrada no capítulo 2, página 206.

família. Submetidas à autoridade masculina, inspiravam-se na nobreza e cumpriam com o que lhes foi ensinado pela tradição, permanecendo à margem do mundo masculino, do trabalho e dos estudos. Pouco a pouco, algumas delas começariam a esboçar à insatisfação, e a histeria – com suas convulsões corporais e sufocações – se tornaria “em toda a Europa a expressão de uma revolta impotente das mulheres contra um poder patriarcal assombrado pelo espectro de uma possível feminização do corpo social” (ROUDINESCO, 2016, p. 60) que, em Viena, ocorreria no seio das famílias burguesas.

No que se refere à educação, as mulheres também tinham poucos privilégios. Desde 1774, a Imperatriz Maria Teresa (1717 – 1780) havia estabelecido a educação obrigatória para ambos os sexos entre os seis e os doze anos e as escolas públicas, cuja responsabilidade era da Igreja Católica, ensinavam as crianças a ler, escrever e contar, além da história sagrada e as regras da higiene e da moral. Em 1861, a educação tornou-se uma responsabilidade do Estado e, em 1869, escolas concordatárias afastadas passaram a se ocupar da educação das jovens, que não frequentavam as mesmas instituições educacionais que os rapazes. Enquanto as operárias não prolongavam seus estudos, dado que esse direito não lhes era garantido e elas precisavam trabalhar para colaborar com o sustento da família, as mulheres cujos pais podiam pagar frequentavam escolas particulares, geralmente pensionatos religiosos, ou eram ensinadas por preceptoras. Até 1878, não era autorizado que as mulheres fizessem o exame de “maturidade” – que atestava o fim do que hoje podemos chamar de educação básica – e, após essa data, o atestado fornecido não contava com a cláusula que permitia a entrada na Universidade. Dessa forma, restava as jovens que se formavam a alternativa de se tornarem professoras primárias ou o ingresso em uma das escolas de formação superior para mulheres – fundadas em 1871 –, onde se ensinavam as habilidades ditas femininas. Em 1902, são criadas escolas intermediárias, onde as jovens podem aprender matemática, línguas, ciências naturais e física e em 1904 são fundados seis ginásios para mulheres em Viena, que se expandirão até 1919, quando as mulheres passarão a ser aceitas nas escolas até então masculinas. Nesse meio tempo, com o trabalho das organizações feminista, se tornaria possível também que as mulheres burguesas e de classe média, entrassem na Universidade e no mundo do trabalho (BERTIN, 1990).

Quando Viena do *fin-de-siècle* atingiu o ápice de sua efervescência cultural, esta era uma cidade povoada pela contradição explicitada na disputa entre o liberalismo progressista e o conservadorismo católico e aristocrático, na participação importante dos judeus no meio intelectual em contraste com o antissemitismo crescente, na distância entre as vivências das mulheres operárias e burguesas, na diferença entre as aspirações femininas e os lugares que as mulheres ocupavam na sociedade e na própria desigualdade social que se via nas ruas da cidade

e, principalmente, na oposição entre a realidade da capital e a vida dos povos camponeses trabalhadores, marcada pela pobreza. E, justamente a geração que atinge a maturidade entre 1895 e 1905 – e a qual integram Freud e os primeiros psicanalistas –, não aderirá totalmente “à herança liberal e a seus dilemas” e, ao nutrir um importante sentimento de indignação moral e se opor “à assimilação religiosa plena [...] [e a] integração culturas às classes superiores” (ROSE, 2019, p. 220), preconizará um importante movimento de renovação em todas as áreas, criticando o estado de coisas da época e a atmosfera opressiva que silenciosamente imperava em Viena.

O fato é que, nestes poucos anos, surgem movimentos de renovação em todas as áreas. A arquitetura de despoja do excesso antifuncional da ornamentação; a pintura, com Klint e o grupo de *Sezession*, rompe com o academicismo e se lança à busca de formas ora mais oníricas e ora mais geométricas; na literatura, na música, na filosofia, surgem tendências cujo denominador comum é o esforço para liberar o meio de expressão das convenções até então admitidas, que passam a ser percebidas como incapazes de traduzir o conteúdo desejado. Vão aparecer assim o expressionismo, o simbolismo, o dodecafonismo e, no outro extremo, a preocupação pela pureza das formas e pela funcionalidade do objeto que conduzirá à Bauhaus. É como se a sensação difusa de sufocamento, de estranheza, de não-reconhecimento de si nas formas convencionais buscasse alívio, seja na manifestação de conteúdos até então considerados impróprios para a expressão artística (o grotesco, o onírico), seja pelo refinamento do meio expressivo, até o ponto de este se tornar digno de consideração por si mesmo e quase autônomo em relação ao que se exprime através dele (MEZAN, 2003, p. 59 – 60).

É nessa época que Sigmund Freud inventa a psicanálise, que será contemporânea de todo esse processo de transformação cultural e com a qual os primeiros psicanalistas passarão a contribuir a partir de 1902, desenvolvendo uma vasta literatura, que incluirá uma importante produção sobre a questão da lesbianidade e da homossexualidade. Em resumo, retornando ao nosso tema de pesquisa, as mudanças preconizadas pela Revolução Francesa – com seus ideais liberais de emancipação – e a descriminalização da sodomia – possibilitada pelo Código do Império francês em uma parte significativa do território da Europa Ocidental e Central – tiveram uma inestimável importância para a situação social e política das lésbicas e gays.

Por um lado, a ideia de uma civilização universal fundada na prática política, retomada na Primavera dos Povos de 1848, possibilitaria que, pela primeira vez, a homossexualidade e a lesbianidade pudessem integrar o debate público, a partir da discussão com os governos e nações (BLASIUS; PHELAN, 1997) que se organizou principalmente em torno da revogação do Parágrafo 175 do Código Penal do Império Alemão, mas encontrou ressonâncias também em Viena, capital que estava sob égide do Parágrafo 129(b) e que, nessa época, atravessava um período de contradições e renovações culturais – da qual a psicanálise será parte. Por outro lado,

a burguesia que pudera livremente exercer seus prazeres e sua sexualidade na vida privada após a modificação da legislação sobre os costumes, no ano de 1810, não abandonou seu moralismo puritano e encontrou na psiquiatria – particularmente na sexologia e na criminologia – uma poderosa arma para condenar as perversões sexuais e para distinguir entre os ditos perversos, aqueles que seriam considerados perigosos e os que poderiam ser recuperados, dando largada para uma vasta literatura médico-psiquiátrica que passou a se dedicar as questões da sexualidade, o que incluiu a lesbianidade e a homossexualidade. Na virada do século XIX, estes processos que atravessaram o debate progressista sobre a legislação e o conhecimento da psiquiatria puderam, pela primeira vez, se organizar em um movimento político lésbico e homossexual, que surgiu na Alemanha com Magnus Hirschfeld.

O fato é que, ao final dos anos 1800, os relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo ocupavam, mais uma vez, um lugar privilegiado nos debates sobre os prazeres e práticas sexuais e, enquanto uma ampla gama de discursos sobre esse tema se proliferou por meio dos ativistas e dos médicos, a homossexualidade que, outrora tinha sido uma instituição na Antiguidade, um pecado na Idade Média e um crime na Idade Moderna, “torna-se, ao longo de todo esse século da ciência, uma perversão à parte, ou, antes, a parte mais obscura da perversão” (ROUDINESCO, 2008, p. 87).

2. OS DISCURSOS SOBRE A LESBIANIDADE E A HOMOSSEXUALIDADE NOS PAÍSES GERMÂNICOS DA VIRADA DO SÉCULO XIX

But you need to have courage, mind, courage. Take this courage, my sisters, and show that you have as much right to exist and to love as the "normal" world! Defy this world, and they will tolerate you, they will acknowledge you, and they will even envy you! Raise the weapons! You must and you will succeed. I've done it. Why shouldn't you all, every single one of you, succeed?

E. Krause, Leipzig, 1901.

Em nosso primeiro capítulo, vimos como a situação política das lésbicas e dos homossexuais se alterou entre a Antiguidade Clássica e o século XIX, época em que os discursos sobre a lesbianidade e a homossexualidade se proliferaram. Após a Revolução Francesa e a Primavera dos Povos, esses sujeitos puderam, pela primeira vez, ver suas demandas integrarem o debate público, a partir do diálogo com os governos e nações a respeito do Parágrafo 175 do Código Penal do Império Alemão. Ao mesmo tempo, seguindo os imperativos da moral burguesa, a sexologia se ocupou de estudar, descrever e catalogar as perversões, fazendo da lesbianidade e da homossexualidade objetos do saber científico. Poucos anos mais tarde, no final da década de 1890, os homossexuais e as lésbicas poderiam, pela primeira vez, se organizar politicamente, posicionando-se enquanto sujeitos que falam sobre si e narram sua própria história.

Proseguiremos nossa narrativa explorando o conjunto de discursos sobre as lésbicas e os homossexuais que surgiu nos países germânicos ocidentais, mais precisamente na Áustria, na Alemanha e na Inglaterra, durante a segunda metade do século XIX. Veremos que, nas obras dos autores que abordaremos, se encontram ideias e descrições importantes sobre o que é a homossexualidade, quem eram os homossexuais, como se comportavam as lésbicas, do que se tratava a lesbianidade, qual era o papel do Estado diante dos relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo, qual era sua origem, entre outros temas. Esse corpo de ideias, que comporá um contexto complexo e multifacetado, será fundamental para os primeiros psicanalistas, que também integrarão esse debate no início do novo século.

2.1. Ulrichs, Benkert e o nascimento de um sujeito político

A primeira formulação que buscou contrapor a ideia do sodomita foi elaborada pelo alemão Karl-Heinrich Ulrichs (1825 – 1895). Ex-procurador de justiça, motivado por sua experiência pessoal de violência social e do Estado perante sua homossexualidade, ele deixou

sua carreira para se dedicar a elaboração teórica e ao ativismo político, publicando entre os anos de 1864 e 1879 uma coletânea de textos sobre a homossexualidade²¹. A argumentação de Ulrichs (1870, 1879) se baseava predominantemente na ideia da existência de uma natureza “homossexual”, que não poderia ser curada ou contraposta. Lançando mão de dados demográficos para comprovar que esta existia em uma quantidade significativa de indivíduos provenientes de diversas classes sociais, o autor buscou descrever esses sujeitos, denominados por ele como *uranistas*²².

Embora esse termo, cunhado do “*Banquete*” de Platão, tenha caído em desuso no século XX, o esquema utilizado nas descrições de Ulrichs muito nos interessa. Conforme pode ser observado abaixo, o autor propôs uma distinção entre três categorias de pessoas, marcadas por seus comportamentos sexuais:

(1) <i>Uranistas</i>	a) <i>Uranianos</i>	Pessoas que se relacionam com o mesmo sexo
	b) <i>Uranianas</i>	
(2) <i>Dionings</i>	a) Homens	Pessoas que se relacionam com o sexo oposto
	b) Mulheres	
(3) <i>Uranodionings</i>	Homens e mulheres	Pessoas que se relacionam com ambos os sexos

Essa divisão não era meramente esquemática. De acordo com Ulrichs (1870), o *uranista* – indivíduo que se relacionava afetivo-sexualmente com pessoas do mesmo sexo – não poderia ser homem nem mulher, pertencendo a um terceiro-sexo. Fundamentalmente hermafroditas, essas pessoas estavam submetidas a uma lei da natureza diferente das demais (os *Dionings*), e seu desejo pelo sexo semelhante se justificava na medida em que seu corpo se opunha a sua psique. Os *uranianos* eram pessoas com a alma de mulher presa em um corpo de homem e as *uranianas*, aquelas que possuíam a alma de homem, confinada em um corpo feminino.

²¹ Para a elaboração deste trabalho foram utilizados os textos “*Araxes: Appeal for the liberation of the urning’s nature from penal law. To the imperial assemblies of the North Germany and Austria*” (ULRICHS, 1870) e “*Critical Arrow*” (ULRICHS, 1879), onde o autor sumariza suas proposições formuladas nos anos precedentes.

²² Ulrichs utilizava o termo “*Urnings*” ou “*Uranians*” para se referir aos homens e “*Uraniads*” para se referir as mulheres. Embora a tradução para o português tenha priorizado o uso do termo *uranista* ou *uraniano* para ambos os casos, buscaremos manter a distinção proposta pelo autor. Dessa forma, nos referiremos ao termo no feminino (*uranianas*) quando tratarmos de mulheres e no masculino (*uranianos*) quando nos referirmos aos homens. O termo *uranista* será utilizado quando tratarmos de ambos. As demais nomenclaturas adotadas pelo autor foram mantidas conforme o texto original por não termos encontrado nenhuma palavra apropriada para substituí-las.

Um verdadeiro homem sentir um amor sexual por outro homem é impossível. Os uranistas não são verdadeiros homens, mas uma mistura de homens e mulheres. Somente são homens em suas condições físicas. O impulso amoroso inerente a eles, por outro lado, é característico de uma mulher (ULRICHS, 1870, p. 64, tradução nossa).

Dito de outra forma, a teoria de Ulrichs (1879) buscava justificar porque era impossível para os uranistas terem relações heterossexuais, advertindo que não deveria ser atribuída nenhuma causa para a existência dessas pessoas, considerada como uma característica da natureza, que não deveria ser tomada como uma doença. Para ele, a ligação entre essas práticas sexuais e o adoecimento se devia única e exclusivamente ao fato de que aqueles que propunham esse vínculo, como por exemplo Krafft-Ebing e Westphal²³, realizavam suas observações prioritariamente em hospitais psiquiátricos, limitando seus estudos a pessoas que possuíam alguma questão de saúde mental análoga.

Baseando-se em observações mais amplas, o autor propôs um esquema que descrevia o comportamento dos uranistas, afirmando que o mais típico era que essas pessoas – biologicamente homens ou mulheres – tivessem em seu corpo e trejeitos o comportamento considerado na época como típico do sexo oposto, sendo verdadeiros hermafroditas. No entanto, conforme ele aponta, tais características poderiam variar gradualmente, passando pelo ponto em que somente sua orientação sexual os diferisse dos *Dionings* (heterossexuais) e chegando aos “verdadeiros” homens ou mulheres, cujo comportamento e o desejo estavam de acordo com o que era socialmente esperado.

A apresentação de um contínuo no que se refere ao corpo e ao comportamento, no qual qualquer um podia se posicionar em qualquer ponto, já demonstra a fragilidade da teoria de Ulrichs. Excessivamente influenciado pelos estereótipos de gênero, suas proposições mantinham os papéis destinados aos homens e mulheres estáticos, em um momento que o feminismo sufragista começava a questionar essas proposições²⁴. A ideia de duas mulheres ou dois homens se amarem era inconcebível, a não ser que esses pertencessem a um terceiro sexo e, no geral, tivessem características físicas diferentes dos demais.

Se, por um lado, as formulações de Ulrichs podem ser consideradas bastante conservadoras e datadas, a função política de seu posicionamento é inegável. Objetivando reivindicar direitos para esses sujeitos, ele advogava contra a criminalização das relações uranistas – que incluía as mulheres somente no caso do Império Austro-húngaro. Sua discussão

²³ Ver capítulo 2.2.

²⁴ Ver capítulo 2.5, página 86.

operava no sentido de humanizar as pessoas que amam outras do mesmo sexo, de maneira a reivindicar um novo tratamento social para elas. Conforme ele argumentava:

o uranista também é um ser humano. Ele também tem *direitos humanos*. [...] O uranista também é um cidadão do Estado. Ele também tem direitos civis: correspondentemente, o Estado também tem deveres a cumprir vis-à-vis. Este não tem o direito de se deixar ser guiado pela cegueira ou arbitrariedade, um zelo persecutório. *O Estado não tem o direito de tratar os uranistas como homens sem direitos, como até agora tem feito*. [...] O amor uranista com estas restrições [realizado entre adultos, com consentimento, sem violação do espaço público] não é verdadeiramente um crime em nenhum lugar. Sequer é má conduta, pois é simplesmente o cumprimento da lei da natureza. Este não deve figurar entre os vários crimes *imaginários* que, para a vergonha da civilização humana, tem manchado a legislação europeia (ULRICHS, 1870, p. 64 – 65, tradução nossa, grifo do autor).

Em sua época, a descriminalização era um objetivo suficiente, que permitiria extinguir a perseguição estatal à lesbianidade e à homossexualidade. A criação de um sujeito político homossexual iniciada por Ulrichs foi encorajada pela publicação de duas cartas endereçadas ao governo da Prússia onde Karoly Maria (Kertbeny) Benkert (1824 – 1882), seu interlocutor, tornou público o termo homossexualidade – utilizado até os dias atuais.

Jornalista, escrito e poeta nascido em Viena, Benkert alegava ter se interessado pela questão da homossexualidade em razão da morte de um amigo próximo e homossexual, que teria se suicidado após ser vítima de chantagem e extorsão. Escreveu pelo menos vinte e cinco livros e traduziu obras de poetas e escritores húngaros para o alemão. Tomou parte do debate contra as punições legais à sodomia masculina, solicitando a revogação do Parágrafo 143 do Código Penal da Prússia que, poucos anos mais tarde, se tornaria o Parágrafo 175 do Código Penal do Império Germânico. Afirmando que esses sujeitos eram uma “minoria²⁵” que não deveria ser criminalizada, Benkert (1869, p. 71, tradução nossa) questionava:

Eles ainda desejam manter a visão medieval dos excessos da sexualidade? Eles ainda querem permitir que os mesmos atos da grande maioria das naturezas heterossexuais sejam impunes, mas punir os relacionamentos da pequena minoria das naturezas homossexuais como verdadeiros criminosos endurecidos e brutais e até mesmo declará-los como desonrosos? Isso não é apenas injusto, é um absurdo imperdoável do lugar que estamos na visão do mundo.

²⁵ A ideia da população LGBTQI+ se constituir como uma minoria demográfica era bastante frequente na época e foi contestada somente pelo ativismo norte-americano. Um importante precursor desse debate foi Alfred Kinsey que em 1948 publicou um estudo demonstrando que as relações homossexuais têm maior incidência do que se pensava até então e que sua prevalência não está atrelada à questão de classe (SIMÕES; FACCHINI, 2009).

Atendo-se a uma visão legalista e defendendo ideais liberais, ele clamava pela não interferência do Estado em nenhum tipo de exercício da sexualidade, afirmando que os indivíduos deveriam ter uma vida livre, regida pelo desejo, desde este não violasse os direitos alheios e os demais parâmetros da legislação. Como as relações entre mulheres não eram visadas pelo Código Penal prussiano, sua argumentação situava as lésbicas e as pessoas heterossexuais em um mesmo conjunto, enfatizando que o sexo em ambos os casos não era punido por lei, assim como a sodomia masculina não deveria ser.

Embora seu raciocínio tenha coerência interna, Benkert perdia de vista que a situação das lésbicas não era de todo favorável. Conforme desdobraremos adiante²⁶, desde esse momento já se esboçava a ausência de lugar para essas mulheres no campo de debates da época: suas questões ultrapassavam as pautas do feminismo sufragista (mesmo quando fossem lésbicas de classe média) e, ao mesmo tempo, não eram absolutamente legitimadas pelos defensores dos direitos homossexuais. Por não serem criminalizadas e enquanto mulheres em uma sociedade misógina e patriarcal, o espaço para que elas integrassem o debate das pautas homossexuais era menor, dado que os discursos dos ativistas eram predominantemente voltados à situação dos homens.

No que concerne à caracterização da figura do homossexual, Benkert seguia a linha argumentativa de Ulrichs, também defendendo a existência de uma natureza homossexual congênita e irreversível que jamais fora uma escolha do sujeito – e portanto, não se tratava de uma “opção” – mas que impedia, em suas palavras, “uma resposta sexual *normal*” (BENKERT, 1869, p. 70, tradução nossa, grifo do autor). Dessa maneira, ele distinguia três tipos de sujeitos, os homossexuais (incluindo as mulheres), os bissexuais e os heterossexuais, afirmando que os dois primeiros se diferenciavam dos últimos por razões inatas, que os impediam de se relacionar, de maneira exclusiva ou não, com o sexo oposto.

“A crença de que os homossexuais, seguindo sua natureza, cometem crimes é uma das mais cruéis confusões de ideias, e perseverando por centenas de anos, tem impedido o conhecimento desse enigma da natureza”, sumariza Benkert (1869, p. 74, tradução nossa), defendendo a impossibilidade dessas pessoas se voltarem para o sexo oposto, seja pela cura, pela punição ou pela imposição do casamento monogâmico heterossexual. Para ele, as teorias que sustentam a legislação não eram válidas e uma reforma sexual era o objetivo fundamental, tanto para que o Estado Moderno mantivesse sua função, quanto para garantir a liberdade para as práticas homossexuais.

²⁶ Ver capítulo 2.5.

Apesar de não pressupor a ideia de adoecimento, as formulações de Ulrichs e Benkert influenciaram o campo da sexologia, contribuindo para a interpretação da lesbianidade e da homossexualidade como condições patológicas. A partir do momento que essas existências deixaram de ser assimiladas à prática da sodomia para se tornar um hermafroditismo da alma, o caminho estava aberto para a tarefa da psiquiatria. “O sodomita era um reincidente, agora o homossexual é uma espécie”, resume Foucault (1976, p. 48), assinalando para o momento em que os saberes da medicina se voltaram para esses sujeitos, cenário no qual agora nos aprofundaremos.

2.2. A sexologia e as descrições de Krafft-Ebing

O surgimento da sexologia, ciência sobre a qual agora nos debruçaremos mais atentamente, esteve no rastro de uma série de mudanças que atingiram o campo da psiquiatria. Em meados dos anos 1860, esse ramo da medicina, que até então havia se dedicado ao delírio e a alienação mental, voltou-se ao estudo dos desvios e anomalias do comportamento, operando uma mudança de foco.

Historicamente, essa transformação se ergueu sobre três pilares teóricos, conforme discorre Foucault (1975). Primeiramente, a organização e descrição das condutas aberrantes como síndromes especificadas, autônomas e reconhecíveis, um estado geral de anomalia que não era mais sintoma de uma doença e tinha validade em si; em segundo lugar, a reavaliação da questão do delírio, abandonando o estudo de seu objeto ou temática, em prol da análise dos jogos do instinto e do prazer subjacentes a ele; e, por fim, o surgimento da noção de *estado* que, diferentemente da doença, é uma espécie de fundo causal permanente característico das pessoas ditas anormais, definido pelo conjunto estrutural de um indivíduo que regrediu ou teve seu desenvolvimento interrompido, representando um distúrbio geral na dinâmica das excitações e inibições.

Se, com a nova psiquiatria, apareceu “um indivíduo que é vítima, sujeito, portador desse estado de disfuncionamento” (FOUCAULT, 1975, p. 274), o plano de fundo para o surgimento desse sujeito foi o estudo da hereditariedade. Assumindo que uma doença pode provocar nos descendentes algo do mesmo tipo, assim como qualquer outra espécie de desvio, e colocando as anomalias corporais, psíquicas, funcionais ou de comportamento como a origem dos *estados*, a causalidade hereditária trouxe uma vantagem moral: a partir da análise da infância e de suas anomalias, se tornou possível constatar que não há ligação natural entre o instinto sexual e a reprodução. Ou seja, as aberrações nos descendentes são constatáveis nos ascendentes, de

maneira que o casamento pode ser considerado são, útil, vantajoso, malsão, perigoso ou nocivo. Com efeito, a teoria da hereditariedade centrou a psiquiatria em torno da questão da reprodução, quando esse saber acoplava em seu campo também ao estudo das “aberrações” do instinto sexual que o tornavam não-reprodutivo.

Esse corpo teórico, composto pela nosografia dos estados anormais e pelo estudo da hereditariedade, terá como peça maior a teoria da degeneração. Essa noção, formulada por Morel em 1857, tornou possível que qualquer desvio do comportamento fosse reportado a um estado de anomalia ao mesmo tempo definitivo e hereditário, fazendo desaparecer o sentido terapêutico da prática psiquiátrica que, a partir de então, se deu o direito de não curar.

Foi assim que a psiquiatria da segunda metade do século XIX assumiu a função de proteção e defesa da sociedade e da espécie, se tornando um mecanismo de controle social. “O degenerado é aquele que é portador do perigo. O degenerado é aquele que, o que quer que faça, é inacessível à pena. O degenerado é aquele que, como quer que seja, será incurável” (FOUCAULT, 1975, p. 278). A medicina que a ele se dedica não objetiva o tratamento do patológico e da doença, mas sim a investigação da hereditariedade, da ascendência, da infância e do comportamento.

Em última instância, o degenerado é também a histérica, a lésbica e o homossexual, sujeitos incuráveis que podem ser analisados e descritos pois trazem em seu corpo as marcas de seu “desvio”. Nos atentaremos agora aos dois últimos grupos, tema de nosso trabalho. No rastro das novas formas de intervenção e controle implementadas pela psiquiatria da segunda metade do século XIX, essas mulheres e homens passaram a ser considerados pessoas com anomalias no instinto sexual, o que as configurou não mais com criminosos, mas sim como doentes, levando-os a serem internados em instituições asilares e hospitais psiquiátricos (FOUCAULT, 1979).

A partir desse quadro, podemos entender como operou a anexação das anomalias do instinto sexual ao campo da psiquiatria, por via da cisão entre sexo-prazer-reprodução. Incluindo em seu domínio o campo das perversões – nome pelo qual esse objeto de estudo se tornou conhecido – a segunda metade do século XIX viu surgir uma verdadeira ciência da sexualidade, onde os gostos, hábitos, prazeres, intenções e juízos de cada um dos ditos perversos entrou em pauta. Circunscritos em sua sexualidade, tudo que lhes dizia respeito falava de seu “desvio” de comportamento e, em última instância, poderia ser sinal de uma degeneração.

O que importava não era mais a sodomia – enquanto ato sexual – dado que essas pessoas estavam deixando de ser tratadas como sujeitos jurídicos. Daí em diante, todas as suas características justificavam o desejo por pessoas do mesmo sexo, o que tornou a lésbica e o

homossexual tipos específicos de pessoa, com uma constituição própria e possuidora de um corpo determinado por sua orientação sexual. Como descreve Foucault (1976, p. 47 – 48, grifo nosso):

O homossexual do século XIX torna-se uma personagem: *um passado, uma história, uma infância, um caráter, uma forma de vida*; também é morfologia, com uma anatomia indiscreta e, talvez, uma fisiologia misteriosa. Nada daquilo que ele é, no fim das contas, escapa à sua sexualidade. Ela está presente nele todo: subjacente a todas as suas condutas, já que ela é o princípio insidioso e infinitamente ativo das mesmas; *inscrita sem pudor na sua face e no seu corpo*, uma vez que é um segredo que se trai sempre. É-lhe consubstancial, não tanto como pecado habitual, porém como natureza singular.

Resumidamente, quando a psiquiatria passou a se dedicar ao estudo dos “desvios” do instinto sexual, uma série de descrições, análises e estudos médicos sobre a lesbianidade e a homossexualidade começaram a ser realizados, em sua maioria dentro dos asilos e hospitais psiquiátricos. Essa literatura, não apenas somou as descrições feitas pelos primeiros ativistas da época, em especial Ulrichs e Benkert, mas também foi influenciada pelas suas concepções, dedicando-se à descrição e ao detalhamento do comportamento dessas mulheres e homens.

A primeira descrição médico-psiquiátrica do *personagem homossexual* foi realizada por Westphal, considerado por Foucault (1976) como o criador na noção médico-psiquiátrica de homossexualidade. Partindo da descrição do caso de uma jovem que gostava de se vestir e brincar com os meninos e se sentia atraída por mulheres, ele cunhou o termo *sentimento sexual contrário* no ano de 1870, definindo a homossexualidade “menos como um tipo de relações sexuais do que como uma certa qualidade da sensibilidade sexual, uma certa maneira de inverter, em si mesmo, o masculino e o feminino” (FOUCAULT, 1976, p. 48). Argumentando que esses casos eram congênitos, sua autoria influenciou consideravelmente as publicações dos anos seguintes, as quais nos atentaremos detalhadamente.

É na obra “*Psychopathia Sexualis*”, publicada por Krafft-Ebing em 1886, que encontramos um marco nos estudos sobre a sexualidade desenvolvidos pela psiquiatria do século XIX. Escrito originalmente em latim – língua que era inacessível ao grande público – e destinado a ser um manual para médicos e juristas, esse livro se configura como uma verdadeira coletânea de exemplos sobre as mais diversas práticas sexuais, entre as quais o lesbianismo²⁷, o homossexualismo, a bestialidade, o sadismo, o masoquismo e o incesto.

²⁷ Na discussão sobre a obra de Krafft-Ebing (1886, 1886b) nos manteremos fiéis às traduções inglesa e brasileira do texto, utilizando o termo “lesbianismo” que, nesse caso, remete a uma condição patológica. A referência a ideia de “lesbianidade” será utilizada somente quando quisermos nos diferenciar das ideias do texto do autor. O mesmo pode ser dito sobre as noções de “homossexualismo” e “homossexualidade”.

Nascido em Mannheim, na Alemanha, Richard von Krafft-Ebing (1840-1902) se formou em medicina e trabalhou ao longo de sua vida em hospitais psiquiátricos, lecionando na Universidade de Viena desde o ano de 1889. Atendeu inúmeros pacientes que lhe procuravam ou eram encaminhados por familiares em razão de suas anomalias sexuais e se tornou uma referência no assunto, participando como especialista em julgamentos e recebendo diversas cartas de pessoas lhe contando sobre suas questões sexuais, muitas delas acompanhadas de biografias.

De sua experiência, recolheu uma ampla gama de casos, 238 deles reunidos na última edição de seu livro onde alterna exemplos e tentativas de teorização. Sem poupar o leitor de seu julgamento moral explícito, Krafft-Ebing (1886, p. 29, tradução nossa) condenava todas as formas de sexualidade que não estavam de acordo com as “leis da natureza” – entendidas por ele como a heterossexualidade monogâmica. Em sua visão, o principal objetivo do sexo era a propagação da espécie, o que o levou a considerar como patológicas todas as práticas sexuais que não pudessem culminar na reprodução.

Uma ressalva importante se faz necessária nesse ponto. Por mais que seus preceitos remetam a moral cristã era no registro da *patologia* que o autor colocava a maior parte dos casos de lesbianismo/homossexualismo por ele descritos. Chamado para depor nos tribunais, Krafft-Ebing (1886, p. 588, tradução nossa) costumava ser reticente à condenação penas das lésbicas e homossexuais, argumento explicitado na última parte de sua obra, onde discute os aspectos jurídicos da “sexualidade patológica”. Em suas palavras:

O fato de que não há dúvidas da base patológica de inúmeros casos de instinto sexual invertido mostra que a pederastia [relação sexual anal] pode também ser o ato de uma pessoa irresponsável e torna necessário que, nos tribunais, se examine não apenas a ação, mas as condições mentais de seu autor. [...] Não o ato, mas apenas um julgamento clínico e antropológico do indiciado pode permitir a decisão se estamos lidando com uma perversão que merece condenação ou com uma anomalia perversa da vida mental e sexual, que, em certas circunstâncias, exclui a punição.

Inscrevendo grande parte das questões da sexualidade no âmbito do adoecimento, vemos o autor – assim como fariam seus sucessores – incorrer a minuciosas perícias e exames clínicos de seus pacientes. A infância, a descendência, os hábitos, os costumes, os trejeitos e as vestimentas, assim como os aspectos físicos dos sujeitos que lhe eram encaminhados tornaram-se objeto de análise. Era nos corpos e nas histórias dessas pessoas que Krafft-Ebing procurava os sinais de anomalia e degeneração.

“Srta. L., 55 anos. Nenhuma informação sobre a família de seu pai. Os pais de sua mãe foram descritos como irascíveis, caprichosos e nervosos. Um irmão de sua mãe era epilético; outro, excêntrico e mentalmente anormal” (KRAFFT-EBING, 1886b, p. 208). “S. J., 38 anos, preceptora. Procurou-me para conselho médico por distúrbios nervosos. O pai era periodicamente insano e morreu de doença cerebral. A paciente era filha única” (KRAFFT-EBING, 1886b, p. 211). “Sra. C., 32 anos, esposa de um oficial, mulher grande, mas não destituída de graça, feminina na aparência; provinha de mãe emotiva e neuropática. Um irmão era psicopata e morreu por causa de bebida” (KRAFFT-EBING, 1886b, p. 217).

Após a leitura desses relatos, alguns entre os muitos casos presentes na obra do autor, poderíamos nos perguntar o que há em comum entre a Srta. L., S.J. e a Sra. C? As três, enquadradas como casos de lesbianismo, traziam em sua história as marcas do adoecimento em sua família. Um tio epilético, um pai insano ou uma mãe neuropática era o que bastava para que seu comportamento pudesse ser traçado nos ascendentes, dando sinais das anomalias corporais, comportamentais, físicas ou mentais.

As observações de Krafft-Ebing não deixavam de lado nenhum detalhe e conservam os aspectos fundamentais do que, para ele, estaria na origem das relações entre pessoas do mesmo sexo. Não se tratava mais de uma instituição, regida por princípios éticos, ou sequer de um pecado, oriundo da imoralidade. Muitas vezes, esses comportamentos também não eram fruto da perversidade, cujo Estado deveria dar conta. Tratava-se de uma condição de adoecimento, de uma anomalia do instinto sexual cuja origem poderia ser traçada na infância e na família e que, em última instância, deveria ser tratada pelos médicos, dentro dos asilos e hospitais psiquiátricos.

Para dar conta dessas considerações, a “*Psychopathia Sexualis*” conta com uma categorização sistemática que segue prioritariamente princípios taxonômicos, onde os sintomas são descritos e organizados por similaridades fenomenológicas (HAAG, 1965). Por ora, nos atentaremos a essa elaboração, seguindo prioritariamente a proposta teórica apresentada pelo autor.

A criança “não é de nenhum gênero”, afirma Krafft-Ebing (1886, p. 306, tradução nossa), reiterando que a infância representa um período de inocência, fundamental para o desenvolvimento psicosssexual. Desde o nascimento, os bebês passam por diferenciações. Os meninos são vestidos de azul, brincam com soldados, são educados para serem fortes e usam calças. As meninas, por sua vez, vestem rosa, se divertem com bonecas, aprendem a costura e a música e devem usar vestido. Essas marcas, inscritas nos corpos infantis, são consideradas fundamentais para o autor. Desprovidas de significado em um primeiro momento, adquirem

importância com o desenvolvimento da personalidade sexual definitiva. São elas, além da família, que sinalizam as anomalias sexuais, assim como a degeneração.

Equiparando a sexualidade e a genitalidade, o autor define o período de desenvolvimento dos órgãos sexuais, após a puberdade, como o momento de surgimento do instinto sexual e do desejo. A anatomia é o motor, impõe mudanças e leva os traços, comportamentos e interesses dos jovens a adquirirem uma coloração sexual, sob a qual a educação e a influência exercerem um poderoso efeito.

“Se o desenvolvimento sexual é normal e imperturbável, um caráter definitivo, correspondente ao sexo, é desenvolvido. Certas inclinações e reações no intercurso com pessoas do sexo oposto surgem” (KRAFFT-EBING, 1886, p. 307, tradução nossa) e o tipo mental definitivo e correspondente ao sexo se estabelece. Situando a heterossexualidade como a saída esperada de uma constituição sem intercorrências, onde há uma harmonia entre o sexo (biológico), os comportamentos (estereótipos de gênero) e o desejo de um indivíduo, o autor afirma que esse processo não ocorreria no lesbianismo e no homossexualismo, enquanto doenças resultantes de um desenvolvimento sexual “anormal”, onde se operaria uma *inversão*.

Nesses casos, aconteceria o desenvolvimento oposto ao sexo que o indivíduo pertence, o qual se reflete não apenas em seu desejo, mas também no comportamento, nas vestimentas, nos gostos infantis e adultos, assim como nos traços de personalidade. A causa, ressalta o autor, não é apenas biológica e, embora seja desconhecida, relaciona-se com a pré-disposição e com o processo de constituição da personalidade.

Em sua visão, o instinto sexual perverso derivaria de condições degeneradas hereditárias, sendo um sinal delas que apareceria sem causa externa, como um fenômeno congênito ou adquirido como resultado de influências prejudiciais. Separando esses fenômenos por grau e dividindo-o de acordo com suas manifestações clínicas, Krafft-Ebing (1886, p. 309, tradução nossa) aponta:

No chamado instinto sexual contrário existem graus do fenômeno que correspondem bastante aos graus de predisposição dos indivíduos. Assim, nos casos mais leves, há um hermafroditismo; em casos mais pronunciados, apenas o sentimento e instintos homossexuais limitados à *vita sexualis*; em casos ainda mais completos, toda a personalidade psíquica e até mesmo as sensações corporais são transformadas para corresponder à perversão sexual; e, nos casos completos, a forma física é correspondentemente alterada.

Resumidamente, Krafft-Ebing divide os casos de lesbianismo e homossexualismo em duas categorias (adquirida e congênita) definidas a partir da origem dos sintomas e divididas em estágios de desenvolvimento progressivo. Conforme sumariado abaixo:

A) Homossexualidade Adquirida	I. Simples reversão do sentimento sexual
	II. Efeminação (homens) e eviração (mulheres)
	III. Estado de transição para metamorfose sexual paranoica
	IV. Metamorfose sexual paranoica
B) Homossexualidade Congênita	I. Hermafroditismo psicosexual
	II. Homossexualidade/Lesbianismo
	III. Efeminação (homens) e viragindade (mulheres)
	IV. Androgenia (homens) e ginandria (mulheres)

É no campo das perversidades – e não da perversão enquanto uma inversão do instinto sexual – que Krafft-Ebing inscreve parte dos casos de homossexualidade adquirida, prioritariamente ocasionada pela impossibilidade de satisfação com o sexo oposto. Essa patologia ocorreria, de acordo com o autor, em indivíduos impedido de exercer a heterossexualidade por razões orgânicas ou sociais, que se voltariam para os relacionamentos lésbicos/homossexuais como uma forma temporária de obter prazer.

À masturbação, considerada por muitos autores da época como um sinal de degeneração física e moral, que teria efeitos patológicos, principalmente quando praticada na infância, era atribuído um papel fundamental na ocorrência desses processos. Enfatizando a importância do comportamento masturbatório na vida dos sujeitos, o autor delineia três motivos distintos como causadores da homossexualidade adquirida: as situações de confinamento, como é o caso dos presídios e internatos; o medo dos relacionamentos com o sexo oposto, considerados como causadores de infecções ou gravidez; e, por fim, a sedução por sujeitos homossexuais.

Esses casos ocorreriam em pessoas cuja constituição é dita normal e eram considerados passíveis de reversão por meio da remoção do motivo que impossibilita a satisfação heterossexual. Um segundo grupo, de acordo com Krafft-Ebing, seria formado por indivíduos que possuem uma sexualidade perversa latente, desenvolvida por diversos motivos, como a masturbação e a abstinência. Nesses sujeitos, o contato com pessoas do mesmo sexo despertaria o desejo, dando início a um processo gradual de degeneração, onde ocorreriam transformações físicas e mentais. Essa metamorfose apresentaria diferentes graus, sendo eles:

- I) *A simples reversão do instinto sexual*, caracterizada pela presença de inclinações por pessoas do mesmo sexo em um sujeito que não apresenta mudanças de caráter ou sentimentos, mantém a posição na relação sexual (mulheres passivas/homens ativos) e considera esse comportamento como uma aberração, procurando ajuda.

- II) Os casos de *eviração e efeminação* derivariam da ausência de restauração do instinto sexual contrário desenvolvido, levando a transformações duradouras na personalidade psíquica e no caráter que passaria a operar conforme o sexo oposto. Esses indivíduos passariam a se comportar como as “verdadeiras” lésbicas e homossexuais.
- III) O *estado de transição para metamorfose sexual paranoica* se trata de uma acentuação do processo, onde as sensações corporais seriam transformadas no sentido de uma transição de sexo.
- IV) A *metamorfose sexual paranoica* é a última etapa de adoecimento onde ocorreria a ilusão de uma transformação sexual, resultando em um quadro de paranoia.

Explicitado o sistema teórico utilizado para explicar os quadros de homossexualidade adquirida, nos debruçaremos agora nos casos congênitos, cuja categoria contemplaria as “verdadeiras” lésbicas e homossexuais. Para tal, optamos por tratar sumariamente das características dessas populações, conforme descrito na “*Psychopathia Sexualis*”, para em seguida analisar mais atentamente as descrições realizadas, onde focaremos no que era dito sobre as mulheres.

O *sentimento homossexual como uma manifestação anormal congênita* caracteriza-se como um quadro de sexualidade antipática – classificação feita pelo autor dentro do grande grupo das parestesias, ou seja, das perversões do instinto sexual – onde ocorreria a ausência de sentimentos sexuais pelo sexo oposto, levando o desejo a se concentrar em sujeitos do mesmo sexo. Essa seria uma anomalia psíquica que ocorre sem alterações nas glândulas sexuais e se caracteriza pela presença de um instinto sexual que não corresponderia as características sexuais físicas do indivíduo, sendo esse invertido, o que levaria as mulheres se sentiriam atraídas por mulheres por terem um instinto sexual masculino e vice-versa.

Mantendo-se fiel à psiquiatria de sua época, Krafft-Ebing (1886, p. 360, tradução nossa) sustenta a hipótese de que os casos de inversão sexual congênita são sinais de degeneração, ou seja, a manifestação de um estado “neuro(psico)pático” predominantemente hereditário. A observação de casos de adoecimento psíquico correlatos, como a neurose ou a paranoia, são argumentos importantes na elaboração dessa ideia, sinalizando os aspectos degenerativos e a determinação congênita desses quadros. Essa manifestação – assim como nos casos de homossexualidade adquirida – apresentaria vários estágios progressivos de desenvolvimento, descritos a partir da observação de características físicas e antropológicas dessas populações. Retomando os dados explicitados na tabela acima, nos debruçaremos mais atentamente a esses quadros.

Os casos de *hermafroditismo psíquico* são descritos como aqueles onde é possível encontrar traços heterossexuais no instinto homossexual dominante. As relações com pessoas do mesmo sexo prevaleceriam na vida sexual desses sujeitos, enquanto as inclinações para sexo oposto apareceriam com menos intensidade e frequência. Esse quadro é considerado como passível de reversão, podendo resultar em um agravamento progressivo – que resultaria no lesbianismo/homossexualidade – por influência da neurastenia causada pela masturbação ou de experiências negativas na relação heterossexual. A frigidez feminina, muito comum no final do século XIX, é apontada por Krafft-Ebing como parte desse quadro.

O *lesbianismo* e o *homossexualismo* são definidos pela inclinação exclusiva por pessoas do mesmo sexo. As características psíquicas do indivíduo apontariam para uma inversão do instinto sexual, enquanto suas características físicas estariam de acordo com o seu sexo biológico, limitando essa anomalia à vida sexual do indivíduo. Essa não afetaria o caráter a personalidade, que se manteriam de acordo com o sexo biológico desses sujeitos. As relações heterossexuais, nesses casos, causariam desprazer e repulsa, embora as observações de Krafft-Ebing ressaltem que muitos desses sujeitos se casavam, de maneira a se manter de acordo com as exigências da sociedade. Essa característica se manteria inclusive durante a relação sexual, onde as mulheres permaneceriam passivas e os homens ativos.

O desejo pela alternância de papéis indicaria um quadro de transição para o terceiro estágio, o que poderia ser atribuído à educação e a degeneração progressiva, estimulada pela masturbação. A *viragindade*, no caso das mulheres, e a *efeminação*, para os homens, se caracterizariam pela inversão das características sexuais psíquicas, que se configurariam de acordo com a sexualidade “anormal”. De acordo com o autor, esses quadros poderiam ser vislumbrados já na infância, onde as crianças apresentariam gostos e características consideradas como pertencentes ao sexo oposto. Aqui, eram situados os meninos que gostam de cozinhar e brincar de bonecas, assim como as meninas que preferem carrinhos e se interessam por ciências.

Os quadros de *ginandria* (mulheres) e *androgenia* (homens) ocorreriam quando as características físicas secundárias, como por exemplo a voz, a maneira de andar e a estrutura corporal, também estariam de acordo com o sexo oposto, de maneira que o instinto antipático não se restringe a aspectos da vida psíquica. Esses casos são interpretados por Krafft-Ebing como graus graves de degeneração, que poderiam se estender à aspectos anatômicos.

Após uma descrição geral do *sentimento homossexual como uma manifestação anormal congênita* resta-nos questionar: qual era o tratamento específico dado a lesbianidade no texto

de Krafft-Ebing? Para responder essa questão, analisaremos o subitem onde o autor discute a *inversão sexual congênita* nas mulheres, resumindo suas reflexões sobre essa temática.

Iniciando sua análise com a constatação de que a ciência da época tinha poucos dados para tratar do assunto – na época a invisibilidade já era uma marca das vivências lésbicas, como vimos por exemplo no caso da Idade Média – o autor enfatiza que os casos de inversão nas mulheres são tão comuns quanto nos homens, dado que este seria resultado de um processo de degeneração, o que afeta ambos os sexos. A falsa constatação de que esses quadro teriam menor incidência entre pessoas do sexo feminino derivaria de quatro motivos sendo estes: a dificuldade de ganhar confiança de mulheres perversas; a menor visibilidade desses casos, dado que o ato sexual entre mulheres não era criminalizado em alguns países, como a Alemanha; o fato de que a inversão sexual não afeta as mulheres como os homens, dado que elas não se tornam impotentes; e, por fim, porque o impulso sexual feminino é naturalmente menor e a relação sexual entre mulheres muitas vezes passava por uma amizade.

Como vemos, as constatações de Krafft-Ebing sobre as mulheres estavam diretamente relacionadas as visões sobre feminilidade presentes no discurso social da Europa do século XIX, o que reverbera em todo o texto. Naturalizando a ideia de que as mulheres eram menos dotadas de impulsos sexuais ou frígidas e sem problematizar o caráter social desse comportamento, o autor considera o lesbianismo como resultado de uma hipersexualização que levaria as mulheres a se masturbarem e/ou se relacionarem entre si. Em sua concepção, a educação dada às mulheres tornaria mais fácil corrigir as anomalias do instinto sexual, na medida em que as jovens teriam menos tendência a se masturbar e só se tornariam sujeitos sexuais durante a puberdade, quando introduzidas aos homens. O casamento heterossexual, ou seja, a heterossexualidade compulsória, era considerada pelo autor como uma forma de cura, impedindo que as mulheres se tornassem lésbicas.

Enquanto os casos de hermafroditismo psíquico e de lesbianismo são discutido somente no âmbito de uma inversão do instinto sexual que se operaria no desejo parcial ou absoluto por mulheres, é nos estágios da viragindade e da ginandria que podemos observar como as constatações do autor não eram apenas datadas, mas também muito arraigadas em estereótipos de gênero. Ser mulher era, para ele, performar feminilidade, de maneira que fugir dos padrões sociais era considerado um sinal grave de anomalia e degeneração.

Desempenhar papéis masculinos era, aos olhos do autor, sinal de que a inversão sexual havia se desenvolvido completamente, afetando todos os aspectos da vida psíquica e física de um sujeito. O que estava em jogo não era apenas o desejo, mas todos os aspectos da personalidade dessas mulheres:

A mulher uraniana²⁸ pode ser encontrada principalmente nos lugares dos meninos. Ela é a rival em seus jogos, preferindo os cavalos de balanço e as brincadeiras com soldados, etc., do que as bonecas e outras ocupações femininas. A toalete é negligenciada e maneiras de meninos são assumidas. O amor pelas artes é substituído pelo interesse nas ciências. Algumas vezes, beber e fumar são hábitos cultivados com entusiasmo. [...] A consciência de ser mulher e, portanto, de ser privada da universidade ou da carreira militar, lhes produz reflexões dolorosas. [...] Há um forte desejo de imitar a moda masculina nos cabelos e nas roupas e em algumas circunstâncias também de vestir de homem e fingir ser um deles (KRAFFT-EBING, 1886, p. 418 – 419, tradução nossa).

A partir dessa descrição detalhada do comportamento das mulheres invertidas, podemos ver como as principais características que subsidiavam o diagnóstico eram fenomenológicas, de maneira que tudo que não condizia com o comportamento esperado para as mulheres da época era tomado como um sinal de sua patologia. Desejar ser independente, entrar na Universidade, ter uma carreira, se interessar pelas ciências, gostar de fumar e beber, vestir calças eram todos aspectos do que foi intitulado como lesbianismo, o que justifica o fato das primeiras feministas serem identificadas como lésbicas²⁹, mesmo que essas não desejassem se relacionar com mulheres e sequer defendesse sua causa.

Resumidamente, podemos observar que a inversão sexual congênita nas mulheres é tratada por Krafft-Ebing como uma anomalia do instinto sexual que pode ser parcial ou total, de maneira que nos casos mais graves essa se estenderia para as características psíquicas e físicas. Considerados como hereditários e degenerativos esses casos passaram a fazer parte do domínio médico que, enquanto uma prática voltada para o controle social, realizava sua profilaxia. No entendimento do autor, essa deveria se dar pela proibição da reprodução em casos congênitos e a por via da proteção de influências prejudiciais nos quadros adquiridos.

O tratamento desses sujeitos era considerado fundamental, muitas vezes ocorria dentro de asilos e instituições psiquiátricas e visava a eliminar a patologia, ou seja, o desejo por pessoas do mesmo sexo cuja correção seria a heterossexualidade. Embora seja ressaltado que grande parte dos casos, principalmente os congênitos, não encontravam nenhuma eficácia terapêutica, a tentativa de cura se dava por meio da prevenção da masturbação, da remoção de influências negativas para a vida sexual, da cura das neurastenias – consideradas como quadros associados – e do encorajamento de sentimentos heterossexuais.

²⁸ Krafft-Ebing faz extensas menções a Ulrichs ao longo do texto de “*Psychopathia Sexualis*”, por vezes, tomando de empréstimo sua nomenclatura para tratar das mulheres lésbicas e dos homens homossexuais. Em nossa tradução, optamos por nos manter o mais fiéis possível ao texto do autor.

²⁹ Como veremos no capítulo 8, página 89.

Chegando ao fim da discussão sobre o texto de Krafft-Ebing (1886b, p. 223) apresentaremos um dos casos descritos pelo autor, de maneira que o leitor possa vislumbrar como se articulava seu sistema de pensamento, assim como os aspectos que subsidiaram sua análise:

Caso 161. *Viragينية*

Srta. N., 25 anos de idade. Pais supostamente saudáveis. Seus irmãos e irmãs eram todos neuropatas. Três de suas irmãs eram casadas. Ela era muito talentosa, especialmente nas belas-artes. Desde a tenra infância preferia brincar com soldados e outros jogos de meninos; era corajosa e levada e tentava inclusive superar seus pequenos companheiros do outro sexo. Nunca gostou de bonecas, trabalhos de agulha e afazeres domésticos. Puberdade aos 15. Logo se apaixonou por jovens moças, mas apenas de maneira platônica, pois era uma “moça de respeito”. Durante muitos anos depois disso teve uma libido muito intensa. Mal consegui se controlar. Seus sonhos eram de caráter lascivo, apenas com mulheres, ocupando ela mesma o lugar de homem. Estava desesperadamente apaixonada por uma mulher de 40 anos, a quem atormentava com sua conduta enciumada. A srta. N. era indiferente aos homens. Podia ficar em segurança com um homem num mesmo quarto, mas com pessoas do mesmo sexo sentia-se intimidada. Tinha bastante consciência de sua condição patológica. Traços masculinos, voz grossa, andar masculino, sem barba, seios pequenos; usava o cabelo à escovinha e dava a impressão de um homem em roupas de mulher.

Corajosa, levada, todas as irmãs e irmãos neuropatas, nunca gostou de bonecas e preferia brincar com soldados, apaixonara-se por jovens moças, libido intensa, indiferente aos homens, traços masculinos e marcada por sua condição patológica. Características físicas e psíquicas, gostos e desejos, todas as condições entrelaçam-se para elucidar o que seria a mulher lésbica na visão de Krafft-Ebing. Degenerada, vítima de uma condição hereditária que, embora não pudesse ser considerada como crime, a deixava fadada à doença, legitimando que ela se tornasse um objeto do saber médico, fosse confinada em asilos e prisões, forçada ao casamento com um homem e deslegitimada em seus direitos, desejos e em tudo que poderia dizer sobre si mesma.

2.3. O invertido em Havelock Ellis

Passaremos agora para a análise do primeiro trabalho integral sobre a lesbianidade e a homossexualidade, o livro “*A inversão sexual*” publicado por Havelock Ellis em 1896. De origem inglesa³⁰ e formação médica, ele dedicou sua vida ao estudo da sexualidade, tendo publicado uma extensa literatura sobre o tema. “Propriamente não tinha a intenção de consagrar

³⁰ Assim como na Alemanha, a Inglaterra também condenava todo o coito anal realizado com uma mulher, entre homens ou com um animal. Em 1885, foi acrescentada à legislação inglesa a punição a todos os atos de “indecência grosseira”, categoria que passou a incluir a masturbação mútua, mesmo quando realizada em ambientes privados.

todo um livro a inversão sexual”, afirma Ellis (1896, p. IXI) na abertura do segundo volume dos *“Estudos sobre a psicologia do sexo”*, e continua:

É provável que eu estivesse inclinado a tratar deste assunto perfunctoriamente, por ser desagradável, sendo preferível não aprofundá-lo. Mas verifiquei, com o correr do tempo, que várias pessoas admiradas e muito respeitadas por mim, sofriam dessa anormalidade congênita. Ao mesmo tempo, verifiquei que na Inglaterra, mais do que em qualquer outro país, as leis e a opinião pública aliam-se, para esmagar, com uma pesada sanção penal e uma severa estigmatização social, as manifestações de um instinto que aparece, aos olhos daqueles que lhe são dotados, como natural e normal. Parecia-me, por conseguinte, evidente, que esse assunto devia ser discutido e ventilado.

Alertando ao leitor que não pretende tratar dos sujeitos que se encontram nos asilos ou prisões – uma marca da literatura de Krafft-Ebing – Havelock Ellis anuncia que são os invertidos que vivem em liberdade, não buscam remédios para sua condição e, em geral, são pessoal socialmente influentes, que compõe a coletânea de casos apresentados em sua obra. Seriam suas práticas um vício abominável, um crime aprisionável, uma emoção humana benéfica, uma doença, uma monstruosidade? Qual é o tratamento que deve ser dado a esses sujeitos?

Essas questões orientam a obra de Ellis marcada pela tentativa, nem sempre bem-sucedida, de se diferenciar dos discursos médico e jurídico. Realizando uma extensa revisão bibliográfica que passa pelas publicações de Westphal, Ulrichs, Krafft-Ebing, Hirschfeld³¹, entre outros autores influentes nesse campo, Ellis (1896, p. 188) retoma as duas principais tendências no estudo da inversão sexual: as hipóteses congênicas e adquiridas. “Há, como sempre, um pouco de verdade num e noutro ponto de vista”, ressalta o autor antes de apresentar suas considerações.

O invertido é “o indivíduo portador de uma anormalidade predisponente congênita ou de um conjunto de anormalidades menores, que lhe tornam difícil ou impossível experimentar atração sexual pelo sexo oposto” (1896, p. 197 – 200). Embora grande parte da sexologia considerasse a inversão sexual como uma forma de degeneração, Ellis faz uma ressalva quanto ao uso desse termo, afirmando que o mesmo tem pouco aproveitamento na medida que os quadros são difusos e que a inversão está ligada à modificação dos aspectos sexuais

³¹ A terceira edição do texto de Havelock Ellis (1896b), publicada em 1915, conta com inúmeras menções aos trabalhos de Freud e Sadger. Como pretendemos neste capítulo retomar o contexto histórico e teórico que precedeu o pensamento psicanalítico sobre a questão da lesbianidade e da homossexualidade, nos ateremos ao material da obra conforme apresentada no final do século XIX.

secundários, levando-o a classificar estes quadros como “outras anormalidades congênitas tendo concomitâncias psicológicas”.

Em oposição a muitos autores que defendiam a existência da homossexualidade adquirida, entre os quais Krafft-Ebing, o texto de “*A inversão sexual*” ressalta que essa orientação sexual não pode ser considerada exclusivamente como produto de um desvio da emoção sexual que tomaria um caminho anormal. Se isso acontece, o solo já estava preparado para o desenvolvimento dessa característica, de maneira que a atração por pessoas do mesmo sexo só poderia surgir em organismos que já possuiriam modificações, que tornariam orientação do desejo uma possibilidade.

Partindo dessa consideração, o autor subdivide os invertidos em duas categorias. O primeiro grupo é composto por aqueles que se sentem atraídos por pessoas do mesmo sexo desde o começo de suas vidas, quadro que surgiria como consequência de uma parada no desenvolvimento. O que despertou o fenômeno não pode ser descoberto, na medida que esse estaria presente desde a infância e prevaleceria por toda a vida.

No segundo grupo, estão os sujeitos que possuem apenas uma predisposição latente para se atraírem por pessoas do mesmo sexo, a qual pode ser colocada em atividade a partir de circunstâncias acidentais. Três influências são apontadas como passíveis de trazer a inversão sexual à tona: o sistema escolar que separava os sexos durante a puberdade e adolescência, a sedução por pessoas mais velhas em quem a inversão já estaria desenvolvida e as decepções amorosas.

Ao tratar da causa da inversão, alguns aspectos são considerados como relevantes. O primeiro desses seria a precocidade física e psíquica constatada em diversos invertidos, o que levou Ellis a associar a inversão e o desenvolvimento precoce. A partir dessa afirmação, ele avança a hipótese de que a precocidade tenderia a precipitar uma inversão latente, levando as emoções a se cristalizarem de forma prematura. Um segundo fator considerado seria a hiperestesia sexual, ou seja, o excesso de sensibilidade que apareceria em muitos casos, onde constatarem-se fortes inclinações para a afeição e o devotamento.

Por fim, a masturbação é elencada como um comportamento que passível de enfraquecer as atividades sexuais, facilitando o desenvolvimento da homossexualidade, principalmente quando praticada durante a juventude ou em excesso. Atenuando a relevância dada a essa prática por seus contemporâneos, Havelock Ellis inverte a lógica vigente no final do século XIX. Enquanto muitos médicos defendiam que a masturbação seria causa da inversão sexual, o autor assinala que os homossexuais tinham menos possibilidade de se satisfazer sexualmente em sua época, o que tornaria a masturbação uma alternativa para obtenção do

prazer. Embora essa pudesse tornar manifesta uma predisposição latente, não seria um fator causal ou decisório.

Realizando um extenso estudo sobre a natureza da inversão, que aborda sua prevalência, o estado de saúde geral dos afetados, a hereditariedade, entre outras características físicas e psicológicas, Havelock Ellis tece considerações relevantes para nossa análise, apresentando uma posição diferente de Krafft-Ebing. A hipótese de que a inversão sexual surgiria em famílias que apresentam sinais de degeneração é refutada pelo autor, o que está em consonância com a ideia de que esses indivíduos sequer poderiam ser considerados como degenerados. A este panorama, acrescenta-se mais uma constatação: muitos invertidos não apresentariam nenhum sinal de adoecimento, sendo encontrados trabalhando com profissões de caráter intelectual. Em sua visão, estes sujeitos não eram doentes e, na maior parte deles, não eram constatáveis sinais graves de adoecimento físico e psíquico.

Desdobrando essa afirmação, Ellis (1896) analisa as aptidões destes indivíduos e conclui que algumas profissões agradariam bastante aos invertidos, sendo estas predominantemente do campo das artes. A música, o teatro e a literatura seriam suas principais profissões, de maneira que muitos dos grandes artistas e poetas seriam homossexuais.

Um último aspecto relevante concerne à atitude moral dos invertidos. Se diferenciando da maior parte dos sexólogos e arriscando retirar seus casos do registro da patologia, ele se questiona qual seria a atitude de seus pacientes com relação à inversão sexual, dado que estes não buscavam um remédio para sua condição. De acordo com suas considerações, a grande maioria dos indivíduos analisados apresentariam a mesma posição moral dos heterossexuais e muitos deles consideravam a homossexualidade a forma mais nobre de amor, desde que realizada com consentimento e sem tentativas de sedução.

Mais do que isso, nem todos os invertidos se viam como mórbidos, doentes, fadados a uma condição que não poderia ser mudada e que perturbaria toda a sua existência. “Não posso conceber uma sorte mais penosa do que ser mulher – uma mulher comum obrigada a amar um homem”, teria lhe escrito uma paciente, o que ressaltaria a ideia de que esses sujeitos nem sempre desejariam reverter seu desejo. Uma ressalva a ser feita nesse ponto é que a maior parte dos casos de Ellis (1896, p. 185) eram de sujeitos pertencentes à elite, o que diferenciava o olhar que a sociedade lhes dirigia. Essas pessoas não eram tratadas como os doentes mentais ou os indivíduos confinados nos asilos, prisões ou hospitais psiquiátricos, muitas vezes não necessitavam trabalhar e garantir sua independência financeira – o que era fundamental para as

mulheres lésbicas proletárias, por exemplo³² – e eram bastante reconhecidos nos meios artístico e intelectual. Ou seja, gozavam de certos privilégios que atenuavam as opressões sofridas em razão de seu desejo sexual:

Os meus casos são na maioria de pessoas que aprovam o próprio temperamento, fato que é devido em parte à maneira por que foram obtidos e em parte também porque representam a aristocracia intelectual da inversão, entre outros os indivíduos que encontraram consolação seguindo o exemplo dos Gregos e conseguiram achar um *modus vivendi* no mundo moral como tinham desejado.

Explicitadas as considerações gerais de Havelock Ellis (1896, p. 109) sobre as relações entre pessoas do mesmo sexo, passaremos agora para a discussão do capítulo em que o autor discorre sobre a inversão sexual nas mulheres. “A homossexualidade foi observada nas mulheres desde a Antiguidade e em regiões muito diferentes”, pondera o autor, reiterando que esse quadro é tão comum nas mulheres quanto nos homens e está submetida a aspectos geográficos, étnicos, nacionais e sociais.

Retirando de sua análise todas as práticas lésbicas que ocorrem nos asilos e nas prisões, por considerá-las predominantemente mórbidas ou viciosas – e portanto, parte de um quadro de adoecimento –, o autor se ocupa predominantemente de casos de mulheres burguesas para tecer suas considerações, apresentando três tipos de inversão sexual, que não representam o desenvolvimento gradual de um mesmo quadro e são precipitados pela presença de uma predisposição congênita:

- I) As amigas femininas, bastante enfatizadas por Havelock Ellis, representariam quadros de *pseudo-homossexualidade* e se desenvolveriam quando as meninas são colocadas juntas e sem contato com os homens. Variando em intensidade, essas relações ocorreriam prioritariamente nas escolas, nas fábricas e no teatro, tendo como principal característica a presença de vínculos entre as mulheres onde as emoções de caráter sexual não seriam o aspecto mais importante. O instinto heterossexual se apresentaria atrofiado nesses casos, podendo se desenvolver posteriormente.
- II) Um segundo grupo, composto pelas *invertidas femininas*, inclui as mulheres onde a homossexualidade³³ está presente, mas é considerada bastante fraca. Embora fossem muito afetuosas, suas impulsões sexuais seriam raramente desenvolvidas. No que

³² Como veremos no capítulo 2, página 88.

³³ Embora não concordemos com o uso das noções de “homossexualidade” para se referir aos relacionamentos entre mulheres, nos manteremos fiéis a escolha de palavras feita por Havelock Ellis.

concerne à aparência, essas mulheres eram consideradas bastante femininas, não possuindo o corpo muito robusto ou desenvolvido o que, de acordo com o autor, as tornaria mais atrativas para as mulheres invertidas do que para os homens.

- III) Um último grupo seria o das *mulheres invertidas*, caracterizadas por serem mais ou menos masculinas, o que seria parte de seu instinto orgânico. Embora não possuíssem barba ou bigode, sua fisionomia e seus hábitos seriam característicos do sexo oposto. Indiferente aos homens, com quem estabeleceriam somente relações de camaradagem, seu desejo era exclusivamente voltado para figuras femininas as quais cortejaria ativamente.

Como podemos ver, Havelock Ellis situava o vínculo estabelecido entre as mulheres como principal aspecto que definiria um caso de inversão, considerado mais acentuado conforme o desejo adquirisse caráter sexual. Embora a presença de traços femininos e masculinos seja um aspecto secundários em suas descrições, esses ainda se fazem bastante presentes, tornando necessário que respondamos o que eram esses atributos.

Não se interessava com as bonecas, nem com os lindos vestidos e admirou-se muitas vezes de que outras crianças experimentassem tanto prazer com isso. “Tanto quando posso recordar-me, escreve, sempre me considereei diferente das outras crianças. Ficava vexada quando outras meninazinhas vinham brincar comigo, se bem que não fosse brutal nem barulhenta.” Detestava coser. Por outro lado, os brinquedos de rapaz não a interessavam também, preferindo a tudo ler, sobretudo aventuras e contos de fadas (ELLIS, 1896, p. 127).

Não brincava com bonecas, ao passo que minha irmãzinha o fazia: muitas vezes me censuraram por não brincar como ela. Preferia os brinquedos de rapaz, fuzis, etc. Tinha horror de ficar em casa, queria sempre sair. Aos 7 anos pareceu-me que tudo o de que gostava era impróprio para uma menina. Deixava que os meus mais velhos determinassem o que devia gostar: confundiam-me e aborreciam-me com suas conversações sobre rapazes e meninas (ELLIS, 1896, p. 134).

A partir desses exemplos, que se desdobram em muitos outros casos, podemos ver como os estereótipos de masculinidade e feminilidade eram bastante marcados na obra de Havelock Ellis, sendo traçados desde a infância. Aspectos corporais como a musculatura e a voz eram avaliados nos quadros de inversão, sendo sempre constatada uma diferença na constituição anatômica que poderia variar em grau. Os gostos dessas mulheres também eram considerados predominantemente masculinos, sendo o hábito de fumar charuto, a repulsa por trabalhos domésticos ou manuais e a habilidade para os esportes alguns desses exemplos.

Esses aspectos não eram tomados como causa da inversão sexual, mas sim como sua consequência. Desenvolver-se-iam nas mulheres que se sentiam atraídas por mulheres e que repudiavam os homens, se agravando quanto mais acentuada fosse a inversão. Transgredir os gostos e a aparência esperada para as mulheres da época e ocupar papéis diferentes do que era definido pela sociedade se tratava aqui de um sintoma, que sinalizaria a existência de um quadro de anomalia. No entanto, essas não eram apenas características das lésbicas, alertava Ellis, relatando que comportamentos parecidos começavam a ser vistos também nas feministas, sem que essas mulheres desejassem ou se apaixonassem por pessoas do mesmo sexo, o que esboçava a denúncia de que os atributos físicos, psíquicos e comportamentais identificados pelos sexólogos nas mulheres lésbicas não tinham nenhuma ligação direta com a lesbianidade, embora eles não pudessem vislumbrar isso na época.

O aumento da homossexualidade feminina era para muitos autores correlato ao movimento de emancipação das mulheres que, embora fosse considerado por Ellis como sadio e inevitável, supostamente traria como desvantagem o aumento da loucura, da criminalidade e da inversão sexual. A ausência de preocupação das autoridades com a implementação de espaços mistos associada à entrada das mulheres no campo do trabalho favoreceria as amizades e a intimidade feminina, aumentando a ocorrência desses casos.

“Ensinar-lhes a independência e o desdém pela vida doméstica que acarreta sempre uma dependência; nada de admirar que queriam pôr a teoria em prática e procurem amor onde encontram trabalho”, sumariza Ellis (1896, p. 152-153), acrescentando que a lesbianidade supostamente seria encontrada predominantemente nas mulheres mais inteligente, que poderiam influenciar suas companheiras nos campos de trabalho. Para ele, os vínculos fraternais entre mulheres eram sempre um risco, sumarizado na ideia de que as amizades femininas afastariam as mulheres dos homens.

O último capítulo de “*A inversão sexual*” traz uma extensa análise sobre o tratamento da homossexualidade, realizando um levantamento dos principais métodos utilizados na época e dando margem para o autor fazer suas próprias considerações. Vimos até aqui a ênfase dada para a proximidade mulheres-mulheres e homens-homens, considerada como um fator que desencadearia a inversão sexual, o que leva Ellis a sugerir a coeducação, ou seja, a não separação entre os sexos durante o período escolar, como principal forma de profilaxia da homossexualidade.

A higiene social, embora muito enfatizada, seria possível apenas quando a inversão não está plenamente desenvolvida ou enraizada e o fator decisório para esse diagnóstico seria o conhecimento do indivíduo e de sua biografia. Aqui, como é possível notar nos casos

apresentados ao longo do texto onde os relatos pessoais são bastante enfatizados, a escuta desses sujeitos começa a se esboçar como um fator importante. O olhar atento do médico e a análise de aspectos físicos e comportamentais deveria ser associada ao relato dos indivíduos acometidos pela inversão sexual, que narrariam sua história, permitindo que se delimitasse a abrangência do caso e, portanto, a possibilidade de revertê-lo.

“Experimento pouca simpatia por aqueles que querem ‘curar’ o invertido, por qualquer preço”, pondera Ellis (1896, p. 202-203), afirmando que muitas vezes o tratamento deveria se limitar aos quadros de adoecimento psíquico correlatos, permitindo que esses sujeitos se tornassem senhores de si. De acordo com o autor, muitos homossexuais sequer desejariam a cura que embora fosse relatada amplamente na literatura de sua época, apareceria para ele como um resultado pouco eficaz ou duradouro. Se, por um lado, essa ideia aparece como uma novidade vanguardista quando comparada com as violentas terapias de reversão sexual, por outro, não remetia a um livre exercício do amor, do desejo ou do prazer. “Controlar-se, educar-se, mas não castigar-se” (ELLIS, 1896, p. 211), seria a meta de trabalho, que possibilitaria que as lésbicas e homossexuais utilizassem seus instintos da melhor forma possível. A castidade e a dedicação ao trabalho ou as grandes obras, o que é consonante com o fato de que grande parte dos casos apresentados eram de pessoas pertencentes a elite econômica e intelectual, seria a melhor saída para essa população.

Não podemos perder de vista o fato de que “*A Inversão Sexual*” foi escrita na Inglaterra, um ano após o julgamento de Oscar Wilde, na época um dos dramaturgos mais conhecidos de Londres. Acusado de manter relações “imorais” com diversos rapazes, ele foi condenado a dois anos de prisão e a trabalhos forçados, tornando público que a homossexualidade não era apenas um fenômeno presentes entre pessoas doente, mas ocorria também entre os “grandes homens”, reconhecidos socialmente por seu talento. Sua sentença, explicitada abaixo, impulsionou os debates sobre a descriminalização das relações entre pessoas do mesmo sexo:

Oscar Wilde e Alfred Taylor, o crime pelo qual vocês foram condenados é tão ruim que alguém colocou severa restrição sobre si para evitar que se descrevesse, em uma linguagem que eu preferiria não usar, os sentimentos que devem subir ao peito de todo homem de honra que ouviu os detalhes desses dois terríveis julgamentos. Como o júri chegou a uma conclusão correta nesse caso, não posso me persuadir a aceitar nenhuma sombra da dúvida; e espero, em todo caso, que aqueles que às vezes imaginam que um juiz é indiferente na causa da decência e da moralidade, porque ele cuida para que nenhum preconceito entre no caso, pode ver que somos consistentes, pelo menos, com o maior sentido de indignação perante as horríveis acusações que trouxeram para a Casa sobre vocês dois (THE TRIAL, 1895, p. 113, tradução nossa).

Parece ser no rastro desse acontecimento que Havelock Ellis (1896, p. 212) dedica as páginas finais de seu livro a um debate sobre a legislação, definindo a questão homossexual como uma questão social, na medida em que essa é olhada como um assunto público, levando um homem surpreendido em um ato homossexual a ser rejeitado pela sociedade “por mais exemplar que ele possa ser”. Em sua opinião, a lei não seria capaz de reprimir a relação entre pessoas do mesmo sexo e serviria apenas para encorajar a prática da chantagem, muito comum em sua época. Desse modo, o autor defende a descriminalização da lesbianidade e da homossexualidade, considerando que esse assunto seria apenas uma questão de gosto. Em sua visão, o fato dessas práticas desagradarem uma parte da população não deveria ser discutido, mas por outro lado, não justificaria que essas práticas fossem incluídas no Código Penal.

Sumariamente, Havelock Ellis (1896, p. 220) defende que o amplo estudo psicológico da homossexualidade realizado em sua obra havia explicitado a existência da homossexualidade congênita em um grande número de indivíduos, quadro que ocorreria também entre indivíduos muito reconhecidos e de grande talento, obrigara esses sujeitos a agir de maneira nobre e não poderia ser revertido. Em suas palavras, que encerram o segundo volume dos “*Estudos sobre a psicologia do sexo*”: “É mister proteger os membros comuns da sociedade contra o invertido: mas é mister também proteger o invertido, não o destruir, mas ajudá-lo a torcer os desvios, dos quais não é responsável, em proveito de toda a sociedade”. Essa tarefa, ainda esboçada, se tornaria um movimento organizado com o surgimento de organizações políticas homossexuais na Alemanha.

2.4. A resposta identitária de Magnus Hirschfeld

Afirmamos acima que a partir da segunda metade do século XIX, os primeiros ativistas e os sexólogos se ocuparam da lesbianidade e da homossexualidade, publicando uma ampla literatura sobre a questão e lançando mão de uma nova terminologia para tratar do assunto, que se expandiu por todas as publicações dessa época, levando as pessoas que se relacionavam com um semelhante a serem denominadas *uranistas*, nas palavras de Ulrichs, *homossexuais*, segundo o termo de Benkert ou *invertidas*, conforme se referiam Krafft-Ebing e Havelock Ellis. Embora muitos autores defendessem a descriminalização dos relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo, que não era amplamente criticada nem pela psiquiatria, pudemos ver como esses indivíduos permaneceram prioritariamente ocupando o lugar de objeto da ciência, restando-nos uma questão: além literatura que exploramos, haveria nessa época um dizer que seria próprio das lésbicas e homossexuais, enquanto sujeitos do discurso?

Para que possamos responder essa pergunta, é fundamental que nos debruçemos sobre a história de Magnus Hirschfeld (1868 – 1935), conhecido como “o Einstein do sexo”. Nascido no ano de 1868, homossexual e descendente de uma família alemã de origem judia, ele se formou em medicina e trabalhou com a sexologia e a psiquiatria, dedicando sua vida ao estudo das práticas sexuais dissidentes. Sob o *slogan* “justiça através da ciência” (DOSE, 2014), Hirschfeld militava pelo conhecimento dos *estados sexuais intermediários* o que, em sua concepção, diminuiria a hostilidade perante as práticas homossexuais. Em um contexto político de mudança efervescentes, provocadas principalmente pelo movimento feminista, a luta pelos direitos homossexuais ganhou força, se situando estrategicamente no bojo da defesa de uma reforma sexual mais ampla, que incluía o casamento, o divórcio, o aborto, a prostituição e a pornografia.

Em 1896, Hirschfeld fundou, em parceria com alguns colegas, o Comitê Científico Humanitário (*Wissenschaftlich-humanitäres Komitee*, WhK), a primeira associação de luta organizada pelos direitos dos *homossexuais, andróginos, travestis e hermafroditas* – conforme ele distinguiu. A organização se dedicou a “esclarecer a opinião pública, para que a ação do governo em lidar com essas cláusulas não pudesse ser mal interpretada” (SHC, 1903, p. 139), tornando-se conhecida por defender a abolição do Parágrafo 175 do Código Penal do Império Alemão. Como plano de ação, lançou uma petição contra a legislação vigente no *Reich*, visando conseguir o maior número de signatários e apresentou esse documento sucessivamente ao Parlamento a cada reeleição ocorrida até o ano de 1930, chegando a recolher aproximadamente cinco mil assinaturas, entre as quais se destacam os nomes de Krafft-Ebing, Lou Andreas Salomé, Herman Hesse, Thomas Mann, Rainer Maria Rilke, Albert Einstein, Sándor Ferenczi e Freud (AYOUCH, 2020; BAUER, 2010). Subdividida em duas partes, cada uma com oito itens, a petição organizava os principais argumentos contra a criminalização das práticas homossexuais (SHC, 1896). Sumariamente, podemos sistematizar a arguição em três tópicos principais: as características gerais das pessoas do sexo intermediário – conforme este grupo se autodesignava –, os aspectos legais do Parágrafo 175 e as tentativas de reversão sexual – ou, em outras palavras, a “cura” da lesbianidade e da homossexualidade.

De acordo com Hirschfeld, os estados sexuais intermediários seriam inatos, o que, na opinião dos membros do Comitê Científico Humanitário, justificaria o fato desses sujeitos existirem em diferentes lugares e épocas, desde a Antiguidade. Sua causa, embora não fosse completamente esclarecida, seria atribuída ao desenvolvimento da bissexualidade, que ocorreria com todos os indivíduos durante o período fetal – hipótese que distanciava os ativistas

de Berlim das teorias degenerativas e era fundamental para embasar a proposta de descriminalização da homossexualidade.

“Todo mundo deveria saber que as características físicas e mentais consideradas essencialmente masculinas são encontradas, ocasionalmente, nas mulheres” (SCH, 1903, p. 139), esclarece um panfleto publicado pela organização, reiterando a possibilidade da existência de traços masculinos nas mulheres e de traços femininos nos homens, inscritos em sua mente e corpo. Se aproximando do posicionamento de Ulrichs e tomando de empréstimo sua terminologia, esses autores consideravam o uranismo como a manifestações de um caráter masculino em um corpo feminino ou vice-versa, o que justificaria a orientação de seu desejo para pessoas do mesmo sexo.

Apesar dos aspectos avaliados pelo pai dos homossexuais serem prioritariamente biológicos, o que incluía uma análise detalhada da voz, do formato do corpo, da pele, dos genitais, entre outros aspectos, seu trabalho clínico também considerava aspectos psicológicos, relacionais e ambientais, o que levou Hirschfeld a criar um “questionário psicobiológico”³⁴. Composto por aproximadamente 140 questões, esse material buscava informações sobre diversos aspectos da vida dos sujeitos homossexuais – incluindo sua infância, histórico familiar, saúde, carreira, hobbies, experiências sexuais, gostos e despertar do desejo por pessoas do mesmo sexo – e tinha os objetivos de responder se uma pessoa poderia se considerar homossexual ou travesti e de mapear a existência dos estados sexuais intermediários na Alemanha e também em outras regiões da Europa como, por exemplo, Viena – o que foi possibilitado pela ajuda dos primeiros psicanalistas (MANCINI, 2007).

No que concerne aos hábitos e práticas sexuais, os panfletos do Comitê Científico Humanitário (SHC, 1897; 1903) argumentavam que os homossexuais poderiam amar de maneira tão nobre e pura quanto as pessoas heterossexuais – o que justificaria a afirmação de que a homossexualidade não deveria ser considerada como sinônimo da sodomia, considerada na época uma prática amoral e depravada. Novamente, os exemplos dos grandes homens – para quem a homossexualidade teria sido não apenas uma orientação do desejo, mas também uma inspiração – são frisados e exemplificados com inúmeros casos, como o de Sócrates, Michelangelo, Leonardo da Vinci e Hans Andersen. E, como pontua Roudinesco (2008), é justamente nesse ponto que a homossexualidade irá, na visão dos militantes, se diferenciar das demais perversões. Na medida em que era encontrada entre grandes homens da época e não possuía o aspecto grotesco ou monstruoso elucidado em outras práticas da sexualidade perversa,

³⁴ O questionário psicobiológico de Hirschfeld foi um tema de discussão dos primeiros psicanalistas, conforme será discutido no capítulo 5.2.

a homossexualidade se torna uma entre outras possíveis orientações sexuais da natureza, desde que o homossexual correspondesse a um certo ideal de civilização e pudesse, a partir da ciência, ser dotado pela razão.

Assim sendo, o cerne da argumentação dos autores é de que os relacionamentos homossexuais não eram uma escolha para os uranistas, que sofreriam com a perseguição e a condenação de suas práticas, pois o ato sexual com pessoas do sexo oposto seria antinatural para eles. O sexo intermediário não poderia ser eliminado, devendo ser tolerado e descriminalizado, defendia a petição lançada pelo Comitê Científico Humanitário (SHC, 1897), discutindo alguns aspectos da legislação e demandando que os atos homossexuais fossem tratados da mesma maneira que as práticas heterossexuais – o que incluía a criminalização apenas nos casos de estupro, pedofilia ou atentado ao pudor. Nesse sentido, segundo os ativistas de Berlim, o Parágrafo 175:

- a) encorajaria a chantagem – na medida que muitas vezes a sodomia só poderia ser comprovada por meio da confissão, tornando muitos homossexuais vítimas de extorsão;
- b) não contribuía para a eliminação das práticas homossexuais – dado que a homossexualidade era considerada inata e, portanto, irreversível;
- c) contrariaria a demanda por justiça social, pois a todos os sujeitos deveriam ser garantidos direitos igualitários;
- d) seria aplicado de maneira arbitrária – devido ao fato de que uma pessoa só poderia ser indiciada em razão de denúncia ou flagrante, de maneira que a legislação poderia servir como ferramenta de controle do Estado.

No que concerne às práticas de conversão sexual discutidas pela sexologia³⁵, os ativistas de Berlim enfatizavam que a homossexualidade não era passível de ser erradicada por meio da legislação, que provocaria nesses sujeitos o desespero e a culpa, aumentando os casos de adoecimento psíquico e suicídio entre essa população que, na maior parte das vezes, se tornava vítima de práticas higienistas, sendo confinadas nas prisões, nos asilos e nos hospitais psiquiátricos. O cerne desse argumento era a consideração de que o desejo por pessoas do mesmo sexo seria inato e não um desvio intencional, o que tornaria a punição não apenas ineficaz, mas um erro de compreensão e julgamento.

³⁵ Essa discussão também era tema de debates entre os primeiros psicanalistas, como discutiremos no capítulo 8.4.

A posição liberal de Hirschfeld, explícita em seu objetivo político de modificar a legislação, se estendeu à sua posição como pesquisador e clínico. Embora não fosse adepto das tentativas de “cura” da homossexualidade e não acreditasse em sua eficácia, buscava apoiar seus pacientes que tomassem essa decisão, escutando e priorizando o desejo das pessoas que o procuravam:

Todo uraniano tem um dever para com ele mesmo: a autorrealização de seus direitos, que chegaram e ele em seu nascimento e do qual deve tirar o melhor. Àquilo que ele sente ser honroso, ele deve dar forma honrosa e buscar seu honroso reconhecimento do Estado. Ele não deve se envergonhar de suas sugestões, mas deve dedicar suas energias para enobrecer e direcionar o mais longe possível ao serviço de sua espécie. Mas se ele deve demais aos outros, o Estado e a sociedade devem a ele um reconhecimento semelhante em troca. Eles não devem negar em preconceito cego que esses sentimentos naturais e inatos podem ser usados socialmente, de modo a serem reconhecidos e honrados. Mas se a sociedade se recusa a reconhecer o uraniano, como ele pode ser usado corretamente, ou atingir o pleno estado de sua natureza? (SHC, 1903, p. 142, tradução nossa).

Esse posicionamento torna-se evidente na postura editorial que tomaria o primeiro periódico especializado na questão homossexual, o “*Jahrbuch für sexuelle Zwischenstufen unter besonderer Berücksichtigung der Homosexualität*” (“*Anais dos Estados Sexuais Intermediários com Especial Atenção à Homossexualidade*”). Criado por Hirschfeld em 1899 e publicado pelo Comitê Científico Humanitário periodicamente até 1923 e mais esporadicamente até o ano de 1933, a revista aceitava artigos que tratavam as sexualidades não-normativas de diversos pontos de vista, o que incluía textos que discutiam possíveis práticas curativas. Este é o caso, por exemplo, do artigo “*Fragmentos da análise de um homossexual*”, escrito pelo psicanalista Isidor Sadger em 1908³⁶. Nesse texto, publicado no “*Jahrbuch für sexuelle Zwischenstufen*”, o autor apresenta o tratamento analítico de um paciente homossexual, discutindo a suposta eficácia do método freudiano no tratamento da questão da homossexualidade e, ao final da publicação, uma nota do editor do periódico reitera que “como muitos dos homossexuais têm o legítimo desejo de serem heterossexuais, devemos agradecer a qualquer médico que ofereça novas opções de tratamento” (SADGER, 1908, p. 424, tradução nossa).

A abertura para os ramos do conhecimento que, em sua opinião, poderiam favorecer a compreensão da homossexualidade e, principalmente, aliviar o sofrimento ou melhorar a situação política dos homossexuais, andróginos, travestis e hermafroditas – conforme

³⁶ Este artigo será discutido no capítulo 6.1.

nomeavam os membros do Comitê Científico Humanitário – também se torna evidente no fato de que Hirschfeld integrou o movimento psicanalítico³⁷. Tido em alta-estima por Freud, ambos os homens trocaram correspondências e artigos durante a primeira década do século XX, concordavam no que se refere à descriminalização da homossexualidade e colaboraram mutuamente um com o outro, embora nunca tenham sustentado pontos de vista teoricamente convergentes, na medida em que o aspecto inato da homossexualidade era um ponto nodal da argumentação teórica e da militância de Hirschfeld – o que ia de encontro com a concepção psicanalítica da sexualidade³⁸.

Em 1908, ao lado de Karl Abraham, Ivan Bloch, Heirnich Köber e Otto Juliusburger – sendo os dois últimos também membros ativos do Comitê Científico Humanitário –, Hirschfeld colaborou com a organização de um círculo de discípulos do freudismo em Berlim, que, em 1910, se tornaria a Sociedade de Psicanalítica local. Permaneceu colaborando com o movimento psicanalítico berlinense até 1911 quando, após o Congresso de Weimar³⁹, se afastou definitivamente do grupo, o que teria sido precipitado por um comentário de Jung – sobre o qual não se tem registro –, cujas posturas eram abertamente homofóbicas, como testemunham as cartas trocadas entre ele e Freud (BULAMAH, 2016; MCGUIRE, 1993).

Após se afastar da psicanálise, Hirschfeld continuou buscando aliados científicos, ainda no rastro de sua ruptura com Benedict Friedländer (1866 – 1908), um dos seus principais discípulos. Após a dissidência do Comitê Científico Humanitário em 1902, Friedländer criou o Comitê de Especiais, contrapondo-se a Hirschfeld, tanto no âmbito teórico quanto estratégico. Suas concepções se inspiravam na Antiguidade Clássica e propunham o separatismo, promovendo a hipervirilidade, a identificação entre os homens e a camaradagem masculina e iam contra a ideia de que os homossexuais padeciam de uma doença e eram dignos de piedade (SIMÕES; FACCHINI, 2009).

Nesse meio tempo, Hirschfeld e seus colaboradores se mantiveram ativos, escrevendo uma extensa literatura sobre os estados sexuais intermediários, enquanto o Comitê Científico Humanitário ganhava cada vez mais adeptos, atingindo seu ápice por volta de 1914, quando contava com quase quinhentos membros. Como descreve Edwin Bab (1903, p. 60 – 61, tradução nossa), ativista homossexual de Berlim contemporâneo de Hirschfeld, cuja fala

³⁷ Abordaremos esse episódio com mais detalhes no capítulo 5, página 135.

³⁸ Ver capítulo 3.1.

³⁹ Com precisão, Bulamah (2016) chama a atenção para o fato de que Hirschfeld desertou do movimento psicanalítico após o Congresso de Weimar, justamente quando decidiu-se fundar a Associação Internacional de Psicanálise – precursora da IPA –, o deu largada para o processo de institucionalização da psicanálise.

transcreveremos integralmente por transmitir a importância do trabalho do Comitê Científico Humanitário e de seu fundador e presidente:

O uranista exige muito mais do que pena: direitos iguais. Deve-se lutar e alcançar direitos iguais para ele!! Para isso, não é apenas necessária a revogação do Parágrafo 175, mas antes também o esclarecimento. O Comitê Científico Humanitário em Charlottenburg e Leipzig, junto com os subcomitês em vários Estados alemães, vem perseguindo esse objetivo há anos. O Comitê merece completamente o seu nome. Assim como a pesquisa científica do sentimento sexual contrário foi substancialmente promovida através da publicação do *Jahrbuch für sexuelle Zwischenstufen*, também uma tarefa extremamente humana já foi cumprida em parte, enquanto parte ainda precisa ser feita. Como juízes e parentes de homossexuais receberam material educacional sobre homossexualidade, muitos infelizes já foram preservados do suicídio ou de uma sentença desonrosa. Mas os grandes serviços foram prestados pelo presidente do Comitê, Senhor Dr. Magnus Hirschfeld. Como vocês ouviram, senhoras e senhores, meus pontos de vista científicos diferem dos de Hirschfeld de maneira considerável; mas no campo de batalha contra preconceitos e leis antiquadas, posso expressar meu reconhecimento mais pleno e incondicional. A discrição e o tato que ele traz como presidente para as sessões do Comitê amplamente frequentadas, suscitam repetidamente nossa maior admiração. Ele sabe como, através de um trabalho altruísta e incansável no interesse da causa, convocar a atenção da polícia e do governo, de médicos, juristas e artistas para a questão homossexual. Ele abordou repetidamente os representantes no *Reich*; petições pela revogação do parágrafo 175 foram enviadas para assinatura de toda personalidade cujo nome goza de uma estima justificada entre o povo alemão e, depois de cobertas com numerosas assinaturas do melhor de nossa nação, chegaram ao *Reich* e ao Conselho Federal. Que os esforços Comitê Científico Humanitário alcancem um rápido sucesso!

Como podemos ver, o trabalho militante de Hirschfeld, assim como suas contribuições científicas, gozavam de amplo reconhecimento entre os ativistas homossexuais e, valendo-se da colaboração de artistas, cientistas e intelectuais progressistas, conseguiu chamar a atenção de legisladores e juristas, contribuindo com o conhecimento, e também com certa medida de reconhecimento e legitimação, da lesbianidade, da homossexualidade e de outras expressões não-normativas da sexualidade. Ao se aproximar do final da década de 1910, o projeto de conseguir aliados alinhados com sua visão teórica foi consolidado por Hirschfeld, que fundou o Instituto de Ciência Sexual (*Institute für Sexualwissenschaft*) no ano de 1919.

Situado em Berlim, esse foi a primeira instituição do mundo especializada em questões da sexualidade e contou com a colaboração de cientistas e sexólogos de renome para desenvolver uma ampla pesquisa sobre o assunto. Recebendo uma vasta documentação sobre os estados sexuais intermediários – entre relatos autobiográficos, artigos e documentos – e construindo o maior arquivo sobre esse tema existente na época, uma biblioteca e um museu, o Instituto tornou-se um importante centro de estudos e acolhimento de pessoas que buscavam

ajuda médica ou psicológica no que se refere à sexualidade ou que quisessem encontrar seus pares em uma sociedade que permanecia sendo estigmatizante (BULAMAH, 2016).

Nove anos mais tarde, Hirschfeld fundou também uma Liga Mundial para a Reforma Sexual (*Weltliga für Sexual-reform*) que, entre o período de 1928 e 1935, promoveu cinco congressos internacionais⁴⁰ e apoiou a publicação de muitos artigos, tanto em periódicos nacionais dos países que a integravam, quando de divulgação científica dos eventos. Enquanto esteve ativa, reuniu aproximadamente cento e noventa mil membros ao redor do mundo, a maior parte deles provenientes de instituições que discutiam a sexologia e a reforma sexual. Entre os principais temas abordados pela Liga Mundial para a Reforma Sexual, estavam os direitos das mulheres, o aborto, a contracepção e a homossexualidade – o que a situava como uma organização de vanguarda no início da década de 1930 –, mas o seu programa também contemplava as temáticas do casamento e do divórcio, da eugenia, da maior tolerância à liberdade sexual, da prevenção da prostituição e das infecções sexualmente transmissíveis, da descriminalização das “aberrações sexuais” e da educação sexual. Essas demandas de trabalho se ligavam diretamente à Hirschfeld, tanto por seu interesse nesses temas, quanto porque ele considerava que a emancipação dos homossexuais só seria plenamente alcançável se associada à uma reforma sexual mais ampla (DOSE, 2003).

As conquistas de Hirschfeld foram grandiosas. Entre os anos de 1897 e 1935, ele conseguiu mobilizar uma parte significativa da sociedade alemã em torno da questão da homossexualidade, entre juristas, legisladores, artistas, cientistas, intelectuais, escritores, advogados e professores, esforçando-se em esclarecer e educar a população a respeito das diversas orientações sexuais. Nesse período, lançou uma segunda revista – o “*Zeitschrift für sexualwissenschaft*” (“*Revista de Ciência Sexual*”), publicado a partir de 1908 – e fundou um Instituto que acolhia pessoas para tratamento médico ou psicológico, sediando reuniões, encontros e o maior arquivo mundial sobre os estados sexuais intermediários de sua época. Organizou também uma Liga que, não apenas internacionalizou suas pesquisas e militância sobre a homossexualidade, como promoveu trabalhos em torno de uma reforma mais ampla de diversos aspectos da sexualidade. O fato é que, durante as primeiras décadas do século XX, importantes mudanças ocorreram na situação política dos homossexuais e das lésbicas na Alemanha – e de maneira mais geral, na Europa Central. Gozando de maior tolerância, principalmente em razão dos trabalhos dos ativistas do Comitê Científico Humanitário e, em

⁴⁰ O Primeiro Congresso de Internacional pela Reforma Sexual com Base na Ciência Sexual (*First International Congress for Sexual Reform on the Basis of Sexual Science*) ocorreu em Berlim entre os dias 15 e 20 de setembro de 1921 e consta como o primeiro evento organizado pela Liga, mesmo que anteceda sua fundação (DOSE, 2003).

certa medida, também dos sexólogos, as lésbicas e gays puderam tomar conhecimento da existência de seus pares, criando para si uma identidade e uma comunidade, que organizou-se em uma subcultura com bares, clubes, locais de encontro, organizações militantes e periódicos (BLASIUS; PHELAN, 1997).

Em 15 de novembro de 1930, ao partir para uma viagem onde lecionou em vários lugares do mundo – entre os quais os Estados Unidos, o Japão, a China –, Hirschfeld não imaginou que jamais retornaria para Berlim. Em 1931, já adoecido, optou por se exilar e acompanhou a ascensão do nazismo, enquanto via tudo o que construiu ser proibido e banido, tornando-se objeto de profunda destruição. Em 6 de maio de 1933, um grupo de nacional-socialistas invadiu o Instituto e, quatro dias depois, uma parte significativa da biblioteca e o busto de Hirschfeld foram queimados em uma fogueira (DOSE, 2014). Em 1935, veio a falecer na França e não teve tempo de comemorar a revogação do Parágrafo 175 do Código Penal alemão, pois isso ocorreria somente em 1994.

2.5. Anna Rueling e as experiências lésbicas

A situação da lesbianidade na segunda metade do século XIX era bastante delicada, na medida em que as lésbicas eram mulheres e homossexuais e, como tal, sofriam com as opressões dirigidas a esses dois grupos, embora suas vivências e experiências não se assemelhassem nem com um, nem com outro. A partir dos trabalhos do Comitê Científico Humanitário, as primeiras ativistas lésbicas puderam começar a se organizar, desenvolvendo um trabalho teórico-militante que culminou, no início da década de 1910, no surgimento de uma identidade, um discurso e uma cultura lésbica.

Como vimos no primeiro capítulo⁴¹, no final dos anos 1800, as mulheres da Áustria e na Alemanha – onde as condições de vida e de trabalho eram bastante semelhantes ao que descrevemos sobre Viena –, fossem elas proletárias ou burguesas, começaram a se incomodar com a submissão e opressão que marcava suas vidas na época. Enquanto as proletárias submetidas à exploração, a doença, a fome, recebiam menos que os homens de sua classe social e possuíam poucos direitos trabalhistas, almejando melhores condições de vida e de trabalho, as burguesas e a classe média, buscavam autonomia e emancipação da autoridade masculina, o que, para elas, seria possível por meio do trabalho e da integração ao Estado.

⁴¹ Ver capítulo 1.3, página 50.

Por um lado, às mulheres eram negados direitos civis e políticos mais básicos, retirando de suas vidas qualquer possibilidade de autonomia pessoal. De outro, o proletariado – e as proletárias – ficava totalmente à margem da riqueza produzida pela indústria e sua situação de degradação e miséria converteu-se em um dos fatos mais ultrajantes da nova ordem social. Essas contradições foram o solo fértil das teorias emancipatórias e dos movimentos sociais no século XIX (GARCIA, 2011, p. 51).

Durante esse período, o feminismo – que pudera começar a se articular teoricamente a partir dos ideais de igualdade e emancipação da Revolução francesa, mas fora duramente reprimido⁴² – pôde avançar para novos horizontes⁴³, pautando a igualdade entre os sexos e a emancipação jurídica e econômica da mulher e contemplando, com as especificidades de cada território, as lutas pela liberdade de pensamento e associação, pela abolição da escravidão e da prostituição e pela paz. Assim sendo, na virada para o século XX, o movimento sufragista – que surgira nos Estados Unidos associado à luta antiescravidão – se alastrou pela maior parte dos países industrializados, onde as mulheres se organizaram para lutar pelo direito à educação, ao voto e à participação política – reivindicando também a possibilidade se tornarem candidatas e tomarem parte das audiências públicas. Para tal, organizaram-se em manifestações, protestando também com greves de fome e interrupções sistemáticas de oradores com perguntas. Adotando uma postura reformista, ao acreditar que para mudar o Estado era necessário se integrar a ele, as sufragistas uniram-se em torno de uma pauta que era universal para todas as mulheres, na medida que nenhuma delas podia votar, apostando que, ao acessarem o Parlamento, poderiam modificar as demais leis e instituições (GARCIA, 2011).

Contudo, as proletárias e as mulheres burguesas tinham demandas diferentes. Enquanto as primeiras, ao serem integradas ao mercado como mão de obra mais barata e subordinada aos homens, objetivavam discutir a insalubridade no trabalho e as melhores condições de vida, as segundas indignavam-se com o êxito e a autoridade masculina, preocupando-se com sua marginalização na educação e no acesso às profissões liberais. Diante disso, “no final do século XIX, o divórcio entre o sufragismo e o socialismo [que agregou as demandas das mulheres

⁴² O feminismo “como corpo coerente de reivindicações e como projeto político” (GARCIA, 2011, p. 40) só pôde começar a se articular a partir das ideias propagadas pela Revolução Francesa. Neste momento da história, as mulheres tiveram um forte protagonismo, participando das frentes de batalha e das sessões da Assembleia Constituinte e criando jornais, clubes e grupos femininos empenhados na luta por direitos das mulheres. Durante o governo jacobino (1793 – 1794) as feministas foram proibidas de frequentar atividades políticas e suas organizações foram fechadas. Com o Código Napoleônico a desigualdade feminina foi consagrada e a chamada primeira onda feminista foi duramente reprimida (GARCIA, 2011).

⁴³ Os movimentos sociais feministas que despontaram no século XIX são chamados também de segunda onda do feminismo.

operárias] na Europa era patente” e “se desenvolveu um feminismo de classe, socialista e comunista paralelo ao feminismo sufragista” (GARCIA, 2011, p. 73).

Prioritariamente, foi no seio do segundo grupo que se situaram as reivindicações lésbicas. Reconhecendo-se como mulheres, embora muitas não seguissem os papéis e estereótipos de gênero ou pensassem ser homens presos em corpos femininos, as primeiras militantes tinham consciência do lugar que ocupavam perante a sociedade e, por isso, se dedicavam paralelamente aos trabalhos das organizações feministas e homossexuais. Muitas vezes expulsas das reuniões do Comitê Científico Humanitário – única organização que aceitava a participação das mulheres lésbicas – pela polícia, pois o assunto da homossexualidade era considerado impróprio para as mulheres, a atuação nos dois movimentos era a única saída possível para as lésbicas, dado que na época a ideia de uma organização própria, estruturada a partir de suas próprias pautas era inviável (FADERMAN; ERIKSSON, 1980). O fato de não serem criminalizadas pelo Parágrafo 175 do Código Penal do Império Alemão, não significava que a lesbianidade não era uma prática repudiada, reprimida e marginalizada na Alemanha do início do século XX, o que ocorria também na Áustria, onde os relacionamentos entre mulheres poderiam ser punidos pela legislação. Dessa forma, as pautas sufragistas – ou seja, a reforma na educação que ampliaria o acesso à Universidade e modificaria o que era ensinado para as mulheres, o aumento das oportunidades de emprego, possibilitando a independência e o direito ao voto, enquanto meio para conseguir realizar essas reformas – eram uma questão de sobrevivência para as lésbicas pois, somente dessa forma, lhes parecia possível fugir do casamento heterossexual, pleitear a independência e construir uma vida enquanto casal.

A adesão da maior parte das mulheres lésbicas ao feminismo burguês e a aliança com o Comitê Científico Humanitário não significa que não existissem lésbicas proletárias, aliadas ao feminismo socialista e comunista. Mas, para as mulheres da classe trabalhadora, as oportunidades de emprego oferecidas nas fábricas ou casas não forneciam as mesmas possibilidades de independência financeira pautadas pelo feminismo das burguesas e da classe média. Diante de salários que permaneciam significativamente menores que os dos homens, elas criaram suas próprias alternativas de sobrevivência: se mudavam de cidade, cortavam o cabelo e usavam calças, buscando se passar por homens (FADERMAN, 1992). Embora se disfarçar de um casal heterossexual – onde uma das mulheres pretendia ser um homem (marido) – fosse a principal alternativa para que a lesbianidade pudesse ser vivida entre as proletárias, muitas dessas mulheres não eram lésbicas e se travestiam somente para conseguir oportunidades econômicas. Independente disso, muitas delas acabaram por ser descobertas e confinadas nas

prisões, nos asilos e nos hospitais psiquiátricos, se tornando objeto de estudo dos sexólogos, que podiam ver apenas sua aparência. Para o pensamento médico-psiquiátrico dos primeiros anos do século XX, essas mulheres, com roupas e trejeitos ditos masculinos, só poderiam ser invertidas e desejar outras mulheres, na medida que parecia impossível imaginar que elas não estavam presas nos corpos errados e apenas desejavam maior liberdade e melhores condições econômicas.

Curiosamente, mas não surpreendentemente, na medida em que as sufragistas conquistavam seus direitos – cabe ressaltar que as mulheres começaram a ser aceitas nos cursos de humanidades, medicina e direito da Universidade de Viena respectivamente em 1897, 1900 e 1919 (RAGGAN- BLESCH, 2010) e na Alemanha entre 1900 e 1909, a depender do Estado (MAZÓN, 2003) – e construía para si uma noção de identidade, os discursos antifeministas se tornavam mais comuns. Considerando que as mulheres que lutavam por direitos só poderiam ser lésbicas, esses grupos serviam-se da sexologia para defender que apenas as mulheres masculinas queriam educação e emprego e, na medida que isso só poderia ser uma aberração ou perversão do papel natural feminino, assumia-se que as feministas deveriam padecer de uma condição patológica: o lesbianismo (FADERMAN; ERIKSSON, 1980; RAGGAN-BLESCH, 2010; THORSON, 2010).

O fato de serem hostilizadas e tratadas como se fossem lésbicas parecia não sensibilizar as feministas que, apesar de terem essas mulheres como parceiras de luta, não mantinham uma relação simples com elas, preterindo a defesa de suas pautas – que, nessa época, se referiam principalmente à crítica e ao combate ao casamento heterossexual compulsório. Similarmente, as relações entre o ativismo lésbico e o movimento homossexual também eram delicadas, pois, na medida em que essa luta se desenvolvia em território alemão e pautava a abolição do Parágrafo 175 do Código Penal – que não inclui a lesbianidade – o sofrimento das mulheres lésbicas não era considerado tão relevante quanto as prisões e julgamentos dos homens. Apenas em 1910, quando os legisladores tentaram estender o Parágrafo 175 para as mulheres que, pela primeira vez na história, o feminismo mobilizou-se pela defesa das pautas lésbicas organizando uma série de encontros por toda a Alemanha e conseguindo, nesse mesmo ano, inviabilizar esse projeto (FADERMAN; ERIKSSON, 1980).

A despeito da relevância deste episódio, enquanto mulheres e “homossexuais”, as lésbicas não eram nem um, nem outro e, aos olhos dos movimentos políticos que já nessa época possuíam fortes marcas identitárias, permaneciam marginalizadas – em sua história e cultura – , não conseguindo ocupar posições de liderança e pautar suas necessidades diante das sufragistas ou dos ativistas reunidos em torno de Magnus Hirschfeld. É justamente sobre esse

tópico que se debruça Anna Rueling em “*Qual o interesse do movimento das mulheres na questão homossexual?*” (RUELING, 1904), discurso que a tornou a primeira ativista lésbica publicamente conhecida, proferido em 9 de outubro de 1904, durante a conferência anual do Comitê Científico Humanitário.

Anna Rueling (1880 – 1953) – pseudônimo de Theo (Theodora) Anna Sprüngli – nasceu em Hamburgo, na Alemanha, em 1880. Durante a infância, frequentou escolas para meninas e estudou piano e teoria musical. Aos dezessete anos de idade, começou a escrever para o “*Hamburger Fremdenblatt*”, um dos mais importantes jornais diários da época, iniciando sua carreira como jornalista. Terminou o ensino secundário na cidade de Estugarda e seguiu, paralelamente, uma carreira artística e jornalística, trabalhando com teatro e música, tanto nos artigos que escrevia para a imprensa, quanto como professora particular. A partir de 1914, seus textos passaram a figurar também no “*Novo jornal alemão para mulheres*” (“*Neue deutsche Frauen-Zeitung*”), um periódico de visões mais moderadas sobre o feminismo. Entre 1922 e 1933, sua carreira jornalística se expandiu significativamente. Curiosamente, e em contraste com o discurso que exploraremos a seguir, o longo de sua vida, Rueling tornou-se extremamente patriota, apoiando o militarismo e o colonialismo alemão e contribuindo com a Associação do Reich de Donas de Casa Alemãs (*Reichsverband deutscher hausfrauen*), uma organização nacionalista fundada em 1915, durante a Primeira Guerra Mundial. No ano de 1933, Rueling se candidatou para a admissão para a Liga dos escritores alemães do Reich (*Reichsverband Deutscher Schriftsteller*) e, em sua carta de admissão, ocultou todas as suas atividades políticas enquanto feminista e ativista lésbica. Permaneceu na Alemanha durante a ascensão do nacional-socialismo e a Segunda Guerra Mundial, trabalhando com música, teatro e jornalismo e faleceu em 1953 (LEIDINGER, 2004).

Apesar das controvérsias na história de Anna Rueling, principalmente por ela não ter seguido seus trabalhos como ativista lésbica, por seu nacionalismo e por sua permanência na Alemanha nazista, nos dedicaremos agora a examinar seu discurso proferido em 1904, por ele nos apresentar tanto uma visão sobre a situação política da lesbianidade no início do século XX, quanto uma leitura das lésbicas sobre si mesmas, enquanto sujeitos do discurso. Abrindo sua fala reconhecendo que o grupo reunido em torno de Magnus Hirschfeld se distinguia das demais organizações homossexuais por aceitar e dedicar também – embora menos – as mulheres uranianas –, Rueling (1904, p. 143, tradução nossa) chama a atenção para as demandas das mulheres lésbicas, clamando para que suas vivências fossem escutadas e acopladas nas lutas por direitos:

Em geral, quando a homossexualidade é discutida, apenas se pensa nos homens uranianos e se negligencia as muitas mulheres homossexuais que existem e sobre quem muito menos é dito porque – eu quase diria “infelizmente” – elas não tem que lutar contra um Código Penal injusto que resulta de falsas visões morais. As mulheres não são tratadas com penosos julgamentos e a prisão quando seguem seu instinto amoroso inato. Mas o estresse mental que as mulheres uranianas sofrem é tanto, ou maior, que o sofrimento dos homens uranianos. Para um mundo que baseia seu julgamento nas aparências, essas mulheres são muito mais evidentes que o mais afeminado dos homens. Com muita frequência, a moralidade as expõe ao desprezo e a zombaria.

Antes de proceder para uma análise das intersecções entre o movimento feminista e as pautas lésbicas, Rueling esquematiza sua visão sobre as “mulheres homossexuais”. Influenciada pela literatura de Ulrichs e Hirschfeld, a autora considerava a distinção entre a personalidade e o instinto sexual como fundamental, afirmando que ambos não poderiam ser considerados como aspectos correlatos, de maneira que uma mulher com características ou atributos ditos masculinos – conforme considerado na época de sua arguição – não necessariamente desejaria se relacionar com mulheres, podendo se situar nos estados sexuais intermediários ou mesmo ser heterossexual. De acordo com essa concepção, Rueling afirma a existência de duas possíveis manifestações da homossexualidade em uma mulher:

- I) Uma homossexualidade psíquica, onde há uma separação entre os atributos físico e emocionais que atenua a correlação – muito importante para os sexólogos – entre a personalidade e o desejo de um sujeito, ou, em outras palavras, entre os estereótipos e a identidade de gênero e a orientação sexual.
- II) Uma homossexualidade absoluta, caracterizada pelo desejo por pessoas do mesmo sexo que, na maioria das vezes, estaria correlacionado a um transbordamento dos atributos físicos e psíquicos ditos masculinos

Afirmando que “as características masculinas não necessariamente resultam em um impulso sexual em direção ao sexo feminino, pois cada mulher homossexual possui mais ou menos características femininas, as quais, com as gradações imensamente diversas na transição entre os sexos, às vezes podem ser expressas em um impulso sexual em direção aos homens”, Rueling (1904, p. 144, tradução nossa) acentua que o desejo afetivo-sexual de uma mulher por outra quase sempre deve ser considerado um transbordamento dos atributos somáticos e psíquicos ditos masculinos, mas não pode ser considerado algo definitivo, pois poderiam existir

mulheres heterossexuais com traços ditos masculinos e lésbicas que se encaixavam dentro dos padrões e estereótipos de feminilidade da época.

Posto isso, a autora apresenta uma descrição geral sobre as mulheres lésbicas que, como veremos, é bastante influenciada pelo imaginário que cercava a masculinidade e a feminilidade no início do século XX, mas que consegue transcender o essencialismo, parecendo considerar a ideia de que esses atributos e características não eram algo natural, mas socialmente construído. Nas palavras de Rueling (1904, p. 144, tradução nossa):

A mulher homossexual possui muitas qualidades, inclinações e capacidades que nós comumente consideramos masculinas. Ela particularmente desvia da norma feminina em sua vida emocional. Enquanto a emoção é quase sempre – exceções provam a regra – o traço predominante e decisivo nas mulheres heterossexuais, a razão rege a mulher uraniana. Ela é, como a média dos homens, mais objetiva e enérgica que a mulher feminina; seus pensamentos e sentimentos são como os dos homens; ela não imita os homens, ela é inerentemente similar à ele e esse é o ponto importante que os adversários da assim-chamada ‘mulher-homem’ sempre ignoram, porque eles nunca se preocuparam em estudar o fenômeno homossexual.

Resumidamente, Rueling aceitava a definição de que as lésbicas pertenceriam ao terceiro sexo e pensariam como os homens por terem nascidos com uma mente masculina inata o que, em certa medida, as diferenciaria das mulheres heterossexuais (FADERMAN; ERIKSSON, 1980). Mas, apesar disso, sua fidelidade a separação e a diferença entre os papéis e atributos de gênero era relativa, na medida em que a autora distinguia o que seria uma personalidade masculina, feminina ou intermediária (masculina-feminina/feminino-masculina) onde as características atribuídas aos homens e as mulheres pela sociedade predominariam e se permutariam, pois “quando a natureza criou sexos diferentes, ela certamente não pretendia que houvesse uma esfera para a mulher – o lar – e outra para o homem – o mundo. Antes, a intenção era que cada pessoa ocupasse o papel apropriado aos seus ou suas próprios traços e habilidades” (RUELING, 1904, p. 147, tradução nossa).

A partir dessas definições, Rueling apresenta as pautas lésbicas e defende a necessidade de essas serem agregadas ao feminismo (sufragista). Identificando o casamento heterossexual compulsório como uma das principais causas do sofrimento das mulheres uranianas, a autora chama à atenção das feministas para a necessidade de informar a sociedade sobre as penitências do casamento forçado para essas mulheres: “muitas vezes elas tem que lidar com pais, primos, tias e outros entes queridos que, todos os dias, tentam convencê-las da necessidade do casamento e com seus sábios conselhos tornam sua vida uma desgraça” (RUELING, 1904, p. 144, tradução nossa). Aqui, o casamento heterossexual não é tomado como uma solução que

eliminar o desejo das uranianas, mas sim como algo que deve ser evitado por causar um sofrimento excessivo. Mais do que isso, Rueling considerava que os descendentes de um casamento forçado estavam mais aptos a nascerem degenerados, padecendo de uma ampla gama de anomalias. Em sua concepção higienista, evitar que esses sujeitos viessem ao mundo era de interesse não somente das mulheres impelidas à heterossexualidade compulsória, mas também do Estado.

Como principal alternativa para esse cenário, Rueling propunha a realização de uma reforma na educação – que também era uma preocupação das sufragistas –, apontando a importância de explicar e ensinar sobre a natureza da homossexualidade às crianças e jovens em quem se identificariam tendências homossexuais, prevenindo que eles fossem forçados à heterossexualidade durante a puberdade e poupando-lhes o sofrimento. Aliada a essa proposta, a autora defendia amplamente a coeducação das meninas e meninos, por considerar que cada pessoa desenvolve o próprio caráter e possui aptidões individuais que não são determinadas por seu sexo, de forma que a escola deveria respeitar a livre escolha de cada sujeito no que se referia ao casamento e a ocupação.

O fato é que, ao tomarem conhecimento – e muito disso se deve aos trabalhos dos sexólogos – que não eram únicas e que, na realidade, muitas mulheres se sentiam como elas, as lésbicas puderam começar a adquirir consciência política, construindo para si uma identidade que, mesmo que perpassasse a ideia da lesbianidade enquanto uma *anomalia congênita*, um *terceiro sexo* ou uma *inversão*, lhes permitiu pensar e refletir sobre suas próprias vivências e necessidades. Abrigadas no grupo de Hirschfeld e atuando paralelamente nas organizações feministas, elas passaram a demandar que suas pautas fossem defendidas pelo feminismo, o que levou Rueling a tecer uma ampla consideração sobre essa questão, que dá título ao seu discurso.

“Considerando as contribuições feitas ao Movimento das Mulheres pelas homossexuais durante décadas, é impressionante que as maiores e mais influentes organizações do movimento nunca levantaram um dedo para melhorar os direitos civis e sociais de suas numerosas membras uranianas”, critica Rueling (1904, p. 148, tradução nossa), reiterando que o feminismo já se encontrava consolidado o suficiente para poder defender as lésbicas sem temer represálias. Essa demanda não remetia à uma defesa integral das pautas homossexuais pelas feministas, muito mesmo uma assimilação entre o movimento sufragista e o que poderia ter sido, na época, uma organização lésbico-feminista. Na realidade, o pedido era de um reconhecimento das contribuições das lésbicas ao movimento feminista e de sua importância delas em seus levantes, que permitiria maior visibilidade ao que pautavam essas mulheres.

O grupo representado por Anna Rueling, assim como as pessoas que se aglomeravam em torno de Magnus Hirschfeld, representavam a elite intelectual e econômica e as pautas feminista as quais ela se remetia eram originárias das mulheres de classe média, que se baseavam em ideais reformistas. A despeito disso, a articulação entre as lésbicas e a criação de uma identidade própria, lhes permitiu fundar uma subcultura. Ao aceitarem as definições sobre si – mesmo que os discursos dos médicos não contemplassem completamente suas vivências –, elas puderam se aliar a seus pares, viver seu desejo, tornar-se independentes e integrar os espaços de sociabilidade lésbica que começavam a surgir nas principais capitais europeias.

Em Berlim, nas primeiras décadas do século XX, existiam inúmeros locais onde as lésbicas podiam se encontrar e dançar, fossem elas burguesas ou proletárias, além de haver um jornal exclusivamente dedicado a esse público. Além disso, nessa mesma época, importantes obras sobre a vida das mulheres lésbicas começaram a surgir na Alemanha como, por exemplo, o romance “*Are these women?*” (DUC, 1903), escrito por Aimée Duc⁴⁴ em 1903 e a autobiografia “*The truth about me*” (KRAUSE, 1901), publicada por E. Krause⁴⁵ em 1901. Cada uma a sua maneira, as mulheres como Rueling, Duc e Krause tentavam escrever sobre suas experiências com a lesbianidade, fosse narrando finais felizes, assimilando-se à masculinidade como saída possível para a falta de liberdade feminina ou para o desejo por uma mulher, aceitando as visões e hipóteses dos sexólogos, rejeitando o sexo – considerado um pecado – ou negando o casamento heterossexual.

Contudo, a politização não era uma alternativa unânime para todas as mulheres. Socializadas para não desafiar a moral da época, que predominantemente considerava os relacionamentos lésbicos uma depravação ou patologia, muitas buscaram a cura, recorrendo as tentativas de reversão da orientação sexual:

A senhorinha M... não vê nenhum mal nos seus sentimentos; e, até lhe chegar às mãos uma tradução do livro de Krafft-Ebing, ignorava que esses sentimentos eram “proscritos da sociedade e considerados como não naturais e depravados”. Deseja acabar com esse opróbio e sair em campo a favor daqueles que também são assim. (ELLIS, 1896, p. 129)

Inúmeras foram as senhorinhas M. ao longo do século XIX, como pudemos ver nos casos apresentados nas obras previamente discutidas. Envergonhadas de seus sentimentos, essas mulheres se reprimiam, buscavam a cura, permaneciam no “armário” ou não se

⁴⁴ Pseudônimo da jornalista e escritora Minna Wettstein-Adelt (1869 –?).

⁴⁵ Não encontramos nenhuma informação sobre a autora que, muito provavelmente, escrevia utilizando um pseudônimo.

identificavam com as descrições dos sexólogos, por não se considerarem doentes ou homens presos em corpos femininos. Com a renovação trazida pela virada do século e a consolidação dos movimentos homossexual e feminista, elas puderam criar para si uma identidade e elaborar diversas saídas para lidar com o contexto social e cultural que viviam. A luta política, o travestismo, a fuga ou mesmo a negação de seu desejo foram algumas entre inúmeras alternativas construídas pelas Senhoritas L., Senhorinhas M. e Senhoras C., mas a prisão, a heterossexualidade compulsória e o exílio também atingiram muitas delas que, como relembra E. Krause citada na epígrafe do presente capítulo, nunca deixaram de aspirar a liberdade. Muitas eram as histórias, em um contexto social onde o ativismo e a patologização se misturavam e se complementavam, criando um cenário complexo e multifacetado.

“O contexto histórico não explica a aridez do poeta mas a sua aridez também não se explica fora do contexto histórico”, afirmam Naffah Neto e Cintra (2012) “e eis uma destas questões “dentro-fora” de tal imbricação que já não se pode separar uma dimensão da outra, elas se refletem, negam-se e se constituem mutuamente em uma dialética interminável”. E é nessa interseção que se situava a psicanálise, cujos discursos sobre a lesbianidade e a homossexualidade vamos agora começar a adentrar.

3. O A LÉSBICA E O HOMOSSEXUAL EM FREUD

Na concepção da psicanálise, portanto, também o interesse sexual exclusivo do homem pela mulher é um problema que requer explicação, não é algo evidente em si, baseado numa atração fundamentalmente química.

Sigmund Freud, Viena, 1915.

Sigmund Freud⁴⁶ (1856 – 1939) sempre manteve uma relação ambivalente com Viena, onde viveu desde a infância. Nascido em Freiberg – cidade situada na região da Morávia, atualmente pertencente à República Tcheca – e filho de Amalie e Jacob Freud, cresceu na capital do Império Austríaco, durante o período em que este se tornaria a Dupla Monarquia. Educado de maneira liberal no seio de uma família judaica marcada pela autoridade do marido, pela subordinação das mulheres e pela dependência dos filhos, iniciou-se nos estudos de filosofia através do convívio com Fran Brentano⁴⁷, frequentando suas aulas que, na época, versavam sobre os fundamentos de uma psicologia empírica que teria como base a análise da consciência.

Em 1873, ao desistir de seguir carreira como filósofo, ingressou na Universidade de Viena, justamente quando explodiam a crise financeira e a epidemia de cólera que precipitavam a ascensão do antissemitismo na Áustria⁴⁸. Durante seus estudos, se focou nas áreas de anatomia, biologia e fisiologia, frequentando cursos de medicina tradicional, se fascinando pelo evolucionismo e se dedicando à pesquisas sobre a sexualidade das enguias, os neurônios dos lagostins e o sistema nervoso de peixes primitivos no laboratório de Ernest Wilhelm von Brücke⁴⁹, onde conheceu fisiologistas importantes, entre os quais Josef Breuer. Em 1881, concluiu seus estudos em ciências naturais e foi nomeado assistente do Instituto de Fisiologia de Brücke, onde passou um ano trabalhando, até decidir seguir carreira como médico, pois era muito jovem para suceder seu mestre.

Em 1882, conheceu Martha Bernays, com quem viria a se casar quatro anos mais tarde. Nesse interim, trabalhou no Hospital Geral de Viena, onde se aprofundou em uma pesquisa

⁴⁶ Entre a ampla bibliografia escrita sobre a vida de Sigmund Freud, optamos por utilizar as obras “*Sigmund Freud: na sua época e em nosso tempo*” (ROUDINESCO, 2016) e “*Freud: uma vida para o nosso tempo*” (GAY, 2012) para escrever este breve texto sobre o surgimento da psicanálise.

⁴⁷ Franz Brentano (1838 – 1917) foi um filósofo influenciado pelo romantismo alemão que lecionou em Viena entre 1874 e 1894 e seria, posteriormente, professor de Husserl (ROUDINESCO, 2016).

⁴⁸ Sobre Viena na juventude de Freud e na época de surgimento da psicanálise, ver capítulo 1, página 48.

⁴⁹ Ernest Wilhelm von Brücke (1819 – 1892) foi um médico e fisiologista, mestre da escola austríaca de fisiologia, que se destacava por unir a tradição de medicina laboratorial alemã e a olhar clínico da prática médica de Viena (ROUDINESCO, 2016).

teórico-clínica sobre as propriedades da cocaína, trabalhou em diversas áreas da medicina e estagiou no serviço de psiquiatria e doenças nervosas de Theodor Meynert⁵⁰, onde teve a oportunidade de observar diversos doentes mentais submetidos à tratamentos corporais.

Aproximou-se também de Breuer – seu antigo colega do laboratório de Brücke – cujas aulas já frequentara anos antes. Aos poucos, encontrou nele um grande amigo e colega de trabalho, que lhe incentivou a optar pela neurologia e a se interessar pela hipnose. Em 1880, Breuer havia começado a tratar de Bertha Pappenheim, uma paciente que sofria de severos sintomas histéricos, sobre quem Freud veio a saber apenas em 1882. Ao escutar de seu amigo e mestre sobre o trabalho de um ano e meio com “o caso Anna O.”, o criador da psicanálise foi acometido de um fascínio profundo e duradouro, em razão da sintomatologia, com lapsos mentais, alucinações e dificuldades pela fala e da aliança entre médico e paciente que possibilitara, nas palavras de Bertha, ‘uma cura pela fala’ ou ‘uma limpeza da chaminé’, despertando importantes lembranças que evocavam emoções poderosas anteriormente não expressadas, provocando a catarse.

No ano de 1884, o jovem Freud recebeu sua primeira paciente com uma sintomatologia semelhante e, cada vez mais interessado nas doenças nervosas, se candidatou para uma bolsa de estudos em Paris, onde pretendia estudar com Jean-Martin Charcot, na época um grande especialista em histeria. Para os envolvidos com a pesquisa e o tratamento das doenças nervosas, o trabalho de Charcot no hospital *La Salpêtrière* era de um pioneirismo ímpar e, por quatro meses e meio, no inverno entre 1885 e 1886, Freud permaneceu na capital francesa, onde trabalhou no serviço de seu mestre e assistiu seus seminários. Adentrando o terreno dos estudos sobre a sexualidade, aprendeu que a histeria era uma doença que afetava homens e mulheres, que existia no passado e que poderia surgir por distúrbios funcionais ou pós-acidentais. Assistiu também experimentos e demonstrações com a hipnose, que induzia e curava paralisias histéricas, na medida em que, na concepção de Charcot, o estado hipnótico só poderia ser provocado em pacientes histéricos, pois seria ele mesmo uma neurose artificialmente produzida.

Quando retornou para Viena, Freud decidiu se dedicar definitivamente ao território das neuroses. Em março de 1885 já obtivera o título de *Privatdozent*, que lhe permitia lecionar na Universidade, e optou por se demitir do Hospital Geral, recebendo pacientes em consultório particular. Muito próximo de Breuer, partilhou com ele as tentativas de tratar pacientes por

⁵⁰ Theodor Meynert (1833 – 1892) foi um importante psiquiatra vienense, dedicado à anatomia do cérebro e defensor da hipótese de que os fenômenos psicológicos se reportariam a um substrato orgânico (ROUDINESCO, 2016).

meio da hipnose, tentando extrair, por via desta técnica, as cenas que os pacientes teriam esquecido ou se recusavam a falar sobre e que, ao serem trazidas de volta à lembrança, teriam um efeito catártico, provocando a ab-reação dos afetos relacionados aos acontecimentos traumáticos e eliminando o sintoma. Em 1889, visitou Hyppolyte Bernheim, professor da clínica geral em Nancy – cujas ideias se opunham às de Charcot –, que considerava que o método hipnótico operava por sugestão e poderia funcionar com qualquer um, assimilando dele ideias que conduziram à formulação de um tratamento pela palavra.

Apropriando-se de conhecimentos da *Salpêtrière* e de Nancy, Freud continuou a atender clinicamente e, em 1890, ao concluir que nem todos os pacientes eram hipnotizáveis, abandonou gradualmente esse método, passando a utilizar a associação livre como técnica. Cinco anos antes, conhecera Wilhelm Fliess no círculo de colegas de Breuer e fizera dele um amigo e interlocutor, com quem discutia suas novas ideias. Médico berlinense, na época Fliess (1858 – 1928) estudava a clínica das neuroses, uma teoria fisiológica da periodicidade e uma hipótese biomédica sobre a bissexualidade humana. Em correspondência com Fliess, Freud realizou sua “autoanálise”, desenvolveu as linhas gerais que conduziram seu trabalho de forma definitiva – observação, associação livre, interpretação e elaboração –, e demonstrou acreditar cada vez mais no papel que os conflitos sexuais teriam na etiologia das neuroses, acreditando que a dissociação mental presente na histeria era provocada pela defesa psíquica e por reminiscências de um trauma sexual infantil.

Quando os “*Estudos sobre a histeria*” (FREUD; BREUER, 1893 – 1895) foram publicados, Freud já estava em um processo progressivo de afastamento de Breuer, que privilegiava a causalidade fisiológica e se negava a acreditar completamente no papel da sedução, embora não negasse a importância da sexualidade na etiologia da neurose. Em 1896, Jacob faleceu e Freud se separou definitivamente de seu antigo mestre, começando a edificar a psicanálise. Compartilhando suas descobertas com Fliess, interessou-se pelo estudo dos sonhos – assunto que explorava em sua autoanálise – e, paralelamente, se dedicou a escutar suas pacientes. No ano 1897, abandonou a teoria da sedução na qual trabalhara por dois anos, declarando não acreditar mais em suas neuróticas, mesmo que não duvidasse da realidade do que elas lhe contavam. A partir desse ponto, inaugurou uma maneira inédita de pensar a sexualidade humana, articulando-a com o conceito de inconsciente e entendendo os relatos de suas pacientes a partir da noção de fantasia.

Em 1900, quando “*A interpretação dos sonhos*” (FREUD, 1900) foi publicada, o longo processo de gestação da psicanálise estava finalizado e seus princípios haviam sido estabelecidos e divulgados em uma obra que trata de temas fundamentais, como os sonhos, o

complexo de Édipo, o recalque e a luta entre desejo e defesa. A partir da escuta das pacientes histéricas⁵¹, Freud inaugurou uma disciplina inovadora, que contava com uma descrição sobre o sujeito humano e uma técnica de tratamento do sofrimento psíquico. Assumindo que os sintomas teriam uma etiologia sexual e desenvolvendo essa hipótese articulada ao conceito de inconsciente, após um longo período, o criador da psicanálise se consolidou como uma figura importante no amplo campo de estudos sobre a sexualidade que nessa época se desenvolvia nos países germânicos⁵².

Ao iniciar o século XX, Freud estava definitivamente afastado de Fliess e encontraria novos colaboradores⁵³, ao lado de quem se dedicaria ao desenvolvimento da psicanálise. Inserindo-se nos debates sobre a sexualidade, não se eximiu de comentar os temas que na época preocupavam seus colegas sexólogos e psiquiatras e desenvolveu uma ampla literatura sobre a lesbianidade e a homossexualidade, apresentada em sua obra escrita. Nos dedicaremos agora a essas formulações, dividindo-as em dois períodos: no primeiro (1905 – 1908) trataremos da conceituação de sexualidade, circulando as ideais com as quais os primeiros psicanalistas tiveram contato ao integrarem a Sociedade Psicanalítica de Viena e no segundo (1908 – 1922) destacaremos as formulações que surgiram na época coberta pelo registro das Atas e que, predominantemente, tratam da etiologia da escolha de objeto homossexual.

3.1. Primeiras formulações sobre a sexualidade: 1905 – 1908

No ano de 1905, Freud (1905, 1905a, 1905b) publicou simultaneamente a primeira versão dos “*Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*”, “*O Caso Dora*” e “*O Chiste e sua relação com o inconsciente*”, consolidando o percurso iniciado em 1897 – época do abandono da teoria da sedução – por meio do qual lançara as bases do *primeiro edifício teórico* da psicanálise. Debruçando-se simultaneamente sobre as problemáticas do inconsciente e da sexualidade, vinculadas pelo conceito de repressão, essa teorização delimitou o campo psicanalítico da época (MEZAN, 2001), levando-o a um primeiro momento de maturidade, que articulava a metapsicologia, a teoria do desenvolvimento, a psicopatologia e a teoria da técnica. Como veremos no quarto capítulo, foi nesse momento que Freud começou a chamar a atenção de seus primeiros seguidores, atraídos por uma nova visão da mente humana, que não apenas a descrevia, mas permitia também o tratamento do sofrimento psíquico (MEZAN, 2014).

⁵¹ A questão da prática psicanalítica em Freud será retomada e aprofundada no capítulo 8.1.

⁵² Ver capítulo 2.

⁵³ Ver capítulo 4.

É nos “*Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*” que Freud (1905) realiza um primeiro estudo sobre a lesbianidade e a homossexualidade – denominadas como *inversão*, de acordo com a nosografia utilizada na época –, apresentando uma primeira formulação completa sobre o tema da sexualidade. O texto, que apresenta cinco versões publicadas sucessivamente até 1925, sofreu uma série de modificações, acompanhando a transformação do pensamento freudiano. Por ora, nos atentaremos ao trabalho original de modo a circular com precisão as ideias com as quais os primeiros psicanalistas tiveram contato no momento de sua reunião.

Embora tenha sido considerado o ponto mais escandaloso de sua teoria, discutir a questão da sexualidade não era uma novidade em 1905. Conforme abordamos no capítulo 2⁵⁴, desde a segunda metade do século XIX este era um tema amplamente tematizado pela psiquiatria, que criara inclusive uma disciplina específica para seu estudo: a sexologia. É com o reconhecimento desse campo que Freud abre a primeira parte de seu texto, citando as publicações de Krafft-Ebing, Havelock Ellis, Hirschfeld, entre outros autores com os quais ele virá a dialogar ao longo destes ensaios.

De partida, Freud (1905, p. 21) se opõe à opinião recorrentemente aceita acerca do instinto sexual⁵⁵, segundo a qual:

Ele estaria ausente na infância, apareceria na época da puberdade, ligado ao processo de maturação desta, e se revelaria nas manifestações da irresistível atração que um sexo exerce sobre o outro; e sua meta seria a união sexual, ou, pelo menos, as ações que se acham no caminho para ela.

Considerando essas ideias um retrato infiel da realidade, Freud discorda de três pontos fundamentais: a época do surgimento da pulsão sexual, sua natureza exclusivamente heterossexual e a sua limitação à genitalidade. Apresentando as noções de *objeto sexual*, ou seja, da pessoa ou coisa da qual vem a atração sexual e de *meta sexual*, enquanto ato da pulsão que leva à satisfação, o autor se debruça na investigação dos “desvios” observáveis em cada um desses aspectos, demonstrativos das imprecisões presentes nas teorias sobre o tema apresentadas pela psiquiatria oitocentista.

Embora o subcapítulo sobre os “desvios no tocante ao objeto sexual” (FREUD, 1905, p. 21) dedique uma pequena parte ao estudo da atração por crianças ou animais, seu foco

⁵⁴ O surgimento da sexologia no final do século XIX foi discutido mais detalhadamente no capítulo 2.2.

⁵⁵ As Obras Completas de Freud da editora Companhia das Letras e a Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud da editora Imago traduziram os conceitos freudianos de “*Trieb*” e “*Instinkt*” pelo termo “instinto”, o que pode gerar indistínções (LAPLANCHE; PONTALIS, 2001). O presente trabalho utilizará o termo pulsão ao se referir ao conceito de “*Trieb*”, respeitando a decisão dos tradutores nas citações literais.

principal é a homossexualidade – tema que percorre transversalmente os “*Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*”. Após traçar um breve quadro do comportamento dos homossexuais, no qual constata que este pode variar em grau, aceitação ou momento de surgimento, Freud refuta as considerações da maior parte dos médicos e dos militantes de sua época, cujas opiniões organizavam-se em três sistemas explanatórios: (1) a teoria da degeneração; (2) as teorias congênitas (inatas); e (3) a hipótese da homossexualidade como característica adquirida.

A ideia de que a inversão seria um indício de degeneração é contraposta pelas considerações de esta existir em pessoas que não apresentam desvios sérios da norma ou quadros de adoecimento psíquico correlatos, pelo fato de que uma parte significativa dos ditos invertidos são sujeitos de alto desenvolvimento intelectual – argumentos utilizados principalmente por Ellis⁵⁶ e Hirschfeld⁵⁷ – e pela constatação de que essa é uma prática encontrada em outras culturas, muitas vezes de maneira institucionalizada, como é o caso da pederastia na Grécia Antiga⁵⁸. As teorias inato-adquiridas, por sua vez, são refutadas com base em sua imprecisão. As falhas na memória, principalmente no que concerne à primeira infância, assim como a variabilidade de acontecimentos externos e de suas consequências, impediriam uma explicação válida ou mesmo essa caracterização. Dessa maneira, pareceria impossível pressupor que um indivíduo nasce com a pulsão ligada a determinado objeto ou que as influências acidentais sejam suficientes para explicar uma suposta aquisição.

Como podemos ver, a argumentação conduz à ideia de um afrouxamento do laço entre a pulsão sexual e seu objeto, mas antes de tecer alguma conclusão, Freud discute também a questão do hermafroditismo psíquico. Na medida em que não há correlação direta entre as características anatômicas, os comportamentos, a aparência de um sujeito e o objeto sexual ao qual sua libido se destina, não se poderia dizer que a homossexualidade é uma consequência do hermafroditismo, o que avança a hipótese de que esta teria relação com a predisposição bissexual de todos os seres humanos e com o desenvolvimento das pulsões.

Os esclarecimentos sobre a origem da lesbianidade ou da homossexualidade não avançam além deste ponto e, embora este material tenha sido acoplado posteriormente, fornecer teorias sobre a gênese da escolha de objeto homossexual não era o principal propósito desse texto. Enquanto as questões etiológicas são deixadas em aberto, sem que necessariamente respondê-las estivesse em questão no ano de 1905, o estudo da inversão permite que Freud (1905, p. 38, grifo nosso) chegue a principal conclusão da primeira parte do texto:

⁵⁶ Ver capítulo 2.3.

⁵⁷ Ver capítulo 2.4.

⁵⁸ Ver capítulo 1.1.

Chama a nossa atenção o fato de havermos concebido a ligação entre o instinto sexual e o objeto sexual como mais estreita do que é na realidade. O conhecimento obtido em casos considerados anormais nos diz que neles há apenas, entre instinto sexual e objeto sexual, uma soldagem, que arriscamos não enxergar devido à uniformidade da configuração normal, em que o instinto parece já trazer consigo o objeto. Assim, *somos levados a afrouxar a ligação entre instinto e objeto que há em nosso pensamento. É provável que o instinto sexual seja, de início, independente de seu objeto, e talvez não deva sequer sua origem aos atrativos dele.*

Essa consideração “é fundamental para o conceito de sexualidade que será característico da psicanálise” (MEZAN, 2001, p. 129) e delineia a questão da escolha objetal. A pulsão sexual e o objeto não teriam uma ligação predeterminada e, uma vez que esta relação se deve a diversos fatores, ela seria tão obscura na heterossexualidade quanto na homossexualidade.

A partir do estudo dos desvios na meta sexual, uma segunda conclusão pertinente ao nosso estudo é apresentada. A constatação de que a pulsão sexual se constitui de vários componentes é evidenciada pelo estudo das perversões, onde esses elementos não se unificaram ou foram novamente divididos por alguma razão. De acordo com esta perspectiva, o sintoma neurótico seria resultado do recalque violento dos aspectos perversos que, no caso da “normalidade”, teria se efetivado unificando os elementos parciais da pulsão sob a égide da genitalidade.

Essa constatação, conhecida pela formulação de que a neurose é o negativo da perversão, demonstra que “o elemento inato por trás das perversões é comum a todo o gênero humano: são as raízes constitucionais da pulsão sexual que se apresentam desmascaradas nas perversões mais estranhas” (MEZAN, 2001, p. 131). Dessa maneira, a “normalidade” torna-se uma questão de grau, dado que a vida sexual inconsciente de todos os sujeitos traria traços dos conteúdos homossexuais e perversos recalcados.

Seguindo essa linha de raciocínio, o “*Segundo Ensaio*” (FREUD, 1905, p. 73) se dedica à questão da sexualidade infantil e é a partir deste ponto que o estudo da homossexualidade e da lesbianidade começa a revelar sua importância. Para que possamos explicitar essa problemática, é necessário apresentar sumariamente o conteúdo deste texto, que sofreu grandes modificações ao longo do desenvolvimento da psicanálise freudiana.

A questão que ganha destaque nesse ponto é a época de surgimento da pulsão sexual, na medida que Freud (1905) amplia a noção de sexualidade, passando a considerar como sexuais também todos os atos da vida infantil que geram prazer (MEZAN, 2014). A pulsão sexual, portanto, não despertaria somente na puberdade, existindo desde o início da vida sob

forma da sexualidade infantil, definida como auto erótica, dependente de uma função somática e marcada pelo predomínio de uma zona erógena, caracterização que se organiza em uma tese central: a vida sexual na infância seria auto erótica porque as pulsões parciais são fragmentárias, buscando satisfação de maneira independente.

Para Freud, a sexualidade existiria em todos os sujeitos humanos desde a infância e as fantasias e desejos de natureza erótica, embora recalçados, continuariam ativos no inconsciente, determinando ações, desejos e ideias. Mais do que isso, a criança teria uma disposição perverso-polimorfa, o que tornaria as suas atividades sexuais bastante próximas dos atos praticados pelos sujeitos ditos perversos. Sendo assim, as perversões passaram a ser compreendidas somente como a exacerbação desses traços infantis, de maneira que o caminho entre a “normalidade”, a neurose e a perversão, é entendido como mais curto do que se imaginava até então.

Com as transformações da puberdade – tema do “*Terceiro Ensaio*” (FREUD, 1905, p. 121) – a pulsão encontraria um objeto sexual, sua atividade se unificaria, pois, a meta pulsional se tornaria o coito e as zonas erógenas se subordinariam à zona genital, levando a pulsão sexual a servir à função reprodutiva. Dessa maneira, seria tarefa na adolescência a seleção de um objeto que não seja auto erótico ou incestuoso, o que, como observa Mezan (2001, p. 137), torna a ideia da contingência do objeto fundamental pois “se o objeto estivesse predeterminado, toda a laboriosa trajetória da sexualidade infantil não teria sentido algum”.

Vemos aqui como a colocação da questão da homossexualidade e a sua principal consequência, a problemática em torno da contingência do objeto elucidada a partir da discordância das teorias da degeneração e inato-adquiridas, é um artifício fundamental para que o argumento freudiano pudesse se sustentar. A elucidação dessa tese, por outro lado, impôs duas novas questões: O que determinaria o objeto da libido? Poderia este, de fato, ser qualquer um sem implicações para a teoria do desenvolvimento freudiana?

Como vimos, a sexualidade infantil empreende uma longa trajetória para que no momento da puberdade o sujeito possa abandonar os objetos incestuosos e auto eróticos, permitindo que pulsão sexual encontre um objeto de satisfação que escape esse duplo dilema. A escolha do objeto, portanto, seria determinada pela história da libido que, no início, poderia se direcionar para o genitor do mesmo sexo ou do sexo oposto a partir da premissa da bissexualidade. No entanto, admitir a possibilidade do direcionamento libidinal para qualquer um dos sexos, assim como postular que existem traços homossexuais inconscientes em todos os sujeitos, não significa que não haja um tom de normativa no texto aqui discutido, afinal, Freud (1905, p. 152) afirma que “uma tarefa que surge na escolha do objeto é recair precisamente no sexo oposto”.

Em 1905, a literatura freudiana postulava que o desenvolvimento da libido culminaria na subordinação do prazer à reprodução, denominando como perversas todas as práticas sexuais cuja finalidade não era reprodutiva – considerações que aproximavam as teses psicanalíticas das teorias evolucionista da biologia e da psiquiatria. Embora essa consideração seja verdadeira, Costa (1995, p. 201) enfatiza que ao longo de sua obra Freud irá se distanciar destes campos de estudo, reiterando que em 1905 o autor já “timidamente, suspeitava de que a realidade corporal como a realidade social dos hábitos sexuais não bastava para qualificar os atos sexuais como normais ou aberrantes”. No entanto, responder o que delimitaria esses critérios e quais eram os fatores determinantes da escolha de objeto – seja esse hétero ou homossexual – ainda não era possível com o arcabouço conceitual da época.

A hipótese de que a homossexualidade se desenvolveria quando ocorre a ausência de um dos genitores é levantada, mas deixada em aberto, assim como a questão de como esse processo se desencadearia em culturas ou família menos repressivas. Dessa maneira, concordamos com a conclusão de Mezan (2001, p. 137-138), que afirma que

em 1905, a teoria sexual não oferece uma explicação aceitável para o problema da escolha de objeto, porque as determinações desse processo ainda não se tornaram explícitas. Será preciso aguardar o advento de uma série de conceitos novos, como o de libido narcísica, organizações pré-genitais da libido e fantasias originárias para que ele possa ser adequadamente posto e resolvido. cremos mesmo que esta dificuldade, num ponto tão sensível da argumentação, foi um dos motivos que conduziram Freud às sucessivas reelaborações da teoria nos anos subsequentes, pondo em evidência constelações conceptuais mais complexas.

Sumariamente, na primeira versão dos “*Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*” vemos Freud (1905) se afastar parcialmente das teorias psiquiátricas acerca da questão homossexual, postulando uma maneira inovadora de compreender a sexualidade humana. A afirmação de que não haveria uma ligação *a priori* entre a pulsão e o objeto sexual implica em uma aproximação até então inédita entre a heterossexualidade, a lesbianidade e a homossexualidade – postuladas em um país onde as duas últimas orientações sexuais eram consideradas crime e em uma época onde estas eram consideradas práticas perversas⁵⁹.

Todavia, essa proposição não foi suficiente para afastar Freud das influências de seu contexto social e epistemológico em que escrevia⁶⁰. Analisando este aspecto, Costa (1995) apresenta sete elementos presentes na obra freudiana que foram herdados da psiquiatria do

⁵⁹ Ver capítulo 1.3.

⁶⁰ Ver capítulos 1 e 2.

século XIX e – podemos acrescentar – do imaginário oitocentista sobre a lesbianidade e a homossexualidade: a associação entre a homossexualidade e o feminino e entre a lesbianidade e o masculino⁶¹; a naturalização da dificuldade dos seus pacientes de falarem da homossexualidade por considerar que esta era, de fato, o que os homens reprimiam; o esboço de um modelo evolutivo do desenvolvimento sexual; o postulado de que a sedução homossexual poderia ser uma causa traumática de sintomas posteriores, sem que fosse explicado como esse modelo operava; a imprecisão de ideias como “intenção” e “apego” homossexual; a associação da homossexualidade com as perversões; e, por fim, a crença na existência de uma personalidade ou identidade homossexual.

Embora estes elementos nem sempre coexistam ao longo da obra de Freud, eles demonstram a dificuldade do autor se desvencilhar completamente da forma como a lesbianidade e a homossexualidade eram vistas no final do século XIX. Múltiplas fontes serviram como pano de fundo para as concepções psicanalíticas sobre essa temática, as quais dialogavam com as teses psiquiátricas, a militância e a sociedade e se situar neste contexto, não impediu Freud de apresentar uma visão crítica sobre a cultura de sua época, aspecto discutido de forma mais ampla em *“A moral sexual “cultural” e o nervosismo moderno”*, de 1908.

Colocando o caráter social da repressão em foco, este texto permite que compreendamos a dimensão política dos primórdios do movimento psicanalítico, a partir das relações entre o sujeito, a sociedade e o adoecimento psíquico. O ponto central deste ensaio é chamar atenção à influência danosa que a moral cultural – cujos imperativos no início do século XX eram a heterossexualidade, a monogamia, a repulsa pela masturbação e a abstinência sexual – exercia sobre os sujeitos humanos, na medida em que a civilização moderna se baseava na repressão das pulsões. Estar de acordo com estes preceitos exigia dos indivíduos que renunciassem a uma parte significativa de sua vida sexual, o que produzia a neurose.

Essa tarefa seria mais árdua quanto mais distante a forma de satisfação dos sujeitos fosse das exigências da cultura, que se tornaria uma fonte de sofrimento. Como discorreremos no primeiro capítulo⁶², a lesbianidade e a homossexualidade eram criminalizadas em Viena nos tempos de Freud, que utiliza destes casos e do exemplo das perversões para demonstrar os sacrifícios impostos pela repressão de todos os aspectos da pulsão sexual, exceto aqueles que servem à reprodução:

⁶¹ Embora Costa (1995) trabalhe em seu texto apenas a homossexualidade masculina – denominada por ele como homoerotismo – espelhamos esta consideração para as relações entre mulheres, por considerarmos esta premissa válidas para ambos os casos.

⁶² Ver capítulo 1.3, página 47.

Em muitíssimas pessoas, o mencionado desenvolvimento do instinto sexual – do autoerotismo ao amor objetual, com o objetivo da união dos genitais – não se efetuou de modo *correto e suficientemente amplo*, e desses transtornos no desenvolvimento resultam dois desvios nocivos da sexualidade *normal*, isto é, *proveitosa para a cultura* (FREUD, 1908, p. 371, grifo nosso).

Se em 1905, Freud não esclareceu o que definia uma prática sexual como “normal”, afirmando que a finalidade do desenvolvimento da libido é a subordinação do prazer à reprodução, o texto 1908 subscreve a “normalidade” as exigências da moral sexual “cultural” do início do século XX. O limite entre a normalidade e a patologia não é natural ou biológico, mas imposto pela cultura que restringia o livre exercício da sexualidade.

Embora considerasse que uma certa medida de repressão é necessária à civilização, Freud (1908) avaliava que a moral sexual “cultural” de sua época caminhava para admitir apenas a reprodução legítima como meta sexual, alertando para os danos causados pela restrição das liberdades e pela elevação das exigências da cultura. A neurose, por sua vez, faria malograr essas imposições, uma vez que a repressão teria como contrapartida o aumento do nervosismo. Essa relação seria sempre de tensão, o que avança a conclusão de que “há, para a maioria das pessoas, um limite, além do qual sua constituição não pode acompanhar as exigências da civilização” (FREUD, 1908, p. 373-374).

Tomando como ponto de partida a constatação de que a impossibilidade de corresponder às exigências culturais causava o aumento do adoecimento psíquico, como era observado por médicos e cientistas do início do século XX, os caminhos para uma flexibilização da moral se tornaram um ponto importante para a psicanálise, que não lidava somente com a explicação do sofrimento humano, mas também com os caminhos para a sua diminuição. Essa consideração levou Freud a reivindicar uma maior liberdade dos costumes e das práticas sexuais, aspecto fundamental na organização dos primeiros psicanalistas que, desde o início, tomaram a teoria freudiana como muito mais que uma disciplina médica. Acreditando que esta era uma descoberta capaz de causar um impacto social profundo e impulsionados por ideais reformistas, os jovens analistas fundaram um “movimento” e se colocaram como “discípulos” de Freud – ao invés de formarem uma associação e se considerarem alunos, por exemplo –, terminologia inscrita na história da psicanálise que elucida aspectos importantes de seus primórdios, conforme adverte Mezan (2014, p. 216):

Um movimento não é um partido; sua ambição não é governar o Estado [...], mas contribuir com uma transformação da sociedade e dos indivíduos, transformação essa usualmente pensada como uma *emancipação* das amarras que tolhem o desenvolvimento de potencialidades pessoais ou sociais. A psicanálise, com suas concepções sobre a sexualidade e sobre o inconsciente,

tinha e tem um propósito emancipador, na melhor tradição do Iluminismo: liberação do sofrimento psíquico, a medida em que isso for possível, mas também maior liberdade no referente à moral sexual em sentido amplo. A difusão do freudismo não era, portanto, apenas uma questão científica, mas, aos olhos de seus próprios protagonistas, uma questão *política*, e como tal necessitava de meios adequados para se realizar.

O aspecto político dos primórdios da psicanálise caminhou paralelamente aos desdobramentos das hipóteses etiológicas sobre a lesbianidade e a homossexualidade. Se, por um lado, Freud defendia que estas orientações sexuais não eram uma doença e não deveriam ser matéria dos tribunais, por outro, ele se dedicava a elucidar os seus aspectos constitutivos, assumindo que essa definição daria ferramentas para responder a problemática da escolha de objeto, deixada em aberto em 1905. Percorrendo este caminho, muitas vezes marcado pela herança da sexologia e pela crença na existência de uma identidade homossexual, Freud se dedicou a essa problemática durante as duas primeiras décadas do século XX, conforme estudaremos agora.

3.2. As teorias etiológicas sobre a lesbianidade e a homossexualidade: 1908 – 1922

Diversas teorias sobre a origem da homossexualidade se encontram dispersas ao longo da obra freudiana. Predominantemente sobrepostos, estes modelos explicativos repousam na compreensão da sexualidade humana apresentada nos “*Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*” – que postula a ausência de uma ligação *a priori* entre a pulsão e o objeto sexual – e foram propostos entre os anos de 1908 e 1922, momento em que o pensamento psicanalítico se dedicava às questões em torno do primeiro dualismo das pulsões, do desenvolvimento da libido, da escolha de objeto e do narcisismo.

Embora não tenha deixado de falar na homossexualidade até o fim de sua obra, é em “*Sobre alguns mecanismos neuróticos no ciúme, na paranoia e na homossexualidade*” que Freud (1922) propõe sua última leitura inovadora sobre a questão homossexual, constatação que nos conduz a propor um corte nesse momento, examinando o conjunto de teorias que compõe o hiato entre 1908 e 1922. Estabelecer esta data como limite do período que estudaremos, implica no reconhecimento de alguns aspectos importantes.

Primeiramente, significa identificar que a partir da conceituação da pulsão de morte, em 1920, as diversas modalidades do fenômeno da agressividade e as mazelas da civilização passaram a ocupar a posição de destaque no conjunto teórico freudiano, em detrimento dos conceitos que incorporavam a problemática homossexual. Em segundo lugar, empreende

realçar a importância do texto “Sobre a *psicogênese de um caso de homossexualidade feminina*” (FREUD, 1920) – conhecido no meio psicanalítico como “O Caso da Jovem Homossexual” –, único momento da literatura freudiana em que um caso clínico apresenta a homossexualidade como aspecto central da análise, a partir de um pedido paterno de que a jovem paciente de Freud fosse convertida em heterossexual. Este texto se destaca também por trazer uma primeira teorização mais complexa sobre a gênese da lesbianidade, que acrescenta elementos fundamentais as teorias sobre a feminilidade. Por fim, ressaltamos que os registros das “*Atas da Sociedade Psicanalítica de Viena*” se encerram em 1918, data que norteia o período que focaremos no presente trabalho.

No que concerne a etiologia da lesbianidade e da homossexualidade, duas concepções esboçadas em 1905 são transversais à obra de Freud (QUINET, 2013), tomando corpo ao longo de seus textos. A primeira tem como ponto de partida a afirmação de que a libido se desenvolveria do autoerotismo em direção ao amor objetual heterossexual, de forma que a homossexualidade seria uma parada no desenvolvimento da libido, que se fixaria em algum ponto mais próximo do autoerotismo – comportamento sexual precoce, onde o sujeito obtém excitação e satisfação nas zonas erógenas de seu próprio corpo, sem depender de nenhum objeto exterior (LAPLANCHE; PONTALIS, 2001).

Essa descrição se faz presente ao curso de toda obra freudiana, como podemos ver na “*Carta sobre homossexualidade*” escrita em 1935 e endereçada à uma mãe americana preocupada com seu filho homossexual. “A homossexualidade certamente não é uma vantagem, tampouco é algo de que se envergonhar, não é nenhum vício, nenhuma degradação, não pode ser classificada como doença”, disse Freud (1935, p. 28), “nós a consideramos como uma variação da função sexual produzida por uma detenção no desenvolvimento sexual”. Três anos mais tarde, o mesmo argumento é reiterado no “*Compêndio de Psicanálise*” (FREUD, 1938, p. 204) – um dos últimos textos da literatura freudiana –, onde a homossexualidade manifesta é descrita como um exemplo das inibições no desenvolvimento da libido que se fixaria em um etapa anterior à “organização completa”, atingida na fase genital.

A respeito dessa definição, faz-se necessário elucidar que nos primórdios da psicanálise, Freud entendia a perversão como a fixação da libido em uma zona erógena correspondente a uma fase precoce do desenvolvimento sexual, que não possui função na reprodução biológica. Esta definição ocasionou uma assimilação da homossexualidade à perversão que, com o desenvolvimento da obra freudiana, foi descartada por três motivos elencados por Costa (1995).

Primeiramente, ao contrário do que se acredita, Freud não pensava a fixação na zona anal como fator originário do desejo ou da conduta homossexual – como fica explícito em “O

homem dos ratos” (FREUD, 1909b), onde o erotismo anal do analisando é mencionado, sem que se estabeleça nenhuma relação entre esse e a homossexualidade. Além disso, Freud constatava que as práticas sexuais entre dois homens eram múltiplas, o que significa que a relação anal não existe em todos os relacionamentos homossexuais e não é exclusivo desses, podendo ocorrer também na heterossexualidade. Em segundo lugar, a precocidade não era definida somente na medida em que um comportamento ou ato fosse considerado cronologicamente anterior ao que se esperava do desenvolvimento sexual de um adulto, mas como algo situado no registro do anacronismo ou da reprovação moral, cujos indicativos eram o nojo ou a repulsa. A ausência de critérios suficientes para indicar a repulsividade de um comportamento no âmbito biológico, evidenciou que o nojo e a repulsa eram determinados pela cultura, o que tornava impossível encontrar uma unanimidade na reprovação do ato sexual anal, mesmo entre pessoas heterossexuais. Por fim, a problemática em torno do papel da reprodução como critério que definiria a homossexualidade enquanto perversão também se tornava mais difícil de sustentar, na medida em que Freud (1908) desnaturalizou a existência de uma sexualidade normal, subscrevendo essa noção as exigências da cultura – conforme elucidado em *“A moral sexual “civilizada” e o nervosismo moderno”* – que se faziam evidentes também na meta reprodutiva da pulsão.

Sumariamente, ao constatar que “o corpo possuía várias zonas erógenas, todas excitáveis, durante toda a vida, [...] [que] os hábitos culturais é que determinavam o que era ou não repulsivo, [...] [e] que a meta da reprodução era requerida pela cultura” (COSTA, 1995, p. 202 – 203), Freud não podia mais definir a homossexualidade como uma conduta ou prática perversa, identificação que se tornou ainda mais insustentável com o desenvolvimento da noção de perversão, que passou a incluir três aspectos fundamentais: a satisfação imediata nas zonas erógenas; a ausência de interesse e de subordinação das zonas erógenas aos genitais; e a não unificação do ego⁶³.

Postas essas dificuldades, o pensamento freudiano tomará uma outra rota, conferindo relevância a clínica do desejo inconsciente originalmente bissexual, via pela qual se desdobra a segunda concepção sobre a homossexualidade que atravessa a obra de Freud. Ancorada na premissa da bissexualidade, essa hipótese parte da afirmação de que a libido originalmente pode se expressar de maneira hétero ou homossexual, se dirigindo a qualquer um dos genitores da

⁶³ A partir dos textos *“A organização genital infantil”* e *“Neurose e Psicose”*, Freud (1923b, 1924) cunhará o termo renegação, definindo-o como um mecanismo de defesa por meio do qual o sujeito se recusa a reconhecer a realidade de uma percepção traumatizante. Esta noção, elaborada no texto *O Fetichismo* (FREUD, 1927), levou o conceito de perversão a ser definido como uma renegação da castração o que reaproximou esta noção da homossexualidade, tendência que ganhou força com a psicanálise pós-freudiana (COSTA, 1995).

criança, segundo o modelo a família burguesa biparental heterossexual. Ou seja, a libido do sujeito se distribui entre ambos os sexos de maneira manifesta ou latente, sendo o mais comum que uma dessas duas orientações se sobreponha durante o processo de constituição do sujeito, mantendo a outra recalcada. De acordo com esta definição, as lésbicas e os homossexuais seriam as pessoas cuja libido manifesta se orienta para sujeitos do mesmo sexo, enquanto os impulsos em direção ao sexo oposto permaneceriam latentes, de maneira que inconscientemente a heterossexualidade sempre existiria na homossexualidade e vice-versa.

Ao longo da obra de Freud, os modelos do desenvolvimento da libido e da bissexualidade permanecerão subjacentes as diversas hipóteses etiológicas sobre a lesbianidade e a homossexualidade. Estas teorias são inúmeras e não se substituem, criando uma teia conceitual que derivou das problemáticas lançadas pela singularidade dos casos clínicos e se compôs com contribuições importantes dos primeiros psicanalistas. Antes de avançarmos nossa pesquisa em direção as teses propostas na Sociedade Psicanalítica de Viena, faz-se necessário que nos dediquemos sumariamente as teorias sobre a gênese da lesbianidade e da homossexualidade⁶⁴, conforme apresentadas na obra de Freud entre os anos de 1908 e 1922.

O primeiro mecanismo causal da homossexualidade (masculina) que estudaremos começou a ser desenvolvido por Freud (1908b) em “*Sobre as teorias sexuais infantis*” e está relacionada à primeira das três teorias discutidas no texto: a hipótese infantil de que todas as pessoas, inclusive as do sexo feminino, possuiriam um pênis. A partir das observações do Pequeno Hans, (FREUD, 1909, p. 131), um garoto de cinco anos de idade que ao notar o órgão genital de sua irmã recém-nascida afirmou, como forma de consolo, que este iria crescer, Freud foi levado a se questionar “por que esses jovens investigadores não constatarem o que realmente veem”, ou seja, a diferença dos sexos.

A hipótese desenvolvida é que na infância, o menino – grupo ao qual o texto de 1908 se dedica – passaria por um período de supervalorização do pênis, sendo incapaz de imaginar alguém igual a si que não possuía este órgão. A hipótese infantil de que todos os humanos têm pênis se manteria mesmo quando o pequeno garoto se deparasse com o órgão genital feminino, comportando-se como Hans diante de sua irmã. Em observações posteriores, que ocorreriam quando o menino é confrontado com a ameaça de castração⁶⁵, ele chegaria à conclusão de que

⁶⁴ A análise empreendida no presente capítulo será baseada nas cinco tentativas de sistematização da noção de homossexualidade na obra de Freud apresentadas por Jurandir Freire Costa (1995) em “*A face e o verso: Estudos sobre o homoerotismo II*” e nas doze teorias sobre a homossexualidade e a lesbianidade (dez no caso masculino e duas no que diz respeito às mulheres) elencadas por Antonio Quinet (2013) em “*Homossexualidades em Freud*”.

⁶⁵ O complexo de castração pode ser definido como o “complexo centrado na fantasia de castração, que proporciona uma resposta ao enigma que a diferença anatômica dos sexos (presença ou ausência de pênis) coloca para a criança. Essa diferença é atribuída à amputação do pênis na menina. A estrutura e os efeitos do complexo

o membro das meninas foi cortado, descobrindo também que a sua mãe não possui um pênis, como ele assumira em um período pregresso do seu desenvolvimento.

Se tal ideia da mulher com pênis é “fixada” no garoto, resistindo a todas as influências da vida posterior e tornando o adulto incapaz de renunciar ao pênis em seu objeto sexual, esse indivíduo, ainda com uma vida sexual normal em outros aspectos, deverá se tornar um homossexual, buscando seus objetos sexuais entre os homens que, por outras características somáticas e psíquicas, recordam-lhe a mulher (FREUD, 1908b, p. 399 – 400).

Vemos aqui como a homossexualidade é atrelada a uma dupla noção: (1) a incapacidade do homossexual de renunciar ao pênis como objeto sexual; e (2) a imagem da mulher enquanto mutilada, recordando a ameaça infantil de castração. Fundamentalmente, a hipótese desenvolvida por Freud nos anos de 1908 e 1909 é de que a *homossexualidade seria uma forma de fazer frente à (angústia de) castração*, a partir da fixação na fantasia da mulher com pênis – personificada pelo homem de aparência afeminada.

Deslocando a ênfase para o objeto do desejo que opera como estratégia defensiva à castração e definindo os homens homossexuais como aqueles que “devido à significação erógena do próprio genital, foram impedidas de renunciar a esta coincidência com a própria pessoa em seu objeto sexual” (FREUD, 1909, p. 243), Freud operará uma mudança na forma como a homossexualidade era tratada em sua obra até 1908. Como constata Costa (1995), deste momento em diante, a literatura freudiana abandonará a noção de *invertido* – formulação derivada da ideia de Ulrichs⁶⁶ da alma de mulher presa no corpo de homem e vice-versa –, passando a utilizar cada vez mais o termo *homossexual*.

Essa modificação não é meramente terminológica e marca uma primeira virada no retrato que a obra de Freud dará à homossexualidade. Em 1908, o homossexual não será mais interpretado como a figura que procura se relacionar com homens por possuir uma alma de mulher confinada em um corpo masculino, nem sequer como o sujeito que persevera em si a virilidade e busca em seus objetos atributos psíquicos ditos femininos – como Freud (1905) interpretava as práticas homossexuais da Antiguidade Grega –, mas como o homem que aterrorizado pela constatação de que a mulher é castrada, se defenderia não abrindo mão do pênis como objeto sexual.

de castração são diferentes no menino e na menina. O menino teme a castração como realização de uma ameaça paterna em resposta às suas atividades sexuais, surgindo daí uma intensa angústia de castração. Na menina, a ausência do pênis é sentida como um dano sofrido que ela procura negar, compensar ou reparar” (LAPLANCHE; PONTALIS, 2001, p. 73).

⁶⁶ Ver capítulo 2.1.

O esquema proposto em “*Sobre as teorias sexuais infantis*” (FREUD, 1908b) e demonstrado no Caso do Pequeno Hans (FREUD, 1909) foi complexificado em “*Uma recordação de infância de Leonardo da Vinci*”, texto dedicado ao artista renascentista e publicado em 1910. Segundo o retrato de Freud (1910), Leonardo da Vinci (1452 – 1519) era uma figura misteriosa e pouco se sabe sobre sua infância. Filho ilegítimo do notário Piero da Vinci e da camponesa Caterina, supõe-se que ele foi criado na casa do pai até ingressar na oficina de Andrea del Verrocchio como aprendiz. Dotado de grande talento para as artes e a ciência, ele teria sido em um primeiro período de sua vida um amigo do prazer, cuja notável beleza e força física, assim como as roupas magníficas, o tornavam um homem que apreciava o viver e era considerado amável por todos, embora fosse, em certa medida, apático e indiferente. Tinha uma natureza pacífica, evitava brigas e rivalidades e não empregava agressividade para conquistar um espaço para si no meio artístico. Possuía, do ponto de vista de Freud (1910, p. 123), uma “feminina delicadeza de sentimentos”: era gentil com todos, evitava comer carne por não achar justo o consumo de animais, costumava comprar pássaros no mercado para colocá-los em liberdade, condenava a guerra e considerava o ser humano a pior das feras selvagens. Em sua vida pessoal, apresentava certa “rejeição” à sexualidade e, exceto por uma acusação de práticas homossexuais que se encerrou com sua absolvição, não há registros sobre seus relacionamentos. Tornando-se mestre, rodeou-se de garotos adolescente que tomou como alunos, chegando a nomear um deles como seu herdeiro. Apesar disso, preocupava-se pouco com o destino de suas obras, que ficaram em grande parte inacabadas.

É a partir da biografia de Leonardo da Vinci que Freud formulará uma segunda hipótese sobre a gênese da homossexualidade masculina, conduzida a partir da recordação infantil do artista de ser alimentado em seu berço por um abutre. A lembrança, interpreta Freud (1910), se trataria de uma fantasia remetida à infância que teria caráter passivo e corresponderia a ideia de uma felação, cuja origem seria a reminiscência do ato infantil de mamar no seio materno. A hipótese aqui avançada desloca o momento da gênese da homossexualidade na teoria freudiana. Até então postulada no momento da angústia de castração, a partir de 1910, essa será situada em um período pregresso do desenvolvimento, fundando-se na relação entre o menino e a figura materna.

Segundo a interpretação freudiana, a fixação no prazer da amamentação, associada ao conhecimento de figuras mitológicas com pênis por meio da literatura, teria dado origem a fantasia do abutre. Resta responder, constata Freud (1910, p. 150), porque no caso de Leonardo

essa reminiscência foi reelaborada como uma “fantasia homossexual passiva”, relembrando que “a tradição efetivamente designa Leonardo como um homem de sentimentos homossexuais”⁶⁷.

A solução para este enigma é conduzida a partir da análise da relação de Leonardo com a sua mãe, avançando uma nova hipótese sobre a gênese da homossexualidade masculina. Amparado nas investigações de Sadger, Stekel e Ferenczi⁶⁸, Freud (1910, p. 165 – 167) introduz a seguinte teoria etiológica:

Todos os homossexuais tiveram, nos primeiros anos da infância (depois esquecidos), uma *intensa ligação erótica numa pessoa do sexo feminino, geralmente a mãe*, ligação essa provocada ou favorecida pela ternura excessiva da própria mãe e, além disso, sustentada pelo distanciamento do pai da vida da criança. [...] Após esse estágio preliminar ocorre uma transformação cujo mecanismo conhecemos, mas cujas forças impulsoras ainda ignoramos. O amor à mãe não pode prosseguir acompanhando o desenvolvimento consciente, sucumbe à repressão. O garoto reprime o amor à mãe pondo a si mesmo no lugar desta, *identificando-se com ela e tomando sua própria pessoa como modelo*, à semelhança do qual escolhe seus novos objetos amorosos. Assim, torna-se homossexual; mais precisamente, retorna ao autoerotismo, pois os garotos que o adolescente agora ama são apenas sucedâneos e reiteraões de sua própria pessoa infantil, que ele ama tal como sua mãe o amou quando criança. Dizemos que ele encontra seu objeto amoroso pela via do narcisismo.

De acordo com essa hipótese, *a gênese da homossexualidade masculina estaria relacionada à uma intensa ligação erótica com a figura materna durante a infância acrescida de uma ausência ou distanciamento do pai*, o que diminuiria a sua possibilidade de intervir na relação mãe-criança ou se ofertar como figura identificatória. Ao reprimir o amor pela mãe, o menino se identificaria com ela e ficaria fixado à sua imagem, permanecendo fiel a ela e passando a tomar sua própria pessoa como modelo na escolha de objeto, de maneira a amar jovens garotos, assim como sua pessoa infantil foi amada pela figura materna.

⁶⁷ Como ressalta Costa (1995, p. 210), Freud considerava Leonardo da Vinci homossexual em razão da forma que se relacionava com seus discípulos, mas esta definição era imprecisa. Por vezes, o autor afirmava ser indiferente se Leonardo tivera ou não relações sexuais com seus alunos, atribuindo maior importância ao direcionamento de seus sentimentos. Em outros momentos, considerava que sua homossexualidade fora sublimada. Por fim, o autor conclui que Leonardo era um neurótico obsessivo-compulsivo e “não fica claro se era um neurótico com sintomas homossexuais ou um homossexual com sintomas neuróticos”.

⁶⁸ As hipóteses desenvolvidas por Sadger e Stekel serão investigadas no capítulo 6. O trabalho de Ferenczi não será tema de nossa pesquisa, na medida em que esse importante psicanalista não frequentou as reuniões da Sociedade Psicanalítica de Viena de forma permanente. A despeito disso, suas pesquisas sobre a homossexualidade – ou o homoerotismo, como ele se referia – são de importância primordial para o pensamento psicanalítico e faz um contraponto interessante ao pensamento freudiano e ao que os vienenses discutiam sobre o tema. Sobre o homoerotismo em Ferenczi ver: “*La homosexualité féminine*” (FERENCZI, 1902); “*États sexuels intermédiaires*” (FERENCZI, 1905); “*Novas observações sobre a homossexualidade*” (FERENCZI, 1909); “*O homoerotismo: nosologia da homossexualidade masculina*” (FERENCZI, 1914).

Esta nova teorização – que, como veremos no sexto capítulo surgiu nas reuniões dos primeiros psicanalistas – se apoia na introdução de duas ideias posteriormente desenvolvidas por Freud, a identificação e a identificação pela via do narcisismo, “noções [que] permitiram que a lista de causas e razões da homossexualidade fosse enormemente ampliada sem riscos de inconsistências conceituais” (COSTA, 1995, p. 214). Por uma primeira via, a formulação do eu como um “precipitado dos investimentos objetais abandonados” (FREUD, 1923, p. 36) possibilitou a expansão das teorias sobre a gênese da homossexualidade a partir do conceito de identificação e da teorização sobre o complexo de Édipo. Por um segundo caminho, a conceituação de narcisismo – termo cunhado da sexologia por Sadger⁶⁹ – viabilizou a expansão do que foi proposto em “*Uma recordação de infância de Leonardo da Vinci*” na dimensão interna da obra freudiana.

Postulado o narcisismo como “um estágio, no desenvolvimento da libido, pelo qual se passa no caminho do autoerotismo ao amor objetal” (FREUD, 1911), Freud (1914b, p. 32) denominou como narcisismo primário uma etapa primitiva do desenvolvimento onde a criança elege a si mesma como objeto de investimento da libido, em um momento que precede a possibilidade de se voltar aos objetos externos. Advertindo que o narcisismo primário “eventualmente pode se expressar de maneira dominante” na escolha de objeto, Freud a subdivide em duas categorias: (1) por apoio, tomando como modelo de referência as figuras parentais; e (2) narcísica, baseada na relação do sujeito com sua própria pessoa. Dessa maneira, em 1914 *a homossexualidade é explicada como uma forte fixação da libido no tipo narcísico de escolha de objeto*, escolhido não “segundo o modelo da mãe, mas conforme o de sua própria pessoa” (FREUD, 1917; 1914b, p. 32).

Voltemos agora para o primeiro caminho, desenvolvido a partir da noção de identificação. Em paralelo ao modelo materno-infantil, Freud desenvolveu também uma explicação sobre a gênese da homossexualidade que tomava por referência a relação do menino com seu pai. Esta teoria retomou as discussões sobre a homossexualidade, a passividade e a feminilidade, articulando-as com a temática da sedução, como podemos ver em “*História de uma neurose infantil (“O Homem dos Lobos”)*” (FREUD, 1918). O emblemático texto consiste no relato clínico da análise de Serguei Constantinovitch Pankejeff (1887 – 1979)⁷⁰, que fora paciente de Freud entre 1910 e 1914. Apesar de ter chegado para o tratamento na idade adulta,

⁶⁹ Ver capítulo 6.1., página 177.

⁷⁰ Considerando a finalidade da discussão no presente capítulo, cabe que Serguei não era um homossexual manifesto.

o ensaio se concentra na infância do paciente e na formação primária de sua neurose, interpretada a partir das recordações em análise (ROUDINESCO; PLON, 1998).

Durante a primeira infância, precisamente aos três anos e três meses de idade, o paciente teria sido seduzido por sua irmã mais velha, ocasião diante da qual teria assumido uma posição passiva e reagido com recusa, pois a irmã não era agradável enquanto objeto sexual, na medida em que competia com o garoto pelo amor dos pais. Substituindo-a por sua babá (Nânia), evocada pela própria irmã na cena de sedução, o menino buscou conquistar seu novo objeto de desejo, dirigindo a ela seus impulsos ativos. Ao vê-lo se masturbar em sua frente, ou seja, diante da tentativa de sedução por parte do garoto, a Nânia o repreendeu e ameaçou, afirmando que as crianças que se masturbam ficam com uma ferida no lugar do genital. Esta sucessão de acontecimentos teria culminado em uma inibição do desenvolvimento sexual do garoto que, quando começava a ser regido pela zona genital, regrediu para a organização pré-genital, levando-o a se dirigir ao seu pai como objeto sexual:

ele renovou assim a sua primeira e mais primordial eleição de objeto, que, em conformidade com o narcisismo do bebê, tinha se realizado pela via da identificação. Já ouvimos que o pai fora o seu modelo admirado, que, ao lhe perguntarem o que pretendia ser, ele costumava responder: “um homem como meu pai”. Esse objeto de identificação da sua corrente ativa tornou-se então o objeto sexual de uma corrente passiva, na fase sádico-anal. [...] O pai era agora novamente seu objeto, a identificação era substituída pela escolha de objeto, correspondendo ao desenvolvimento mais elevado, e a transformação da postura ativa em passiva era resultado e indício da sedução que entretanto ocorrera (FREUD, 1918, p. 39).

Este quadro, somado à cena primária – observação do coito dos pais entendida pela criança como uma agressão sadomasoquista do pai à mãe –, teria potencializado no menino um “desejo de ser possuído sexualmente pelo pai, isto é, ser satisfeito do mesmo modo que a mãe” (FREUD, 1918, p. 64), interpretado pelo esquema da passividade com finalidades masoquistas (COSTA, 1995). Ao eleger o pai enquanto seu objeto de amor, o menino se identifica com a figura materna pois a mãe é o objeto de desejo do pai, tal qual ele quer ser. Rearticulando as noções de identificação e escolha de objeto, a teoria etiológica sobre a homossexualidade proposta em 1918 avança a hipótese que *o menino se identificaria com a mãe por um desejo de ocupar o lugar de objeto de amor do pai*.

Se, por um lado, as múltiplas possibilidades de identificação permitiram a expansão do complexo arcabouço de teorias causais sobre a homossexualidade que compõem a literatura freudiana, por outro, esta proposição impôs uma pergunta à todas as orientações do desejo. Afinal, se qualquer uma das figuras parentais poderia ser objeto de identificação da criança, o

que de fato determinava esse processo? Para responder esta questão Freud reintroduz a noção de bissexualidade, postulando-a como um fator que “explicava porque a balança da identificação pendia para um ou outro lado” (COSTA, 1995). Com o desenvolvimento do complexo de Édipo completo (positivo e negativo) apresentado em “*O Eu e o Id*” (FREUD, 1923), a articulação entre bissexualidade, escolha de objeto e identificação ficaria mais clara, na medida em que foi proposta uma explicação mais generalista sobre a constituição das diversas modalidades do desejo, fosse esse lésbico, homo ou heterossexual. Retomaremos posteriormente esta teorização, mas antes necessitamos elucidar as teorias etiológicas propostas no período entre 1918 e 1922.

Em 1920, Freud publicou o ensaio intitulado “*Sobre a psicogênese de um caso de homossexualidade feminina*”, conhecido na literatura psicanalítica como “O Caso da Jovem Homossexual”. Reconhecendo que “a homossexualidade feminina, sem dúvida tão frequente quanto a masculina, embora menos ruidosa, tem sido não apenas ignorada pelas leis, mas também negligenciada pela pesquisa psicanalítica”, Freud (1920, p. 115) traz a lesbianidade pela primeira e única vez para o centro de um ensaio, dedicando-se a explorar também aspectos importantes sobre a sexualidade feminina em geral. O caso clínico trata da análise de Margarethe Csonka⁷¹(1900 – 1999), uma jovem pertencente à burguesia vienense, enviada aos cuidados de Freud por seus pais que gostariam que ela fosse conduzida “de volta à normalidade” (FREUD, 1920, p. 117) após ter se envolvido amorosamente com uma mulher.

Segunda de uma prole de quatro irmãos, o último deles nascido quando ela tinha 16 anos, Sidonie enamorara-se por uma baronesa⁷², relação que culminou em uma tentativa de suicídio por parte da jovem – enquanto passeava com a amada, ela cruzou com seu pai, que lhe dirigiu um olhar furioso, levando a um rompimento da relação entre a amada e ela, que saltou no trilho do trem. Após se recuperar do acidente e se reconciliar com sua amada, Sidonie foi encaminhada para análise, que se desenrolou de forma breve e foi encerrada pelo próprio analista. Em seu relato clínico, Freud (1920, p. 148) alerta o leitor para algumas dificuldades que atravessaram o caso, chamando a atenção para o fato de que a queixa tinha partido dos pais da jovem e para a complexidade de converter a organização sexual genital, na medida em que

⁷¹ Margarethe Csonka, chamada pelo pseudônimo de Sidonie Csillag, contribuiu com grande parte das narrativas de sua biografia escrita por Ines Rieder e Diana Voigt (RIEDER; VOIGT, 2008) e solicitou que as autoras ocultassem seu verdadeiro nome, revelado apenas em 2004, cinco anos após sua morte. Os meandros da vida de Margarethe serão retomados no capítulo 7.3.

⁷² Leonie von Puttkamer (1981 – 1953) – conhecida no texto freudiano como a “dama da ‘sociedade’” (FREUD, 1920, p. 115) – era uma mulher oriunda da burguesa prussiana, que vivia sustentada financeiramente por homens, enquanto cultivava seu amor por mulheres no *demi-monde*, o mundo dos bares e espaços de sociabilidade feminina, abrigo da subcultura lésbica que começara a surgir em Berlim na virada do século XX. Para mais informações sobre o contexto histórico, ver capítulo 2.5, página 93.

“não cabe à psicanálise resolver o problema da homossexualidade. Ela tem de contentar-se em desvendar os mecanismos psíquicos que levaram à decisão na escolha do objeto, e em seguir os caminhos que vão deles às disposições instintuais”.

Embora tenha contado sobre seu tratamento em entrevistas realizadas décadas mais tarde, não é possível precisar se ou o quanto Margarethe se beneficiou da análise com Freud, descrita por ela como um processo enfadonho. A psicanálise, por sua vez, recolheu grandes contribuições do encontro com essa jovem, que levou Freud a propor considerações importantes no que diz respeito ao entendimento psicanalítico da lesbianidade e da homossexualidade.

Margarethe Csonka se encaixava nos padrões de feminilidade de sua época e, embora se interessasse por mulheres, em termos de aparência não se diferenciava das outras tantas pacientes burguesas atendidas anteriormente pela psicanálise. Nada em sua fisionomia ou em seus hábitos parecia lembranças das mulheres de traços “masculinos” descritas pela sexologia⁷³ e, nas palavras de Freud (1920, p. 125), “não se notava qualquer desvio da compleição física feminina, e tampouco algum distúrbio menstrual” na analisanda.

Contudo, de maneira pouco psicanalítica, o autor tece algumas considerações subjetivas, desconsiderando a forma como a paciente se percebe (O’ CONNER; RYAN, 1995) e se esforçando para localizar traços de masculinidade no corpo e no comportamento de Margarethe. Nesse sentido, o analista constata que “a bela e bem-proporcionada garota tinha a elevada estatura do pai e feições marcantes, em vez de suaves” e que “também a uma natureza masculina poderíamos relacionar alguns de seus atributos intelectuais, como a agudeza da compreensão e a fria clareza do pensamento” (FREUD, 1920, p. 125), para, por fim, considerar essas observações pouco relevantes do ponto de vista científico, concluindo que “frequentemente ocorrem traços secundários do outro sexo em indivíduos normais [...] [e] que características físicas acentuadas do sexo oposto podem se achar em pessoas cuja escolha objetal não experimentou mudança no sentido de uma inversão” (FREUD, 1920, p. 124).

Esta formulação, embora fosse importante em um contexto que correlacionava características físicas e psíquicas, não desmontava a tríade psicanalítica lesbianidade-masculinidade/atividade e homossexualidade-feminilidade/passividade, na medida em que apenas postulava que homens e mulheres heterossexuais poderiam apresentar características físicas do sexo oposto. Justamente por isso, Freud não abandonou a tentativa de localizar comportamentos associados à masculinidade em sua analisanda e, por fim, os identificou em seu tipo de escolha de objeto, pois a humildade, a superestimação sexual, a renúncia a toda a

⁷³ Ver capítulos 2.2 e 2.3.

satisfação narcísica e a preferência por amar do que ser amado seriam características de um amor dos homens pelas mulheres encontradas nesse caso.

Posto isso, o texto prossegue com o objetivo de responder se o caso se trataria de uma “homossexualidade” inata ou adquirida e a dificuldade de responder esta questão levou Freud (1920, p. 147-148) a vislumbrar a possibilidade de dissociar orientação sexual, características somáticas e características psíquicas (atitude feminina/masculina):

A bibliografia sobre a homossexualidade não costuma separar nitidamente a questão da escolha do objeto, por um lado, e a questão das características e da atitude sexual, por outro lado, como se a decisão quanto a um desses pontos estivesse ligada necessariamente ao outro. A experiência mostra o contrário, porém. Um homem de características predominantemente masculinas, e que também apresenta o tipo masculino na vida amorosa, pode, no entanto, ser invertido no tocante ao objeto, amar apenas homens, em vez de mulheres. Um homem em cujo caráter predominam obviamente traços femininos, que no amor chega a comportar-se como uma mulher, deveria, por essa atitude feminina, tomar um homem como objeto de amor; ele pode, entretanto, ser heterossexual, e não mostrar mais inversão, no que toca ao objeto, do que medianamente um indivíduo normal. O mesmo vale para as mulheres, também nelas as características sexuais psíquicas e a escolha do objeto não correspondem de maneira fixa. Portanto, o segredo da homossexualidade não é tão simples como normalmente se crê: “uma alma feminina, destinada a amar os homens, que infelizmente está num corpo de homem, ou uma alma masculina, atraída irresistivelmente pelas mulheres, mas aprisionada num corpo feminino”. Na verdade, lidamos aí com três séries de características:

- características sexuais somáticas (hermafroditismo físico)
- característica sexual psíquica (atitude masculina/feminina)
- tipo de escolha do objeto

que, até certo grau, variam independentemente uma da outra, e que nos diferentes indivíduos se acham em permutações várias.

Se comparada com as teses psiquiátricas do final do século XIX, a compreensão da lesbianidade e da homossexualidade aqui postulada é inovadora, na medida em que tenta dissociar as características físicas, as características psíquicas e a escolha de objeto – podemos falar hoje em sexo, identidade de gênero e orientação sexual – postulando que estas podem se permutar na singularidade de cada indivíduo ou, ao menos, possuir certa maleabilidade. O texto de 1920 apresenta também duas novas teorias etiológica, uma válida para as mulheres e a outra para ambos os sexos.

A teoria sobre a gênese da lesbianidade deriva da constatação de que a analisanda se encontrava no momento de revivescência do complexo de Édipo na puberdade quando nasceu seu irmão mais novo, fato tomado como ponto nodal da interpretação feita por Freud, na medida que a menina que desejava ter um filho de seu pai teria se desapontado com ele diante do fato

de que a mãe – sua rival no inconsciente – e não ela que o teve. Esse acontecimento, teria a levado a se retirar das relações com os homens e se voltar para as mulheres como objeto sexual, solução que ocorreria pois a mulher teria tendências homossexuais pré-existentes derivadas de sua relação primária com a mãe que, nesse caso, teriam sido favorecidas pelo forte “complexo de masculinidade” da garota – entendido como forma de negação da castração onde a menina se identificara com a mãe fálica ou com o pai, exagerando a sua masculinidade infantil, no que se refere à obtenção de prazer no clitóris e aos desejos ativos em direção à mãe (FREUD, 1931, 1933). Nesse sentido, em 1920, *a lesbianidade é entendida como resultado de um desapontamento da menina com a figura paterna, levando-a a regredir para o complexo de masculinidade e escolher mulheres como objeto de amor.*

Em “*Feminilidade*”, conferência escrita em 1933, Freud (1933) se referenciaria a Helen Deutsch para acrescentar à sua obra mais uma teoria sobre a lesbianidade, postulando-a como *uma reprodução das relações entre mãe e filha características do momento pré-edípico*. A menina, antes da entrada no complexo de Édipo, passaria por um momento de forte ligação com a figura materna, que seria seu primeiro objeto de amor, antes de ceder lugar ao pai. No caso das mulheres lésbicas, Freud interpreta que essa relação amorosa seria reproduzida na vida adulta, remetendo à primeira ligação da menina durante a infância, da qual ela não teria conseguido se desvencilhar completamente – hipótese que não foi muito sofisticada na obra freudiana e que se situava nos meandros da discussão sobre a sexualidade feminina⁷⁴.

A segunda teoria etiológica postulada em 1920 é descrita em uma nota de rodapé do texto e se ampara na consideração apresentada em “*Totem e Tabu*” (FREUD, 1912-1913) de que nos primórdios todas as mulheres pertenceriam ao pai e chefe da horda primitiva. De acordo com esta hipótese, a lesbianidade e a homossexualidade derivariam de um movimento de “pôr-se de lado” (FREUD, 1920, p. 31), ou seja, de *renunciar à competitividade com o genitor do mesmo sexo por medo ou consideração por ele*. Em benefício de uma mãe jovem e atraente, a menina – como é exemplificado em “*Sobre a psicogênese de um caso de homossexualidade feminina*” – deixaria para ela (ou para as mulheres que a substitui) todos os homens, voltando-se para pessoas do mesmo sexo de maneira a se retirar do caminho enquanto alguém responsável pelo desfavor materno. Da mesma forma, o menino renunciaria à competição com seu pai, se voltando para os homens de maneira a deixar todas as mulheres para ele e para as figuras que o substituem.

⁷⁴ A ligação entre a lesbianidade e o relacionamento da menina com a figura materna foi discutida pelos primeiros psicanalistas, como tematizaremos no capítulo 7.2, página 218.

Uma rota parecida seria tomada por Freud para propor a última teoria sobre a homossexualidade que abordaremos, apresentada em 1922, no texto “*Sobre alguns mecanismos neuróticos no ciúme, na paranoia e na homossexualidade*”. Nesse ponto da obra freudiana, a escolha de objeto homossexual é postulada como uma maneira de solução do conflito, em um momento onde a questão da hostilidade e da agressividade é colocada em jogo no campo de discussões sobre a homossexualidade. O novo eixo de análise para o qual Freud se volta, diz respeito as relações fraternais, mais especificamente ao ciúme que o irmão mais novo sentiria do mais velho com relação à mãe. Em um primeiro momento, o menino dirigiria impulsos hostis e agressivos ao seu irmão que seriam, com o desenvolvimento, reprimidos⁷⁵, originando a homossexualidade, aqui entendida como a transformação por formação reativa de impulsos agressivos e hostis contra irmão rival em objetos de amor.

As diversas teorias explicativas sobre a gênese da homossexualidade – saída frente à angústia de castração, fixação na figura materna, fixação da libido no tipo narcísico, desejo de ser possuído pelo pai, renúncia à competitividade com o pai e transformação do objeto odiado em amado – e sobre etiologia da lesbianidade – desapontamento com a figura paterna e regressão ao complexo de masculinidade, renúncia à competitividade com a mãe e reprodução da relação mãe-filha – não podem ser sobrepostas e coexistem na obra freudiana. Estes modelos encontrariam uma explicação mais generalizada na ideia de complexo de Édipo, conforme esta seria desenvolvida a partir de 1923. Fundamentalmente, a problemática edípica coloca em jogo para a criança a interdição da relação amorosa com a primeira figura de cuidado e o confronto com a lei e a interdição, sendo fundamental no processo de acesso à genitalidade, na estruturação da personalidade e na escolha do objeto ao qual o sujeito dirigirá seu amor após a puberdade e que será marcado pelos investimentos de objeto e identificações do período edípico (LAPLANCHE; PONTALIS, 2001).

Tomando como modelo a família burguesa biparental heterossexual onde a mulher permanece no lar e cuida dos filhos, enquanto o homem trabalha no mundo exterior, o complexo de Édipo (positivo e negativo) freudiano sumariza os desejos amorosos e hostis que a criança sente em relação aos seus pais, sendo caracterizado em sua forma positiva pelo desejo de eliminar o genitor do mesmo sexo, a fim de substituí-lo junto à figura do sexo oposto e, sob sua forma negativa, pela hostilidade com o genitor do sexo oposto e pelo amor pela figura do mesmo sexo. Este desenho demasiado simples que vigorou até 1923, avança a hipótese de que no caso

⁷⁵ Esta solução ao apego à mãe é a contrapartida do que Freud (1911, 1922) esboçaria como mecanismo da paranoia, onde a pessoa primeiramente amada – geralmente do mesmo sexo – se tornaria para o sujeito um perseguidor odiado.

da lesbianidade a menina permaneceria amando a mãe como primeiro objeto de sua libido e o menino, no caso da homossexualidade, amaria o pai, ao invés de rivalizar com ele – o que não resume a definição freudiana do complexo de Édipo completo postulada em “*O Eu e o Id*” (FREUD, 1923), quando o autor afirma que este se passaria em todos os indivíduos em sua forma positiva e negativa, de maneira que a criança amaria e odiaria ambos os genitores. A constatação de que a criança teria relações ambivalente com as figuras parentais “torna muito difícil compreender as primitivas identificações e escolhas objetais”, o que levou Freud (1923, p. 43) a atribuir à bissexualidade o desenlace da situação edípica, de maneira que um dos dois possíveis direcionamentos da libido prevaleceria, definindo a figura que servirá de modelo na escolha de objeto.

Como vimos, diversas teorias etiológicas sobre a lesbianidade e a homossexualidade atravessam a obra de Freud. Embora “perguntar o que torna alguém homossexual, é, em si, uma pergunta enviesada e viciada pelos pressupostos de que parte” (COSTA, 1995, p. 255) podemos dizer, com certo grau de propriedade, que as hipóteses freudianas sobre este tema provocaram um tensionamento no campo de saberes da psiquiatria e da sexologia, sem ter conseguido se desvencilhar de sua influência. Estas teses, dispersas ao longo de quase duas décadas de literatura, enfatizam diversos pontos da teoria psicanalítica, acompanhando o seu desenvolvimento, sem que sua multiplicidade possa ser compreendida apenas pelo surgimento de novos conceitos, pela singularidade dos casos clínicos ou pela forma como Freud absorveu o contexto social e epistemológico em que viveu. É por este motivo que nós nos voltaremos agora para as produções dos primeiros psicanalistas sobre a lesbianidade e a homossexualidade, de maneira a ampliar nossa compreensão sobre este tema na história da psicanálise, para além da obra freudiana.

Parte II

Lesbianidade e homossexualidade nas *Atas da Sociedade Psicanalítica de Viena*

4. OS PRIMEIROS PSICANALISTAS: UMA BREVE APRESENTAÇÃO

Com esta obra gostaria de manter viva na memória a maneira como questões de psicologia eram tratadas na pequena sociedade que se reunia semanalmente na acolhedora casa do Professor Freud. Diante deste círculo de amigos que buscava, num esforço coletivo, comprovar as ideias de Freud em diferentes campos de trabalho, apresentei uma conferência sobre o Holandês Voador de Richard Wagner, que se tornou o ponto de partida para o presente trabalho. Os pensamentos que desenvolvo aqui são resultado de uma incessante troca de ideias com o professor Freud e de numerosas sugestões que recebi nas discussões em sua casa. Meu trabalho é o fruto de um intercâmbio de pensamentos que se estendeu por muitos anos. Seria impossível distinguir as ideias que surgiram espontaneamente em meu espírito daquelas que retirei do ensino de Freud e das que se devem à crítica de meus colegas. Dedico, pois, este estudo ao antigo círculo de amigos a que ele se deve, em memória das vivas horas de esforço intelectual comum.

Max Graf, Viena, 1910.

Passado mais de um século, o surgimento da psicanálise permanece sendo transmitido predominantemente como um mito. Narrado em primeira mão por seu fundador (FREUD, 1914; 1925) e inscrito na historiografia “oficial” por Jones (1989), esse relata Freud como um criador solitário que, após um longo período de isolamento, quando suas ideias eram repudiadas pela comunidade médico-científica, despertou o interesse de alguns jovens educadores, escritores, médicos e intelectuais, com os quais passou a se reunir. Este primeiro grupo de homens teria elevado o pai da psicanálise ao lugar de mestre, se interessando por aplicar, aprender e difundir suas ideias enquanto, paralelamente, se comportava como uma ‘horda selvagem’ (ROUDINESCO, 1989) que, marcada por laços de filiação, tinha o papel de defender as ideias psicanalíticas de críticos externos e dissidentes internos, que teriam sucessivamente protagonizado rupturas explosivas. A palavra final pertenceria sempre à Freud, que foi tomado como sinônimo da psicanálise em seus primórdios.

Essa perspectiva histórica têm consequência importante na forma como a psicanálise vem sendo transmitida no Brasil, onde ainda sofremos de um grave problema de tradução das obras psicanalíticas, o que favorece que a literatura “oficial” circule mais amplamente do que aquela que a questiona ou problematiza (PADOVAN; FRANCO, 2018). Isso não significa que o movimento contrário não venha se impondo. Paulatinamente, a noção de que as ideias fundamentais da psicanálise nascente estariam contidas, sistematizadas e sumarizadas apenas e exclusivamente nos textos de Freud vem sendo interrogada, movimento que abre espaço para um descentramento de sua figura, que permitiu que o estudo das obras dos primeiros

psicanalistas ganhasse importância⁷⁶, colocando em evidência que eles não eram somente transmissores do conhecimento freudiano, mas também autores de trabalhos sobre a teoria e a técnica, muitas vezes marcados pela inovação e inventividade.

Decerto, isso não destitui Freud do lugar de criador da disciplina. Quando seus alunos e colaboradores passaram a contribuir com a psicanálise, esta já possuía uma sistematização inicial, que incluía uma primeira elaboração formal das ideias de inconsciente e sexualidade, assim como a publicação de um ou alguns textos fundamentais – os quais atraíram os primeiros psicanalistas. Por outro lado, essa constatação não anula as contribuições desse grupo heterogêneo, que se alimentou da cultura do *fin-de-siècle* e produziu uma significativa literatura, abordando a psicanálise de diversos pontos de vista, como a arte, a música, o teatro, a filosofia, a sociologia, a medicina, a psicopatologia, entre muitos outros.

Nossa exploração se inicia nesse ponto. Para que possamos estudar os discursos dos primeiros psicanalistas sobre a lesbianidade e a homossexualidade nas “*Atas da Sociedade Psicanalítica de Viena*”, faz-se necessário que compreendamos como esses documentos se inserem na história da psicanálise. Em nosso terceiro capítulo, examinamos a criação e a formulação do conceito de sexualidade nos “*Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*” (FREUD, 1905) – texto publicado da mesma época do início das reuniões dos primeiros psicanalistas – e analisamos o desenvolvimento das teorias sobre esse tema na obra freudiana, circulando precisamente as ideias com as quais os primeiros psicanalistas tiveram contato ao decidirem se dedicar à psicanálise (1905 – 1908) e aquelas que surgiram no período que coincide com as suas reuniões (1908 – 1922). Por ora, para que possamos iniciar nosso caminho pelos Atas, é necessário que conheçamos as figuras que preenchem com teorias, hipóteses, discussões, análises e relatos as quase 1600 páginas de registro das reuniões: os primeiros psicanalistas. Para isso, analisaremos brevemente o surgimento do movimento psicanalítico e introduziremos os homens e mulheres que colaboraram com a psicanálise vienense nas duas primeiras décadas do século XX.

Conforme a historiografia “oficial” (FREUD, 1914; JONES, 1989), a reunião dos primeiros psicanalistas teve início em 1902, momento em que Freud (1914, p. 265) estaria vivendo um período de “esplêndido isolamento”. Após ter progressivamente se afastado de

⁷⁶ Nos últimos anos, os estudos sobre os primeiros psicanalistas ganharam espaço na literatura brasileira, contribuindo com a construção de uma nova narrativa sobre o início da psicanálise. Entre este material, podemos citar os trabalhos de Renata Cromberg (2014) e Marcelo Checchia (2017) sobre o pioneirismo de Sabina Spielrein e Otto Gross, respectivamente, assim como a coletânea “*A psicanálise e os lestes*” (SOUZA, JR., 2017), projeto que objetiva trazer aos leitores brasileiros textos de psicanalistas situados fora da Europa Ocidental. Também podemos mencionar o extenso número de publicações sobre a autoria de Sándor Ferenczi, amplamente estudada no Brasil desde a década de 1980 (KUPPERMANN, 2019; DEAN-GOMES, 2019; REIS; GONDAR, 2017).

Fliess⁷⁷ – que fora, para ele, um precioso interlocutor até 1900 – e acreditando que “*A interpretação dos sonhos*” (FREUD, 1900), publicada na virada do século, não tinha alcançado o sucesso por ele almejado, o fundador da psicanálise se narra e é narrado como um homem muito mais solitário e isolado do meio científico tradicional do que ele era aos quarenta e seis anos de idade. É certo que alguns intelectuais antissemitas de fato lhe desprezavam, mas, nessa época, as publicações de Freud já eram aceitas com facilidade nos períodos de divulgação científica, ele alcançara notoriedade no movimento de renovação da psicologia e da psiquiatria dinâmica do final do século XIX, escrevera importantes obras e havia sido recém-nomeado ao posto de professor-extraordinário da Universidade de Viena (BROME, 1969; ROUDINESCO, 2016).

Desejando não se limitar ao ensino universitário e acreditando que a psicanálise poderia ser, para além de um sistema de pensamento, também a bandeira de um movimento político de emancipação, Freud seguiu uma sugestão de Wilhelm Stekel – que já havia se beneficiado dos efeitos de uma análise – e começou a reunir a sua volta um pequeno grupo de colaboradores, com o objetivo de discutir as ideias psicanalíticas. Além do próprio Stekel, convidou os médicos Max Kahane e Rudolf Reitler e o socialista Alfred Adler, fundando, ao lado desses quatro homens, a Sociedade Psicológica das Quartas-Feiras (*Psychologische Mittwochs-Gesellschaft*, PMG), o primeiro círculo de colaboradores do freudismo.

Em um clima intimista e cordial, os primeiros psicanalistas se encontravam semanalmente na Berggasse 19 – endereço da casa de Freud – após o jantar. Sentavam-se em torno de uma mesa oval, depositavam em uma urna o nome dos futuros oradores e escutavam em silêncio a apresentação da noite. Após uma pausa, onde eram servidos biscoitos amanteigados e café, discutiam a conferência que haviam escutado e, em meio a fumaça de cigarros e charutos, falavam de teoria, de suas questões pessoais, das publicações recém-lançadas no meio acadêmico, da cultura vienense e dos fenômenos sociais. Em termos práticos, organizavam-se como uma “sociedade liberal moderna” (ROUDINESCO, 1989, p. 101) e a regulamentação determinava que todos falassem durante as reuniões e que os novos membros fossem aprovados por unanimidade.

Paulatinamente, o grupo das quartas-feiras se desenvolveu e seus integrantes passaram também a praticar a psicanálise e a publicar artigos e livros teóricos. Em outubro de 1906,

⁷⁷ O relacionamento entre Freud e Fliess foi discutido no capítulo 3, página 98. Embora Freud tenha progressivamente se afastado de Fliess a partir de 1900, a ruptura definitiva entre ambos ocorreu somente em 1904, em razão da querela em torno do plágio da noção de bissexualidade, que discutiremos no capítulo 5.1, página 136 (BROME, 1969).

quando a pequena Sociedade já contava com dezessete colaboradores, entre os quais Paul Federn, Eduard Hitschmann, Hugo Heller, Isidor Sadger, Fritz Wittels e Max Graf, os primeiros psicanalistas decidiram contratar um secretário remunerado. Aos 26 anos de idade, o jovem autodidata Otto Rank se uniu ao grupo com a tarefa de registrar as reuniões, cuidar da lista de presença e regular as contribuições financeiras, passando a transcrever as conferências e discussões, material que deu origem as “*Atas da Sociedade Psicanalítica de Viena*”, que serão objeto de pesquisa no presente trabalho⁷⁸.

Embora, nessa época, os encontros não contassem com mais de dez presentes, ao completar seu quinto ano de trabalho, em 9 de outubro de 1907, a Sociedade Psicológica das Quartas-Feiras já possuía vinte e um membros ativos⁷⁹ e Freud optou por sua dissolução e refundação, enviando uma carta que comunicava sua decisão à todos os colegas, na qual justificava que essas medidas “devem restabelecer a liberdade pessoal de cada um e permitir seu afastamento da Sociedade, sem que suas relações pessoais com os outros membros sejam comprometidas” (CHECCHIA; TORRES; HOFFMANN, 2015, p. 309)⁸⁰. Tudo indica, segundo analisa Brome (1969), que a intenção de Freud ia além de conceder aos seus colaboradores “a liberdade pessoal” (CHECCHIA; TORRES; HOFFMANN, 2015, p. 310) de renunciar ao grupo e que, de maneira sutil, seu tom parecia ser uma primeira chamada à disciplina e à lealdade, antecipando o futuro do movimento psicanalítico nos anos seguintes à 1907, quando seria efetivamente dada largada ao processo de institucionalização da psicanálise. Com a fundação da Sociedade Psicanalítica de Viena (*Wiener Psychoanalytische Vereinigung*, WPV) – nome com o qual a Sociedade Psicológica das Quartas-feiras foi rebatizada –, foi estabelecido um novo regimento, que serviu de modelo para as demais Sociedades de Psicanálise que surgiram a partir de então (GAY, 2012). Em 1908, a obrigatoriedade de fala para todos os membros foi suspensa, o que se justificou pelo aumento do número de participantes, mas os dividiu entre aqueles que efetivamente produziam trabalhos e contribuições e os que compareciam às reuniões apenas como espectadores (ROUDINESCO, 2016).

Entre 1907 e 1908, o movimento psicanalítico se expandiu significativamente e a Sociedade Psicanalítica de Viena passou a contar com 22 membros ativos, dos quais quase

⁷⁸ As Atas se iniciam em 10 de outubro de 1906 e não existem registros das discussões ocorridas entre 1902 e esta data.

⁷⁹ Optamos por apresentar detalhes biográficos sobre cada um dos primeiros psicanalistas ao discutirmos suas contribuições, ao longo dos próximos capítulos.

⁸⁰ Referência ao primeiro volume das “*Atas da Sociedade Psicanalítica de Viena*” e o único publicado em português até o momento, sob organização de Marcelo Checchia, Ronaldo Torres e Waldo Hoffmann, publicado pela editora Scriptorium em São Paulo, no ano de 2015.

metade praticavam a psicanálise. No ano de 1908, os psicanalistas realizaram o seu primeiro Congresso, que ocorreu em Salzburgo, na Áustria, e contou com quarenta e dois presentes, provenientes de seis países. Em 1909, visando a transmissão de conhecimento, o grupo criou o seu primeiro periódico, o “*Anuário de psicanálise*” (“*Jahrbuch für Psychoanalytische und Pscopathologische*”) e, em setembro do mesmo ano, Freud foi convidado por Stanley Hall para ministrar cinco conferências na Clark University, nos Estados-Unidos. Paralelamente, assistiu à entrada dos seus primeiros colaboradores estrangeiros, entre os quais estavam Max Etingon, Karl Abraham, Sándor Ferenczi, Ernest Jones e Carl Gustav Jung. Enquanto os dois primeiros eram de Berlim, os demais provinham respectivamente de Budapeste, Londres e Zurique, e, sendo provenientes de territórios do continente europeu que não a Áustria, fundaram Sociedades de Psicanálise locais em seus países, o que contribuiu para a internacionalização do movimento e para a sua implementação no terreno da psiquiatria. É nesse período também que Otto Gross⁸¹ cruzou com o movimento psicanalítico, se tornando uma importante referência em Munique e protagonizando uma das mais violentas histórias de exclusão e esquecimento da psicanálise.

Dois eventos significativos marcaram as reuniões no ano de 1910: a fundação da Associação Internacional de Psicanálise (*Internationale Psychoanalytische Vereinigung*, IPV), que em 1936 se tornaria a IPA (*International Psychoanalytical Association*), e a entrada das mulheres na Sociedade Psicanalítica de Viena. A primeira providência foi tomada após o discurso de Ferenczi (1910) no Congresso de Nuremberg – o II Congresso Internacional de Psicanálise – e objetivava garantir a unidade e a coesão do movimento psicanalítico, de maneira que esse pudesse defender suas ideias centrais e teses comuns. O efeito foi justamente o contrário e a criação da Associação Internacional provocou um desmembramento ainda maior do que se anunciava, antecipando rupturas que marcaram o movimento psicanalítico na década de 1910. Adler deixou o círculo freudiano em 1911, Stekel em 1912 e Jung em 1913.

Foi justamente na primeira reunião após o Congresso de Nuremberg, ocorrida em 6 de abril de 1910 (*ata 102*), que Paul Federn propôs a candidatura de Margarete Hilferding para votação. Até então, nenhuma mulher frequentara as reuniões da Sociedade Psicanalítica de Viena, exceto ocasionalmente como esposa e as opiniões de alguns vienenses sobre o trabalho feminino⁸² indicavam que o assunto demandaria um debate, adiado por causa dos embargos institucionais relacionados à fundação da Associação Internacional. Nesse momento, os vienenses se mostravam bastante reticentes à proposta de Freud e Ferenczi e temiam perder seu

⁸¹ Comentaremos brevemente a vida e a obra de Otto Gros no capítulo 5.1, página 128.

⁸² Ver capítulo 7.1.

papel de protagonistas do movimento psicanalítico. A situação foi resolvida com a eleição de Adler para a presidência da Sociedade Psicanalítica de Viena, com a criação de um periódico a ser dirigido por ele e Stekel – a “*Revista central de psicanálise*” (“*Zentralblatt für Psychoanalyse: medizinische Monatsschrift für Seelenkund*”) – e com a aprovação de um novo estatuto que estabeleceu duas importantes e significativas mudanças no regimento: a transferência das reuniões do grupo vienense da Berggasse 19 para o Colégio de Médicos de Viena e alteração das regras admissionais, sendo deliberado que a candidatura deveria ser proposta por um membro ativo ou honorário, seria votada em segredo e deveria ser aceita pela maioria de três quartos.

Após essas decisões, a questão sobre a entrada de mulheres⁸³ na Sociedade Psicanalítica de Viena pôde ser retomada em 13 de abril de 1910 (*ata 103*) e, em razão da ausência de consenso, Margarete Hilferding foi aceita apenas em 27 de abril de 1910 (*ata 105*), tornando-se a primeira mulher a ingressar em um instituição de psicanálise na história do freudismo⁸⁴. Daí em diante, outras mulheres puderam trilhar o mesmo caminho e pouco a pouco se juntaram ao grupo. São elas: Sabina Spielrein, em 1910, Tatiana Rosenthal, em 1911 e Hermine Hug-Hellmuth, em 1913, além de Lou-Andreas Salomé⁸⁵ que ocupou entre as primeiras psicanalistas um lugar privilegiado – quando se encontrou com Freud em 1911, ela já era reconhecida e foi para ele uma importante amiga e interlocutora. Presentes na histografia das disciplinas

⁸³ A questão da entrada das mulheres na Sociedade Psicanalítica de Viena será retomada e aprofundada no capítulo 7.1, página 211.

⁸⁴ Emma Eckstein (1865 – 1924) foi extraoficialmente a primeira psicanalista, embora não tenha integrado a Sociedade Psicanalítica de Viena. Poucos registros restam sobre ela que, segundo Roudinesco (2009), foi analisada e depois supervisionada por Freud, tendo escrito artigos e atendido pacientes até 1905, quando adoeceu e se retirou de todas as suas atividades profissionais.

⁸⁵ Nascida em São Petersburgo no ano de 1861 e descendente de uma família da aristocracia alemã, Lou Andreas-Salomé (1861 – 1937) foi iniciada na filosofia pelo pastor Hendrik Gillot, que a levou a procurar na teologia, na arte e na religião um acesso ao mundo intelectual que almejava desde a sua juventude. Foi introduzida por Malwida von Meysenburg (1816 – 1903), uma importante feminista alemã, ao escritor Paul Rée (1849 – 1901), que lhe apresentou Nietzsche (1844 – 1900). Amada pelos dois homens, constituiu com eles uma importante parceria intelectual. Em junho de 1887, casou-se com o orientalista alemão e professor universitários Friedrich Carl-Andreas e, pouco tempo depois, se envolveu com George Ledebourg, fundador do Partido Social-Democrata Alemão, que se tornou seu primeiro amante. Ao terminar seu segundo relacionamento, com Friedrich Pineles, instalou-se em Munique, onde conheceu o poeta Reiner Maria Rilke (1897 – 1926). Encontrou Freud pela primeira vez no III Congresso da IPA, em Weimar, e tornou-se sua amiga e interlocutora, integrando-se tanto ao movimento psicanalítico, quanto à sua intimidade familiar. Em 1912, sediou-se em Viena e a convite de Freud se tornou membra da Sociedade Psicanalítica de Viena e, excepcionalmente, foi autorizada a simultaneamente frequentar as reuniões do grupo de Adler. Nessa época, envolveu-se amorosamente com Victor Tausk. Após a Primeira Guerra Mundial, passou seis meses cuidando de vítimas de traumas nervosos em um campo de trabalho, utilizando para tal a psicanálise. Escreveu uma obra importante, onde trata de temas como o processo analítico, a feminilidade, a religião, o amor, o erotismo e a arte. Permaneceu próxima à Freud e não deixou a Alemanha nazista, onde morreu em 1937 (ROUDINESCO, 2016). Sobre Lou-Andreas Salomé ver: “*Minha vida*” (SALOMÉ, 1985); “*Carta aberta a Freud*” (SALOMÉ, 1931); “*Freud-Lou Andreas-Salomé: correspondência completa*” (PFEIFFER, 1966). As obras de Lou Andreas-Salomé não foram publicadas em português. Um resumo da vida e obra dessa importante psicanalista é apresentado também em “*Lou Andreas-Salomé: vida e obra em resumo*” (PERON, 2016).

psicopatológicas somente como pacientes e “casos”, de 1910 em diante, as mulheres encontraram no movimento psicanalítico um lugar onde podiam trabalhar como analistas e intelectuais, tornando-se importantes protagonistas do freudismo a partir de 1920, em razão dos debates sobre a feminilidade, a maternidade, a análise infantil e a sexualidade feminina (ROUDINESCO, 2009; 2016).

Em 1912, após a ruptura com Adler e na iminência da dissidência de Jung, Jones sugeriu à Freud a criação de um Comitê Secreto (*Ring*)⁸⁶, organização que agrupou os colaboradores tidos como mais fiéis ao freudismo – Abraham, Sachs, Ferenczi, Jones, Anton von Freund⁸⁷ e Eitingon⁸⁸ – e que marcou a história da psicanálise. Objetivando preservar a doutrina psicanalítica de desvirtuamentos, esses homens se organizaram de maneira horizontal, partilhando a soberania, ao mesmo tempo em que ditavam as regras da política psicanalítica, o que incluiu decisões sobre a formação de analistas, a técnica, a inserção da psicanálise na União Soviética e a homossexualidade – na medida que a partir dos anos 1920 e até o final da década de 1990, vigorou “um imperativo de proscrição” (BULAMAH, 2016, p.193) de candidatos homossexuais em todas as sociedades psicanalíticas vinculadas à IPA⁸⁹.

Entre 1910 e 1914, a Sociedade Psicanalítica de Viena manteve uma média de 40 integrantes e o número de mulheres aumentou esporadicamente. Em 1911 ocorreu o III Congresso da IPA, em Weimar; em 1912, a revista “*Imago*” foi criada e em 1913 ocorreu o IV Congresso da IPA, em Munique, ocasião que precipitou a dissidência de Jung do movimento psicanalítico (BROME, 1969). No ano de 1914, quando irrompeu a Primeira Guerra Mundial, uma parcela significativa dos vienenses foi convocada e os freudianos foram compelidos a “desistir de seus congressos, cessar suas atividades, suspender sua correspondência e suas produções editoriais” (ROUDINESCO, 2016, p. 204). Durante os quatro anos de guerra, as reuniões da Sociedade Psicanalítica de Viena se mantiveram, mas os registros se tornam muito esparsos, pois Otto Rank foi convocado para servir. O reencontro dos primeiros psicanalistas ocorreu apenas no final deste período, no V Congresso da IPA, realizado em Budapest no mês de setembro de 1918. É neste ano também que se encerram os registros das Atas da Sociedade Psicanalítica de Viena, que não foram retomados por Rank.

O fato é que “sem o diálogo que manteve com essa primeira geração de discípulos, Freud jamais poderia ter alimentado sua obra, como fez reconstruindo-se incessantemente à luz

⁸⁶ Após precipitar inúmeras querelas entre seus integrantes, o Comitê Secreto foi dissolvido em 1920.

⁸⁷ O industrial húngaro Anton von Freund (1880 – 1920) permaneceu parte do grupo até sua morte, em 1920.

⁸⁸ Eitingon se juntou ao Comitê Secreto no ano de 1919.

⁸⁹ Este tema é objeto de pesquisa de Bulamah (2016) em “*História de uma regra não escrita: a proscrição da homossexualidade masculina no movimento psicanalítico*”.

das contribuições de cada um” (ROUDINESCO, 2016, p. 137). Como enfatizamos previamente, esse ponto é nodal para o argumento que sustentamos, o que torna necessário que compreendamos com mais detalhes quem eram e como se organizaram os membros da Sociedade Psicanalítica de Viena, tarefa à qual nos dedicaremos agora.

Talvez os primeiros psicanalistas não representassem exatamente o público que Freud almejou alcançar quando adiou a publicação da *“Interpretação dos sonhos”* para 1900, esperando que o livro tivesse uma grande repercussão no meio científico de sua época. Certamente, eles não pertenciam ao mundo acadêmico de Viena, pois em sua maioria haviam sido educados para profissões práticas (ROUDINESCO, 1989, 2016). Muitos deles eram médicos, como é o caso de Max Kahane, Rudolf Reitler, Paul Federn, Eduard Hitschmann, Maximilian Steiner, Isidor Sadger, Fritz Wittels, Margarete Hilferding e Sabina Spielrein, mas havia também críticos musicais, entre os quais estavam David Bach e Max Graf, advogados, por exemplo, Victor Tausk e Hanns Sachs, o estudante de psicologia e literatura Theodor Reik, o aspirante a escritor Otto Rank e a filósofa Lou-Andreas Salomé.

Apesar dos primeiros psicanalistas comporem um grupo heterogêneo, é possível constatar algumas características que tinham em comum – optamos por privilegiar este aspecto para traçar um quadro geral dos membros do grupo vienense, cujas biografias exploraremos quando tratarmos de suas produções, nos próximos capítulos – e que são, conforme destaca Rose (2019), importantes para compreender a sua adesão ao freudismo. Com exceção de Lou-Salomé, os primeiros psicanalistas nasceram entre 1868 e 1881, eram em sua maioria judeus – no grupo que citamos, apenas Lou-Salomé e Reitler não eram judeus, sendo ele um católico convertido do judaísmo – e foram diretamente impactados pelo contexto em que cresceram. Em sua maioria, passaram a infância e juventude na Áustria ou em países adjacentes da Europa Central e foram profundamente impactados pelos acontecimentos sociais e políticos dessa época.

Como vimos no primeiro capítulo⁹⁰, na segunda metade do século XIX, a Áustria passou por mudanças políticas e sociais de grande impacto e, após duas décadas de luta, quando a Constituição de 1867 havia conseguido garantir proteção à classe média e impulsionar uma agenda liberal reformista, essa promessa foi suprimida por reações conservadoras que derrotaram essas reformas em 1879, levando a classe média a um processo de assimilação aos valores da aristocracia. Segundo a hipótese de Rose (2019), o motivo que justificou a adesão ao freudismo e o compromisso com o movimento psicanalítico se associava a esses

⁹⁰ Ver capítulo 2.3.

acontecimentos. Tendo crescido em famílias onde imperava o “compromisso com a tradição reformista do liberalismo”, “a fé na ascensão social judaica através da educação e do avanço profissional” (ROSE, 2019, p. 223) e a alta estima pela cultura estética – um valor da burguesia vienense – , esses homens e mulheres teriam sido nutridos por uma indignação moral, transformada em consciência científica no seio das reuniões da Sociedade Psicanalítica de Viena e, mais tarde, desdobrada na adesão ao freudismo como “causa”. “Intelectuais e militantes, eram bastante representativos da cultura da *Mitteleuropa*” (ROUDINESCO, 2016, p. 137), tendo sido profundamente influenciados pela efervescência cultural da Viena do *fin-de-siècle*⁹¹ e marcados pelo antissemitismo que, nessa época, penetrava na cultura europeia.

No que concerne à relação dos primeiros psicanalistas com a obra de Freud, alguns pontos também devem ser elucidados. Conforme exploramos no quarto capítulo, a teoria psicanalítica já possuía uma primeira sistematização quando Freud reuniu seus primeiros seguidores e, como constata Nunberg (1959, p. 24), – responsável pela publicação das “*Atas da Sociedade Psicanalítica de Viena*”, analisado por Paul Federn e membro do grupo vienense a partir de 1915 –, “certamente havia um abismo entre o saber de Freud e o saber dos outros”. Por mais que tenham sido preciosos interlocutores para Freud, eventualmente os primeiros psicanalistas pareciam não estar completamente a par de seu pensamento e, por vezes, não acompanhavam suas ideias. Muitos dos participantes também não tinham um total conhecimento de suas obras o que, de certa forma, contribuiu para colocar Freud no papel de mestre. Enquanto maior representante da psicanálise, costumeiramente ele tomava a palavra nas reuniões para tecer longos comentários, onde enfatizava seu ponto de vista, corrigia erros ou imprecisões conceituais e selecionava partes do conteúdo que considerava importantes para a teoria psicanalítica, além de apresentar seus novos textos, muitas vezes antes de serem publicados, o que nos permite acompanhar edições que precederam a versão final e algumas obras emblemáticas como, por exemplo, “*O Homem dos ratos*” (FREUD, 1909b) e “*Uma recordação de infância de Leonardo da Vinci*” (FREUD, 1910).

Em meio a afirmações precipitadas e reações espontâneas às conferências, muitas vezes marcadas pela imaturidade teórica, podemos ver como o grupo pouco a pouco se tornou um núcleo importante de produções psicanalíticas. A partir da transcrição das reuniões, registradas com detalhe e precisão por Rank, é possível acompanhar o germinar e o desenvolvimento de conceitos importante para a psicanálise, entre os quais podemos citar a noção de bissexualidade, o conceito de narcisismo, o complexo de Édipo e a pulsão de morte. Além disso, enquanto

⁹¹ Ver capítulo 1.3, página 48.

pioneiros, os primeiros psicanalistas não eram profissionalmente treinados para a prática analítica – a regulamentação da formação em psicanálise pela Associação Internacional de Psicanálise ocorreu apenas em 1925⁹² –, o que lhes permitia adotar uma postura extremamente criativa diante dos problemas teórico-clínicos da psicanálise e encontrar referências importantes na filosofia, na sociologia, na antropologia, na história da cultura e nas artes (RUITENBEEK, 1973), discutindo uma diversidade de assuntos surpreendente.

Como exemplo, cabe mencionar a apresentação de casos clínicos; as análises de obras recentes no campo da filosofia, da psiquiatria e das artes, como é o caso das sessões dedicada a peça *“O despertar da primavera”* de Wedekind; a discussão de questões sociais e morais, entre as quais a educação, a pedagogia, o casamento, o incesto, a monogamia e o aborto, assim como os doze debates sobre a masturbação realizados entre 1910 e 1912 e a conferência sobre *“As bases do amor materno”* de Hilferding; a realização de análises literárias ou clínicas sobre os grandes poetas e filósofos, entre os quais Nietzsche e Dostoiévski; e a realização de autoanálises, ou mesmo de confissões profundas sobre os conflitos e sofrimentos que assolavam as mulheres e homens da primeira geração.

Quando deixou Viena em 1938, por razão das perseguições nazistas, Freud confiou os registros das reuniões da Sociedade Psicanalítica de Viena a Paul Federn que, ao emigrar para os Estados Unidos, levou consigo as Atas, evitando sua destruição e garantindo que essas pudessem ser publicadas. “A posse dos manuscritos significava para Federn uma grande responsabilidade – tanto perante Freud quanto perante a psicanálise”, reflete Nunberg (1959, p. 16), “falava deles com frequência e tinha-se a impressão de que ele se sentia na obrigação de publicá-los o mais cedo possível”. O adoecimento e as dificuldades encontradas no exílio impediram a realização desse projeto a tempo. Ao morrer, em 1950, Federn disponibiliza em seu testamento os documentos, delegando a tarefa para Hermann Nunberg que os redigiu e providenciou, junto a Ernst Federn – filho de Paul – a sua publicação total, permitindo ao leitor testemunhar as reuniões, com o mínimo possível de persuasão editorial.

Organizado em quatro volumes, o material registra as sessões realizadas na Sociedade Psicanalítica de Viena entre 1906 (quando essa ainda se chamava Sociedade Psicológica das Quartas-Feiras) e 1918. A partir de 1910, os registros passaram a ser mais esparsos e sintéticos e de 5 de janeiro de 1916 – quando Rank já havia deixado Viena para servir na Primeira Guerra Mundial – em diante, esses se tornaram bastante pontuais na maior parte das reuniões, tornando praticamente impossível inferir seu conteúdo. As reuniões ocorridas entre 1916 e 1918 foram

⁹² Ver capítulo 8.2, página 247.

redigidas por diferentes pessoas, não são numeradas, são excessivamente sintéticas e estão inclusas apenas na edição francesa do material. De 1918 a 1938, as questões científicas deixaram de ser transcritas e os registros – que provavelmente se limitam às listas de presença – não foram publicados.

Como podemos ver, as “*Atas da Sociedade Psicanalítica de Viena*” são muito mais do que um registro burocrático. Seu valor documental é de extrema importância para história da psicanálise e permite a emergência de novas leituras, novos protagonistas e novas dimensões dos conceitos, da clínica e do aspecto político da teoria, expandindo o horizonte psicanalítico para além da obra freudiana. Embora o acesso a esses documentos ainda seja difícil, consideramos a tarefa de estudá-los essencial e enfatizamos a importância da publicação de seu primeiro volume no Brasil em 2015 (CHECCHIA; TORRES; HOFFMANN, 2015). Procedermos agora para a análise do que esses documentos nos dizem a respeito da questão da lesbianidade e da homossexualidade na história da psicanálise, dando voz aos primeiros psicanalistas: “Primeiros, sem dúvida, pela data de seu envolvimento, o tamanho de sua contribuição, a profundidade das marcas que deixaram. Psicanalistas, obviamente, mesmo que não soubessem ou na época não quisessem ser” (SCHNEIDER, 1983, p. XV, tradução nossa).

5. A INSERÇÃO DA PSICANÁLISE NOS DEBATES SOCIAIS

A psicologia do inconsciente é a filosofia da revolução, isto é, ela é convocada a se tornar o fermento de revolta dentro da psique, a libertação da individualidade ligada ao próprio inconsciente. Ela é convocada a habilitar internamente para a liberdade convocada como trabalho preliminar da revolução.

Otto Gross, Alemanha, 1913.

Após termos apresentando os primeiros psicanalistas, chegou enfim o momento de devidamente explorarmos o conteúdo das *“Atas da Sociedade Psicanalítica de Viena”*. Considerando a abrangência da temática da lesbianidade e da homossexualidade no campo social do início do século XX e com o objetivo de situar o grupo vienense nos debates que se alastravam pelos países germânicos, iniciaremos nosso percurso pelos registros das reuniões que exploram a inserção da psicanálise nos debates sobre questões sociais. Para tal, pesquisaremos a relação entre os vienenses, Magnus Hirschfeld e os ativistas de Berlim, a questão da educação sexual, os debates sobre a reforma sexual e as concepções que os primeiros psicanalistas tinham sobre as lésbicas e os homossexuais enquanto sujeitos, elucidando as crenças, o entendimento e a apreensão dos primeiros psicanalistas sobre esse tema, o que nos situará e possibilitará a compreensão dos posicionamentos políticos, teóricos e clínicos adotado pelo grupo até o ano de 1920.

5.1. Os analistas de Viena, Magnus Hirschfeld e os militantes de Berlim

Magnus Hirschfeld e Sigmund Freud encabeçaram movimentos de vanguarda nas sociedades de língua germânica do início do século XX. Ocupando posições importantes para o grupo que reuniram, almejando a expansão e o reconhecimento social de suas pautas e formulações, defendendo ideias reformistas sobre a moral e os costumes e nutrindo um grande interesse sobre as questões da sexualidade, o “Einstein do sexo” e o “pai da psicanálise” possuíam muito em comum e estabeleceram uma relação de mútua colaboração ao longo da primeira década dos anos 1900.

Hirschfeld participou da fundação da Associação Psicanalítica de Berlim em 27 de agosto de 1908⁹³, frequentava os encontros do grupo e acreditava que a invenção freudiana era uma ferramenta importante para cuidar das pessoas pertencentes aos *estados sexuais*

⁹³ Organização que em 1910 se tornaria a Sociedade Psicanalítica de Berlim.

intermediários. Apesar de sua indisposição em abandonar a visão inatista da homossexualidade⁹⁴ – a ponto nodal de sua argumentação política – e de discordar das contribuições psicanalíticas sobre o assunto, ele era uma figura bastante valorizada por Freud e foi a primeira pessoa abertamente homossexual a integrar o movimento psicanalítico, mesmo que fosse discreto e mantivesse a conduta esperada para um homem das ciências de sua época, o que o tornava tolerável entre os colegas e analistas (BULAMAH, 2016).

Freud, por sua vez, manteve Hirschfeld em alta-estima durante a primeira década do século XX, colaborando com os seus trabalhos e lhe enviando uma série de correspondências, onde trocavam opiniões, reflexões e referências, embebidas em elogios mútuos. Um exemplo dessa amistosa relação pode ser vislumbrado quando em janeiro de 1906 foi publicado um artigo atribuindo a ideia de bissexualidade à Wilhelm Fliess e acusando Otto Weininger e Hermann Swoboda⁹⁵ de terem lhe plagiado, através de informações fornecidas por Freud.

Muito mobilizado pela questão, ele escreveu uma primeira carta à Hirschfeld, expondo seu ponto de vista e lhe solicitando apoio:

É uma difamação abominável que, entre outras coisas, também me envolve em uma suspeita absurda. Espero que você tenha a mesma impressão. Do ponto de vista objetivo, esta é uma questão de prioridade para a bissexualidade. Acredito que seus Anais [Anais dos Estados Sexuais Intermediários] seriam o local apropriado para desenvolver e realizar uma revisão e uma apresentação mais imparcial (FREUD, 1906, p. 29, tradução nossa).

Simultaneamente, Hirschfeld também lhe enviou uma carta, na qual tentava incitá-lo a expor seu ponto de vista. Freud então redigiu uma segunda correspondência, onde afirmava não se considerar a pessoa mais adequada para realizar sua defesa pública, pois não desejava entrar em conflito com Fliess. Por fim, Magnus Hirschfeld publicou as duas correspondências em 1 de fevereiro de 1906, no relatório mensal do Comitê Científico Humanitário.

Ademais, a Sociedade Psicanalítica de Viena foi convidada para participar da elaboração de um questionário idealizado por Hirschfeld e que suscitou dois debates que muito nos interessam, ocorridos em 15 e 22 de abril de 1908 (*atas 47 e 48*). O trabalho objetivava

⁹⁴ A teorização de Hirschfeld sobre “os estados sexuais intermediários” e seu posicionamento político à frente do Comitê Científico Humanitário foram discutidos detalhadamente no capítulo 2.4.

⁹⁵ Este episódio marcou a ruptura definitiva entre Freud e Fliess, que já estavam afastados desde 1900. Em 1903, quando Otto Weininger publicou a obra “*Sexo e Caráter*”, onde ele discutia o conceito de bissexualidade, Fliess afirmou que essa ideia lhe teria sido transmitida por seu amigo íntimo Hermann Swoboda (1873 – 1963), que teria tomado conhecimento dessa teoria no curso de uma análise que ele realizou com Freud em 1900. Em 1903, Weininger se suicidou e sua obra alcançou um enorme sucesso, tendo sido traduzida em dez línguas e chegado a vigésima oitava reimpressão. Swoboda, por sua vez, também redigiu uma obra sobre o assunto, dando início a um longo caso de roubo de ideias que em 1906 terminou nos tribunais.

uma “melhor compreensão das pessoas com tendências anormais” (CHECCHIA; TORRES; HOFFMANN, 2015, p. 543), grupo que incluía os *homossexuais*, *andróginos*, *travestis* e *hermafroditas* – conforme a distinção de Hirschfeld.

A proposta de trabalho conjunto, apresentada aos vienenses por Freud, não foi aprovada com consenso, uma vez que Stekel e Wittels se opuseram a trabalhar junto com Hirschfeld, enquanto Isidor Sadger – que já nessa época se interessava pelo estudo da homossexualidade⁹⁶, contribuindo significativamente com este campo – sugeriu que a colaboração fosse anônima, o que parecia se justificar por um desejo de não associar diretamente a psicanálise aos militantes de Berlim. A moção de Sadger não foi aceita e, em 15 de abril de 1908, por ocasião do trabalho em parceria com Hirschfeld, o grupo de analistas vienenses veio à público pela primeira vez, apresentando-se como Sociedade Psicanalítica de Viena (*Wiener Psychoanalytische Vereinigung*, WPV).

Embora não tenha sido aceita com unanimidade, essa decisão é coerente com algumas outras atitudes de Freud perante a “questão homossexual” no início do século XX, momento em que a preocupação de se posicionar publicamente a esse respeito não parecia assolá-lo. Além da extrema confiança depositada em Hirschfeld diante da acusação de plágio levantada por Fliess, no ano de 1903 ele saiu em defesa de uma personalidade importante levada à justiça por homossexualidade, afirmando ao jornal vienense “*Die Zeit*” não considerar esse assunto como uma responsabilidade dos tribunais.

“Acredito firmemente que os homossexuais não devem ser tratados como pessoas doentes porque essa orientação sexual não é uma doença” afirmou Freud (1903 apud MENAHEN, 2003, p. 14, tradução nossa), se posicionando contra a criminalização das práticas lésbicas e homossexuais e também discordando do seu estatuto de doença que, como vimos no segundo capítulo, era amplamente defendido pela psiquiatria da época. Ao analisar a conduta de Freud, Menahem (2003) chama a atenção para o fato dele ter dito ‘acreditar firmemente’, se manifestando com base em uma convicção, que nessa época não era sustentada teoricamente. Embora dois anos mais tarde a obra freudiana tenha se afastado das teses psiquiátricas com certa consistência nos “*Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*” (FREUD, 1905), as pesquisas que dariam um lugar à questão da homossexualidade no corpo teórico da jovem psicanálise não haviam sido suficientemente desenvolvidas na primeira versão do texto em questão, de maneira que, na primeira década do século XX, tudo indicava que a compreensão

⁹⁶ Ver capítulo 6.1.

psicanalítica das orientações sexuais não normativas demandava um estudo mais amplo sobre a pulsão sexual e a escolha de objeto.

A partir dessas considerações, podemos melhor compreender o interesse dos psicanalistas vienenses em participar da elaboração do questionário, considerado como uma ferramenta para estudar a pulsão sexual de maneira mais ampla, o que, nas palavras de Freud (CHECCHIA; TORRES; HOFFMANN, 2015, p. 535), daria “uma boa ideia do que resta na memória do homem normal”. Por um lado, Hirschfeld pretendia realizar um mapeamento dos sujeitos pertencentes aos *estados sexuais intermediários*, cuja finalidade era política, na medida em que ele acreditava que o conhecimento era uma ferramenta fundamental para garantir direitos para essa população. Por outro, os psicanalistas consideravam a sexualidade como um pilar indispensável de sua teoria, que remetia à “toda uma série de excitações e de atividades presentes desde a infância que proporcionam um prazer irreduzível à satisfação de uma necessidade fisiológica fundamental” (LAPLANCHE; PONTALIS, 2001, p. 476) e que, no ano de 1908, ainda demandava uma série de investigações.

As divergências de ponto de vista e objetivo não impediram que o projeto fosse levado adiante, embora esse episódio enfatize a forma como a questão da lesbianidade e da homossexualidade se situava dentro de um panorama mais amplo para os psicanalistas. Enquanto Hitschmann – responsável por preparar um questionário, a partir do modelo enviado por Hirschfeld – afirma que este seria um “estudo estatístico da vida sexual de pessoas doentes e sãs”, Freud vai além, sugerindo que “o aspecto homossexual deve ser mencionado apenas de passagem; aqueles que revelarem ser homossexuais receberão um segundo questionário” (CHECCHIA; TORRES; HOFFMANN, 2015, p. 537-538).

Os principais pontos de interesse para os vienenses remetiam aos fatores infantil, etiológico e orgânico, conforme registrado na *ata 47* (CHECCHIA; TORRES; HOFFMANN, 2015, p. 535 – 536):

- I. Condições familiares;
- II. Desenvolvimento da sexualidade na infância e;
- III. após a puberdade

Perguntar-se-ia sobre:
 Ad I. Pais e irmãos;
 Idade, posição na fratria;
 Mortes prematuras;
 Métodos de educação;
 Pessoas encarregadas da educação.

Ad. II. Quando tem início suas memórias?
 Primeira memória?

Quando suas memórias adquirem continuidade?
Quais maus hábitos ou defeitos infantis o senhor ou seus irmão tiveram?

Deve-se acentuar:

- a) o dom de imitação;
- b) a imaginação
- c) o sono etc.

Por ora, nos limitaremos a uma descrição geral das perguntas registradas no questionário, cuja versão final foi publicada em dezembro de 1908, era composta por 12 páginas e 127 questões e, segundo McGuire (1993), contava com um agradecimento particularmente aos psicanalistas de Berlim, entre os quais podemos mencionar Abraham, Stein e Iwan Bloch. As duas versões registradas nas Atas – a primeira preparada por Hitschmann e a segunda enviada por Hirschfeld como modelo – não correspondem ao formato final do trabalho⁹⁷, mas nos interessam particularmente por explicitarem o posicionamento e o interesse dos primeiros psicanalistas na lesbianidade e na homossexualidade.

Os questionários se diferenciavam particularmente pela ênfase dada à questão homossexual, muito mais acentuada na versão de Hirschfeld. Para melhor compreensão do leitor, o trabalho de Hitschmann pode ser dividido em seis temas de interesse:

- I) *Status físico*, tópico que abrangia perguntas sobre a fisionomia sexual, os órgãos genitais e as anomalias de formação, orientando que o paciente consultasse um médico para exame.
- II) *Antepassados*, item que abordava a história da família do paciente, incluindo a profissão, o número de filhos e as doenças que afetaram os seus pais e avós. Também abarcava questões sobre a relação com as figuras parentais de preferência, o romance familiar (aversão, ternura e ciúmes), a presença de outras pessoas encarregadas da criação e relação com os irmãos, caso existissem.
- III) *Primeira infância*, aspecto que buscava explorar as memórias do paciente, suas primeiras experiências sexuais, as teorias sexuais infantis e as cenas de sedução, assim como o tipo de educação sexual que havia lhe sido dada, os amigos da escola e o amor pelos professores. Além disso, estavam inclusas também perguntas sobre a presença de erotismo anal, o hábito de chupar os dedos, as surras na primeira infância, a existência

⁹⁷ Infelizmente, não conseguimos acessar a versão final do questionário de Hirschfeld, publicado em um artigo intitulado “*Zur Methodik der Sexualwissenschaft*” (“Sobre a metodologia da sexologia”) no “*Zeitschrift für Sexualwissenschaft*” de dezembro de 1908.

de enurese noturna ou masturbação e a presença de perversões, inversão, fetiche e exibicionismo.

- IV) *Infância tardia*, parte que abordava a questão do recalçamento do incesto, da autoacusação de erotismo, da vergonha, do asco, do masoquismo, do sadismo e das mentiras. Perguntas sobre peculiaridades nos hábitos alimentares, beijo precoce, chiste e dom de imitação também estavam presentes.
- V) *Puberdade*, aspecto que tematizava o reconhecimento desta, os afetos despertados, a primeira excitação genital, a idade da menarca (no caso das mulheres), a existência de práticas de masturbação e as fantasias subjacentes a estas, os devaneios, a presença de angústia ou aversão com relação à sexualidade, os sentimentos de depressão e existência de ideação suicida. O questionário inclui também perguntas sobre as relações afetivo-sexuais do paciente, entre as quais o primeiro beijo, o grau de desejo de tocar o parceiro, a idade da primeira relação sexual, o sentimento de culpa, compulsão sexual, fobia à sífilis, frigidez, anestesia, excitação frustrada, inversão ou neurose, assim como as características gerais dos relacionamentos amorosos e sexuais. Perguntas sobre a formação, o trabalho intelectual, as amizades e a educação sexual também integram o questionário.
- VI) *Fase adulta*, considerada como a atualidade da vida do paciente esse item aborda a relação conjugal, o casamento, a existência de filhos, assim como questões sobre a noite de núpcias, o uso de métodos de prevenção da gravidez, a potência e a presença de abstinência ou perversão.

Como podemos ver, uma ampla gama de perguntas a respeito da vida sexual dos seres humanos foi formulada pelos psicanalistas, sendo muitas delas relativas às hipóteses trabalhadas por eles sobre a sexualidade infantil, a vida pulsional, o papel das zonas erógenas, as transformações da puberdade e a importância da infância para a constituição do sujeito. A homossexualidade (denominada como inversão), por sua vez, é mencionada apenas de passagem em dois trechos do material:

Companheiros de jogos: d) defeitos infantis (chupar o dedo, erotismo anal etc.) *palçadas*. Enurese, masturbação (onde?) *roer as unhas, pavor, palçadas*. Perversões. *Inversão*. Fetiche. *Exibicionismo*

[...]

IV. Puberdade: [...] *Inversão* (comparar com o questionários de Hirschfeld) *neuroses?* (CHECCHIA; TORRES; HOFFMANN, 2015, p. 540 – 542, grifo nosso)

A sugestão apresentada ao lado da pergunta sobre a homossexualidade na puberdade não pode ser compreendida detalhadamente, em razão do caráter fragmentário das notas dessa ata. Não sabemos se o objeto de comparação ao qual a anotação se dirige são as perguntas dos analistas, as respostas dos pacientes ou mesmo se seria nesse ponto que o questionário específico sobre a homossexualidade seria inserido, seguindo a sugestão de Freud.

De qualquer maneira, chama atenção a diferença de ênfase entre o trabalho dos psicanalistas e de Hirschfeld, para quem os *estados sexuais intermediários* eram um assunto prioritário. Orientado por uma visão inatista, segundo a qual as orientações sexuais não-normativas seriam originadas durante o período fetal e se relacionariam com o desenvolvimento da bissexualidade, ele considerava o desejo por pessoas do mesmo sexo um produto da manifestação de um caráter masculino em um corpo feminino ou vice-versa, aspecto que poderia se externar em traços físicos ou psíquicos (SCH, 1903; MANCINI, 2007).

O questionário de Hirschfeld pode ser considerado um verdadeiro mapeamento da lesbianidade e da homossexualidade, onde as mais diversas perguntas sobre o histórico familiar, a infância, a aparência física, o comportamento e as crenças dessas pessoas sobre a sua própria sexualidade eram formuladas (CHECCHIA; TORRES; HOFFMANN, 2015, p. 543 – 554): “Tem conhecimento de casos de amor homossexual ou tendências similares em seus pais, avós ou outros membros da família?”, “Gostava mais de brincar com meninos ou meninas? Gostava mais de brincadeiras de meninos, soldados, cavalos de bois, guerra de bola de neve, luta, ou preferia brincadeiras de meninas, como bonecas, cozinhar, fazer crochê e tricô?”, “Qual é a característica do seu biotipo? Em especial, qual é a largura dos seus quadris?”, “Agradam-lhe mais as ocupações femininas (cozinhar, limpar, trabalhos manuais) ou as masculinas (esporte, caça, tiro, luta)? Quais temas lhe interessam mais (por exemplo, política, moda, teatro, cavalos, flores etc.). Lê e estuda muito? Quais leituras prefere? (obras científicas, poesia, literatura etc.)”, “Qual é sua opinião sobre sua situação sexual? Acredita ser inocente ou culpado, natural ou antinatural, são ou doente?”.

Apesar das questões propostas por Hirschfeld serem marcadas por premissas essencialista, que pressupõe a existência de uma natureza feminina (ou masculina) manifesta através de estereótipos e atreladas ao desejo afetivo-sexual, poder falar sobre esta temática no início do século XX era um ato político de extrema importância em lugares como a Alemanha e a Áustria, onde a homossexualidade e a lesbianidade – apenas no segundo caso – eram consideradas matéria dos tribunais. Nesse sentido, a decisão dos primeiros psicanalistas de trabalharem em conjunto com Hirschfeld que, já nessa época era bastante conhecido no meio científico e intelectual, implica em certo progressismo no posicionamento do grupo vienense,

que se propusera a pesquisar não apenas as relações homossexuais, mas a sexualidade de forma mais ampla, complementando o trabalho dos ativistas de Berlim e, concomitantemente, investigando suas próprias hipóteses sobre a relação entre a pulsão e o objeto.

O ato de vir à público tratar da questão homossexual gerou repercussões negativas no próprio âmago do movimento psicanalítico, que em 1908 ainda não havia alcançado o ápice de sua institucionalização. Essa insatisfação com o posicionamento dos vienenses e dos analistas de Berlim foi comunicada por Jung, que não poupou palavras sobre o trabalho realizado:

O “questionário psicanalítico” é uma tragédia que agora pude ver com meus próprios olhos. Uma miscelânea absolutamente idiota que a Hirschfeld não concede o menor crédito. Acho imperdoável a profanação da palavra “psicanalítico”. É de todo lamentável, para não dizer mais, que Abraham e Stein tenham compactuado com essa triste mistificação. Tenho uma grande vontade de protestar contra essa infame tapeação do público. Em Zurique todos estão escandalizados, e com razão (MCGUIRE, 1993, p. 245).

Mesmo tendo Jung em alta estima, o seu comentário não foi bem recebido por Freud, cuja resposta infelizmente não podemos acompanhar, em razão da falta de registros. Na correspondência seguinte, Jung (MCGUIRE, 1993, p. 248) aponta ter notado “um certo aborrecimento, causado sem dúvida pelo afeto que expressei sobre o infeliz questionário”, o que nos permite conjecturar que a crítica não foi bem recebida.

Durante a primeira década do século XX, o trabalho de Hirschfeld permaneceu no radar dos analistas vienenses que, eventualmente, publicavam textos nas revistas editadas por ele. Curiosamente, no mesmo ano em que Sadger se opusera a tornar pública a parceria entre Hirschfeld e a Sociedade Psicanalítica de Viena, ele escreveu dois artigos para os periódicos do grupo de ativistas de Berlim – o primeiro deles, intitulado “*Fragments da análise de um homossexual*” foi publicado no “*Jahrbuch für sexuelle Zwischenstufen*” e o segundo, nomeado “*A sensação sexual contrária é curável?*”, saiu no “*Zeitschrift für sexualwissenschaft*”. O fato é que Hirschfeld era receptivo aos trabalhos dos psicanalistas e considerava– conforme escreve em uma nota do editor que segue o texto sadgeriano – que Freud e seus colaboradores “ocupam uma posição de destaque por virem há algum tempo tentando encontrar uma abordagem terapêutica da homossexualidade por meio da psicanálise” (SADGER, 1908, p. 424, tradução nossa).

Ao que tudo indica, a postura era mais ambivalente do lado de Freud, que estava de acordo com a associação da teoria e do movimento psicanalítico à “questão homossexual” somente do ponto de vista científico, preocupando-se em ser diretamente associado às pautas militantes e à comunidade lésbica e homossexual, como podemos ver em uma carta endereçada

à Jung, escrita em 25 de fevereiro de 1908, ou seja, pouco antes do trabalho conjunto que discutimos:

O aparecimento desse texto⁹⁸ na nova *Zeitschrift für sexualwissenschaft* pode ser atribuído a uma atitude meio safada por parte dos editores. Pediram-me originalmente o artigo para o *Jahrbuch für sexuelle Zwischenstufen* e só vários meses depois me disseram que ele seria publicado na *Zeitschrift für sexualwissenschaft*, que estava então sendo fundada. Solicitei uma garantia de que esse novo órgão não ia ser uma crônica do W. H. Comitê, caso em que preferiria retirar minha contribuição, mas não recebi resposta (MCGUIRE, 1993, p. 170).

Ademais, reuniões onde as novidades da literatura científica europeia sobre a sexualidade eram resenhadas e comentadas ocorreram esporadicamente na primeira década do século XX. Entre esses trabalhos, podemos encontrar menções às obras de Havelock Ellis, Krafft-Ebing e Moll, além do próprio Hirschfeld. Como vimos, já em 1905 Freud havia se distanciado das teses psiquiátricas a respeito da homossexualidade, o que não impediu que nos anos seguintes os autores por ele citado permanecem sendo tomados como referência no assunto e que suas propostas fossem esporadicamente debatidas pelos primeiros psicanalistas. Poucos registros restam dessas discussões, que se resumem a menções esporádicas e notas fragmentárias.

As pesquisas dos analistas sobre o tema, por sua vez, também eram resenhadas e comentadas por esses autores, como é o caso dos artigos “*Fragmentos da análise de um homossexual*” e “*A sensação sexual contrária é curável?*” publicados por Sadger em 1908 e resenhados por Havelock Ellis (1909), que nessa época tinha o analista vienense em alta estima e lhe considerava o mais promissor entre os colaboradores de Freud. Da mesma maneira, podemos citar também um trabalho de Ludwig Lowénfeld sobre “*A homossexualidade e o código penal*” (“*Homosexualität und Strafgesetz*”) que, segundo Freud, defendia as ideias psicanalíticas sobre a questão homossexual (CHECCHIA; TORRES; HOFFMANN, 2015; NUNBERG; FEDERN, 1980⁹⁹).

O que não deixa de ser digno de nota é o fato de que essas referências entram e declínio a partir de 1909, se resumindo a breves e pontuais menções de 1911 em diante, conforme os analistas iam criando suas próprias hipóteses sobre a questão da homossexualidade e das perversões – assunto que retomaremos no capítulo seis. Acompanhando o texto das Atas,

⁹⁸ O texto referido por Freud (1908c) é “*As fantasias histéricas e sua relação com a bissexualidade*”, publicado no “*Zeitschrift für sexualwissenschaft*” em 1908.

⁹⁹ Referência ao segundo volume das “*Atas da Sociedade Psicanalítica de Viena*” publicado em espanhol, sob organização de Jorge Rodríguez. Editora Nueva Vision, Buenos Aires, 1980.

podemos ver que Hirschfeld, por exemplo, foi citado pela última vez em 7 de dezembro de 1910 (ata 122) quando sua obra “Os travestis” (“*Die Transvestitens*”) foi resenhada por Rank.

Publicado nesse mesmo ano, o texto de aproximadamente quatrocentas páginas consiste em um estudo teórico-clínico sobre a questão da travestilidade, desmontando a assimilação desta à homossexualidade, como era recorrente na psiquiatria hegemônica do final do século XIX. Sem identificar formalmente a transgeneridade, este estudo também a discerniu clinicamente, sendo considerado o primeiro trabalho onde o termo “transexualidade” foi utilizado (MANCINI, 2007). A diferenciação proposta por Hirschfeld não agradou os analistas vienenses, especialmente Rank, Sadger e Stekel que ao resenharem o texto – o primeiro em um encontro da Sociedade Psicanalítica de Viena e os demais em periódicos científicos – concordaram que os impulsos homossexuais parciais também existiriam na travestilidade, mesmo que de maneira inconsciente (NUNBERG; FEDERN, 1974¹⁰⁰; NIEDER; RICHTER-APPELT, 2011). Freud, por sua vez, escreveu à Ferenczi expressando certo agrado pela obra, por considerar que Hirschfeld finalmente teria entendido a diferença entre inversão de objeto e de pessoa, ou seja, entre homossexualidade e componente feminino (FALZEDER; BRABANT; GIAMPIERI, 1994).

Nas entrelinhas desse comentário, se traduz a expectativa de que Hirschfeld aderisse às teses psicanalíticas, preocupação que Freud já expressara à Abraham em 1909: “Espero que você gradualmente o convença da incorreção de suas assunções teóricas sobre a homossexualidade, se ele estiver suficientemente desimplicado” (FALZEDER, 2002, apud BULAMAH, 2016, p. 142). Como podemos ver, as expectativas de Freud não foram cumpridas e cada vez mais as discordâncias entre os analistas e o militante de Berlim se acentuaram.

O afastamento definitivo de Hirschfeld do movimento psicanalítico ocorreu após o Congresso de Weimar, em setembro de 1911 e teria sido precipitada por comentário um de Jung, sobre o qual não se tem registro. Em correspondência Freud comentou o assunto com ele, usando duras palavras e acentuando as diferenças teóricas que, a partir de então, se tornaram um afastamento definitivo¹⁰¹:

Em Berlim, Magnus Hirschfeld desertou de nossas fileiras. A perda não é grande, ele é um fraco indolente e nem sequer tem a capacidade de aprender.

¹⁰⁰ Referência ao terceiro volume das “*Atas da Sociedade Psicanalítica de Viena*” publicado em inglês. Editora International Universities Press, Nova Iorque, 1974.

¹⁰¹ Embora Hirschfeld tenha se afastado do movimento psicanalítico no ano de 1911, em fevereiro de 1914 Freud escreveu à Ferenczi comunicando que recebera uma visita dele em sua residência (FALZEDER; BRABANT; GIAMPIERI, 1994). Não encontramos registros sobre esse encontro, nem sobre o desenrolar das relações entre Hirschfeld e Freud depois do Congresso de Weimar, mas podemos presumir que no nível pessoal eles mantiveram certa comunicação.

É claro que tomou, como pretexto, a observação feita pelo senhor no Congresso; não merece uma só lágrima! (MCGUIRE, 1993, p. 461).

Perguntando-se sobre a mudança repentina no posicionamento de Freud, Bulamah (2016) acredita que Hirschfeld foi uma figura que sucumbiu ao processo de institucionalização da psicanálise. Com o ascender desse processo sua homossexualidade enrustida e suas perspectivas teóricas discordantes se tornariam diferenças intoleráveis, mais tarde institucionalizadas pelo “imperativo de proscrição” (BULAMAH, 2016, p. 193) dos candidatos homossexuais que desejassem ingressar na formação em Sociedade de Psicanálise vinculadas à Associação Psicanalítica Internacional (IPA), que vigorou entre 1921 e 1999.

Definitivamente afastados de Magnus Hirschfeld, os primeiros psicanalistas puderam seguir seu próprio caminho teórico, enquanto continuaram partilhando com os militantes de Berlim algumas aspirações reformistas, que questionavam a moral e a repressão da sexualidade. Preocupando-se com as questões sociais, os analistas vienenses debatiam com frequência os caminhos possíveis para a diminuição do sofrimento psíquico, pensando intervenções que abarcavam não apenas o consultório particular, mas também a sociedade mais ampla.

5.2. A questão da educação sexual

A educação sexual foi um tema que desde muito cedo assolou os primeiros psicanalistas. Responsável por desvelar e afirmar a existência da sexualidade infantil, na primeira década do século XX Freud começou a ser consultado por seus contemporâneos sobre a melhor maneira de educar os filhos (KUPFER, 2005), debate que incluía o esclarecimento sexual das crianças.

Deveria este ocorrer? Se sim, em que idade? Como fazê-lo? E, por fim, quem responsabilizar por essa tarefa? Em “*O Esclarecimento sexual das crianças*” encontramos uma resposta categórica por parte de Freud (1907, p. 323) para a primeira pergunta, a qual rapidamente se tornaria um consenso entre o grupo vienense. Por mais que as questões práticas fossem passíveis de discussão, a educação sexual era tida como uma tarefa necessária na infância, sendo considerado fundamental que a sexualidade fosse tratada como algo digno de conhecimento, saber que não deveria ter que esperar até a puberdade ou ser colocado sob o selo da proibição.

O obscurecimento do tema para as crianças era uma grande preocupação para os primeiros psicanalistas quando eles realizaram um de seus principais debates sobre a educação sexual, em 12 de maio de 1909 (ata 79). Na ocasião, eles discutiram um material recém-lançado

que orientava os pais a este respeito e o qual não foi visto com bons olhos pelos vienenses, se destacando as considerações de Maximilian Steiner (1874 – 1942), um médico especialista em doenças venéreas e da pele cujo nome é pouco conhecido na história da psicanálise:

Em relação à educação sexual, somente os pais devem ser levados em consideração e sua tarefa principal consiste em evitar as mentiras desnecessárias. Se é realmente necessário proporcionar informações às crianças, isso não deve ser feito de maneira forçada, mas sempre de forma adequada à capacidade de compreensão da criança. Considerando as ideias distorcidas que muitos adultos têm sobre o coito, mesmo depois de ter tido relações sexuais, perdemos as esperanças de dar às crianças um conhecimento certo do processo, de maneira que não lhe cause nenhum prejuízo (NUNBERG; FEDERN, 1980, p. 213, tradução nossa).

A resposta de Steiner é complementada pela afirmação de Graf – o pai do pequeno Hans – de que se deve ensinar as crianças a perguntar. Mas se, como constata Steiner, os próprios adultos parecem ter ideias distorcidas sobre a sexualidade, seria possível ensiná-los a responder? Como podemos ver, Freud (1907) insistia na necessidade de que as explicações dadas pelos mais velhos fossem verdadeiras, o que já em 1907 partia da constatação de que muitas vezes os adultos costumam esconder das crianças as respostas sobre a sexualidade, comportamento que ele atribuíra ao temor de despertá-la precocemente.

Essa problemática poderia ser resolvida com o esclarecimento da população sobre a sexualidade infantil, não fosse o fato de que, como constata Kupfer (2005, p. 47), nesse momento Freud já formulava outra pergunta nas entrelinhas: “por que os pais ignoram a sexualidade infantil se eles próprios já foram crianças um dia?”. A resposta se daria a partir de duas constatações. A primeira, de que a sexualidade infantil seria recalcada, o que tornaria necessário não somente esclarecer os pais e educadores, mas fazê-los lembrar daquilo que por algum motivo foi esquecido. A segunda partiria da formulação das teorias sexuais infantis (FREUD, 1908b), que seriam tomadas como parte do desenvolvimento psíquico, de maneira que a educação progressiva e sistemática sobre a sexualidade não seria possível sem que se esbarrasse mais uma vez nas problemáticas inconscientes.

“Resta, contudo, uma ética da verdade, um convite aos educadores para jamais esconder, caso isso lhes seja possível, isto é, caso sua própria ‘posição inconsciente’ não os impeça, a verdade sobre a sexualidade” (KUPFER, 2005, p. 50). No entanto, quando os primeiros psicanalistas discutem a questão da educação sexual essa formulação ainda parece demasiado distante e, embora Graf, Adler e Rank já em 1907 tenham apontado para a impossibilidade de se realizar um esclarecimento completo e sistematizado das dúvidas infantis, na primeira década do século XX parecia bastar transferir a resolução dessa problemática para o âmbito escolar, na

ilusão de que este seria um lugar mais simples para dar cabo a esta tarefa necessária, mas tão difícil.

Dito isso, resta-nos perguntar: afinal, no que estariam pensando os primeiros psicanalistas quando defendiam uma educação sexual para as crianças? A necessidade de tratar da sexualidade como algo digno de conhecimento e anterior à puberdade poderia ser uma resposta suficiente para essa questão, mas como podemos acompanhar na discussão realizada em 18 de dezembro de 1907 (*ata 34*) o esclarecimento sexual das crianças tem para os psicanalistas uma importância a mais. Debatendo as articulações entre a educação e os traumas infantis pela primeira vez – ao menos no material registrado – os vienenses colocam uma questão que perpassaria todos os debates sobre o assunto, que ocorreriam até 1913: o aspecto profilático da educação sexual.

Ocorresse na escola ou em casa, sob responsabilidade dos educadores ou dos pais, o mais importante para os primeiros psicanalistas parecia ser a ideia de que a educação sexual era uma maneira de prevenir o adoecimento psíquico, registro sob o qual eles situavam, mesmo que sem consenso, o trauma, a neurose e a homossexualidade. Fundamentalmente, o esclarecimento sexual era considerado como uma medida de prevenção das enfermidades neuróticas, conforme sintetiza Federn (NUNBERG; FEDERN, 1978¹⁰², p. 354-355, tradução nossa) na reunião de 15 de dezembro de 1909 (*ata 90*):

O nosso julgamento na educação é necessariamente distorcido pelo fato de que estamos lidando com o adoecimento. Hoje, não temos respostas para uma série de perguntas detalhadas e podemos apenas supor que, em circunstâncias normais, a educação se contentará em ser exclusivamente uma educação sexual. A questão que se coloca é a seguinte: como proteger a criança ainda não estabilizada de suas próprias pulsões, em especial das pulsões parciais?

“A prevenção é essencial na educação em geral, bem como na educação sexual. Também seria interessante ver como os casos de imoralidade se desenvolvem” completa Hitschmann (NUNBERG; FEDERN, 1978, p. 356, tradução nossa), para quem o caráter profilático da educação sexual era um assunto de extrema importância. Essa pontuação seria feita por ele nas diversas ocasiões em que o tema era discutido, entre as quais podemos mencionar as reuniões de 12 de maio de 1909 (*ata 79*) e de 7 de maio de 1913 (*ata 200*).

A partir dessas considerações, podemos ver que a educação sexual passou a ser vista por alguns analistas como um campo importante para prevenir o adoecimento e a patologia,

¹⁰² Referência ao segundo volume das *Atas da Sociedade Psicanalítica de Viena* publicado em francês, sob direção de J. B. Pontalis. Editora Gallimard, Paris, 1978.

abarcando tudo o que fosse assim definido. Situada em um lugar transitório entre o crime, a doença e uma orientação do desejo, a depender de quem a estivesse a pensando, a homossexualidade não ficou de fora deste debate, como podemos acompanhar na reunião de 10 de novembro de 1909 (*ata 86*), quando Sadger apresentou o caso de um homossexual por ele analisado, intitulado “*Um caso de perversão polimorfa*”.

Médico austríaco formado em Viena, Isidor Sadger (1867 – 1942) integrou a Sociedade Psicológica das Quartas-Feiras em 1906 e foi um dos primeiros analistas praticantes. “Verdadeiro grafômano, especialista em patografias dos escritores, obcecado pela homossexualidade, pela perversão, pelo fetichismo e pela hereditariedade” (ROUDINESCO; PLON, 1998, p. 681) Sadger foi entre os vienenses o autor que mais discutiu a questão da homossexualidade (masculina), tendo atendido diversos casos que perpassavam esta temática e elaborado algumas das teses psicanalíticas mais conhecidas sobre o assunto. Adepto fanático do freudismo e muitas vezes excessivamente interpretativo, Sadger ficou conhecido também por seus posicionamentos misóginos e conservadores. Foi analista de Hermine Hug-Hellmuth e contribuiu ativamente com a psicanálise até a sua morte, em 1942.

Em “*Um caso de perversão polimorfa*”, Sadger discute a breve análise de um barão sueco de mais ou menos trinta anos de idade, encaminhado aos seus cuidados após se apaixonar por um *garçon de café*. Embora não se limite às causas educativas, ele aponta como as faltas na educação sexual teriam um peso muito grande no desenvolvimento das neuroses e das perversões, lançando a hipótese de que a educação dos meninos, quando realizada exclusivamente por mulheres, teria um papel importante na gênese da homossexualidade.

No debate que segue a apresentação, Adler considera que a educação defeituosa não permite que a criança distinga entre o pai ou a mãe, o que somado ao interesse pelo órgão sexual masculino (no caso dos meninos) seria condição para o aparecimento da homossexualidade. Federn, por sua vez, atenua o aspecto categórico da proposição de Sadger, colocando a educação sexual como apenas uma das condições do adoecimento psíquico. Freud, por fim, pontua ser “lamentável que uma educação tão liberal quanto a desfrutada pelo paciente não tenha tido melhores resultados” (NUNBERG; FEDERN, 1978, p. 306, tradução nossa) e concorda com a teoria sobre a gênese da homossexualidade elucidada por Sadger¹⁰³.

Enquanto a tese de que a educação por mulheres se relacionaria com a homossexualidade masculina alcançou uma imensa repercussão entre os primeiros psicanalistas nos anos seguintes – assunto que discutiremos no sexto capítulo – o aspecto preventivo da

¹⁰³ A teoria sadgeriana sobre a gênese da homossexualidade será discutida no capítulo 6.1.

educação sexual permaneceu sendo o ponto mais importante deste tema para eles. Contudo, a adesão a essas pautas se registrava somente no campo das neuroses e ia de encontro com as reformas na educação defendidas pelas ativistas lésbico-feministas.

Apresentadas principalmente por Anna Rueling¹⁰⁴, essas propostas consideravam fundamental que a lesbianidade e a homossexualidade fossem discutidas nas escolas, de maneira a prevenir a heterossexualidade compulsória durante a puberdade. A essa ideia, somava-se a reivindicação pela coeducação que eliminaria a separação dos sexos, o que no entendimento da autora permitiria que os jovens tivessem liberdade para escolher com quem se relacionar, se queriam se casar, sua ocupação e suas aptidões. Do ponto de vista dos psicanalistas, essas reformas não eram consideráveis, como Hitschmann enfatiza ao afirmar que é difícil fazer com que as crianças compreendam tudo, mencionando as perversões como exemplo (*ata 30*), e Freud (*ata 114*) reitera, ao criticar as experiências de coeducação estado-unidenses, mencionando a opinião de Stanley Hall¹⁰⁵ de que nessas condições “as meninas a se desenvolvem mais rápido que os meninos, se sentem superiores a eles em tudo e perdem o respeito pelo sexo masculino” (NUNBERG; FEDERN, 1974, p. 14, tradução nossa).

Anos mais tarde, quando já afastado da Sociedade Psicanalítica Viena, Stekel (1934) – que assistiu as reuniões previamente mencionadas – tomaria uma posição ainda mais problemática, quando publicou o livro “*A educação dos pais*”. Visando garantir a reorganização das questões morais e sustentando a hipótese de que a neurose dos ascendentes poderia ser transmitida para os descendentes não apenas de forma hereditária, mas também pela via educacional, o autor objetiva por meio deste trabalho buscar as origens do adoecimento psíquico dos sujeitos na vida sexual de seus pais, estabelecendo as influências desse aspecto sobre a constituição das crianças.

A questão homossexual é discutida em um capítulo denominado “*Os erros da educação que levam à homossexualidade*”, onde Stekel parte de uma visão patologizante para discutir como uma falsa educação poderia resultar em configurações não heterossexuais do desejo. A arguição sustenta a ideia de que um ambiente prejudicial criaria a lesbianidade ou a homossexualidade e, em contrapartida, que medidas educativas adequadas as evitariam, permitindo a sublimação das pulsões. Inúmeros são os aspectos problemáticos desse texto, entre os quais podemos destacar a indicação de que a educação seria uma ferramenta preventiva da lesbianidade e da homossexualidade, o que não apenas situa essas orientações sexuais no nível

¹⁰⁴ Esse assunto foi discutido no capítulo 2.5.

¹⁰⁵ Stanley Hall (1844 – 1924) foi um psicólogo estado-unidense, adepto do darwinismo e da pedagogia evolucionista e pioneiro na introdução da psicanálise nos Estados Unidos.

da patologia, mas responsabiliza os pais, os educadores e de maneira mais ampla a sociedade por reprimi-la, ou ao menos evitá-la.

Retomando o debate dos primeiros psicanalistas, resta-nos ressaltar que estes foram registrados pela última vez em 1913, na reunião de 7 de maio de 1913 (*ata 200*) (NUNBERG; FEDERN, 1983¹⁰⁶). Como vimos, a tarefa de educar se tornaria delicada, conforme a psicanálise se deparou com as problemáticas inconscientes do recalque e das teorias sexuais infantis. “A Psicanálise não serve como fundamento para uma pedagogia; não pode servir como princípio organizador de um sistema ou de uma metodologia educacional”, conclui Kupfer (2005, p. 59), o que obviamente não significa que esta não possa contribuir com a educação, encontro que será sempre um desafio.

Das discussões sobre a educação sexual, restam alguns convites: às crianças, que perguntem o que e quantas vezes for necessário; aos adultos, que transmitam a verdade sempre e enquanto possível; aos educadores, que compreendam a importância da primeira infância, etapa fundamental da constituição do sujeito; e, por fim, à sociedade, que reconheça a educação como um campo político de disputas onde visões de mundo são disseminadas, podendo estas apontar para uma ética do desejo e da subversão dos padrões ou para a reprodução de perspectivas hegemônicas e da lógica dominante e normativa.

5.3. Os limites para uma reforma sexual

Retomemos agora a questão da reforma sexual, tema de interesse dos primeiros psicanalistas que, como vimos, argumentavam sobre as influências danosa da moral sobre os sujeitos e, assim como os militantes berlinenses, eram favoráveis a uma maior liberdade dos costumes. “A melhor maneira de neutralizar os traumas sexuais seria empreender uma reforma social que garantisse *certa* liberdade sexual” (CHECCHIA; TORRES; HOFFMANN, 2015, p. 400, grifo nosso), afirma Freud na discussão sobre a educação sexual ocorrida em 18 de dezembro de 1907 (*ata 34*). Mas, o que seria *certa* liberdade sexual? Como esta poderia ser garantida? Situando-nos no início do século XX, exploraremos agora as pautas reformistas defendidas pelos primeiros psicanalistas, definindo quais costumes era considerados por eles como adoeceadores e as soluções encontradas para essa problemática, que diz respeito às dimensões política e social.

¹⁰⁶ Referência ao quarto volume das “*Atas da Sociedade Psicanalítica de Viena*” publicado em francês, sob direção de J. B. Pontalis. Editora Gallimard, Paris, 1978.

Conforme observamos no capítulo 3, em seu próprio surgimento a psicanálise já aparece enlaçada com a problemática da moral. Ao afirmar que as tendências perversas e homossexuais subjazem no inconsciente de todos os seres humanos, Freud (1905, 1908) demonstra que estas não são tão aberrantes quando a religião cristã e alguns segmentos da sexologia as consideravam até então. Considerando que a repressão excessiva pode ter efeitos negativos na vida psíquica do indivíduo, os psicanalistas aderiam à crítica aos efeitos de uma moralidade excessivamente restritiva, encorajando o debate dos movimentos progressistas previamente citados.

Somado a isso, a consideração de que a pulsão sexual objetivava, para além da reprodução, a obtenção de prazer, contradiz os preceitos da dupla moralidade burguesa no final do século XIX, que embora praticasse livremente sua sexualidade no ambiente privado, admitia somente o casamento heterossexual monogâmico e pregava a abstinência e a castidade (SANTOS; CECCARELLI, 2010). Se, como vimos, no âmbito teórico o freudismo tinha ressalvas aos excessos da moral “cultural”, resta-nos questionar se os primeiros psicanalistas vislumbravam maneiras de operacionalizar mudanças nesse campo, ou seja, de viabilizar uma reforma sexual.

Três discussões realizadas na Sociedade Psicanalítica de Viena nos auxiliarão em nosso propósito. Estas ocorreram respectivamente em 18 de novembro de 1908 (*ata 59*), 16 de dezembro de 1908 (*ata 62*) e 23 de dezembro de 1908 (*ata 63*), poucos meses após a publicação do texto “*A moral sexual “cultural” e o nervosismo moderno*”. A primeira contou com a apresentação de Wittels e as demais do professor convidado Ehrenfels, dois nomes que de partida suscitam questões.

Sobrinho de Isidor Sadger e formado em medicina, Fritz Wittels (1880 – 1950) se juntou ao círculo de psicanalistas vienenses em 1907. Conhecido por sua adesão radical ao freudismo e por suas opiniões polêmicas e misóginas, ele contribuiu com o jornal vienense “*Die Fackel*” (“*A tocha*”) entre os anos de 1907 e 1909 e redigiu neste periódico diversos artigos sobre a legalização do aborto¹⁰⁷, o tratamento das doenças venéreas, a educação sexual e a liberdade no exercício da sexualidade (ROSE, 2019). Bastante interessado nessas temáticas, Wittels publicou “*O infortúnio sexual*” no ano de 1909, livro onde fazia amplas críticas à moral vigente na primeira década do século XX e defendia que os homens deveriam dar livre curso a sua sexualidade. Em 1910, escreveu um romance onde indiretamente tratava de Karl Kraus – fundador da revista previamente citada e seu analisando –, o que teve grandes repercussões. Bastante conhecido na sociedade vienense da virada do século XX, Kraus não poupava

¹⁰⁷ Discutir a legalização do aborto, nesse caso, não remetia à luta pelo direito das mulheres, ponto que retomaremos adiante.

represálias à psicanálise e a criticou assiduamente após a publicação do romance de Wittels, que em decorrência desse episódio se desentendeu com Freud e se demitiu da Sociedade Psicanalítica de Viena. Mesmo tendo rompido com seu mestre, Wittels publicou em 1924 a primeira biografia sobre ele, o que gerou mais uma indisposição entre os dois. Apesar disso, no ano seguinte ele foi readmitido no círculo vienense com o apoio do próprio Freud e, mesmo com eventuais querelas, se manteve no grupo até 1928, quando emigrou para os Estados Unidos, continuando sua carreira na Sociedade Psicanalítica de Nova Iorque (*New York Psychoanalytic Society*, NYPS) até sua morte, em 1950 (ROUDINESCO; PLON, 1998).

O filósofo Christian Von Ehrenfels (1859 – 1932), por sua vez, nunca se juntou oficialmente ao movimento psicanalítico, mas a convite de Freud proferiu duas conferências na Sociedade Psicanalítica de Viena. Professor da Universidade de Praga desde 1896, ele foi um dos fundadores da psicologia da *Gestalt* e publicou em 1907 o livro “*Ética Sexual*” (KISSINGER, 2017). Adepto do darwinismo, Ehrenfels defendia amplamente a poligamia como alternativa à repressão da sexualidade masculina, que ele relacionava com a prevalência da violência doméstica, das doenças venéreas e da prostituição – razões às quais ele atribuía o surgimento do movimento feminista. Assíduo partidário de uma nova moral sexual na civilização europeia, Ehrenfels acreditava na existência de uma “crise da masculinidade” e advogava por uma organização social que eliminaria o casamento monogâmico, proposta ancorada na manutenção da virilidade e na subordinação feminina. Apesar de questionáveis, suas ideias tiveram repercussão nas primeiras décadas do século XX, sendo bastante discutidas nos meios acadêmicos – o que inclui a referência à obra “*Ética Sexual*” na primeira parte de “*A moral sexual “cultural” e o nervosismo moderno*” – e muito criticadas pelas feministas, cujas propostas se diferenciavam radicalmente do que Ehrenfels definia como reforma sexual (DICKINSON, 2002).

Retomemos agora a apresentação de Wittels intitulada “*A perversão sexual*” (ata 59 – 18 de novembro de 1908) (NUNBERG; FEDERN, 1980) onde de partida o autor coloca três questões: o que é a perversão? Seria ela uma enfermidade, tal como definido pela sexologia da época? Se sim, essa é possível de controlar? As perguntas não são simples, mas sigamos a construção argumentativa do autor, que para definir as perversões – grupo no qual ele insere a lesbianidade e a homossexualidade – parte de três descrições distintas.

O primeiro ponto de vista, decorrente da opinião generalizada, definiria as perversões como uma forma de obter prazer, cujos juízos negativos derivariam de uma noção meramente estatística que definiria como *normal* o exercício da sexualidade tido como mais usual e recorrente, ou seja, a relação heterossexual cuja principal finalidade seria a reprodução. No

entanto, o fato da masturbação – considerada como uma perversão na época – ser mais frequente do que o coito coloca essa hipótese em cheque e torna necessário analisar a perversão de outras perspectivas.

O segundo enfoque evocado por Wittels discute a perversão sob o prisma da ética, a partir das considerações dos teólogos e médicos. O argumento religioso, derivado da moral cristã, definia de maneira maniqueísta as práticas sexuais: a relação heterossexual monogâmica, quando ocorrida dentro do casamento, derivaria de Deus, enquanto as demais formas de exercício da sexualidade deveriam ser evitadas, por serem práticas associadas ao Diabo. Na perspectiva médica, todas as atividades sexuais que não fossem o coito seriam contrárias à reprodução, argumento objetado por Wittels, que alega que se este fosse a única questão envolvida na relação sexual bastaria injetar o esperma no útero. Por fim, os naturalistas defenderiam que todas as atividades sexuais que não existem na natureza seriam aberrações e deveriam ser evitadas, perspectiva também questionável, afirma Wittels, na medida que os comportamentos humanos ultrapassam a lógica da natureza.

Constatados esses três pontos de vista, o autor procede para suas próprias considerações e compreende que “o velho tronco reto da sexualidade se ramificou entre os homens para formar uma vasta copa que inclui não apenas as perversões, mas também tudo que se conhece como sublimação da pulsão sexual” (NUNBERG; FEDERN, 1980, p. 58, tradução nossa). Esse argumento se baseia na hipótese de que se há sublimação, haveriam por de trás traços perversos, argumento que se segue da nomeação dos grandes homens que eram também homossexuais, como é o caso de Leonardo da Vinci e Michelangelo.

De acordo com Wittels, não haveria uma medida capaz de estabelecer quais perversões seriam patológicas ou não, o que avança a conclusão de que “a única razão que permite qualificar uma pessoa como doente é seu sofrimento” (NUNBERG; FEDERN, 1980, p. 59, tradução nossa). Dessa maneira, o autor define a perversão como uma perturbação do metabolismo psíquico, de maneira que a pessoa mentalmente saudável não estaria doente em razão de uma perversão e seriam patológicas apenas as perversões consideradas uma questão por quem as pratica – argumento que considera o sofrimento subjetivo, mas não leva em conta que este pode ser causado pela própria opressão social. Em termos nosográficos, essas poderiam ser subdivididas entre as perversões praticadas individualmente ou de maneira conjunta, sendo o segundo grupo subdividido em perversões praticadas entre pessoas do mesmo sexo ou com pessoas do sexo oposto.

A argumentação até aqui apresentada não era novidade para a teoria psicanalítica em 1908, conforme ressalta Freud durante a discussão, reiterando que os aspectos pontuados por

Wittels não deveriam ser colocados como um enigma, na medida que já haviam sido respondidos nos “*Três ensaios sobre a sexualidade*”. A separação entre a sexualidade e a reprodução, assim como as diferenças entre os comportamentos na natureza e na cultura, já haviam sido elucidados a partir da questão das dinâmicas do prazer e da distinção entre instinto e pulsão, como vimos no capítulo 3.

Apesar dessas considerações, a apresentação de Wittels procede para uma análise da legislação, tema que nos interessa. Adepto da teoria de Kraus, ele era a favor da liberação completa das práticas sexuais – em uma perspectiva exclusivamente masculina –, o que estava em desacordo com a tese psicanalítica segundo a qual a repressão possuía um aspecto regulatório importante para a cultura, se tornando patológica apenas quando ultrapasse este *limiar*. “Nossa moral não tolera a perversidade e todos que praticam formas de perversão proibidas são considerados criminosos. Mas as proibições de que a perversidade é objeto não são sistemáticas” (NUNBERG; FEDERN, 1980, p. 59, tradução nossa), considera o autor, questionando o papel do estado na criminalização das práticas perversas, entre as quais se situava a lesbianidade – condenadas pelo parágrafo 129(b) do Código Penal do Império Austríaco – e a homossexualidade – conforme constava no parágrafo 175 do Código Penal do *Reich*.

Quanto ao aspecto legal, em primeiro lugar cabe questionar se perseguir as perversões serve aos interesses do Estado e, se assim for, se este pode fazê-lo e, especificamente, o que este deve perseguir. Acima de tudo, deve-se considerar que nada que duas pessoas que se amam façam juntas pode ser qualificado como perverso. Tudo que fazem com seus corpos é bom, sejam do mesmo sexo ou de sexos opostos, já que estamos nesse mundo para sermos felizes. De um ponto de vista mais elevado, tudo que fazem os amantes é ético (Nietzsche: todo que se faz por amor está além e do mal). (NUNBERG; FEDERN, 1980, p. 59, tradução nossa).

Partindo dessas afirmações, Wittels questiona a arbitrariedade da legislação que criminalizava algumas perversões, se atentando especialmente à homossexualidade (masculina), cuja proibição não haveria nenhuma razão aparente, na medida que “há homossexuais extremamente felizes; além disso, tanto individualmente quanto em grupo (os Templários)¹⁰⁸, os homossexuais produziram grandes obras” (NUNBERG; FEDERN, p. 61, tradução nossa). Como saída, ele reivindica a suspensão de toda a legislação que proibia práticas da sexualidade, atitude que daria liberdade aos homens.

¹⁰⁸ Ordem militar de cavalaria existente durante a Idade Média, cujos membros foram acusados de práticas homossexuais.

A discussão que segue a apresentação não foi muito acalorada, na medida que grande parte do que foi exposto por Wittels já era lugar comum na psicanálise da época. A dimensão legal da proibição de certas práticas sexuais é comentada por Freud, que tenta justificar o tratamento dado pelo Estado à questão das perversões:

O gozo do amor também é monopólio da sociedade e assim como as penalidades previstas por infringir as leis tributárias são de um rigor desproporcional, estas também o são no caso das perversões, afinal não é possível controlar tudo de uma vez só. O Estado regulamenta a conduta de modo que o gozo do amor fique reservado ao matrimônio; para manter esse estado de coisas, a natureza de encarrega de rodear o coito de certos perigos. Mas se o homem trata de procurar prazer na vida conjugal, por vias perversas, o Estado lhe subtrai parte de suas forças e ninguém estará disposto a lhe conceder essa “isenção impositiva”. (NUNBERG; FEDERN, 1980, p. 63, tradução nossa).

O assunto foi retomado em 16 de dezembro de 1908 (*ata 62*), um mês depois da apresentação acima discutida, quando Ehrenfels compareceu à Sociedade Psicanalítica de Viena e proferiu uma conferência sobre o conteúdo de “*O infortúnio sexual*”, livro escrito por Wittels. Publicado oficialmente no ano seguinte, a obra discutia as problemáticas da sexualidade e da moral e contava com seis capítulos, intitulados: I. A proibição do aborto; II. As doenças venéreas; III. A família; IV. Sobre a criança: o eu infantil, a brutalidade emocional, problemas e preocupações, explorações, educação sexual; V. A mulher masculina, mulheres assassinas, mulheres médicas; VI. A mulher-menina.

Durante a conferência, Ehrenfels analisa a proposta de Wittels e questiona os caminhos para eliminar toda a pressão social (legal e moral) que dificultava ou censurava a atividade sexual, permitindo que esta fosse regida apenas pelo desejo. Como vimos, o psicanalista defendia uma vivência plena da sexualidade por via da *libertinagem*, ou seja, da abstração dos princípios morais, considerada como uma maneira de evitar os danos da repressão sexual, a partir da suspensão de todos os métodos que condenavam a sexualidade – o que incluía a defesa do aborto e da desestigmatização das doenças venéreas (Infecções Sexualmente Transmissíveis, IST) baseado na crença de que o medo da gravidez ou do adoecimento eram aspectos que inibiam a liberdade sexual masculina e não por considerar o primeiro um direito das mulheres e o segundo uma questão de saúde.

Sabemos, do ponto de vista psicanalítico a inviabilidade das propostas apresentadas, pois o pensamento freudiano não se funda na oposição entre o indivíduo e cultura, mas nas relações que estes estabelecem e que são importantes para operacionalizar o recalque, “considerado um processo psíquico universal, na medida em que estaria na origem da

constituição do inconsciente como campo separado do resto do psiquismo” (LAPLANCHE; PONTALIS, 2001, p. 430). Embora não entre nessa questão, pontuada por Freud durante a discussão da conferência, o próprio Wittels (NUNBERG; FEDERN, 1980, p. 84) constata as objeções à sua proposta, afirmando que “esse estado de coisas [por ele proposto] seria insustentável, mesmo que pudesse ser alcançado na realidade, já que em última instância levaria à destruição de toda a sociedade humana”. Apesar da utopia apresentada em seu livro, o autor afirma pleitear somente uma pequena mudança no estado das coisas que, em sua visão, não poderiam permanecer como estavam no início do século XX.

Durante a conferência, Ehrenfels apresenta seu ponto de vista sobre a reforma sexual, que se desdobrou em uma segunda apresentação, ocorrida em 23 de dezembro de 1908 (*ata 63*) e intitulada “*Programa de reforma da procriação*”. Na ocasião, o orador discutiu suas propostas para eliminar a monogamia que serão aqui comentadas sucintamente, na medida que o argumento do autor é bastante datado e nos interessa apenas por tratar de ideias que circulavam na época investigada por nossa pesquisa.

Influenciado pelo darwinismo social, teoria racista que a partir das ideias de Charles Darwin concebia a existência de culturas humanas superiores e legitimava a desigualdade social e o colonialismo, Ehrenfels defendia ideias eugenistas como forma de regulamentar a procriação. Como saída para uma moralidade repressiva, ele argumentava em favor de uma sociedade onde a poligamia fosse permitida aos homens, enquanto as mulheres deveriam formar associações entre si, com a finalidade de proteger sua família e assegurar a realização das tarefas domésticas. Caberia aos homens sustentar financeiramente essas comunidades, conforme seus filhos vivessem nelas.

Não há necessidade de detalhar os inúmeros aspectos questionáveis do pensamento de Ehrenfels, que se fundava em ideias patriarcais, não considerava o desejo feminino, tratava a sexualidade e a reprodução como equivalentes, estimulava a heterossexualidade compulsória, valorizava a virilidade como ideal masculino e ditava regras de comportamento e operacionalização dos corpos das mulheres e homens. A discussão que sucedeu a conferência sinalizava para alguns desses aspectos, embora saibamos que a construção dessas críticas era bastante incipiente na época da qual tratamos.

De maneira geral, os primeiros psicanalistas pontuaram que a proposta de Ehrenfels não era factível e esboçaram algumas críticas a redução das mulheres à meras “máquinas de reprodução” confinadas ao lar. Conhecido pelo humor sagaz e pelo interesse na temática da frigidez feminina, Hitschmann (NUNBERG; FEDERN, 1980, p. 98, tradução nossa)

denominou a proposta como uma “filosofia completamente masculina”, dizendo-se desagradado pelo fato de Ehrenfels “não levar em conta a vontade e o bem-estar das mulheres”.

O próprio Wittels, que na reunião anterior havia sido duramente criticado por afirmar que o trabalho intelectual das mulheres teria uma qualidade inferior ao dos homens¹⁰⁹ – da mesma forma que fizera na conferência de 15 de maio de 1907 (*ata 24*) –, apresenta severas críticas a configuração social defendida pelo conferencista, apontando que as mulheres se oporiam a esta reforma e que a pulsão tem como meta o prazer e não necessariamente a reprodução. Adler, que era bastante influenciado pelo pensamento marxista, acentua de maneira mais radical os aspectos do trabalho por ele considerados como questionáveis:

Cabe assinalar que Ehrenfels parece ignorar o significado de uma visão de mundo “niveladora” [*Weltanschauung nivellistische*]. Não existe uma tendência dominante em direção a um nivelamento geral em um sentido tão amplo: apenas se deseja realizar a transformação das condições preconizadas pela doutrina marxista, não com base em uma ideologia, mas em estreita relação com a realidade material, fixando como objetivo a conquista de direitos iguais para todos. Foi a existência de escravidão sexual em nossa ordem social que deu origem a nossas deliberações. Tal escravidão seria reduzida a proporções toleráveis se a doutrina fosse justa e se pudéssemos restringir o modo de vida capitalista (NUNBERG; FEDERN, 1980, p. 97, tradução nossa).

Freud, por sua vez, aponta para um ponto nodal do pensamento psicanalítico, cuja utopia de Ehrenfels objetivava reformar: a família. Afinal de contas, é da observação das configurações familiares da burguesia europeia que Freud se nutre para compor seu edifício teórico, o que não significa que a ordem familiar descrita nos textos freudianos não pudesse se reinventar, mas que para a teoria psicanalítica a distribuição da libido, baseada em sentimentos homossexuais sublimados, seria transmitida na infância, sendo a família “uma das grandes coletividades humanas da civilização” (ROUDINESCO, 2003, p. 45).

Nesse ponto, a discussão sobre a conferência de Ehrenfels se encerra e embora as propostas reformistas aqui discutidas pareçam utópicas, se não questionáveis, a partir das conferências que discutimos, podemos ver como os primeiros psicanalistas se contrapunham a criminalização da lesbianidade e da homossexualidade, perguntavam-se sobre as reivindicações feministas, avaliavam as exigências morais e pensavam, mesmo que no contexto diminuto do pequeno grupo vienense, em estratégias importantes de contestação da ordem social e da moralidade vigentes no início do século XX.

¹⁰⁹ Wittels tratou deste tema em diversas conferências, que analisaremos no capítulo 7.1.

Esse é o caso, por exemplo, da aceitação das mulheres na Sociedade Psicanalítica de Viena a partir de 1910, local que lhes permitiu debater, estudar, escrever, trabalhar e votar, em uma época em que o acesso feminino às Universidades ainda era diminuto e o voto não era permitido para as mulheres austríacas. Da mesma maneira, se situam as doze sessões que foram dedicadas ao tema da masturbação¹¹⁰, prática tida pelo pensamento médico-psiquiátrico como uma causa importante do adoecimento psíquico e condenada pela moral, sobre a qual os analistas vienenses inúmeras vezes se interrogaram. Contudo, cabe ressaltar que o posicionamento dos primeiros psicanalistas era reformista, posição política que objetivava transformar o campo social por meio de mudança na legislação e nas instituições do Estado e que se diferenciava do pensamento revolucionário, que defendia a necessidade de uma mudança no poder político e na organização estrutural da sociedade. Mais do que isso, objetivar a transformação social por meio da revolução era uma posição não muito bem quista por Freud, o que se estendeu a todas as instituições de psicanálise ligadas a Associação Internacional durante o processo de institucionalização da disciplina, como revela o episódio de segregação e esquecimento que envolveu a passagem de Otto Gross¹¹¹ (1877 – 1920) pelo movimento psicanalítico.

Brilhante e inovador em suas ideias, Otto¹¹² nascera em um vilarejo no Sudeste da Áustria e era filho de Adelaide Maria Eleonara Gross e Hans Gustav Adolf Gross, que se tornaria pai da criminologia moderna e seria um importante defensor da teoria da degenerescência. Criança cheia de caprichos e adolescente calmo e estudioso, Otto Gross se formou em medicina no ano de 1899 e trabalhou por seis meses como médico de navios de bordo, desenvolvendo um forte vício em ópio, morfina e cocaína. Nos anos de 1901 e 1902, foi médico assistente em clínicas neurológicas na Áustria e na Alemanha e se dedicou à pesquisa, trabalho que teve que interromper para tratar de sua adição, internando-se voluntariamente no Burghölzli – hospital psiquiátrico da Universidade de Zurique onde conheceu Eugen Bleuler (1857 – 1939) e Jung. Ao fim do tratamento, voltou a se dedicar às suas atividades científicas,

¹¹⁰ Os doze debates sobre a masturbação se encontram registrados nas Atas de número 109, 110, 111, 151, 152, 155, 159, 161, 164, 166, 167, 170.

¹¹¹ Para a construção desta breve biografia, utilizamos como referência o texto “*Otto Gross: um psicanalista anarquista (biografia resumida)*” escrito por Marcelo Checchia (2017). Sobre a vida e obra de Otto Gross, ver também: “*Por uma psicanálise revolucionária*” (CHECCHIA; SOUZA; LIMA, 2017), “*Otto Gross: um caso de segregação e esquecimento na história da psicanálise*” (CHECCHIA, 2018) e “*O patriarcado entre Sigmund Freud e Otto Gross*” (CHECCHIA, 2020).

¹¹² Para a construção desta breve biografia, utilizamos como referência o texto “*Otto Gross: um psicanalista anarquista (biografia resumida)*” escrito por Marcelo Checchia (2017). Sobre a vida e obra de Otto Gross, ver também: “*Por uma psicanálise revolucionária*” (CHECCHIA; SOUZA; LIMA, 2017), “*Otto Gross: um caso de segregação e esquecimento na história da psicanálise*” (CHECCHIA, 2018) e “*O patriarcado entre Sigmund Freud e Otto Gross*” (CHECCHIA, 2020).

ainda situadas na área da anatomia e da fisiologia. Em 1903, se casou com Frida Emilie Marie Sofie Schloffer¹¹³, ao lado de quem descobriu o anarquismo, o comunismo, o amor livre e a libertação sexual, ao visitar uma comunidade localizada em Ascona, na Suíça, no ano de 1905. Nesse meio tempo, Gross conheceu também Freud e se aprofundara na psicanálise, passando por uma profunda transformação em seu pensamento, na medida em que encontrara nessa disciplina “uma excelente fundamentação para a revolução social anarquista” (CHECCHIA, 2017, p. 25), defendendo o fim da repressão das manifestações da sexualidade e da submissão das mulheres ao poder masculino e patriarcal. Em 1906, mudou-se para Munique, passando a integrar os círculos intelectuais do bairro boêmio de Schwabing, e, no ano seguinte, nasceu seu primeiro filho. Nessa época, Gross começou a trabalhar com o psiquiatra alemão Emil Kraepelin (1856 – 1926), publicou o livro “*O fator da ideogenidade freudiano e a sua significação na insanidade mániaco-depressiva de Kraepelin*” – citado por Freud como uma boa referência nas reuniões da Sociedade Psicanalítica de Viena (atas 73 e 170) – e se tornou um importante psicanalista em Munique.

Já na primeira década do século XX Gross tinha um papel relevante para a psicanálise. Defendia Freud nos congressos médicos, publicava textos de divulgação da psicanálise apresentando ao mesmo tempo uma produção original e tinha um número grande de pacientes e seguidores, contribuindo assim para a expansão e internacionalização da psicanálise (CHECCHIA, 2020, p. 244).

Contudo, a situação mudou drasticamente de 1908 para 1909, quando Gross passou a ser considerado um risco para o movimento psicanalítico, conforme analisa Checchia (2018, 2020) em “*Otto Gross: um caso de segregação e esquecimento na história da psicanálise*” e em “*O patriarcado entre Sigmund Freud e Otto Gross*”. Nessa época, Freud já se preocupava com os destinos da disciplina que criara¹¹⁴ e Gross era, ao lado de Jung, um dos possíveis herdeiros de seu legado, a despeito da preocupação que os “escândalos” derivados de seu comportamento prejudicassem a causa psicanalítica. Contudo, quando Gross apresentou, durante o Congresso de Salzburgo (Primeiro Congresso Internacional de Psicanálise), a proposta de que a psicanálise tivesse uma ação revolucionária, Freud afirmou aos presentes que os analistas eram médicos e assim deveriam continuar sendo. Ou seja, as proposições inovadoras e a posição de Otto Gross, que defendia que a psicanálise poderia ajudar na

¹¹³ Frida era amiga íntima das irmãs pioneiras do feminismo alemão Else (1874 – 1973) e Frieda (1879 – 1956) Von Richthofen e de Marianne Weber (1870 – 1954), esposa do sociólogo Max Weber (1864 – 1920) (CHECCHIA, 2017).

¹¹⁴ Ver capítulo 4.

formação intelectual do revolucionário e na revolução sexual¹¹⁵ e matriarcal, devendo ser “estendida à luta social, à luta contra todas as instituições que disseminam e enraízam o patriarcado na cultura” (CHECCHIA, 2020, p. 241), não eram bem vistas aos olhos de Freud que, nessa época, preocupava-se mais com a política interna da psicanálise e considerava que os analistas deveriam permanecer médicos e que – conforme ele defendera ao final de “*A moral sexual ‘cultura’ e o nervosismo moderno*” (FREUD, 1908, p. 389) – “certamente não cabe a um médico apresentar-se com propostas de reforma”.

O fato é que, “evidentemente, Freud foi um cientista revolucionário e sua obra, que não escamoteia as questões políticas, permanece revolucionária, mas ele se posicionava contra essa forma específica de engajamento político da psicanálise” (CHECCHIA, 2018, p. 2), de maneira que discutir reformas na moral e nos costumes parecia plausível desde que no segredo da Berggasse 19 e somente na medida em que os primeiros psicanalistas não fossem protagonistas dos movimentos de transformação social, mantivessem uma espécie de “distância segura” dessas causas – como se evidencia na relação com Magnus Hirschfeld e o Comitê Científico Humanitário – e evitassem associar a psicanálise a uma mudança estrutural e revolucionária na sociedade. Justamente por isso, o anarquista Otto Gross se tornava um transtorno aos olhos de Freud e, quando em 1908 ele foi novamente internado no Burghölzli, a situação se desenrolou tragicamente culminando em uma exclusão e, posteriormente, no esquecimento desse importante psicanalista¹¹⁶.

¹¹⁵ Gross (1913, 1920) também tematiza questões importantes sobre o tema da homossexualidade nos textos “*Observações para uma nova ética*” e “*Três ensaios sobre o conflito interno*”, escritos respectivamente em 1913 e 1920. Estes artigos, que muito nos interessam, oferecem um importante contraponto ao que era discutido na Sociedade Psicanalítica de Viena, se configurando como um tema de grande interesse para futuras pesquisas.

¹¹⁶ Em 1908, pouco antes da internação de Gross no Burghölzli, Hans Gross procurara Freud e, preocupado com o comportamento excêntrico e liberal de Otto, solicitou que ele o atendesse, o diagnosticasse e o internasse, dando ao pai a tutela do filho que, aos seus olhos, era um “degenerado”. Em maio de 1908, ao encaminhar Gross para o hospital em que Jung trabalhava, Freud solicitou que se procedesse uma desintoxicação até outubro, quando ele lhe atenderia. Jung, por sua vez, descumpriu o combinado e começou uma espécie de análise-mútua com Gross, mas, em um momento em que tentava lidar com sua paixão extraconjugal por Sabina Spielrein, não aguentou ficar muito tempo por perto desse psicanalista defensor do amor livre. Em meio a esse imbróglio, Gross tentou entrar em contato com Freud solicitando a indicação de um novo hospital, mas, antes disso, acabou por fugir da internação. Para se justificar, Jung mudou o diagnóstico inicial de neurose obsessiva para demência precoce, situação sobre a qual Freud acabou por colocar panos quentes. Gross passou a viver como foragido, ainda praticando e escrevendo sobre psicanálise. Em 1913, seu pai obteve sua tutela e ele foi compulsoriamente internado em um hospital austríaco, o que preconizou um movimento por sua liberação em diversos países europeus, sobre o qual as associações psicanalíticas se calaram. Ao ser solto, Gross foi submetido a um último tratamento com Stekel – na época já dissidente da Sociedade Psicanalítica de Viena –, enquanto Freud permaneceu em silêncio, mesmo que acompanhasse sua obra de longe. Marginalizado, ele permaneceu escrevendo, produzindo e se envolvendo em projetos até 1920, quando morreu de uma pneumonia, provavelmente relacionada à uma crise de abstinência. O nome de Otto Gross foi, por sua vez, apagado de diversas publicações psicanalíticas, entre as quais o relatório do Congresso de Salzburgo (CHECCHIA, 2017, 2018, 2020).

Em resumo, retomando o tema da reforma sexual, podemos ver com o exemplo de Otto Gross como os arrojados e utópicos primeiros psicanalistas não deixaram de pensar sobre a sociedade em que viveram, mas a proposta de transformação social e dos costumes que ativamente defendiam ou, ao menos, que as normativas empregadas pela institucionalização da psicanálise lhes permitiam abertamente levantar a bandeira, visavam uma reforma social que se situava muito aquém da transgressão e da inovação do próprio pensamento psicanalítico. Nas palavras de Freud (1930, p. 82-83), é lícito esperar que pouco a pouco introduziremos mudanças na sociedade que melhor satisfaçam nossas necessidades, “mas talvez nos familiarizemos igualmente com a ideia de que há dificuldades inerentes à cultura, que não cederão a tentativas de reforma”. Talvez seja essa a ‘*certa liberdade*’ que os primeiros psicanalistas podiam almejar questionando a civilização, *certa* não apenas porque na primeira década do século XX o caminho das mudanças sociais e das conquistas de direitos era longo, mas também porque no seio da própria psicanálise em vias de institucionalização, essa se tornaria uma rota cada vez mais sinuosa e cerceada por limites.

5.4. **O personagem homossexual dos psicanalistas**

Para que possamos prosseguir com nosso tema, algumas perguntas parecem se impor. Até aqui, analisamos como a questão da lesbianidade e da homossexualidade circulava na Sociedade Psicanalítica de Viena sob um prisma social, que abarcava os trabalhos com os ativistas de Berlim aliados à Magnus Hirschfeld, assim como as discussões sobre a educação e a reforma sexual. Contudo, se agora rumamos da dimensão coletiva para a singular, onde abarcaremos as teorias etiológicas e a prática clínica, uma pausa interpela nosso caminho. Já sabemos que o tema da homossexualidade (masculina) se fazia presente nas discussões registradas nas “*Atas da Sociedade Psicanalítica de Viena*” e estudamos a criação de um *personagem homossexual* pela ótica da psiquiatria. Mas, afinal, por que a homossexualidade era considerada um assunto de interesse da psicanálise nascente? Como os primeiros psicanalistas compreendiam os homossexuais? E, por fim, podemos falar em um *personagem homossexual* do ponto de vista dos primeiros psicanalistas?

Como vimos no capítulo 3, a homossexualidade – então denominada inversão – se inseriu entre os temas de interesse da psicanálise nos “*Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*”, em um momento em que Freud (1905) apresentava suas próprias concepções sobre a pulsão sexual, segundo a qual essa surge na infância, não se dirige a um objeto pré-determinado biologicamente e possui modalidades variáveis de satisfação, ligadas ao

funcionamento das zonas erógenas e, portanto, não limitadas aos genitais (LAPLANCHE; PONTALIS, 2001). Sem oferecer nenhuma explicação aceitável para o problema da escolha do objeto, determinada pela história da libido que no início da vida do sujeito poderia se destinar para qualquer um dos genitores, a hipótese de que a homossexualidade teria relação com a natureza bissexual de todos os seres humanos é lançada, tornando necessário que nos detenhamos mais atentamente ao que a teoria freudiana definia como bissexualidade originária, concepção que também determinava a noção de *traços homossexuais*, que era bastante presente nos discursos dos primeiros psicanalistas.

A bissexualidade, conceito que ao lado da libido e da pulsão figura em um lugar importante da doutrina psicanalítica sobre a sexualidade, já era um termo que circulava no campo da sexologia – tanto do ponto de vista do desejo que poderia se orientar para pessoas de ambos os sexos, quanto relacionado as concepções de feminino e masculino, noção misturada à androginia e ao hermafroditismo – quando Freud, sob influência de Fliess, elaborou uma acepção própria para esta noção. Enquanto Fliess considerava a bissexualidade sob o prisma biológico, cabe a Freud a ideia de uma bissexualidade psicológica, definida por Jorge (2008, p. 35) como a “oposição entre a heterossexualidade e a homossexualidade, presente para cada sujeito em sua escolha de objeto” que implica que a distribuição da libido se dá entre ambos os sexos de forma manifesta ou latente, sendo o mais comum que uma das duas orientações libidinais se sobreponha, mantendo a outra recalcada.

Essa noção, que percorre toda a obra freudiana desde a “*Interpretação dos sonhos*” (FREUD, 1900) até o “*Compêndio de Psicanálise*” (FREUD, 1938), é considerada pelo próprio Freud como um ponto nodal da explicação sobre a homossexualidade fornecida nos “*Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*” – mesmo que nenhuma conclusão seja avançada na primeira versão do texto –, como ele explicitara à Fliess na carta de 23 de julho de 1904 (MASSON, 1986, p. 465):

No momento, estou concluindo os “Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade”, onde evito o tópico da bissexualidade tanto quanto possível. Há dois pontos em que não posso fazê-lo: na explicação da inversão sexual — nesse ponto, vou até onde permite a literatura (Krafft-Ebing e predecessores, Kiernan, Chevalier e os outros) — e ao mencionar a corrente homossexual nos neuróticos.

Na passagem do texto colocada em questão na correspondência, Freud (1905, p. 29 – 30) ressalta que a existência de sujeitos cujas características sexuais dificultariam a determinação anatômica do sexo – o que nessa época era denominado hermafroditismo – era

um fenômeno que poderia facilitar a compreensão dos processos que ocorrem no desenvolvimento de todos os seres-humanos. “Um certo grau de hermafroditismo anatômico faz parte da norma”, assinala o autor, reiterando que a ideia de uma predisposição bissexual transpassa a anatomia e, simultaneamente, não resolve a problemática da homossexualidade, na medida em que não haveria uma correspondência direta entre essa e os sinais psíquicos e somáticos do hermafroditismo e, de forma correlata, “as características secundárias e terciárias de um sexo aparecem frequentemente no outro, produzindo insinuações de androginia, sem que o objeto sexual se apresente modificado como pede a inversão”.

Avançando no texto, vemos se desenhar a ideia de que a bissexualidade seria fundamental para “podermos chegar à compreensão das manifestações sexuais que realmente se observam no homem e na mulher” (FREUD, 1905, p. 140), tornando importante que explicitemos o que Freud compreendia por masculinidade e feminilidade. Uma longa nota de rodapé, acrescentada em 1915, nos permite nos aproximar dos conceitos de masculino e feminino na perspectiva freudiana, sendo estes definidos em três níveis distintos:

- I) O primeiro nível, considerado o mais relevante para a psicanálise, remete as propriedades da pulsão, cuja meta pode se realizar de modo ativo ou passivo, noções correlatas à masculinidade e a feminilidade, respectivamente.
- II) O segundo nível é delimitado a partir da biologia, de modo que a presença de óvulos (vagina) ou espermatozoides (pênis) marca a diferença anatômica entre os sexos.
- III) O último nível é o sociológico que partiria da observação do papel desempenhado por homens e mulheres na sociedade.

No entanto, embora a ideia de uma predisposição bissexual implique que provavelmente uma das duas orientações libidinais será recalcada, sabemos que o conteúdo que sucumbe ao recalque persevera no inconsciente, de maneira que Freud (1905, p. 139) assinala que

no caso do ser humano, nem no sentido psicológico nem no biológico se acha uma pura masculinidade ou feminilidade. Cada pessoa apresenta, isto sim, uma mescla da característica biológica de seu sexo com traços biológicos do outro sexo, e uma combinação de atividade e passividade, tanto na medida em que esses traços de caráter psíquicos dependam dos biológicos como em que sejam independentes.

Ou seja, em todos os seres humanos, os traços da disposição sexual recalcada se manifestam, tanto no nível da atividade-passividade, como nas demais características do

sujeito. Mais do que isso, Freud (1905b) sustenta a hipótese de que os conteúdos associados à disposição bissexual teriam um papel fundamental na formação dos sintomas neuróticos, hipótese comentada de forma breve no posfácio da “*Análise Fragmentária de uma histeria (“O caso Dora”)*” (FREUD, 1905b) e retomada em “*As fantasias histéricas e sua relação com a bissexualidade*” (FREUD, 1908c).

O objetivo do último texto é discutir a relação entre a fantasia e as formações sintomáticas na histeria, de maneira que Freud (1908c, p. 346 – 347) apresenta nove fórmulas que descreveriam a natureza dos sintomas histéricos. Entre os múltiplos aspectos que os sobredeterminam, o autor enfatiza que em alguns casos “a solução do sintoma requer duas fantasias sexuais, uma delas de caráter masculino, a outra, feminino, de modo que uma dessas fantasias se origina de um impulso homossexual”. Fundamentalmente, a hipótese aqui sustentada é que além da fórmula universal do sintoma – aqui entendida como a formação de compromisso entre a libido e a repressão –, em alguns casos esse pode corresponder também à união de duas fantasias libidinais de caráter oposto, sendo expressão simultaneamente de fantasias inconscientes femininas e masculinas. Freud (1908c, p. 347) reitera também que em outros casos “os sintomas da heterossexualidade e da homossexualidade podem ser claramente diferenciados”, enfatizando a significação bissexual dos sintomas histéricos.

Retomando a discussão sobre o par masculino-feminino, faz-se necessário apontar um problema nessas formulações. Embora a discussão psicanalítica sobre a masculinidade e a feminilidade se sustente fundamentalmente pela distinção entre atividade e passividade, o limite entre os três níveis de definição desse par (psicanalítico, biológico e social) não é claramente estabelecido ou descrito. Contudo, Freud atenuava o papel das características anatômicas nesse quadro, argumentando que essas não seriam determinantes para a operação do recalque. Em outras palavras, pertencer ao sexo masculino não significa *a priori* que as moções pulsionais femininas serão recalcadas e vice-versa.

Essa ideia estaria presente na concepção de Fliess. No entendimento de Freud, a conceituação de bissexualidade do autor sexualizava o recalque, determinando a primazia da constituição biológica bissexual sobre esse mecanismo, cuja força motora seria a anatomia (JORGE, 2008). Isso não impede, no entanto, a alusão a essa ideia na obra freudiana como podemos ver ao final de “*Uma recordação de infância de Leonardo da Vinci*”, quando Freud (1910, p. 217) remete indiretamente a relação entre bilateralidade e bissexualidade na qual acreditava Fliess, afirmando que “a pesquisa biológica moderna tende a explicar os traços principais da constituição orgânica de um indivíduo pela mistura de predisposições masculinas

e femininas, com base em substâncias [químicas]; a beleza física de Leonardo e seu canhotismo poderiam dar algum apoio a essa abordagem”.

As diversas ressalvas em torno da questão da bissexualidade, principalmente na conciliação com o aspecto biológico dessa problemática, levam Laplanche e Pontalis (2001) a afirmar que Freud não definiu sua posição sobre essa questão ao longo de sua obra. As inúmeras oscilações parecem derivar da dificuldade do autor de se descolar totalmente da biologia, como ressalta sua afirmação no “*Compêndio de psicanálise*”: “o fato biológico da dualidade do sexo surge à nossa frente como um grande enigma”, enfatiza Freud (1938, p. 247), alegando que “nenhum indivíduo se limita aos modos de reação de um único sexo, mas sempre deixa algum espaço para aqueles do sexo oposto”.

Embora a bissexualidade fosse tomada como um aspecto importante na definição da homossexualidade nos “*Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*”, essa noção aparece desmontada no “*Manuscrito de 1931*”, quando Freud (1931b) acentua que a predominância da masculinidade nas mulheres ou da feminilidade nos homens não determina o direcionamento da libido durante a escolha objetal, que aparece atreladas às experiências infantis, em um momento em que as hipóteses do narcisismo e do complexo de Édipo já haviam integrado a rede conceitual da psicanálise. Dessa maneira, o autor ressalta que todos os indivíduos são bissexuais, sendo compostos por elementos de feminilidade e masculinidade, aqui assimilados novamente a passividade (ser amado, se submeter aos outros, sofrer uma dor infligida) e a atividade (amar, ter poder sobre os outros, subjugar o mundo externo e alterá-lo de acordo com o desejo), reiterando que a biologia não define qual das tendências psicológicas será recalcada.

“Um indivíduo muito masculino, mesmo preservando toda a sua masculinidade, pode se tornar homossexual, não trocando, para tanto, o seu caráter sexual, mas somente o do seu objeto”, afirma Freud (1931b, p. 43 – 45), enfatizando que “nas pessoas, tomadas individualmente, encontram-se realizadas, em uma proporção relativa, todas as possíveis gradações”. Isso significaria que tendências femininas e masculinas poderiam ser observadas em todos os sujeitos humanos, sendo passíveis de ser encontradas nas mais diversas combinações.

Observa-se, no entanto, que essa problemática não é inteiramente resolvida ao final da obra freudiana, de maneira que as definições de feminilidade e masculinidade – desenvolvidas a partir da predisposição bissexual – não são apresentadas com clareza do ponto de vista psicanalítico, biológico ou social. Se em 1938 – época da qual datam os últimos textos de Freud – essas noções não estavam elaboradas com clareza, podemos inferir que elas se apresentavam em um estado rudimentar na época coberta pelos registros das “*Atas da*

Sociedade Psicanalítica de Viena”. Dessa maneira, a ideia das tendências masculinas e femininas era empregada das mais diversas formas pelos primeiros psicanalistas, não estando necessariamente atreladas ao par ativo-passivo e sofrendo influências importantes da cultura. Ao lado dessas noções circulava também a ideia da existência de *tendências* e *traços homossexuais*, entendidos como manifestações do feminino nos homens ou do masculino nas mulheres, aspecto que contribuiu para a criação de um imaginário psicanalítico sobre o *homossexual*, ideia difusa, definida de múltiplas formas e composta por diversas camadas.

Nos dedicaremos agora a compreender essas articulações, discutindo em um primeiro momento as formulações sobre os traços e tendências homossexuais, para então avançarmos nossa compreensão do que os primeiros psicanalistas observavam sobre as mulheres lésbicas e os homens homossexuais, entendimento que transpassava a ideia de uma orientação do desejo, abarcando definições sobre toda a personalidade desses sujeitos. A partir dos registros dos encontros dos primeiros psicanalistas, podemos observar como a ideia freudiana da bissexualidade originária – em sua formulação de 1905 – e a hipótese de que a homossexualidade recalcada seria um aspecto fundamental na formação das neuroses foram abraçadas pelos vienenses, que tomaram essas teorizações como pontos capitais em seu trabalho interpretativo.

Seguindo à risca a formulação freudiana de que “a disposição bissexual que supomos nos seres humanos pode ser vista com particular clareza nos psiconeuróticos, mediante a psicanálise” (FREUD, 1908c, p. 348), os primeiros psicanalistas mencionavam com frequência essa ideia ao longo das conferências e debates que ocorriam na Sociedade Psicanalítica de Viena – articulada às menções à *raiz homossexual* das neuroses, ao componente homossexual da pulsão e às tendências homossexuais. Antes que prossigamos nossa discussão, consideramos necessário trazer ao leitor alguns exemplos de como essas noções eram empregadas, conteúdo que dividimos em dois grupos, utilizando como critério o contexto dessas menções.

Um primeiro grupo é formado pelas *patografias*, análise psíquica de grandes personalidades a partir de suas produções artística e intelectuais. Bastante comum entre os primeiros psicanalistas, esse gênero costumava discutir a interface autor e obra e objetivava responder como a identidade dos artistas poderia influenciar ou transparecer em suas criações¹¹⁷. Nessas ocasiões, as menções às tendências homossexuais eram bastante frequentes, como pode ser observado na reunião de 14 de outubro de 1908 (*ata 54b*), quando Stekel proferiu

¹¹⁷ O gênero aqui apresentado se aproxima mais do procedimento utilizado por Freud (1910) em “Uma recordação de infância de Leonardo da Vinci”, do que a interpretação empreendia pelo autor em “O Moisés de Michelangelo” (FREUD, 1914c).

uma conferência sobre as relações entre a neurose do poeta e dramaturgo austríaco Franz Grillparzer (1791 – 1872) e a sua obra “*O sonho de uma vida: fantasia dramática em quatro atos*”:

Grillparzer é vítima de uma luta constante entre o amor sexual e a aversão e se vê influenciado por suas poderosas correntes: a homossexual e a heterossexual. Seu primeiro amor foi uma prima, Marie Rizi: Mirza [personagem apaixonada pelo protagonista da obra] é uma contração desse nome. O componente homossexual de Grillparzer se expressa em sua relação com Altmütter, a quem chamava de “querido Karl” (NUNBERG; FEDERN, 1980, p. 15, tradução nossa).

Acentuar as tendências homossexuais no comportamento de Grillparzer é um dos aspectos importantes da análise de Stekel, embora as notas de rodapé escritas por Nunberg enfatizem que os dados biográficos mencionados pelo autor são deturpados. De forma geral, as inclinações especulativas eram comuns durante as reuniões que tematizavam pessoas conhecidas no meio acadêmico ou artístico, de maneira que a metodologia de trabalho com esses casos muitas vezes se misturava com informações fornecidas por conhecidos ou suposições.

Esse é o caso, por exemplo, das conferências de primeiro de abril e 28 de outubro de 1908 (atas 45 e 56), quando foram discutidas as obras “*Genealogia da moral*” e “*Ecce homo*”, escritas por Friedrich Nietzsche (1844 – 1900), respectivamente nos anos de 1887 e 1888. Em ambas as discussões, sua obra filosófica foi utilizada como caminho para entender a personalidade do autor, debate em meio ao qual Freud e Federn conjecturaram como Nietzsche teria contraído sífilis – doença considerada a causa do grave estado mental em que ele entrou em 1889. A especulação, cuja fonte seriam informações fornecidas por terceiros, recai na orientação sexual do filósofo, assunto considerado de menor relevância somente por Adler, que ressalta que “suas tendências homossexuais e sua relação com o pai não tem nenhuma importância, já que são coisas completamente normais: é apenas uma questão de grau” (NUNBERG; FEDERN, 1980, p. 38, tradução nossa).

Um outro exemplo, onde a investigação sobre a bissexualidade parece mais clara, é a conferência de A. Deutsch – médico e fisioterapeuta, bastante próximo de Federn – sobre Walter Calé (1881 – 1904), um estudante de Berlim que destruiu muitas de suas obras por considerá-las sem importância e que se tornou conhecido pela publicação póstuma de seus poemas, fragmentos, diários e novelas. No rastro do suicídio do jovem, os primeiros analistas dedicam a sessão de 8 de maio de 1907 (ata 23) para discutir o assunto, hipotetizando sobre o que poderia ter precipitado esse ato.

Na ocasião, A. Deutsch apresenta uma pequena interpretação sobre o desenvolvimento sexual de Calé:

O amor desse menino precoce e carente se dirigia provavelmente à mãe e depois de transferiu para a irmã; é questionável, mas não improvável, que o ato incestuoso tenha se concretizado. O conflito proveniente dessa tendência não pôde se resolver; ele não encontrou refúgio no amor de outra mulher, tampouco encontro a salvação no amor homossexual: assim, cometeu suicídio (CHECCHIA; TORRES; HOFFMANN, p. 293 – 294).

Seguindo a mesma linha de raciocínio, Rank conclui que o suicídio poderia ser compreendido como o fracasso pela busca do objeto sexual. Tanto as tendências homossexuais que remontariam ao seu pai, quanto as heterossexuais, dirigidas à sua mãe e irmã, teriam sido vias que não o permitiram escapar do dilema do incesto, impedindo que a libido encontrasse outros objetos de satisfação. Apesar do conflito ser situado nessa direção, as considerações sobre esse caso não são consideradas conclusivas.

Fato é que os sinais da disposição bissexual em artistas, poetas e intelectuais eram um tema recorrente nas patografias, de forma que os primeiros psicanalistas buscavam traços e marcas dessa tendência nas obras, comportamentos ou mesmo em informações pessoais desses sujeitos. Embora a distinção entre homossexualidade – enquanto orientação do investimento da libido – e componentes homossexuais da pulsão já estivesse posta teoricamente, a ênfase das patografias nesse aspecto não era desprovida de sentido.

A ideia de que muitas dessas pessoas seriam homossexuais era tema na literatura, como vimos com Havelock Ellis¹¹⁸ e Magnus Hirschfeld¹¹⁹, autores que davam ênfase aos “grandes homens” para quem a homossexualidade teria sido, além de uma orientação do desejo, também uma inspiração. O mesmo argumento é retomado pelo próprio Freud nos “*Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*”¹²⁰, o que parece ser um dos motivos que justificava o fato da disposição bissexual e da homossexualidade – manifesta ou latente – serem aspectos reiteradamente retomados quando a personalidade dos artistas, poetas e intelectuais era investigada.

As considerações de Wittels durante a reunião de 5 de maio de 1909 parecem confirmar essa hipótese:

Se na atualidade os analistas escrevem patografias, deveriam fazê-lo do ponto de vista científico. Acima de tudo, e aplicando meios indutivos, devem ser estabelecidos certos princípios gerais da patografia. Teríamos que fazer uma lista das coisas que são comuns a todos os poetas, a fim de poupar o trabalho de repetir continuamente fatos que já são conhecidos faz tempo (por exemplo, hábitos femininos ou certas perversões, como a homossexualidade que,

¹¹⁸ Esse assunto é discutido no capítulo 2.3.

¹¹⁹ Tema investigado no capítulo 2.4.

¹²⁰ Ver capítulo 3.1.

considerando as descobertas de Freud, não nos surpreende encontra-la nos poetas). Inclusive, poderíamos dizer que as perversões que o poeta não pratica deve encontrar expressão em seus escritos (NUNBERG; FEDERN, 1980, p. 206, tradução nossa).

Por ora, deixaremos esse assunto de lado para que possamos investigar o segundo contexto em que a bissexualidade era mencionada nas reuniões dos primeiros analistas: as *discussões de caso*. Quando os analistas apresentavam e discutiam os casos que atendiam, a disposição bissexual dos sintomas neuróticos era um assunto costumeiramente retomado, o que incluía uma especial atenção dirigida às tendências homossexuais (femininas e masculinas) das pulsões, como podemos ver nas seguintes vinhetas clínicas.

[Ata 28/2 – 06 de novembro de 1907] Sadger pergunta se a compulsão do paciente no ‘episódio do correio’ não se deve, em primeiro lugar, a tendências homossexuais. No tocante a observação de Stekel de que alguns pacientes insistem em ser hipnotizados, Sadger afirma que esse desejo está estritamente ligado com seu caráter homossexual e masoquista (passivo).

[Rank] A luta entre a tendência ao homem a tendência a mulher se especifica nesse caso como a luta entre o amor pelo pai e pela mãe. Todos esses ‘casos de incesto’ se complicam com o elemento homossexual. As tendências homossexuais (e essas são as únicas em questão) não são apenas atestadas pelas inequívocas indicações do material analítico, mas também pelo tipo de identificações presentes nas fantasias do paciente, do pai com a mulher amada (CHECCHIA; TORRES; HOFFMANN, 2015, p. 346 – 348).

[Ata 94 – 19 de janeiro de 1910 – Adler] Em um dos casos evocados por Stekel a dúvida do paciente se remetia manifestamente à questão de saber se ele devia se comportar como homem ou mulher. Nós podemos sempre remeter a origem da dúvida, ou o que nós encontramos, a essa única base; isso também se aplica às manifestações normais que nós costumamos tratar de forma diferente. Nós bem sabemos que todas as neuroses, e não só a neurose obsessiva, podem ser reduzidas à situação infantil. Assim como podemos seguir o caminho que leva da dúvida à compulsão, podemos seguir o caminho da dúvida para a angústia. Na compulsão, o caráter masculino aparece; na dúvida, o caráter feminino. A oscilação entre dois objetos de amor tem uma significação homossexual; é a oscilação entre o homem e a mulher (NUNBERG; FEDERN, 1978, p. 393, tradução nossa).

[Ata 107 – 11 de maio de 1910 – Sadger] No caso de um jovem homem de 23 anos com tendências homossexuais e uma série de sintomas histéricos, além de uma propensão à inversão, a psicanálise pôde demonstrar com precisão que seus ataques de asma, que remetiam aos primeiros anos de sua infância (o primeiro episódio ocorreu quando ele tinha certa de 5 anos) e que ele atribuiu à causas comuns, foram sem exceção causados pelos fatores sexuais. Esses fatores não remetem unicamente ao presente, mas – conforme é característico dos sintomas histéricos – foram determinados por experiências infantis de natureza sexual. Ele tinha um pai extremamente terno, cujos carinhos eróticos (homossexuais) lhe causavam um prazer intenso, de pois recalcado para o inconsciente, mas que continuou vivo como um desejo imortal; esse prazer se materializou nos ataques de asma, produzidos sempre que o paciente é

estimulado por um objeto sexual do mesmo sexo que ele. Uma segunda fonte infantil (heterossexual) está ligada ao hábito que sua mãe (e avó) tinha de apertá-lo contra ela com um ardor excessivo, durante os momentos de ternura (NUNBERG; FEDERN, 1978, p. 507 – 508, tradução nossa).

[Ata 117 – 02 de novembro de 1910] Tausk reporta o caso – interessante em alguns aspectos – de um jovem cuja escolha profissional deveria ser classificada como uma sublimação de inclinações anticulturais. O homem em questão é um pintor aflito por tendências exibicionistas e homossexuais que tinha medo de expor suas pinturas, apesar de seu trabalho demonstrar talento. Pela análise, ele foi trazido a expor suas pinturas – sublimar as tendências inibitórias de seu exibicionismo e utilizar seus sentimentos homossexuais à serviço da moda feminina (NUNBERG; FEDERN, 1974, p. 47, tradução nossa).

A partir desses casos, podemos constatar que a hipótese da disposição bissexual e suas manifestações na neurose foi acatada pelos primeiros psicanalistas, que concordavam que tendências homossexuais poderiam ser encontradas em todos os neuróticos e se relacionariam com a presença dos dois genitores – considerando o modelo da família burguesa biparental e heterossexual – na vida infantil do sujeito. Um certo consenso existia sobre o papel da homossexualidade na etiologia das neuroses, o qual remontaria ao desenvolvimento da pulsão sexual e avançaria a conclusão de que os sonhos, fantasias e sintomas neuróticos possuiriam componentes homossexuais inconscientes.

As divergências nesse sentido se situavam mais no âmbito da interpretação dos casos e do papel atribuído a essas tendências na análise de cada sujeito, do que propriamente nos aspectos teóricos da proposição freudiana. Entre os primeiros psicanalistas, Alfred Adler foi o único que não aderiu à hipótese da disposição bissexual conforme formulada por Freud, apresentando uma leitura própria sobre essa noção, a partir da ideia de hermafroditismo psíquico. Apresentada aos vienenses na conferência de 23 de janeiro de 1910 (*ata 98*) essa teorização acirrou os desentendimentos entre ele e Freud, que tomaram diversas sessões entre fevereiro de 1910 e outubro de 1911, quando os dois homens romperam definitivamente. A noção de hermafroditismo psíquico embasava a ideia de protesto masculino, que se tornaria um ponto central da psicologia individual, abordagem inaugurada por ele após deixar o movimento psicanalítico.

Fundando sua hipótese exclusivamente na psicologia da civilização, ou seja, na dimensão social, Adler considerava que as significações de feminino e masculino não poderiam ser analisadas a partir da biologia e deveriam ser definidas do ponto de vista dos neuróticos. De acordo com o autor, o feminino seria sempre associado à passividade, sendo julgado como algo que é ruim inferior, enquanto o masculino seria relacionado com a atividade e a assertividade,

sendo qualificado como positivo. Contudo, a ideia de Adler não se baseava em suas próprias concepções subjetivas sobre a feminilidade e a masculinidade, mas na análise que ele fazia das posições que as mulheres e homens ocupavam na sociedade patriarcal. Do ponto de vista dos neuróticos, o conflito surgiria da luta entre o feminino e o masculino. Desde a infância as crianças seriam ensinadas a significar tudo que é inferior como feminino ou não viril, tentando superar esse dilema por via do protesto masculino ou, em outras palavras, pela compensação da inferioridade. O malogro desse processo teria como consequência o adoecimento neurótico.

Retomemos agora a pergunta sobre como os primeiros psicanalistas compreendiam os homossexuais, tendo elucidado as diferenças entre o que era considerado um componente (feminino/masculino) da pulsão e a escolha de objeto orientada para a lesbianidade ou a homossexualidade, distinção bastante cara à Freud, mas não muito bem compreendida pelos primeiros psicanalistas que, por vezes, confundiam ambas as definições. Embora essas noções tenham ganhado uma forma mais assertiva apenas ao final da obra freudiana, durante as reuniões da Sociedade Psicanalítica de Viena, ele já chamava atenção para esse aspecto, como podemos ver em uma conferência proferida por Stekel em 01 de maio de 1912 (*ata 171*).

“Uma definição mais estrita do conceito de homossexualidade teria uma grande vantagem em seu trabalho”, ponderou Freud, considerando que “a diferenciação entre o comportamento do sujeito e o objeto que ele exige não está clara” (NUNBERG; FEDERN, 1983, p. 123, tradução nossa)¹²¹. Essa solicitação é imposta na medida em que assimilação entre a lesbianidade e a homossexualidade e os comportamentos tidos como masculinos ou femininos na sociedade ocidental do início do século XX era bastante comum entre os primeiros psicanalistas. Dessa maneira, comentários sobre as profissões, vestimentas, atitudes e características dos homossexuais eram costumeiramente proferidos e tomadas como uma particularidade de todo esse grupo o que, de certa forma, era considerado um aspecto que definiria a personalidade desses homens e mulheres.

Nesse aspecto, os primeiros psicanalistas pouco se diferenciavam do que era descrito pela sexologia¹²², como pudemos ver nas patografias, que empreendiam rigorosas buscas por *atitudes femininas* ou *sinais* de homossexualidade nas obras dos intelectuais, artistas e poetas. Tomando o âmbito profissional como um campo onde a homossexualidade poderia se manifestar, eles consideravam algumas profissões como “tipicamente homossexuais”

¹²¹ Esta distinção ganharia mais clareza após a publicação do texto “O homoerotismo: nosologia da homossexualidade masculina”, escrito por Ferenczi (1914).

¹²² Ver capítulo 2.2.

(CHECCHIA; TORRES; HOFFFMANN, 2015, p. 187), muitas vezes de forma bastante caricata.

Entre esses exemplos, Sadger cita os enfermeiros (*ata 12*), Freud os professores (*ata 104*) e Stekel os atendentes de casas de banho, os padeiros e os pedagogos (*ata 117*), considerando essas escolhas profissionais como algo típico desses sujeitos, que se justificaria por suas características e seria determinado, sobretudo, por sua sexualidade. No mesmo sentido, Tausk menciona quatro estudantes de medicina lésbicas que ele conhecia, julgando que o objetivo delas com essa profissão seria o de “se manterem informadas sobre assuntos sexuais” (NUNBERG; FEDERN, 1974, p. 54, tradução nossa). Esse comentário se deu em meio a uma discussão intitulada “*Escolha profissional e neurose*”, que ocorreu em 08 de novembro de 1910 (*ata 118*) e, diante da afirmação de Tausk, Hilferding, a única psicanalista até então, intervém e contesta sua argumentação, ponderando sobre a posição das mulheres nas sociedades ocidentais, suas possibilidades de escolha e apontando a problemática de afirmar que as mulheres médicas seriam sempre lésbicas¹²³.

Essa foi a única ocasião em que foram registradas contestações às afirmações universais que os psicanalistas faziam sobre as lésbicas e homossexuais. Comentários sobre as vestimentas desses sujeitos também não deixaram de ser proferidos, como quando Hitschmann (*ata 133*) avalia que os homossexuais teriam o hábito de utilizar gravatas curtas, consideradas por ele como femininas. No mesmo sentido, Federn (*ata 135*) afirmaria que os “verdadeiros homossexuais” usariam espartilhos como peça de roupa.

Embora esses comentários sejam fragmentários, eles sinalizam como a distinção freudiana entre as tendências femininas e masculinas derivadas da disposição bissexual e a lesbianidade ou a homossexualidade como escolha de objeto, não era muito clara entre os primeiros psicanalistas, em razão das limitações do tempo histórico em que se situavam e de seus próprios preconceitos, que muitas vezes lhes impedia de ir além dessas considerações. Nesse sentido, podemos dizer que alguns desdobramentos da hipótese da bissexualidade, por vezes, serviram como ferramenta para amplas e problemáticas especulações sobre essas pessoas, tomando-as como objetos de análise e estudo.

Assumir a não conformidade com os estereótipos de gênero como particularidades da lesbianidade e da homossexualidade acabou por, de certa forma, criar um estereótipo do homossexual para a psicanálise, ou, na definição de Foucault (1976, p. 47), um “personagem”, que remetia aos comportamentos esperados dos homens e mulheres no início do século XX.

¹²³ Retomaremos este assunto no capítulo 7, página 208.

Nesse sentido, as mulheres lésbicas eram assimiladas à masculinidade¹²⁴, assim como os homens homossexuais eram associados à feminilidade – da mesma forma que operava a psiquiatria oitocentista. Para os primeiros psicanalistas, a orientação do desejo transpareceria em toda a personalidade desses sujeitos, determinando as suas obras e produções artísticas, as suas escolhas, os seus hábitos, as suas vestimentas, ou seja, tudo que eram ou faziam. Dessa maneira, a lesbianidade e a homossexualidade não se limitariam exclusivamente à escolha do objeto, o que acabou por contribuir para que as lésbicas e homossexuais fossem, por vezes, tomados como portadores de uma “natureza específica” (FOUCAULT, 1976, p. 48)¹²⁵ também do ponto de vista psicanalítico. Não é de surpreender, então, que fosse possível para os primeiros psicanalistas investigar uma particularidade constitutiva desse grupo de pessoas, o que deu margem para as diversas teorias etiológicas – e muitas vezes patologizantes – sobre a lesbianidade e a homossexualidade, as quais vamos agora explorar

¹²⁴ As assimilações da lesbianidade à masculinidade tiveram desdobramentos teóricos para a psicanálise, tema que retomaremos no capítulo 7.2.

¹²⁵ Para mais detalhes ver capítulo 2.2.

6. AS TEORIAS ETIOLÓGICAS SOBRE A HOMOSSEXUALIDADE

Here are practicing psychoanalysts among us who completed a training analysts without mentioning their homosexuality to their analyst. Those who are willing to speak out openly will do so only if they have little to lose. They will not be listened to. As psychiatrists who are homosexual, we must look carefully at the power which lies in our hands to define the health of others around us. In particular, we should have clearly in our minds our own particular understanding of what it is to be a healthy homosexual in a world which sees that application as an impossible anachronism — one cannot be healthy and homosexual, they would say.

Dr. H. Anonymous (John Fryer), 125º Congresso da APA, Dallas, 1972.

Em nosso segundo capítulo, vimos que a psicanálise freudiana havia recém-chegado a um primeiro momento de maturidade, quando o grupo de analistas vienenses começou a se reunir, permitindo que entre os anos de 1902 e 1907 a teoria psicanalítica aumentasse seu número de praticantes, alcançasse territórios jamais imaginados por seu criador e ocupasse espaços de escuta clínica que extrapolavam as paredes do consultório particular. Isso significa que muitas novas problemáticas despertadas pela singularidade dos casos clínicos se impuseram aos psicanalistas, somando-se às questões metapsicológicas deixadas em aberto na literatura freudiana— cenário que incluía o tema da escolha de objeto e como desdobramento, as perguntas sobre a lesbianidade e a homossexualidade. Da mesma maneira que pudemos observar na obra de Freud¹²⁶, os registros das “*Atas da Sociedade Psicanalítica de Viena*” são atravessados por diversas tentativas de encontrar um ou alguns mecanismos gerais que explicassem a escolha de objeto homossexual, a qual era atrelada a todos os demais traços de personalidade desses sujeitos. De forma geral, esses debates amparavam-se em casos clínicos e ocorreram anteriormente à discussão dos mesmos temas na obra de Freud, explicitando os caminhos de criação de suas teorias mais conhecidas, as influências que estas ideias sofreram e seus pontos de fragilidade.

Para facilitar a exposição das hipóteses sobre a gênese da homossexualidade (masculina), as dividiremos em três modelos explicativos – teoria materno-infantil, teoria paterno-infantil e complexo de Édipo –, buscando enfatizar os pontos de transição entre cada um deles, embora essa delimitação tenha um aspecto esquemático, na medida em que as teses aqui apresentadas se atravessam e complementam. Nos dedicaremos principalmente ao trabalho de Isidor Sadger (1867 – 1942), autor que se destaca entre os primeiros psicanalistas como pioneiro nos estudos sobre a homossexualidade e precursor das teses mais importantes a este

¹²⁶ Ver capítulo 3.

respeito presentes na literatura freudiana e que, ao longo das Atas, teceu contribuições que serviram de fundamento para as discussões teóricas e clínicas sobre esse tema.

6.1. Isidor Sadger e as origens da teoria materno-infantil

“As análises de três homossexuais declarados, passíveis de punição na esfera penal, revelaram a existência de uma relação muito precoce com a mulher, que mais tarde foi reprimida” (CHECCHIA; TORRES; HOFFMANN, 2015, p. 352), afirmou Freud em 6 de novembro de 1907 (*ata 28/2*), indicando que a hipótese de que a gênese da homossexualidade estaria ligada à relação da criança com a figura materna surgiu muito cedo na Sociedade Psicanalítica de Viena. Entre os psicanalistas vienenses, foi Isidor Sadger (1867 – 1942) quem mais se dedicou a essa teoria, sendo suas principais teses sobre o assunto apresentadas nos textos: “*Fragmentos da análise de um homossexual*” (SADGER, 1908)¹²⁷, “*A homossexualidade é curável?*” (1908)¹²⁸ e “*Sobre a etiologia do sentimento sexual contrário*” (SADGER, 1909).

Integrante da Sociedade Psicanalítica de Viena desde 1906, Sadger¹²⁹ pesquisou diversas questões relativas à sexualidade, atendendo muitos pacientes homossexuais e propondo algumas das hipóteses sobre o tema mais discutidas entre os psicanalistas, as quais foram incluídas e referenciadas nos textos de Freud e recorrentemente retomadas pelos vienenses, durante todo o período coberto pelas Atas. Conforme narra em ““*Fragmentos da análise de um homossexual*”, o interesse de Sadger (1908) pelo tema da homossexualidade teria sido despertado por seu trabalho clínico com o método freudiano de análise da histeria e da neurose obsessiva. Constatando a dificuldade de eliminar e curar os sintomas histéricos e obsessivos a partir da elucidação de sua gênese heterossexual, por sugestão do próprio Freud, ele teria passado a explorar os desejos e fantasias homossexuais inconscientes desses pacientes, descoberta que teria se revelado fundamental para a eliminação dos sintomas. Sadger que, até então, conhecia homossexuais apenas da literatura médico-psiquiátrica e lhes subestimava em

¹²⁷ Agradecemos à Caio Padovan, professor e pesquisador da *Université Paul-Valéry Montpellier*, pela disponibilidade de enviar os textos de Isidor Sadger (1908, 1909).

¹²⁸ Este artigo foi publicado com o título “*Ist die konträre Sexualempfindung heilbar?*” (1908) na revista “*Zeitschrift für sexualwissenschaft*” (volume 1, número 12, p. 712-720), disponível para consulta em formato impresso na Biblioteca Nacional da França e na Biblioteca Interuniversitária de Saúde, ligada à Universidade de Paris. Infelizmente, não pudemos acessar esse texto. Para discutir o conteúdo desse trabalho, mesmo que de forma parcial, utilizaremos da resenha publicada por Havelock Ellis (1909). Agradecemos à Caio Padovan, professor e pesquisador da *Université Paul-Valéry Montpellier*, pela disponibilidade de enviar esse material.

¹²⁹ Uma breve biografia de Isidor Sadger (1867-1942) pode ser 5.2, página 148.

número, passou a explorar não apenas as raízes homossexuais dos sintomas neuróticos, como a própria homossexualidade enquanto modalidade de escolha de objeto, recebendo lésbicas e homossexuais em seu consultório e iniciando uma importante contribuição teórico-clínica¹³⁰, resumida em três conferências (*atas 85, 86 e 92*) ocorridas na Sociedade Psicanalítica de Viena entre 3 de novembro de 1909 e 5 de janeiro de 1910 e intituladas “*Um caso de perversão polimorfa*”¹³¹.

A apresentação, que rendeu uma longa discussão, partiu do caso clínico de um barão sueco de trinta e dois anos de idade que se apaixonara por um *garçon de café*. Descendente de uma família com muitos traços de degeneração, o paciente descrevia sua mãe como uma mulher orgulhosa de sua origem aristocrática, intolerante e pouco inteligente, que tinha lhe considerado seu filho favorito até os seus quinze anos de idade, quando uma frieza acometeu a relação entre eles, precipitada pelo ódio que o jovem sentia pela figura materna, pois ela vigiava seu comportamento masturbatório. Seu pai, por sua vez, sofreria de depressão melancólica e estados de ausência e teria sido um homem muito admirado pelo paciente em sua infância, mas de quem ele se afastara na idade adulta, em razão de divergências políticas e por se sentir muito criticado e comparado. Uma babá, que quando ele tinha seis ou sete anos de idade manipulava seus genitais, também teria sido uma figura bastante importante na vida do paciente, assim como um tio arqueólogo, que lhe influenciara a seguir a mesma profissão. No que diz respeito à sua vida amorosa, o barão mantivera algumas relações com mulheres, principalmente prostitutas, gostava de garotas mais novas do que ele, amava rapazes heterossexuais de 17-18 anos que tinham um olhar brilhante e “feminino” e costumava se interessar também, embora um pouco menos, por homens de 25-30 anos com uma natureza sexual vigorosa e uma forte predileção por mulheres.

Fundamentalmente, a interpretação do caso se centra na intensa relação que o paciente tivera com sua mãe durante a infância e no seu interesse pelo olhar de jovens rapazes, elementos considerados de primeira importância para a análise do “fenômeno que está em primeiro plano, o da homossexualidade” (NUNBERG; FEDERN, 1978, p. 287, tradução nossa). Para que possamos compreender essas considerações, faz-se necessário que retomemos alguns elementos elucidados por Sadger em dois textos fundamentais para a compreensão da hipótese aqui estudada.

¹³⁰ As formulações sadgerianas sobre a prática psicanalítica com pacientes lésbicas e homossexuais serão desenvolvidas no capítulo 8.

¹³¹ As conferências “*Um caso de perversão polimorfa*” foram discutidas sob o viés da educação sexual no capítulo 5.2, página 148.

No artigo “*Questões neuropsiquiátricas à luz da psicanálise*”¹³² de 1908, Sadger faz a primeira menção ao termo narcisismo na literatura psicanalítica, cunhando-o a partir de dois casos clínicos. Como argumenta Padovan (2017), esse conceito – que remete ao mito grego de Narciso – se originou na literatura médico-psiquiátrica¹³³, tendo sido posteriormente apropriado pela psicanálise, a partir dos trabalhos de Havelock Ellis e Paul Näcke¹³⁴. Em 1908, Sadger entenderia o narcisismo como o amor dirigido pelo indivíduo a si mesmo, que seria a reprodução do amor dado à criança pela mãe. Segundo a descrição sadgeriana (*ata 144*), o sujeito reuniria “o papel de ambas as pessoas [aquele que o acaricia e aquele que é acariciado] em seu próprio corpo” (NUNBERG; FEDERN, 1974, p. 271, tradução nossa), formulação que, por sua vez, repousaria na noção de identificação. Embora não fosse um conceito novo na literatura psicanalítica, Sadger se referiria à identificação de uma maneira diferente do que Freud (1900) fizera até então, postulando-a como um acontecimento fundamental da vida infantil de todos os sujeitos. Dessa maneira, as fantasias homossexuais que marcariam a escolha objetual narcísica repousariam na identificação da criança com sua mãe, ou seja, no narcisismo “o indivíduo é tomado por si mesmo como objeto, tendo o amor materno como modelo de investimento” (PADOVAN, 2017, p. 640).

Como podemos ver, cabe a Sadger a primeira associação entre a homossexualidade e a relação da criança com a figura materna¹³⁵, discussão que seria aprofundada por ele no artigo “*Sobre a etiologia do sentimento sexual contrário*” (SADGER, 1909). Ressaltando que a etiologia de um quadro psicopatológico nunca é única, o autor retoma a natureza bissexual de todos os seres humanos para explicar em detalhes a relação entre o sujeito que se constitui homossexual e as figuras femininas – em particular a mãe ou uma irmã –, tema avançado a partir do caso clínico um jovem de 21 anos de idade, encaminhado para análise em razão de suas tendências homossexuais e dos seus desejos masoquistas. Durante os seis meses de tratamento, Sadger se dedicou à elucidar as inclinações amorosas do paciente, avançando a hipótese de que ele – que inicialmente teria atribuído sua homossexualidade ao contato quase exclusivo com meninos durante sua infância e juventude e afirmara ter se sentido atraído por

¹³² Este texto de Sadger, acessível somente em alemão, é discutido por Padovan (2017) no artigo “*As origens médico-psiquiátricas do conceito psicanalítico de narcisismo*”.

¹³³ A primeira referência psiquiátrica ao narcisismo é atribuída ao psicólogo francês Alfred Binet (1857 – 1911) em 1888. Dez anos mais tarde, Havelock Ellis descreveria este conceito como uma exacerbação do autoerotismo. Paul Näcke, por sua vez, introduziria o termo em alemão acentuando sua característica patológica. Na primeira década do século XX a noção de narcisismo passaria a constar também na “*Psychopathia sexualis*”, integrando a catalogação psiquiátrica de Krafft-Ebing (GUIMARÃES; ENDO, 2014).

¹³⁴ Paul Näcke (1851 – 1913) foi um psiquiatra e criminologista. Em 1899, ele escreveu o ensaio “*Estudo crítico do problema da sexualidade normal e patológica*”, empregando o termo narcisismo para tratar de uma forma patológica do exercício da sexualidade, na qual o sujeito amaria a si mesmo.

¹³⁵ Esta teoria seria introduzida na obra de Freud em 1910, como elucidamos no capítulo 3, página 112.

uma mulher apenas uma vez durante a primeira infância – teria tido uma ampla variedade de homens e mulheres em sua vida, entre as quais destacava-se sua mãe, enquanto primeira figura de amor. Após a puberdade, o jovem teria se tornado interessado em rapazes entre 14 e 20 anos que não possuísem barba – cujo modelo teriam sido dois primos cerca de dez anos mais velhos e um barão por quem se apaixonara durante a infância –, evento que teria sido precipitado por um progressivo afastamento da figura materna. Entre os 3 e os 6 anos, ela o teria rejeitado por ele ter se tornado agressivo, evento que coincidiu com a gravidez de sua irmã mais nova. Impressionado com o estômago “grande e desfigurado” (SADGER, 1909, p. 55, tradução nossa) de sua mãe e enfurecido por vê-la receber uma filha do seu rival viril (o pai), o menino teria se aproximado da figura paterna, com quem ficou sozinho na época do parto, tendo dormido em sua cama. Esse episódio teria se reatualizado aos 15 anos de idade, quando devido a uma hidropisia, o formato do corpo materno teria se modificado, como ocorrera na gravidez, o que mobilizou a decepção infantil do garoto, lhe conferindo um efeito duradouro, cuja consequência foi o afastamento de todas as mulheres e a escolha por homens como objeto de amor, como outrora encontrara com o pai, os primos e o barão.

A partir da premissa da bissexualidade originária e da mistura entre traços femininos e masculinos nos ascendentes – aqui interpretados como a ternura excessiva do pai e o hábito da mãe de ocasionalmente usar roupas do marido –, o autor compreende que as experiências com objetos sexuais femininos seriam fundamentais para a criação de um ideal homossexual, de forma que, segundo Sadger (1909, p. 55, tradução nossa), por trás do desejo homossexual

não estão apenas os homens, como era quase que universalmente assumido até agora, mas também as mulheres, especialmente com características e comportamentos masculinos, para os quais o seguinte é o mais adequado: mãe e irmã. Essa constatação, apoiada por todas as análises posteriores e que o professor Freud também pôde confirmar com sua experiência, esclarece: não é o homem que o homossexual ama e provoca, mas o homem e a mulher juntos de uma forma. Somente porque a heterossexualidade é mais tarde reprimida, surge a aparência de pura inversão. [...] Se alguém realizar análises de pessoas aparentemente invertidas, com bastante regularidade, aparecerá por trás do homem amado mulheres amadas – como no caso de um pergaminho que, após a remoção da camada superior, o *script* original se destaca claramente.

As noções de narcisismo e bissexualidade, em articulação com a teoria materno-infantil sobre a homossexualidade, foram retomadas e desenvolvidas nas reuniões da Sociedade Psicanalítica de Viena previamente mencionadas. No caso clínico do barão sueco, o desejo despertado pela jovialidade dos homens por quem ele se apaixonava e o qual era dirigido ao genital desses rapazes, pôde ser remetido por via da análise à babá que manipulava os seus

genitais durante a infância e com quem o menino viria a se identificar pois, segundo Sadger, “como homossexual, ele se identifica à sua mãe [ou a figura que a substitui] enquanto mulher que procura a satisfação do seu amante” (NUNBERG; FEDERN, 1978, p. 299, tradução nossa). Dito isso, o autor prossegue para uma observação geral sobre a homossexualidade:

A homossexualidade aparece com mais força, em regra geral, na época da puberdade, o mais cedo no décimo ou décimo primeiro ano de vida. Seu surgimento pressupõe um evento importante suscetível de eliminar a mãe. Este evento pode tomar diversas formas: em Kleist¹³⁶, foi a morte de sua mãe; em um outro caso, uma doença que desfigurou a mãe; em um terceiro caso, uma catástrofe financeira que levou a uma retirada [temporária] do amor materno. Neste caso em questão, é o comportamento inapropriado da mãe em relação à masturbação. [...] Para quem se voltaram os indivíduos em questão após a eliminação da mãe? Isto depende muito das circunstâncias exteriores. Em regra geral, eles se voltam para os camaradas um pouco mais velhos, por quem eles podem ser esclarecidos e introduzidos aos mistérios da sexualidade; ou bem, eles se voltam para um menino um pouco mais jovem, que eles podem esclarecer e com quem podem desempenhar o papel da mãe. É raro que eles se voltem para o pai ou para um homem de certa idade (NUNBERG; FEDERN, 1978, p. 301, tradução nossa).

Em sua teorização, Sadger avança a hipótese de que a homossexualidade se despertaria na puberdade, estando relacionada a um afastamento do menino de sua mãe que precederia sua identificação com ela, levando-o a se voltar para garotos mais novos com quem desempenharia o papel que outrora a figura materna desempenhara com ele ou para rapazes um pouco mais velhos, que lhe esclareceriam sobre a sexualidade. Nesse ponto, Sadger retoma a hipótese do narcisismo e do autoerotismo, afirmando que “um papel importante do autoerotismo sob forma de narcisismo” (NUNBERG; FEDERN, 1978, p. 301, tradução nossa) seria observável nesses casos, onde é possível reconhecer nos objetos de desejo, tanto traços das pessoas amadas, quanto traços do próprio sujeito. A homossexualidade seria, de acordo com a hipótese sadgeriana, um dos desfechos da identificação do menino com a mãe, que surgiria após o recalçamento do amor da criança pela figura materna. “A busca da mãe em satisfazer o seu amante, busca que tomaria o próprio sujeito como objeto, constituiria então uma fantasia narcísica.”, resume Padovan (2017, p. 642), “desta forma, as escolhas de objeto homossexuais feitas futuramente por estes sujeitos poderiam ser explicadas com base nesta fantasia, seja na busca de objetos do mesmo sexo que apresentem traços da mãe sedutora, seja na busca por objetos do mesmo sexo capazes de representar o próprio sujeito como objeto de amor da mãe”.

¹³⁶ Referência à discussão realizada em 05 de maio de 1909 (ata 78) em que Sadger apresentou a patografia do poeta, dramaturgo e romancista alemão Heinrich von Kleist (1777 – 1811) que era supostamente homossexual. A conferência de Sadger não foi registrada nas atas por ter sido publicada no mesmo ano. Ver: “*Henrich von Kleist: eine pathographisch-psychologische Studie*”, Bergmann, Wiesbaden, 1909.

A apresentação da hipótese de Sadger na Sociedade Psicanalítica de Viena foi seguida por uma discussão calorosa. Adler pontuou não ser possível esclarecer por que o menino recusaria todas as mulheres. Eitingon argumentou que o narcisismo não pode ser considerado como uma atividade sexual autoerótica, afirmação da qual Federn discordou, por considerar que um autoerotismo intenso pode ser um dos motivos que causariam a homossexualidade. Ele, por sua vez, questionou a tese sadgeriana por considerar que, no caso em questão, não estaria claro porquê o desapego da figura materna teria tanta importância pois “a defesa contra o incesto não pode ser a causa da homossexualidade em um homem em que o desejo de incesto permaneceu atual” (NUNBERG; FEDERN, 1978, p. 305, tradução nossa). Essa não foi a primeira ocasião em que Federn criticou o modelo materno-infantil elaborado por Sadger. Na reunião de 5 de maio de 1909 (*ata 78*) que se centrou na patografia do poeta, dramaturgo e romancista alemão Henrich von Kleist (1777-1811), Federn já problematizara a relação entre a homossexualidade e o apego à figura materna, tecendo duras críticas a esta hipótese e considerando que, por mais que poderia haver algo de verdadeiro nela, este não seria um aspecto decisivo e muito menos o único fator presente na gênese da homossexualidade.

Freud, por sua vez, concordou em grande parte com a exposição de Sadger, ponderando que “a ideia de que [o processo pelo qual] torna-se homossexual coincide com o recalçamento da mãe é justa, [e que] isso acontece através da identificação com a mãe” (NUNBERG; FEDERN, 1978, p. 306, tradução nossa). Em 26 de maio de 1909 (*ata 81*), ocasião em que foi discutido o ensaio “*Um tipo especial de escolha de objeto feita pelo homem (Contribuições à psicologia do amor)*” (FREUD, 1910b) Freud já se reportara à tese sadgeriana afirmando que:

Um menino que até a entrada na puberdade havia se sentido fortemente apegado à mãe e não tinha amigos, de pronto sentiu ódio e ciúmes de outros meninos porque a mãe amada, certa vez, havia elogiado outro jovem em sua presença. Na puberdade, a mãe é recalcada no inconsciente, recalque que tem lugar por intermédio de sua identificação com ela: dali ele também se sente atraído pelos meninos. Se, no processo final produzido na consciência, uma parte é recalcada no inconsciente, então também tem lugar uma troca em outra parte [também] consciente; ao mesmo tempo também reprime seu ciúmes dos meninos e o transforma em amor (NUNBERG; FEDERN, 1974, p. 240, tradução nossa).

No que se refere ao narcisismo, Freud considerou a hipótese de Sadger válida, postulando que esse “não é um fenômeno isolado, mas um estágio necessário na passagem do autoerotismo ao amor objetual” (NUNBERG; FEDERN, 1978, p. 307, tradução nossa). Considerando o amor por si mesmo como um momento indispensável do desenvolvimento, o autor pontou que o homem tem dois objetos sexuais primários – a mãe (ou a figura que a

substitui) e o próprio sujeito – e a sua vida posterior dependerá de qual deles o indivíduo permanecerá fixado. Idealmente, seria importante se desprender de ambos os objetos de investimento, o que seria possibilitado pela intervenção paterna.

A tese de Sadger que relacionava homossexualidade, identificação e narcisismo ganhou adesão entre os primeiros psicanalistas. A partir da busca por pessoas do mesmo sexo que possuísem algum traço materno ou que representassem o próprio sujeito enquanto objeto da mãe, o desejo homossexual seria compreendido como um resultado do recalque do amor da criança pela figura materna, com quem ela se identificaria, procurando objetos com quem reproduziria essa relação por vias narcísicas.

Esta hipótese, no entanto, postulou uma nova questão. Sabemos que ao escrever os “*Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*” em 1905, Freud definiu o autoerotismo como uma fase do desenvolvimento da libido anterior ao amor objetal, compreendendo a homossexualidade como uma parada no desenvolvimento da libido que se fixaria em algum ponto mais próximo do autoerotismo. No entanto, a definição de narcisismo enquanto amor por si mesmo, tornou necessário responder como essa noção se articulava ao autoerotismo e, como consequência, a homossexualidade.

Em “*Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia (“O caso Schreber”)*”, Freud (1911) descreveu o narcisismo como um estágio na passagem do autoerotismo ao amor objetal, mas a despeito disso, este termo permaneceu sendo empregado de múltiplas formas entre os primeiros psicanalistas até meados dos anos 1920 (PADOVAN; MÜLLER, 2016). É para este aspecto que Rank chama a atenção na conferência “*Autoerotismo e narcisismo*” (ata 198¹³⁷) proferida por Sadger em 23 de abril de 1913:

Rank lamenta não apenas a ausência de uma explicação do narcisismo, que ainda não é possível fornecer, mas mais ainda a omissão de uma descrição do que nós entendemos por narcisismo. Onde estão os limites do patológico? Onde está a passagem da etiologia geral (segundo Sadger, admiração por parte da mãe) para uma etiologia específica? (NUNBERG; FEDERN, 1983, p. 221, tradução nossa).

¹³⁷ O registro dessa conferência é muito fragmentário, de maneira que não podemos extrair o conteúdo da fala de Sadger resumida no seguinte parágrafo (NUNBERG; FEDERN, 1983, p. 220, tradução nossa): “Baseado em um material clínico detalhado, o orador colocou em evidência o fato que, na formação do narcisismo, a admiração da mãe ou do cuidador tem um papel decisivo; outros fatores também desempenham um papel: um desenvolvimento excessivo do autoerotismo na puberdade, assim como um subdesenvolvimento dos órgãos genitais e das pulsões sexuais, acompanhado de uma preponderância de outros componentes sexuais (homossexualidade)”.

Nessa época, Rank (1911, p. 2) já publicara o ensaio “*Uma contribuição sobre o narcisismo*”, onde discutia as relações entre narcisismo e homossexualidade (feminina)¹³⁸ afirmando que, embora repousassem na fixação infantil na figura materna, essas duas noções se diferenciariam pois “o Narcisismo, que surge de forma clara apenas na puberdade, influencia a escolha de objeto dirigindo-a antes para a própria pessoa, ao passo que a homossexualidade, igualmente manifesta de forma decisiva na puberdade, define o sexo do objeto amoroso a ser escolhido”. O que prevalece, no primeiro caso, é que o objeto sexual fornece ao sujeito uma imagem de si, permitindo que esse o ame tal qual a mãe o amou, enquanto no segundo, predominaria o sexo do objeto de desejo e seus traços que, de maneira geral, se refeririam a uma ou algumas figuras de amor infantil do sujeito. Na reunião de 11 de março de 1914 (*ata* 225), Tausk complementaria esta ideia, afirmando que o que está em jogo na homossexualidade é a dissolução da relação incestuosa com a figura materna, que poderia se dar por duas vias “1) voltar-se para o homem; e 2) repetir constantemente como sintoma o relacionamento que ele [o menino] teve com a mãe, o que de qualquer maneira o coloca em contato consigo mesmo” (NUNBERG; FEDERN, 1983, p. 281, tradução nossa).

No entanto, até que as definições de narcisismo primário e secundário fossem apresentadas na obra de Freud (1914b)¹³⁹, o que permitiu articular a conceituação do narcisismo como uma etapa do desenvolvimento da libido e a hipótese de que este seria também uma modalidade de escolha objetal – a qual se expressaria de maneira dominante na homossexualidade, onde o objeto de desejo teria como modelo o próprio sujeito – as noções de narcisismo, autoerotismo e homossexualidade passaram por múltiplas articulações no seio da Sociedade Psicanalítica de Viena. Ora o autoerotismo era assimilado ao narcisismo e entendido como causa da homossexualidade, tal qual postulava Federn (*ata* 86 – 10 de novembro de 1909), ora a homossexualidade era entendida como uma estadia prolongada no estágio do narcisismo, como definiu Freud em 12 de outubro de 1910 (*ata* 114) e ora o narcisismo era compreendido como um fenômeno normal do desenvolvimento, sendo a etapa de passagem entre o autoerotismo e o amor objetal, que se tornaria patológica apenas em casos de fixação, hipótese avançada por Freud (*atas* 86 e 198 – 10 de novembro de 1909 e 23 de abril de 1913).

No que se refere à teoria sadgeriana sobre a homossexualidade, dois pontos despertaram questões entre os primeiros psicanalistas. Primeiramente, a ideia de que um evento poderia eliminar a figura materna parecia não ser suficiente para explicar por que o sujeito se retiraria

¹³⁸ Retomaremos este assunto no capítulo 7.2, página 218.

¹³⁹ Ver capítulo 3.2, página 114.

do investimento em todas as mulheres, voltando-se aos homens – ponto levantado por Adler. Em segundo lugar, sediar a homossexualidade na relação entre a mãe e a criança tornava necessário explicar o que ocorreria que impediria o pai de intervir nessa dupla, ou mesmo, qual seria seu papel, considerando a natureza bissexual de todos os seres humanos, conforme sinalizado por Sadger (1909).

Estes temas seriam retomados em 1º de dezembro de 1909 (*ata 89*), quando Freud apresentou uma conferência sobre Leonardo da Vinci, cujas ideias seriam formalizadas no ensaio sobre o artista publicado no ano seguinte (FREUD, 1910). De acordo com a interpretação freudiana, a fixação de Leonardo na figura materna teria operado quando ele era ainda muito jovem, de maneira que o recalque desse amor precipitou sua homossexualidade, tal como explicitara Sadger. “O fato de que uma criança cresce entre pessoas de apenas um sexo é, nós sabemos agora, uma das causas que mais contribuem para a formação da homossexualidade” (NUNBERG; FEDERN, 1978, p. 337, tradução nossa), afirma Freud, recuperando esta hipótese que ele já avançara durante a discussão do “*Caso de Perversão Polimorfa*” e que remetia à ideia de que a ausência de um dos genitores culminaria na homossexualidade, a qual estava presente em sua obra desde 1905¹⁴⁰ e que ele já mencionara nas reuniões dos primeiros psicanalistas em 16 de maio de 1907 (*ata 26*).

Ao passar os primeiros cinco anos da vida morando com sua mãe, Leonardo teria vivido com ela um amor breve, porém intenso, o que produziu concomitantemente a identificação e o recalque. Esta operação é interpretada como um mecanismo geral da homossexualidade que figuraria ao lado da hipótese da mulher com pênis – entendimento da homossexualidade como forma de fazer frente à castração, tal qual ele elucidara em 1908¹⁴¹ – e que levaria os meninos a se tornarem femininos como sua mãe, livrando-se dela ao amar jovens garotos da maneira como seu próprio eu fora amado na infância.

A partir dessas considerações, podemos ver que Sadger e Freud levantavam três motivos que precipitariam a eliminação da mãe, cuja consequência poderia ser a identificação com ela: a ocorrência de um evento capaz de eliminá-la, como a morte e a doença; o ciúmes de jovens garotos elogiados pela mãe; e a não intervenção do pai na relação mãe-criança. Com o recalque do amor pela mãe e por intermédio do narcisismo, entendido como o amor pelo próprio sujeito, o garoto procuraria a si mesmo em seus objetos sexuais que, assim como ele, seriam do sexo

¹⁴⁰ Referência à publicação da primeira versão dos “*Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*”, discutida no capítulo 3.1.

¹⁴¹ Ver capítulo 3.2, página 110.

masculino – o que justifica a retirada do investimento em todas as mulheres (NUNBERG; FEDERN, 1978)¹⁴².

No entanto, como o próprio Sadger (1909) reiterou em “*Sobre a etiologia do sentimento sexual contrário*”, todos os seres humanos possuiriam uma disposição bissexual, de forma que, na infância, a libido se distribuiria entre figuras do sexo feminino e masculino – o que inclui à mãe e o pai, mas não se resume a eles – até que, na puberdade, uma dessas orientações fosse recalcada, tornando a outra manifesta na escolha de objeto. Enquanto a não interdição do pai na relação da mãe com a criança era relacionada à ausência paterna durante a primeira infância – pois, se a intervenção cabe geralmente ao genitor do sexo masculino e ele não está, é de se esperar que esta não ocorra e que a criança permaneça fixada na figura materna, identificando-se com ela quando ocorre o recalque da relação incestuosa –, a ausência materna parecia culminar no mesmo desfecho, pois na ausência da mãe, a criança também se identificaria com ela, enquanto objeto de amor perdido. Ou seja, de acordo com a hipótese materno-infantil, por uma rota ou por outra, a ausência de um dos genitores, ou de pessoas de um dos sexos que os substituiriam, culminaria na escolha de objeto homossexual.

Mas, dado o fato de que homossexualidade ocorria em todas as configurações familiares e classes sociais, restava aos psicanalistas responder qual seria o papel do pai na gênese dessa orientação do desejo. No texto sadgeriano de 1909, essas perguntas já teriam sido avançadas e, a partir da hipótese da bissexualidade, supunha-se que o desapontamento com a mãe ou a ocorrência de um evento capaz de eliminá-la – fosse esse a morte, o adoecimento ou a retirada do amor materno – também poderia culminar, na puberdade, no afastamento de todas as mulheres e na retomada de relações infantis com o pai ou outras figuras masculinas, que orientariam a escolha de objeto, mas, o fato é que, constatado que a criança poderia se relacionar com diversos objetos durante a infância, tornava-se cada vez mais plausível que a homossexualidade não poderia ser explicada por apenas um mecanismo, o que levou os primeiros psicanalistas a explorar a relação da criança com a figura paterna – pai ou outros homens – na etiologia da homossexualidade.

¹⁴² A conclusão citada foi apresentada por Freud em 23 de fevereiro de 1910 (*ata 98*).

6.2. A teoria paterno-infantil como contraponto

Através dos trabalhos de catalogação dos psiquiatras oitocentistas¹⁴³, dos casos clínicos e das pesquisas realizadas pelo grupo de Magnus Hirschfeld¹⁴⁴ – cujo objetivo era justamente o de melhor compreender os *estados sexuais intermediários*, esclarecendo seu aspecto inato e sua ocorrência em todas as famílias, territórios e classes sociais –, os primeiros psicanalistas tinham conhecimento de que a homossexualidade existia em todas as configurações familiares, o que os levou a pesquisar o papel do pai na gênese da escolha de objeto homossexual. Sem abandonar a tese materno-infantil sadgeriana, a partir de 1910 os analistas vienenses voltaram sua atenção para o papel do pai (homem) na homossexualidade, abrindo o leque de explicações sobre a etiologia do desejo homossexual.

Vários comentários dispersos ao longo das Atas explicitam o esforço dos primeiros psicanalistas de responder essa questão, que em um primeiro momento focou na intervenção paterna na relação mãe-criança – entendida como fator que impediria a fixação na figura materna e a posterior identificação – e buscou explorar o que ocorreria com o homem (pai), que o impediria de viabilizar a separação entre o menino e a mãe. Em 26 de janeiro de 1910 (*ata* 95), durante uma apresentação de Hitschmann sobre um caso de neurose obsessiva onde o paciente falava com frieza de sua mãe e tinha “tendências homossexuais”, Federn chamou atenção para um aspecto que se tornaria essencial para esta problemática pontuando que:

O que foi dito da frigidez de um dos pais [pai ou mãe] é importante. A proporção da inclinação homo e heterossexual no ser humano depende certamente, constituição a parte, da pessoa em sua volta que despertou (nele) uma maior sensualidade (NUNBERG; FEDERN, 1978, p. 399, tradução nossa).

Ao tomar a palavra, Freud ressaltou a hipótese federniana, afirmando que a observação sobre “a influência do genitor mais terno (ou mais frio) é importante” (NUNBERG; FEDERN, 1978, p. 402, tradução nossa) e que “nesse sentido, podemos dizer diretamente que o pai é importante para a prevenção da homossexualidade”. Além disso, o autor pontuou também que a hipótese sobre a ausência de um dos genitores seria a exacerbação do cenário onde uma das figuras parentais é mais fria e a outra mais terna, ideia retomada em 23 de fevereiro de 1910 (*ata* 98), quando Sadger trouxe uma nova dimensão para esta tese, considerando que “As

¹⁴³ Ver capítulos 2.2 e 2.3.

¹⁴⁴ Ver capítulo 2.4.

análises de homossexuais revelam quase sempre que o paciente é filho de uma mulher ‘ativa’ e de um homem fraco e reservado” (NUNBERG; FEDERN, 1978, p. 420, tradução nossa).

Fazendo a devida ressalva ao comentário que trata a homossexualidade como algo que poderia ser prevenido tal qual uma patologia – assunto ao qual nos dedicaremos no capítulo 7 –, podemos observar que a discussão buscava solucionar a problemática em torno da figura paterna, que desde aproximadamente 1910 começou a crescer em importância nas discussões sobre homossexualidade na Sociedade Psicanalítica de Viena. Em Sadger, a prevalecem duas hipóteses: a primeira, de que um pai “fraco” não conseguiria intervir na relação da mãe com a criança que, por sua vez, tomaria a figura materna como objeto de amor e, posteriormente, modelo de identificação; e a segunda, de acordo com a qual a eliminação da mãe poderia suscitar em um afastamento de todas as mulheres e em uma retomada das relações infantis com as figuras masculinas. Em Federn e Freud, a tese é de que a frieza e a ternura (sensualidade) dos genitores fariam a balança da escolha de objeto pender para um lado ou para o outro, de maneira que a criança se voltaria para o genitor que lhe dirigiu mais amor.

Nessa época, concomitantemente à exploração das teses sadgerianas e da tentativa de solucionar os meandros da teoria materno-infantil que ainda despertavam perguntas, o mecanismo apresentado por Federn e Freud parecia ganhar cada vez mais relevância. Como podemos ver no caso de Hitschmann – apresentado na ocasião em que os autores teceram esses comentários – a ternura paterna e a frieza materna seriam os aspectos que despertam as “tendências homossexuais” do paciente. Ou seja, a homossexualidade não poderia ter como gênese apenas a fixação infantil na figura materna, fosse em razão da frieza da mãe que levaria a criança a se ligar a um pai mais terno ou fosse porque a libido se distribuiria entre ambos os sexos durante a primeira infância também no caso do menino, tornando necessário que se pensasse em suas relações com as figuras masculinas.

O que tudo indica é que já nessa época alguns dos primeiros psicanalistas suspeitavam de que existiria, além da tese sadgeriana, outros modelos explicativos da etiologia da homossexualidade, ponto para o qual Freud chamou a atenção em 23 de fevereiro de 1910 (*ata 98*), ao comentar que “há mais de um caminho que leva à homossexualidade” (NUNBERG; FEDERN, 1978, p. 422, tradução nossa), sem indicar exatamente qual hipótese ele tinha em mente nesse momento. Dessa maneira, enquanto a ideia da atividade/fraqueza (passividade) avançava como uma justificativa plausível para o aparecimento da homossexualidade em famílias biparentais, a figura do homem (pai) passou a crescer em importância nas discussões sobre a gênese da homossexualidade, levando os psicanalistas vienenses a se perguntarem sobre a relação paterno-infantil. Dessa forma, Adler (*ata 112*) já contestara “a tese segundo a qual a

homossexualidade sempre se origina do amor pela mãe” (NUNBERG; FEDERN, 1978, p. 563, tradução nossa), apontando para a possibilidade de uma fixação na figura paterna (*ata 86*) ter papel na gênese da homossexualidade, hipótese que o autor não desenvolveu. Em um sentido semelhante, Hilferding (*ata 126*) chamara a atenção para o exame do papel do pai, pontuando a importância de se investigar “em que condições o pai se torna o objeto sexual da criança (atitude homossexual); [e] em que modalidades ocorre o afastamento da criança de seu primeiro objeto” (NUNBERG; FEDERN, 1974, p. 116, tradução nossa).

Essa discussão foi aprofundada em 11 de maio de 1910 (*ata 107*), durante uma conferência proferida por Isidor Sadger, intitulada “*Seria a asma brônquica uma neurose sexual?*”. Na ocasião, o orador apresentou o caso clínico de um “jovem homem de 23 anos com tendências homossexuais e uma série de sintomas histéricos” (NUNBERG; FEDERN, 1978, p. 507, tradução nossa) que, durante a análise, retratou seu pai como um homem extremamente terno, cujas carícias lhe causavam grande prazer e descreveu a maneira como sua mãe e avó lhe tratavam, mencionando o fato destas costumarem aperta-lo contra elas com grande ardor. De acordo com a interpretação do analista, o prazer despertado pela relação com o pai, que teria sido recalcado, permanecera como um desejo imortal no inconsciente do paciente e se materializaria em ataques de asma, quando o paciente é estimulado de forma semelhante por alguém do mesmo sexo que ele.

O debate sobre este aspecto do caso – que acompanharemos em detalhes – se centrou entre Sadger e Freud, que teceu um comentário de grande importância para nossa discussão:

A comunicação de Sadger é incompleta em dois pontos. Sadger certamente destacou o primeiro. Se o paciente escolheu como objeto de amor meninos de 11-13 anos, ou seja, a ele mesmo nessa idade, a análise deveria nos elucidar porque ele escolheu precisamente nessa idade, o que lhe ocorreu naquela época e quais satisfações foram produzidas. Em segundo lugar, se coloca a questão de saber se o paciente se tornou homossexual pelo mecanismo proposto por Sadger (fixação precoce na mulher, seguida do recalque, identificação com a mulher e escolha objetual narcísica) e qual o papel dos carinhos do pai nesse desenvolvimento. Nesse caso, *é mais plausível admitir que foram os carinhos do pai que lhe fizeram homossexual. Essas lacunas na análise justificam a questão de saber se estamos diante de um novo tipo de homossexualidade* (NUNBERG; FEDERN, 1978, p. 513, tradução nossa, grifo nosso).

O que Freud aponta é justamente o aspecto que cada vez mais se tornava inexplicável a luz da teoria materno-infantil, ou seja, como a homossexualidade poderia se originar da intensa relação entre a criança e a figura materna em casos onde a criança era mais ligada ao pai durante a primeira infância. Em resposta a esse questionamento, Sadger afirmou que:

recentemente experienciou que o pai desempenha um grande papel [na etiologia da homossexualidade]. Frequentemente, o pai é mais afetuoso (se comporta como a mãe), enquanto a mãe é mais fria. Isto está relacionado ao fato de que todos os homossexuais têm além do tipo de eu [*“Ichtypus”*], um tipo de pai, que é, no entanto, muitas vezes recalcado mais tarde, como resultado da rivalidade da qual a mãe é objeto (NUNBERG; FEDERN, 1978, p. 515, tradução nossa, grifo nosso).

Em seu argumento, Sadger parece compreender que o mecanismo que opera nos casos em que o pai é a pessoa mais afetuosa com a criança seria apenas uma inversão do modelo baseado na relação da criança com a figura materna, ou seja, o pai que se comportaria de maneira terna, faria as vezes da mãe na relação com a criança. Esse argumento é prontamente respondido por Freud que:

Finalmente, faz mais dois comentários sobre a homossexualidade, relacionados à fala de Sadger. Seria necessário distinguir dois tipos: 1) aqueles que tomam a si mesmo como objeto de amor e 2) aqueles que escolhem o pai. É provável que a gênese não seja a mesma em cada caso. Entre os extremos do pai mais amoroso e da mãe mais amorosa, há uma contradição; a relação deve ser elucidada, eles não podem simplesmente ser complementares. Os casos isolados nos mostram que a presença do pai ‘em carne e osso’ não é necessária. Há pessoas que crescem sem o pai e se tornam homossexuais. Em todo caso, a questão das causas da homossexualidade na infância é muito complicada (NUNBERG; FEDERN, 1978, p. 515-516, tradução nossa).

Por fim, Hitschmann reiteraria o comentário de Freud, afirmando que “o fato que ele [Sadger] encontrou os dois fatores etiológico em um único e mesmo caso constitui uma grave contradição” (NUNBERG; FEDERN, 1978, p. 516, tradução nossa). Como pudemos nessa ocasião, tanto Freud, quanto Hitschmann, explicitaram os problemas conceituais que interrogavam a teoria materno-infantil, o que levou os primeiros psicanalistas a avançarem duas novas hipóteses sobre o papel da relação entre o menino e o pai na gênese da homossexualidade, na medida que parecia inconcebível que essa operasse em espelho ao que fora elucidado sobre a dupla mãe criança – amor, recalque, identificação e escolha de objeto por vias narcísicas.

A primeira delas, mencionada por Stekel na discussão da conferência em questão, retoma o mecanismo proposto por Sadger no artigo de 1909 – sem referi-lo diretamente – e “considera como causa essencial que o indivíduo foge da mãe indo em direção ao homem” (NUNBERG; FEDERN, 1978, p. 516, tradução nossa), o que já havia sido mencionada também por Adler em 4 de maio de 1910 (*ata 106*), ou seja, na semana que antecedeu o debate que estamos discutindo. Referenciando Freud, o analista afirma, sumariamente, que a agressividade dirigida à mãe (ou figura que a substitui) pela criança se tornaria tão forte que seria recalcada,

ocasionando um afastamento da mãe e levando a criança a satisfazer seu amor por via paterna, o que, como vimos em Sadger, retomaria as relações infantis do sujeito com as figuras masculinas.

Nesse ponto, a questão da agressividade e do ódio seriam recolocadas em jogo na discussão sobre a etiologia da homossexualidade. Até então, estes aspectos eram considerados apenas nas relações fraternais, mas, desde 1908 (*atas 52 e 81*), Freud explorava a hipótese de que o menino sentiria ciúmes de seus amigos (ou irmãos) vistos como queridos e elogiados pela mãe, lhes dirigindo impulsos agressivos que seriam reprimidos e se transformariam por formação reativa em amor – conforme seria postulado em sua obra escrita apenas em 1922, no texto “*Sobre alguns mecanismos neuróticos no ciúme, na paranoia e na homossexualidade*”. Dito isso, o que Sadger, Stekel e Adler colocaram como um aspecto novo em 1909-1910 é a possibilidade do ódio dirigido as figuras parentais ser um dos mecanismos causais da homossexualidade, mecanismo que seria precipitado pelo abandono da mãe enquanto objeto de amor da criança, levando o menino a se voltar para o pai – hipótese que seria sofisticada com a conceituação do complexo de Édipo invertido, ponto que retomaremos adiante.

A segunda tese que explora o papel do pai na homossexualidade – e que, em certa medida, é complementar a primeira – foi proposta por Victor Tausk em uma conferência intitulada “*Uma contribuição à psicologia do masoquismo*”, ocorrida na Sociedade Psicanalítica de Viena em 10 de maio de 1911 (*ata 142*). Advogado, psiquiatra e psicanalista, Victor Tausk (1879 – 1919) nasceu em Zilina, na Eslováquia, e passou sua infância na Croácia. Filho de um pai tirânico e uma mãe masoquista, ele casou-se com Martha Frisch-Tausk, com quem teve dois filhos. Após se divorciar, Tausk se mudou para Berlim, onde tentou carreira na literatura e foi atingido por uma doença pulmonar, passando a viver em Viena após a sua recuperação. Integrou o grupo de psicanalistas em 1908, cursou medicina e se tornou uma das figuras mais brilhantes da primeira geração. Serviu na Primeira Guerra Mundial, foi analisando de Helen Deutsch, teve um romance com Lou-Salomé e manteve com Freud uma relação ambivalente, permeada de querelas¹⁴⁵. Em 1919, oito dias antes de se casar novamente, Tausk se suicidou (ROUDINESCO; PLON, 1998).

A apresentação de Tausk na Sociedade Psicanalítica de Viena se centrou na análise de um caso clínico, a partir do qual o autor avançou suas conclusões. O paciente em questão era um homem que fingia ser menos inteligente do que era e que costumeiramente escondia o fato de que sabia alguma coisa, inclusive a respeito de sua sexualidade, cujas manifestações se

¹⁴⁵ A delicada relação entre Freud e Tausk foi bastante explorada por Paul Roazen (1995), no livro “*Irmão animal: a história de Freud e Tausk*”.

tornaram conscientes para ele aos cinco anos de idade. Até chegar para o tratamento, o paciente nunca havia tido uma relação sexual, satisfazendo-se por meio de fantasias masoquistas, nas quais sua mãe tinha um papel de destaque. O paciente tivera uma boa relação com a figura materna até os seus nove anos, quando ela se atraiu por seu tutor e passou a bater em seu filho, suspeitar dele e lhe odiar. Ele, por sua vez, sentira-se bastante desapontado com sua mãe e após um conflito severo que durou aproximadamente três anos, se afastou dela, voltando-se para o pai, antes uma figura que lhe despertava ódio e medo.

De acordo com o que foi construído em análise, suas fantasias¹⁴⁶ masoquistas se dividiram em dois momentos. Primeiramente, estas se centravam na ideia de que ele seria levado para uma cozinha, onde sua barriga seria aberta, seu intestino retirado e ele morreria com uma dor terrível. Suas nádegas, coxas e a cabeça também seriam cortadas e apenas seus genitais permaneceriam intocados. Posteriormente, uma quantidade de elementos foi introduzida a esse roteiro inicial, do qual participavam todos que ele conhecia. Ele fantasiava com bordeis masoquistas, onde todos os homens jovens que estariam sendo desmembrados seriam duplicações dele – que na fantasia apareceria como um adolescente na puberdade, embora ele tivesse vinte anos de idade na época.

“Como é que o paciente obtém prazer com maus-tratos?” (NUNBERG; FEDERN, 1974, p. 254, tradução nossa), pergunta Tausk, avançando duas hipóteses que buscam elucidar a problemática do masoquismo. A primeira, relaciona-se com o fato de que o paciente costumava morder os lábios e as mãos quando sentia raiva, episódios nos quais ele teria criado a impressão de que sentir dor que lhe causaria prazer, a partir da ab-reação dos impulsos sádicos. O fato de que na fantasia a dor é infringida pela mulher teria relação com a culpa e a punição, relativos aos sentimentos sexuais que o paciente tivera por sua mãe.

A segunda hipótese, fundamental para a problemática que aqui tratamos, se relacionaria aos sintomas erótico-anais apresentados pelo paciente, que estariam ligados ao seu sentimento de inferioridade. Considerando o fato de que o coito não era valorizado por ele e era associado com a pederastia passiva, Tausk afirma que todas as fantasias masoquistas do paciente eram também fantasias anais, pois as nádegas e o pênis eram para ele a mesma coisa. De acordo com o conferencista, a fantasia de castração do paciente remetia à ideia de que uma vagina seria cortada em seu corpo para substituir seu pênis, de modo que “na fantasia o paciente era tratado como uma mulher” (NUNBERG; FEDERN, 1974, p. 254, tradução nossa) – isso é,

¹⁴⁶ Sumariamente, Laplanche e Pontalis (2001, p. 169) definem a fantasia como um “roteiro imaginário em que o sujeito está presente e que representa, de modo mais ou menos deformado pelos processos defensivos, a realização de um desejo e, em última análise, de um desejo inconsciente”.

passivamente – o que seria adicionado a toda a extensão do complexo homossexual, entendido por Tausk como identificação e amor pelo pai.

Ou seja, do entendimento da homossexualidade enquanto saída para o recalque da relação intensa com a mãe que serviria como modelo de identificação para a criança, passamos agora para uma hipótese inversa, onde o desejo homossexual se sediaria na identificação e no amor pela figura paterna que, nesse caso, não se opera como um espelhamento do modelo materno-infantil e desenvolve as hipótese acerca do desapontamento ou da eliminação da mãe – já exploradas por Sadger e mencionadas por Stekel e Adler – a partir da seguinte conclusão do conferencista:

no fim das contas, todas as características más atribuídas em sua fantasia às mulheres pertencem a seu pai. As pessoas que maltratam o paciente personificam os medos, segundo as características de seu pai, e estes são atribuídos a uma mulher que, sem dúvida, é sua mãe. É por isso que, mesmo assim, ele obtém prazer sexual com as mulheres e o papel paterno pode ser o daquele que castiga (sentimento de culpa). A mãe lhe proporciona prazer sexual na forma peculiar de maus-tratos e é nisso que o pai, que deve punir a agressão direta contra a mãe, prevalece. Aqui também se ramifica um caminho para a homossexualidade. O objeto através do qual a gratificação foi obtida não era, nem se tornou, conscientemente o homem; e, no entanto, o que satisfaz o ânus só pode ser o pênis. O paciente é homossexual por erotismo anal; o portador do instrumento de gratificação, no entanto, permaneceu absolutamente desconhecido para ele (NUNBERG; FEDERN, 1974, p. 254-255, tradução nossa).

A proposta de Tausk levanta dois problemas. Primeiramente, o paciente encontrava prazer com as mulheres que, em sua fantasia, lhe punem tal qual o pai, o que não deixa claro se seus objetos sexuais seriam representantes maternos, paternos ou uma combinação de ambos. Em segundo lugar, a homossexualidade é aqui associada à fixação na zona anal, remetendo diretamente à penetração do ânus que, na visão do conferencista, só poderia ocorrer por meio do pênis, visão que deslocaria a homossexualidade do âmbito do objeto – pessoa de quem emana o desejo afetivo-sexual – para o campo da meta pulsional, enquanto forma de obter satisfação.

Naturalizando a associação entre homossexualidade, passividade e feminilidade, característica fundamental dos escritos da psiquiatria oitocentista¹⁴⁷, Tausk entende que o paciente ocupa uma posição passiva na fantasia do ato sexual, satisfazendo-se tal qual uma mulher. Embora o autor não defina o paciente como homossexual, a associação entre o quadro clínico apresentado e a homossexualidade é colocada em debate pois, mesmo o erotismo anal

¹⁴⁷ Ver capítulos 2.2 e 2.3.

não sendo considerada uma causa do desejo homossexual – assim como nunca foi em Freud¹⁴⁸ –, esta ligação ainda era postulada pelos primeiros psicanalistas que, assim como Tausk, consideravam a relação sexual anal como uma prática homossexual.

Dessa maneira, a conferência apresenta um grande emaranhado conceitual, onde a etiologia do masoquismo ou da homossexualidade não é esclarecida. Apesar do orador associar o “complexo homossexual” à identificação com o pai que seria tomado também como objeto, isso não é o que está em jogo no caso em questão, onde o paciente escolhe mulheres que lhe castigam como seu pai. Segundo o autor, na medida em que o paciente permaneceu fixado ao prazer anal, “seu ânus representa para ele uma vagina que, no entanto, não deve ter pênis” (NUNBERG; FEDERN, 1974, p. 255, tradução nossa), equivalência que possibilita que o caso seja interpretado. “Se ele [o paciente] tomar conhecimento do portador do instrumento que gratifica o ânus, este homem anal-erótico poderia se tornar um pederasta passivo” conclui Tausk afirmando que “porque ele não tem conhecimento deste instrumento, não lhe resta nada a não ser tornar-se uma mulher, por meio da castração” (NUNBERG; FEDERN, 1974, p. 255, tradução nossa).

A castração, conclui o autor, não está em jogo como forma de punição paterna pelo menino desejar a mãe, mas sim pois no nível da fantasia “o homem que não deveria ser homem se torna uma mulher”. Ou seja, por mais que não considerasse o paciente como homossexual, suas fantasias masoquistas são interpretadas pelo conferencista sob a insígnia da feminilidade, na medida em que, por herança da psiquiatria, o caráter passivo do masoquismo era considerado pela literatura psicanalítica como uma característica feminina (FREUD, 1924b). Aqui, o homem masoquista e passivo equivale a mulher que é penetrada, fórmula que permanece fiel às visões heteronormativas sobre a relação sexual, entendida como penetração do pênis na vagina, a submissão feminina e a assimilação do homossexual à mulher.

Embora não fique claro na exposição como as relações parentais nos primeiros anos da vida do paciente constituem sua subjetividade, o modelo aqui apresentado fortalece o papel do pai enquanto figura para a qual o menino se volta frente a um desapontamento com a mãe, por mais que ele possa despertar ódio ou medo. Esta formulação, que associaria masoquismo, passividade e homossexualidade¹⁴⁹, seria sofisticada a partir do texto “*História de uma neurose infantil*”, no qual Freud (1918) postularia a identificação com a mãe e o desejo de ocupar o lugar enquanto objeto de amor do pai como um mecanismo da gênese da homossexualidade. A tese tauskiana sobre a relação entre homossexualidade e erotismo anal seria retomada durante

¹⁴⁸ Ver capítulo 3.2, página 109.

¹⁴⁹ Ver capítulo 2.3, página 115.

a reunião de 11 de dezembro de 1912 (*ata 182*), durante uma conferência ministrada por Winterstein¹⁵⁰ e intitulada “*Observações psicanalíticas sobre a história da filosofia*”.

Ao tomar a palavra na reunião, “Tausk enfatiza a importância particular do fator narcisismo e distingue, neste último, três partes: homossexualidade, sadismo e analidade. Parece que é deste último que a força de fixação no narcisismo vem (do próprio corpo do indivíduo)” (NUNBERG; FEDERN, 1983, p. 161, tradução nossa). A partir dessas considerações, podemos entender como o autor relacionava a homossexualidade e a analidade, ligação que seria mediada por via do narcisismo. Entendendo a fixação anal como um interesse do indivíduo pelo seu próprio corpo, essa era remetida a um comportamento narcísico que, por sua vez, era relacionado com a homossexualidade.

Embora a articulação proposta por Tausk em 1911 fosse bastante incompleta em diversos aspectos, retomando pontos que na época já haviam sido deixados para trás pela literatura freudiana – como por exemplo a associação entre homossexualidade e erotismo anal –, a conferência em questão é de grande importância pela tentativa de explorar o papel do pai na homossexualidade, trazendo para a discussão dos primeiros psicanalistas a temática da passividade com finalidades masoquistas que, posteriormente, ganharia um lugar na teoria freudiana.

A discussão que seguiu a apresentação se focou prioritariamente no pioneirismo das ideias de Tausk, pois tanto Federn, quanto Adler, já haviam avançado hipóteses semelhantes às apresentadas na conferência, as quais não foram referenciadas na ocasião – prática bastante comum na Sociedade Psicanalítica de Viena, onde as teorias apresentadas pelos primeiros analistas se retroalimentavam, formando teias conceituais, onde a autoria de muitas ideias não era devidamente reconhecida¹⁵¹. Federn discutiu o tema em 9 de março de 1910 (*ata 100*), ocasião em que apresentou a conferência “*As condições infantis do masoquismo*”¹⁵² e postulou

¹⁵⁰ Alfred von Winsterstein (1885 – 1958) foi um psicanalista vienense que passou a integrar as reuniões do grupo local em 1910. Nascido em Viena e membro de uma família da burguesia católica, ele estudou direito e filosofia, formando-se em medicina e psicologia após integrar as reuniões dos primeiros psicanalistas. Foi analisado por Jung e fez formação didática com Hitschmann, após servir na Primeira Guerra Mundial. Permaneceu durante toda a Segunda Guerra em Viena, onde foi perseguido pela Gestapo. Com o fim da guerra, reconstruiu a Sociedade Psicanalítica de Viena, a qual presidiu até sua morte, em 1958 (ROUDINESCO; PLON, 1998).

¹⁵¹ Um exemplo radical deste cenário é apresentado por Cromberg (2014) que pesquisou o esquecimento de Sabina Spielrein (1885 – 1942), autora a quem se atribui a introdução do conceito de pulsão de morte na rede conceitual psicanalítica. Em 1911, ela escreveu o ensaio “*A introdução como origem do devir*” (SPIELREIN, 1912) e apresentou a conferência “*Sobre a transformação*” (*ata 152*, 29 de novembro de 1911) na Sociedade Psicanalítica de Viena, antecipando o percurso que culminaria na publicação de “*Além do princípio do prazer*”, texto onde Freud (1920b) avançaria esta hipótese. Apesar de seu pioneirismo, Spielrein foi citada apenas em uma nota de rodapé do texto freudiano de 1920, de maneira que sua autoria foi esquecida na história da psicanálise e suas contribuições permaneceram pouco conhecidas e citadas até o início do século XXI.

¹⁵² A conferência de Federn não foi registrada nas Atas da Sociedade Psicanalítica de Viena. As ideias apresentadas pelo autor foram elaboradas em “*Contribuições à análise do sadismo masculino*” – “*Die Quellen des männlichen*

que as condições externas – questões de superioridade e inferioridade – levariam as crianças pertencentes a famílias sádicas a transformarem sua agressividade em masoquismo.

As contribuições de Adler, por sua vez, remetiam à análise sociológica da relação entre feminilidade e passividade¹⁵³. De acordo com o autor, na sociedade patriarcal o feminino seria sempre associado ao passivo e julgado como inferior, o que desde a infância seria transmitido às crianças, que buscariam compensar esta inferioridade, possível de precipitar o masoquismo. Embora o autor não tenha tomado a palavra na ocasião em que Tausk apresentou sua conferência, ele foi referenciado por Hitschmann, Federn e Freud, assim como por Grüner¹⁵⁴ e Furtmüller¹⁵⁵, psicanalistas que se uniram ao grupo adleriano, quando ele rompeu com a Sociedade Psicanalítica de Viena em 1911.

Resumidamente, em sua conferência Tausk retoma a questão do erotismo anal para discutir as tendências homossexuais de seu paciente e, apesar das inúmeras problemáticas conceituais, a apresentação elucida dois aspectos interessantes no que se refere à ligação do menino com a figura paterna: (1) a hipótese de que a relação menino-pai teria se intensificado a partir do desapontamento com a mãe – desenvolvida por Sadger (1909); e (2) a interpretação de que esta relação seria colocada em jogo no desejo masoquista do paciente, onde ele era maltratado como outrora fora enquanto objeto do pai. Estas considerações se somariam aos apontamentos de Freud sobre a ternura paterna e às considerações de Stekel que postulavam a aproximação com o pai como resultado de um afastamento agressivo da mãe.

Apesar de sua importância, nenhuma dessas hipóteses foi avançada suficientemente a ponto de ser formalizada em uma tese paterno-infantil, tal como faria o texto freudiano de 1918, o qual foi publicado em uma época onde as reuniões dos primeiros psicanalistas já não eram nem mais registradas. Isso não significa que grande parte do que foi elucidado na obra de Freud já não havia sido antecipado de forma bastante complexa durante as reuniões dos primeiros psicanalistas. Enquanto a tese materno-infantil proposta por Sadger alcançou maior relevância, a teoria paterno-infantil foi muito explorada, mas não teve nenhuma elaboração conclusiva.

Sadismus” e *“As fontes libidinais do masoquismo”* – *“Die libidinösen Quellen des Masochismus”*, ensaios publicados no periódico *“Internationale Zeitschrift für Psychoanalyse”* (*“Revista Internacional de Psicanálise”*), respectivamente em 1913 e 1914.

¹⁵³ Ver capítulo 5.4, página 170

¹⁵⁴ Franz Grüner (1887 – 1916/1917) foi um advogado muito interessado nas artes e na literatura. Integrou a Sociedade Psicanalítica de Viena apenas entre 1910 e 1911, quando renunciou juntamente com o grupo de Adler. Lutou na Primeira Guerra Mundial, quando morreu servindo o exército austríaco.

¹⁵⁵ Carl Furtmüller (1880 – 1951) foi um educador que integrou a Sociedade Psicanalítica de Viena em 1909. Amigo íntimo de Adler, que o introduziu ao grupo vienense, ele frequentou as reuniões da Sociedade Psicanalítica de Viena até 1911, quando seguiu o grupo adleriano e tornou-se um dos principais colaboradores na criação da psicologia individual. Membro do Partido Social Democrata Austríaco, ele serviu na Primeira Guerra Mundial por quatro anos e, após esse período, ajudou a arquitetar a reforma educacional que ocorreu na Áustria.

Essas duas teorias coexistiram nos debates dos analistas vienenses até 1913, quando a discussão da etiologia da homossexualidade se cruzou com a conceituação do complexo de Édipo, tornando possível que estas duas hipóteses etiológicas fossem formalizadas em uma explicação generalizada sobre a constituição do sujeito, que articulava a escolha de objeto e a identificação.

6.3. As discussões sobre o complexo de Édipo

Na Sociedade Psicanalítica de Viena, as menções ao complexo de Édipo são tão antigas quanto o próprio registro das reuniões dos primeiros psicanalistas. Desde a ata de número 1, datada de 10 de outubro de 1907, o assunto foi discutido pelos membros da Sociedade Psicológica das Quartas-feiras e, já nessa época, parte dos vienenses se interessavam por esta teoria que, alguns anos mais tarde, se tornaria central para a psicanálise.

Intitulada “*O drama do incesto e suas complicações*”, a conferência registrada na ata 1 foi proferida por Rank e não foi transcrita, pois seria publicada em livro¹⁵⁶. Como indica o título, essa tratava fundamentalmente da questão do incesto, explorando essa temática na literatura, revisão que incluía a tragédia do Édipo-Rei escrita por Sófocles. Apesar da primeira menção à problemática edípica nas reuniões das quartas-feiras ter sido feita por Rank, o complexo de Édipo – termo que seria utilizado nos escritos freudianos apenas em 1910¹⁵⁷ (FREUD, 1910b) –, já havia sido tematizado por Freud anos antes da conferência em questão, tendo sido explicitamente descrito pela primeira vez em 15 de outubro de 1897, em uma carta que ele escreveu para Fliess a respeito de sua autoanálise:

Descobri, também em meu próprio caso, o fenômeno de me apaixonar por mamãe e ter ciúmes de papai, e agora o considero um acontecimento universal do início da infância. [...] Se assim for, podemos entender o poder de atração do Oedipus Rex, a despeito de todas as objeções que a razão levanta contra a pressuposição do destino; e podemos entender porque o ‘teatro da fatalidade’ estava destinado a fracassar tão lastimavelmente [...] Cada pessoa da plateia foi, um dia, um Édipo em potencial na fantasia, e cada uma recua, horrorizada, diante da realização de sonho ali transplantada para a realidade, com toda a carga de recalçamento que separa seu estado infantil do estado atual (MASSON, 1986, p. 273).

¹⁵⁶ Intitulado “*O motivo do incesto na poesia e nas lendas: fundamentos de uma psicologia da criação poética*” – “*Grundzüge einer Psychologie des dichterischen Schaffens*”, o livro foi publicado em Viena no ano de 1912 pela editora Deuticke. A segunda edição corrigida foi publicada em 1926 e em 1974 a editora Wissenschaftliche Buchgesellschaft, de Darmstadt, publicou uma reprodução do texto (CHECCHIA; TORRES; HOFFMANN, 2015).

¹⁵⁷ Embora o termo “complexo de Édipo” tenha surgido na obra de Freud apenas em 1910, a problemática edípica já fora referenciada desde “*A interpretação dos sonhos*” (FREUD, 1900).

Enquanto muitos dos analistas demonstravam resistência à ideia do complexo de Édipo, não reconhecendo sua realidade ou sequer a importância da sexualidade e do inconsciente¹⁵⁸, outros como Reitler, Federn, Adler e Freud, pareciam considerar a importância do tema desde os primeiros anos do século XX, tecendo comentários que valorizavam a exposição de Rank e tratando as problemáticas do complexo de Édipo e do incesto como assuntos de extrema importância.

Apesar de não ser de interesse do nosso trabalho explorar essa exposição em detalhes, pois ela não trata da questão da etiologia da homossexualidade, consideramos importante ressaltar que o complexo de Édipo era um assunto conhecido há bastante tempo entre os primeiros psicanalistas¹⁵⁹, quando no ano de 1914 eles decidiram dedicar quatro sessões integrais à discussão dessa teoria, as quais ocorreram em 25 de fevereiro (*ata 223*), 18 de março (*ata 226*), 8 de abril (*ata 228*) e 20 de maio (*ata 232*). Segundo afirmam Nunberg e Federn (1983), o objetivo da discussão era o de provar aos céticos a existência do complexo de Édipo e os primeiros psicanalistas tinham a intenção de publicar esses debates¹⁶⁰, o que não se efetivou. Ainda a respeito desses documentos, é importante lembrar que o registro das Atas da Sociedade Psicanalítica de Viena tornou-se bastante sintético a partir de 1910, de maneira que o simpósio sobre o complexo de Édipo foi parcialmente registrado. Exceto pela apresentação de Freud, as demais conferências que ocorreram não estão transcritas nos documentos, que contam somente com o debate entre os presentes.

Antes que nos dediquemos ao estudo desse material, faz-se necessário explorarmos brevemente uma conferência de Freud sobre o complexo de Édipo que ocorrera na Sociedade Psicanalítica de Viena em 30 de outubro de 1912¹⁶¹ (*ata 176*). Essa discussão, nos auxilia a compreender como os primeiros psicanalistas pensavam esta teoria na segunda década do século XX, o que nos permite suprir algumas lacunas deixadas pelas atas das “*Discussões sobre o complexo de Édipo infantil*”. A apresentação feita por Freud foi intitulada “*Comunicação*

¹⁵⁸ Por essa conferência ter ocorrido logo no início da reunião entre os primeiros psicanalistas, nela podemos observar como algumas teses de Freud ainda não eram claras para os vienenses que, paulatinamente, se apropriaram da teoria e da técnica psicanalítica.

¹⁵⁹ Além dos documentos citados, diversas outras sessões da Sociedade Psicanalítica de Viena mencionam a teoria do complexo de Édipo. Não nos referiremos a estes documentos por seu conteúdo transcender o escopo de nossa pesquisa, mas indicamos para o leitor que esse assunto pode ser encontrado nas atas de número 93, 106, 126, 134, 137, 139, 146, 158 e 200.

¹⁶⁰ Tudo indica que os primeiros psicanalistas objetivavam publicar os debates sobre o complexo de Édipo da mesma forma que fizeram anteriormente com os doze debates sobre a masturbação. Ver : “*O debate sobre a masturbação*” (FREUD, 1912).

¹⁶¹ A ata 176 é a primeira que traz o nome de Lou Andréas-Salomé entre os convidados da Sociedade Psicanalítica de Viena.

clínica acompanhada de algumas observações controversas”, nome que por si só chama bastante atenção. Qual era a controvérsia postulada já no nome da conferência?

Ainda no rastro da ruptura com Adler, ocorrida em 1911, Freud utiliza de sua fala para discutir a problemática edípica em contraponto a tese adleriana do protesto masculino, a luz da qual a psicologia individual interpretava o conflito psíquico. A partir da descrição do caso clínico de uma mulher de 23 anos, cujo percurso analítico teria desvelado “que, na infância, ela queria ser menina e agora quer ser homem” (NUNBERG; FEDERN, 1983, p. 134, tradução nossa) e de um fragmento da análise de uma paciente que tinha quatro irmãs e adoecera ao descobrir que não poderia realizar o desejo de ter um filho de seu pai, invejando a mãe por poder fazê-lo, Freud elucida alguns pontos importantes sobre o complexo de castração nas mulheres¹⁶² e sobre o complexo de Édipo em geral.

Na medida em que elas [as mulheres] já estão, por assim dizer, castradas ao entrar no mundo. É assim que nas meninas se desenvolve a inveja do pênis em vez do medo de perdê-lo (nos meninos) e é característico que esses movimentos estejam sempre ligados a atividades sexuais. [...]. As relações desses movimentos com o complexo de Édipo parecem ser tais que essas condições provavelmente existem em toda parte, mas não se tornam patogênicas até serem adicionadas ao complexo central. Nos meninos, a hostilidade ao pai toma a ameaça da castração como pretexto (independentemente de ter sido realmente pronunciado ou simplesmente fantasiado). Na filha, o ódio da mãe deriva sua justificativa do desejo pelo pênis; a mãe é culpada do fato de que a criança nasceu como filha. Também devemos nos perguntar que uso a criança faz do complexo de castração. O garoto se torna tímido e recalcitrante; a garota se sente injustamente tratada e fica com raiva (NUNBERG; FEDERN, 1983, p. 134 – 135, tradução nossa).

Como entende Freud nesse momento, o complexo de castração nos meninos se refere ao temor de perder o pênis, enquanto para as meninas, a ausência do pênis é entendida como um dano, fazendo-as se sentirem lesadas e ocasionando a inveja do pênis, ou seja, o desejo de possuir um pênis como o dos meninos, que as leva a negar, compensar ou buscar reparar a diferença anatômica por via do complexo de castração. Sem articular com profundidade a relação entre os complexos de castração e de Édipo – posteriormente, a obra freudiana entenderia que o complexo de castração inaugura o Édipo nas meninas e marca o seu fim para os meninos, por via da interdição – Freud postula que a ausência do pênis levaria a menina a odiar a mãe, por via do entendimento de que ela não lhe deu este desejado órgão, enquanto nos meninos a ameaça de castração provocaria o ódio e a rivalidade com o pai, em razão do medo de ser castrado.

¹⁶² As discussões sobre feminilidade e lesbianidade serão aprofundadas no capítulo 7.

Essa explicação, demonstra como a escolha de objeto heterossexual ocorre, sendo precipitada pelo ódio ao genitor do mesmo sexo. As meninas odiariam a mãe que não lhes deu o pênis, enquanto os meninos odiariam o pai que ameaça castrá-los, o que deixa o genitor do sexo oposto como única alternativa de escolha amorosa. Posteriormente, como vimos¹⁶³, Freud (1923) postularia que durante o complexo de Édipo a criança amaria e odiaria ambos os genitores, mas em 1912, essa hipótese ainda não havia sido desenvolvida, como exemplifica a crítica de Tausk a uma apresentação¹⁶⁴ de Weiss¹⁶⁵ ocorrida em 7 de maio de 1913 (*ata 200*), onde o analista considerou que “O complexo de Édipo foi apresentado de um ponto de vista muito unilateral”, chamando a atenção para o fato de que “a criança também se liga, com uma parte de sua libido, à figura parental do mesmo sexo” (NUNBERG; FEDERN, 1983, p. 225, tradução nossa).

Tomando essas conceituações como contexto, retomaremos agora as quatro discussões sobre o complexo de Édipo, buscando compreender as formulações dos primeiros psicanalistas sobre o complexo de Édipo negativo – denominado complexo de Édipo invertido nas Atas –, utilizado como modelo para o entendimento do desejo homossexual e as problemáticas que envolveram esse tema em 1914. Coube a Freud o discurso de abertura do ciclo de debates, ocorrido em 25 de fevereiro de 1914. De saída, o conferencista afirma que a discussão tinha por objetivo utilizar de observações novas ou antigas e de biografias para demonstrar a universalidade do complexo de Édipo aos adversários da psicanálise, que afirmavam que esse não existia ou era apenas uma forma de expressão dos adultos e dos neuróticos. “Cabe à discussão examinar criticamente as contribuições, perguntando em particular se as contribuições podem ser explicadas, no sentido de Adler, pela vontade de poder ou se, pela concepção de Zurique, o relacionamento que não é mais sexual é representado nesses fatos” (NUNBERG; FEDERN, 1983, p. 266, tradução nossa), pontua Freud, indicando que o debate ocorria no rastro de sua ruptura com Adler e Jung¹⁶⁶ e objetivava reafirmar sua concepção sobre o complexo de Édipo e a sexualidade perante ambos os autores.

Segundo o registro das Atas, foi Hitschmann o analista que mais se dedicou à tese do complexo de Édipo invertido, tematizando a questão da homossexualidade ao longo do ciclo de

¹⁶³ Ver capítulo 3.2, página 120.

¹⁶⁴ A fala de Weiss, intitulada “*Educação e neurose*”, não foi transcrita. Esta foi a quarta e última apresentação de uma série de conferências temáticas sobre “*Neurose e Sociedade*” que ocorreram na Sociedade Psicanalítica de Viena em 26 de fevereiro de 1913 (*ata 191* – conferencista: Federn), 12 de março de 1913 (*ata 193* – conferencista Tausk) e 16 de abril de 1913 (*ata 197* – conferencista Hitschmann).

¹⁶⁵ Poucos são os registros biográficos sobre Karl Weiss, médico vienense, que ingressou na Sociedade Psicanalítica de Viena em 7 de março de 1912. Sabe-se apenas que ele emigrou para a Inglaterra em 1938, onde morreu. Ele publicou apenas um pequeno número de curtos trabalhos em psicanálise.

¹⁶⁶ Ver capítulo 4, página 128.

debates. Médico e psicanalista vienense, Eduard Hitschmann (1871-1957) foi introduzido ao círculo freudiano por Federn, em 1905. Interessado pelas figuras reconhecidas nos campos da arte, da literatura, da filosofia e da política, ele se dedicou ao estudo destes “grandes homens”, contribuindo com a inauguração da psicanálise aplicada, método de trabalho que veio a substituir as patografias. Bastante dedicado à psicanálise, Hitschmann escreveu diversas biografias psicanalíticas sobre figuras célebres, publicou em 1911 uma obra que sistematizava o pensamento de Freud e em 1922 se tornou o diretor da primeira clínica psicanalítica aberta em Viena. Emigrou para a Inglaterra em 1938, mudando-se para os Estados Unidos em 1940, onde se tornou um importante membro da Associação Psicanalítica de Boston (*Boston Psychoanalytic Society*). Fiel ao pensamento freudiano clássico, exerceu a psicanálise até a sua morte, em 1957 (ROUDINESCO; PLON, 1998).

Após a fala de abertura de Freud, que pontuou as críticas à teoria do complexo de Édipo, Hitschmann foi o primeiro analista a tomar a palavra e se dedicou a justificar porque ele considerava necessário aprofundar os conhecimentos sobre a problemática edípica. “No início, apenas um diagrama resumido era fornecido; esse diagrama representa o caso teórico ideal, que nem sempre é possível encontrar na prática em sua forma integral: esquece-se a parte reprimida e os movimentos ambivalentes” (NUNBERG; FEDERN, 1983, p. 266, tradução nossa) pontou Hitschmann, postulando uma diferença fundamental entre a narrativa psicanalítica do Édipo – descrito de maneira teatral – e a forma como esse se manifesta na constituição do sujeito, onde as relações podem ser ambivalentes e se conjugar de diversas formas. Seguindo seu raciocínio, o analista ressaltou o fato de que “até agora, nós prestamos pouca atenção ao complexo de Édipo <invertido>”, assunto que interrogava a leitura tradicional dessa teoria e ao qual o autor se dedicou ao longo da discussão.

“A distorção da imagem nítida também depende da personalidade dos pais” (NUNBERG; FEDERN, 1983, p. 266, tradução nossa), reitera Hitschmann, se referindo ao fato de que nem sempre a configuração familiar e a subjetividade dos genitores permitiria que a criança seguisse o curso pressuposto pelo complexo de Édipo positivo, ou seja, rivalizasse com o genitor do sexo oposto e amasse o genitor do mesmo sexo. “Muita coisa depende da questão de saber se é o pai ou a mãe quem é terno, quem inflige a punição e como” (NUNBERG; FEDERN, 1983, p. 268, tradução nossa), afirma Hitschmann, recuperando a questão da ternura parental, discutida desde 1910 por Freud e Federn, e postulando-a como fator que determinaria para que lado pende a escolha de objeto. De acordo com essa hipótese, a criança poderia direcionar sua libido para o genitor mais terno, independentemente de seu sexo e, da mesma maneira, seria possível que ela se afastasse daquele que lhe pune de alguma forma.

Tudo indica que Hitschmann estava bastante interessado na discussão sobre o complexo de Édipo, de forma que os registros relatam que o analista realizou três apresentações sobre este tema na reunião de 25 de fevereiro de 1914 (*ata 223*), as quais infelizmente não foram registradas. A essas se soma uma “*Exposição sobre o complexo de Édipo invertido – negativo*”, realizada em 20 de maio de 1913 (*ata 232*), sumarizada nas seguintes linhas:

Caso de um homossexual masculino que viveu em sua infância uma cena etiologicamente importante na qual sua mãe lhe bateu. Sonhos contém o desejo de que sua mãe morresse. Ideia de que o desfloramento das mulheres está ligado a dor nos homens (NUNBERG; FEDERN, 1983, p. 297, tradução nossa).

Fundamentalmente, o complexo de Édipo negativo se caracterizava pela hostilidade e rivalidade com o genitor do sexo oposto e pelo desejo amoroso pelo genitor do mesmo sexo. Posto isso, vemos que Hitschmann explora os motivos etiológicos que culminariam nessa configuração edípica, tomada como modelo geral da homossexualidade. O interessante de observar é como as diversas teses exploradas anteriormente – ausência de uma das figuras parentais; ternura e frieza dos genitores; e afastamento por punição ou desapontamento – voltam a ser discutidas como motivos que precipitariam a “inversão” do complexo de Édipo e que, portanto, estariam na gênese da homossexualidade.

Nesse sentido, Freud (*ata 232*) enfatiza a influência que a presença ou ausência de uma das figuras parentais teria para a criança durante a infância, recuperando a antiga tese de que “filhos que não têm pai (não importa qual) se tornam homossexuais em geral (a fraqueza relativa de um dos pais produz o mesmo resultado)” (NUNBERG; FEDERN, 1983, p. 297, tradução nossa), afirmação que não deixa claro como se operaria este mecanismo, pois ele parece independe de qual é o genitor ausente. Recuperando o modelo sadgeriano, podemos supor que na ausência da triangulação edípica, a criança ficaria fixada na figura do genitor que está presente, o que precipitaria a identificação com ele e as escolhas objetais narcísicas, mas não fica claro se era isso que Freud tinha em mente ao fazer esta consideração.

Federn (*ata 223*), por sua vez, reiterou o argumento de Freud, confirmando a partir de suas observações a hipótese de que “a presença ou ausência de um dos pais muda continuamente o comportamento [da criança]” (NUNBERG; FEDERN, 1983, p. 270, tradução nossa) e se juntando a Hitschmann ao dar importância ao comportamento dos pais. De acordo com a hipótese federniana, “se existe uma grande diferença entre o calor do amor do pai e da mãe, isso leva diretamente à homossexualidade” (NUNBERG; FEDERN, 1983, p. 260-270, tradução nossa), na medida em que um pai mais terno, faria com que o menino voltasse seus desejos

amorosos para ele. Ao tomar a palavra, Sadger faz uma observação no mesmo sentido, mencionando suas pesquisas sobre a homossexualidade e afirmando, a partir delas, que os homens que se tornam homossexuais eram mais mimados – ou seja, mais próximos – pelo pai do que pela mãe.

A este respeito, Tausk (*ata* 232) menciona “três homossexuais, entre os quais apenas dois tinham uma mãe enérgica e um pai doce; no terceiro caso, a constelação era inversa. Algumas memórias de infância não foram investidas até depois da qualidade que elas têm atualmente” (NUNBERG; FEDERN, 1983, p. 297, tradução nossa). Embora Freud tenha respondido essa consideração de Tausk com uma observação a respeito do caráter falseado das lembranças encobridoras – que são selecionadas para uma finalidade definitiva e deformadas –, a consideração tauskiana reitera o fato de que a gênese da homossexualidade não poderia ser definida por alguns poucos mecanismos causais, na medida em que o caminho para a escolha de objeto se desenrolaria de maneira singular em cada sujeito.

Apesar dos primeiros psicanalistas ainda não terem chegado a essa conclusão em 1914, é importante pontuar que nessa época o pensamento predominante no grupo era de que a homossexualidade seria constituída e não inata, poderia estar relacionada com diversos mecanismos causais, teria ligação com complexo de Édipo e seria influenciada pelas relações infantis do sujeito, cuja disposição bissexual determinaria que a libido pode se direcional para homens ou mulheres¹⁶⁷. Embora a tese materno-infantil de Sadger tenha sido a hipótese que mais encontrou ressonância entre os analistas vienenses, podemos ver como as discussões da Sociedade Psicanalítica de Viena anteciparam, em muitos aspectos, as diversas teorias sobre a homossexualidade que seriam apresentadas na obra de Freud.

O pioneirismo destas considerações não significa que muitas delas não tenham sofrido severas influências da psiquiatria oitocentista, acentuadas pelo fato de que muitos dos primeiros psicanalistas eram psiquiatras. Como pudemos ver no quinto capítulo¹⁶⁸, os analistas de Viena consideravam a existência de um *personagem homossexual* cujo desejo determinaria toda a personalidade e muitas de suas teorias sobre a homossexualidade seguiam um modelo de desenvolvimento e associavam diretamente o homossexual ao feminino. Mais do que isso, a própria pergunta sobre a gênese da homossexualidade já se revela enviesada, pois ela parte de um imaginário específico sobre estes sujeitos. Tematizando a homossexualidade masculina por

¹⁶⁷ Neste momento, a ideia do complexo de Édipo completo (positivo e negativo) ainda não havia sido formulada. Apesar disso, durante a discussão (*ata* 226) Jekels – psiquiatra e psicanalista, membro da Sociedade Psicanalítica de Viena desde 1909 – avançou uma hipótese interessante nesse sentido, ao afirmar que em todas as crianças a ligação amorosa com o genitor do sexo oposto coexistiria com uma ligação primária ao genitor do mesmo sexo.

¹⁶⁸ Ver capítulo 5.4.

muitos anos, os primeiros psicanalistas puderam se desvencilhar, mesmo que apenas na superfície, das ressonâncias psiquiátricas e avançar suas próprias questões, o que ocorreu apenas no nível teórico, na medida em que eles não deixaram de ser marcados pelo contexto social e epistemológico em que cresceram e produziam. Justamente por isso, os membros da Sociedade Psicanalítica de Viena encontrariam extremas dificuldades ao tratar do delicado tema da lesbianidade, na medida que a feminilidade não era um assunto simples para esse grupo predominantemente masculino, o que torna necessário que dediquemos um capítulo para discutir exclusivamente essa temática.

7. A LESBIANIDADE NO DISCURSO DOS PRIMEIROS PSICANALISTAS

Woman, however, stands in front a gate, and only few tough natures have up until now succeeded in climbing over that high gate and looking on the other side of the obstacle for the appeasement of their intellectual hunger.

Aimée Duc, Berlim, 1903.

"A grande pergunta que não foi nunca respondida e que eu não fui capaz ainda de responder, apesar de meus trinta anos de pesquisa sobre a alma feminina é – O que quer uma mulher?" (BERTIN, 1989, p. 250) questionou Freud em 1925, época em que as temáticas da feminilidade e da sexualidade da mulher se mostravam um enigma para a psicanálise, um assunto sobre o qual havia se estudado muito, mas sabia-se pouco (FREUD, 1926). A interlocutora a quem ele se dirigia era Marie Bonaparte¹⁶⁹, psicanalista da segunda geração, à época sua analisanda e futura amiga íntima.

Ao questioná-la, Freud parecia reconhecer os impasses despertados por esse tema em sua obra e mirar na possibilidade de que as psicanalistas avançassem a resolução da problemática da feminilidade. Em 1910, enfim havia se tornado possível que as mulheres ocupassem as fileiras da Sociedade Psicanalítica de Viena e se fizessem ouvir enquanto teóricas, o que provocou um deslocamento na posição ocupada por elas na história da psicanálise, onde até então figuravam enquanto pacientes, cujo corpo se punha a falar por meio do adoecimento histórico (ROUDINESCO, 2009). Escutando no segredo do consultório médico a vida privada das mulheres da burguesia vienense, Freud e Breuer (1893 – 1895) puderam desenvolver uma nova teoria da subjetividade¹⁷⁰, fazendo da histeria “a matriz clínica do primeiro sistema freudiano” e a principal referência psicopatológica para o modelo psicológico construído por Freud entre 1892 e 1905 (MEZAN, 2014, p. 102).

¹⁶⁹ Nascida na França e sobrinha-bisneta de Napoleão, Marie Bonaparte (1882 – 1962) perdeu a mãe ao nascer e foi criada por Roland Bonaparte (1858 – 1924), um pai distante e por sua avó paterna, uma mulher bastante exigente. Herdeira de uma imensa fortuna, se casou com o príncipe Jorge da Grécia (1869 – 1957) e se tornou princesa. Sofrendo de uma profunda frigidez e de constantes pensamentos suicidas, encontrou Freud em Viena, no ano de 1925. Nos três anos seguintes, realizou uma análise terapêutica e didática, que obteve grande sucesso e fez dela uma importante psicanalista. Integrada ao movimento psicanalítico, Marie se dedicou aos debates sobre a sexualidade feminina e foi uma das fundadoras da Sociedade Psicanalítica de Paris (*Société Psychanalytique de Paris*, SPP), na qual investiu grande quantidade de seu dinheiro. Discípula e tradutora de Freud, colaborou com a fuga de Freud durante a ascensão do nazismo e foi a responsável por salvar grande parte de seus manuscritos e instalar sua família em Londres. Sucessivamente, retomou sua análise com Freud até o ano de 1938 e permaneceu sendo uma figura importante da psicanálise francesa durante a segunda e terceira geração da psicanálise, morrendo no ano de 1962 (BERTIN, 1989; ROUDINESCO, 2016). Sobre Marie Bonaparte, ver a biografia “*A última Bonaparte*”, escrita por Célia Bertin (1989), a partir do acesso aos arquivos de sua família.

¹⁷⁰ Ver capítulo 3, página 97.

Isso quer dizer que, quando os homens das quartas-feiras começaram a se reunir na Berggasse 19 em 1902, muito se discutia sobre a vida psíquica e social das mulheres daquela época. Ao analisar o registro das atas, Martins e Moreira (2020, p. 98) argumentam que esse material fornece um verdadeiro testemunho de “como a teoria psicanalítica era construída e ao mesmo tempo se tornava uma ferramenta para justificar os pressupostos dos lugares de poder de onde falavam os médicos que compunham as primeiras reuniões”. Em outras palavras, segundo as autoras, muito do que se discutia sobre as mulheres nos encontros da Sociedade Psicanalítica de Viena partia do ponto de vista masculino a respeito da sexualidade, dos conflitos e das motivações políticas e sociais femininas, apresentando severas marcas do ambiente patriarcal – entendido aqui enquanto forma de organização social baseada na superioridade masculina – em que a psicanálise estava inserida no momento histórico de surgimento.

No entanto, neste capítulo não trataremos das mulheres a que se referiam os primeiros psicanalistas, mas justamente daquelas sobre as quais pouco se dizia e que foram situadas pela historiografia oficial da psicanálise em um lugar de “secretismo, desconforto e ambiguidade” (VYRGIOTI, 2020, p. 119): as lésbicas. É certo que para discutir as especificidades dos discursos dos primeiros psicanalistas sobre a existência e o desejo lésbico, aqui nomeados por lesbianidade, faz-se necessário que recorramos ao que era dito a respeito do feminino, pois como era precisamente apontado pelas pioneiras do feminismo-lésbico alemão e austríaco, entre as quais destacamos Anna Rueling (1904), tanto as questões sobre as mulheres, quanto as temática homossexuais eram assuntos interseccionais à questão lésbica na época que discutimos (FADERMAN; ERIKSSON, 1980). Posto isso, ao investigarmos as especificidades dos discursos dos primeiros psicanalistas sobre a lesbianidade, procuraremos nos posicionar nesses atravessamentos, situando o conteúdo das Atas em um panorama histórico e evidenciando os efeitos da violência patriarcal e homofóbica no que se dizia sobre essas mulheres.

Reconhecendo a dificuldade de Freud e seus contemporâneos de entenderem *o que quer uma mulher* e o enigma que representava a sexualidade, os desejos, as reivindicações e os sintomas das mulheres heterossexuais, assim como as problemáticas impostas pela questão da homossexualidade masculina – que como discutimos até aqui era associada a uma série de estereótipos e a ideia de uma etiologia específica¹⁷¹ – podemos antecipar o impasse que os primeiros psicanalistas enfrentavam ao tratar da subjetividade lésbica. Em 1993, ao escreverem “*Wild desires and mistaken identities: lesbianism and psychoanalysis*”¹⁷², um dos mais

¹⁷¹ Ver capítulos 5.4 e 6.

¹⁷² Em tradução livre para o português: “*Desejos selvagens e identidades equivocadas: lesbianismo e psicanálise*”.

importantes livros sobre lesbianidade e psicanálise, O’Conner e Ryan (1995) enfatizaram as dificuldades dos psicanalistas de discorrerem sobre a lesbianidade de uma maneira que não fosse heteronormativa, implicasse no real conhecimento da diversidade da sexualidade e das histórias das mulheres lésbicas, compreendesse as vicissitudes e a complexidade da identidade lésbica e levasse em conta as forças sociais e a opressão que de diversas maneira dificultam o desejo afetivo-sexual das lésbicas e homossexuais.

Este capítulo, portanto, discutirá as especificidades dos discursos dos primeiros psicanalistas sobre a lesbianidade, considerando os cruzamentos dessa questão com os temas da feminilidade e da homossexualidade. Em particular, buscaremos elucidar as dificuldades dos homens das quartas-feiras em tratar da subjetividade lésbica, explicitando as marcas de silenciamento e ambiguidade que permearam o tratamento dessa questão. Primeiramente, investigaremos o discurso dos primeiros psicanalistas sobre as mulheres e para tal, discorreremos sobre a relação dos primeiros psicanalistas com o imaginário que cercava essa temática na virada do século XIX, discutiremos como se deu a produção de conhecimento teórico sobre as mulheres nas reuniões da Sociedade Psicanalítica de Viena e discorreremos sobre a entrada das primeiras psicanalistas no círculo freudiano. A seguir, investigaremos os discursos dos primeiros psicanalistas sobre lesbianidade no registro das Atas, abordando esse tema dos pontos de vista teórico e social, de maneira a compreender as problemáticas explicitadas pela pesquisa da lesbianidade, tanto em sua especificidade, quanto em relação as questões acerca da feminilidade e da homossexualidade. Por fim, trataremos em detalhes a história de Margarethe Csonka, protagonista do caso apresentado em “*Sobre a psicogênese de um caso de homossexualidade feminina*” (FREUD, 1920), realizando a partir de sua narrativa um trabalho de recuperação e reconstrução da memória da mulher que, há um século, ocupa um lugar central nas discussões psicanalíticas sobre a lesbianidade.

7.1. “O que quer uma mulher?”

Em nosso primeiro capítulo¹⁷³, vimos como Viena era um terreno de amplas contradições para as mulheres, escancaradas na oposição entre seus desejos e o lugar por elas ocupado na sociedade e pelo contraste entre as vidas das mulheres proletárias e burguesas. Como vimos, ao longo do século XIX, a insatisfação com a autoridade masculina, os piores salários e oportunidades e a impotência diante do poder patriarcal, tornou-se revolta,

¹⁷³ Ver capítulo 1.3, página 50.

corporificada nas convulsões histéricas e politizada nas organizações feministas, que lutavam por direitos igualitários¹⁷⁴ em uma sociedade profundamente desigual e misógina

Ao retratar a época em que viveu Dora – analisanda de Freud (1905b) em “*Análise fragmentária de uma histeria*” (“*O caso Dora*”) –, Hannah S. Decker (1991) observa como a literatura e as artes refletiam o antifeminismo e representavam as mulheres como pessoas eróticas, sexualizadas e dominadas pelos instintos. Nas revistas populares da segunda metade do século XIX, era comum que as mulheres fossem retratadas por meio da figura mitológica das ninfas, criaturas femininas passivamente sexuais que tentavam os homens e imaginariamente evocavam a ideia de que, uma vez que escapassem da lei civilizatória masculina, as mulheres se tornariam criaturas selvagens e de natureza sexual aflorada. Essa ideia se tornou uma categoria psicopatológica na década de 1860, quando o diagnóstico de *ninfomania* foi acrescentado aos manuais psiquiátricos e o interesse feminino “anormal” por prazer ou gratificação sexual passou a ser considerado uma síndrome degenerativa.

Chamando atenção para o fato que costumeiramente figuravam, ao lado das ninfas, sátiros e faunos desenhados de forma similar as caricaturas dos homens judeus, estereotipados como animais, Decker (1991, p. 40, tradução nossa) relembra que a sociedade austríaca dessa época era profundamente antissemita¹⁷⁵ e que, na segunda metade do século XIX, havia uma ligação fundamental entre a misoginia e o antissemitismo, pois “era consenso geral de que as mulheres eram inferiores e os antissemitas proclamavam insistentemente que a prova da deficiência dos judeus repousava em sua exibição de traços comumente associados à mulher”. Cabe lembrar que a maior parte das mulheres atendidas pelos primeiros psicanalistas eram, assim como eles, judias, de maneira que sua imagem era frequentemente vítima de profunda degradação.

De grande interesse é o fato de que Decker (1991) elege o “*Die Fackel*” (“*A tocha*”), jornal vienense criado por Karl Kraus¹⁷⁶, como exemplo da representação das mulheres judias que circulava na classe média e na burguesia vienense, na medida que esse era um importante periódico, que circulava particularmente entre os judeus que compartilhavam seu desagrado por aqueles que aparentavam sua judeidade ou que se apegavam a causa judaica.

Kraus não esperava que uma mulher tomasse decisões racionais, pensasse de forma lógica ou sequer fosse verdadeira. Ele supunha que ela agiria de forma desonesta, quando subornada com roupas e sapatos. E como ele considerava que ela estava em um casamento arranjado e, portanto, na posição lamentável

¹⁷⁴ Ver capítulo 2.5.

¹⁷⁵ Discutimos este assunto no capítulo 1.3, página 49.

¹⁷⁶ Ver capítulo 1.3, página 49.

de estar em algum lugar entre "um animal de carga e um objeto sexual", ele não esperava que ela fosse fiel ao marido. [...]. A mulher que escrevia para o público perdia sua atração sexual e a mulher que lutava pela igualdade entre homens e mulheres representava a “perversão” da feminilidade (DECKER, 1991, p. 201, tradução nossa).

O ponto de vista de Kraus era bastante popular entre os homens de sua época como, por exemplo, o filósofo Otto Weininger¹⁷⁷, autor de “*Sexo e Caráter*”, obra cujos argumentos misóginos defendiam que todas as mulheres eram prostitutas e se resumiam à sua sexualidade, por meio da qual contaminavam os homens. “Karl Kraus e Otto Weininger comparavam a judeidade a uma essência feminina responsável pela decadência da civilização patriarcal” (ROUDINESCO, 2016, p. 245) e o material escrito por ambos os autores servem de exemplo do quão a sociedade do início do século XX era misógina. O livro de Weininger atingiu sucesso mundial e o “*Die Fackel*” era um periódico de grande circulação. No quinto capítulo¹⁷⁸, mencionamos o fato de que Fritz Wittels redigiu entre 1907 e 1909 diversos artigos nesse periódico, mas fato é que esse era lido também por Freud e pelos primeiros psicanalistas, pelo menos até Kraus se tornar um crítico assíduo da psicanálise (DECKER, 1991).

A similaridade com as concepções misóginas apresentadas no “*Die Fackel*” pode ser encontrada em diversas reuniões onde os primeiros psicanalistas se propuseram a discutir temáticas que concernem às mulheres. Na reunião de 10 de abril de 1907 (*ata 19*), Wittels apresentou um texto sobre Tatjana Leontiev, revolucionária russa que havia tentado assassinar um alto funcionário do governo czarista (Durnovo), mas assassinou um inocente (Müller) por engano. A intenção do conferencista era expor as motivações psíquicas do ato cometido por Leontiev, problemática explorada a partir da comparação com outras mulheres revolucionárias como, por exemplo, Joanna D’Arc. Afirmando sentir uma “antipatia pessoal por Leontiev e por todas as histéricas” (CHECCHIA; TORRES; HOFFMANN, 2015, p. 256 – 260), Wittels interpretou o revólver empunhado por ela como um símbolo fálico e considerou os argumentos utilizados para justificar a morte de Müller como paranoicos, enfatizando que “a sexualidade está presente em tudo que a mulher faz e sente”.

Adler, que em 1897 casara-se com Raissa Epstein, – uma jovem ideologicamente alinhada com o pensamento de esquerda e que era íntima das fileiras da intelligentsia russa – e, por intermédio dela, convivera com León Trotsky (1879 – 1940) teceu um comentário interessante. Considerando a interpretação “inaplicável no caso de Leontiev”, ele ressaltou que

¹⁷⁷ Sobre Otto Weininger, ver capítulo 1.3, página 50.

¹⁷⁸ Ver capítulo 5, página 151.

“quem está familiarizado com as circunstâncias não pode ser levado a extrair tais conclusões”, demonstrando os excessos interpretativos de Wittels a partir de dois fatos: (1) o revólver era, naquela época, a arma mais moderna e confiável; e (2) na Rússia todos achavam que Müller era Durnovo. Freud, por sua vez, considerou que o conferencista expôs de maneira correta a psicologia dos autores de atentado, postulando que “é o erotismo reprimido que põe a arma na mão dessas mulheres” e considerando que a objeção de Adler à questão do simbolismo da arma não se sustentava (CHECCHIA; TORRES; HOFFMANN, 2015, p. 256 – 259). Ao analisar a discussão da conferência sobre Tatjana Leontiev, Martins e Moreira (2020, p. 93) tecem um comentário preciso ao afirmar que o debate dos primeiros psicanalistas escancara como “a reivindicação política das mulheres pode ser deslegitimada e desautorizada pelas explicações que tentam demonstrar a sexualidade como origem do conflito”, alertando como a psicanálise pode ser usada para patologizar as históricas e, podemos acrescentar, as aspirações e desejos femininos.

Em 15 de maio de 1907 (*ata 24*) foi discutido o artigo “*As mulheres médicas*”, escrito por Wittels e publicado no “*Die Fackel*”¹⁷⁹. O registro das Atas fornece ao leitor um breve resumo do conteúdo do trabalho, onde o autor argumenta que “a mulher estuda medicina a fim de sobrepujar as outras mulheres”, defende a tese segundo a qual “quanto mais histórica for, tanto melhor será seu desempenho como estudante, pois a histórica é capaz de desviar sua pulsão do objeto sexual” e reitera que a mulher “quando começa a exercer a profissão torna-se um perigo para os outros” (CHECCHIA; TORRES; HOFFMANN, 2015, p. 299), pois não tem a confiança das pacientes, não é bem quista pelas enfermeiras e não pode examinar um homem sem que ele tenha pensamentos de cunho sexual. Wittels também afirma que a existência de mulheres médicas é um absurdo, na medida que as mulheres jamais poderiam entender o psicológico masculino ou ter cargos superiores aos dos homens, defendendo, resumidamente, que “o desejo feminino de estudar medicina e de lutar pela igualdade se funda na histeria” (CHECCHIA; TORRES; HOFFMANN, 2015, p. 299).

O texto gerou grande repercussão entre os psicanalistas que, no geral, apresentaram discordâncias do ponto de vista de Wittels, embora parecessem não compreender a importância que o trabalho e a Universidade tinham para as mulheres de sua época. Um dos comentários mais interessantes da reunião partiu de Federn, que ponderou:

A questão do trabalho e da busca de satisfação na vida também merecem atenção quando analisamos o estudo realizado por mulheres. [...] Como

¹⁷⁹ O artigo “*As mulheres médicas*” escrito por Wittels foi publicado sob o pseudônimo “Avicenna” no volume 9, n. 225 do “*Die Fackel*” (“*A tocha*”) de 3 de maio de 1907.

contraponto à visão unilateral de Wittels, Federn menciona a perversidade lasciva de muitos médicos e a exploração sexual que muitas mulheres são submetidas por médicos homens. É inadmissível censurar justo as mulheres afirmando que, ao estudar medicina, são livre curso a sua sexualidade. É uma posição pudica (CHECCHIA; TORRES; HOFFMANN, 2015, p. 300).

Marcando uma posição mais conservadora, Graf afirmou que “no que diz respeito à profissão de médica, em particular, a mulher nunca poderá realizar algo importante como o homem, pois carece de influência pessoal, do poder sugestivo que, além do conhecimento, é indispensável à boa formação do médico”. Hitschmann considerou que “quando as acusa de histeria, Wittels emprega esse conceito de modo injustificado e amplo”. Freud, por sua vez, censurou a “falta de delicadeza” da fala de Wittels, ponderando que “a mulher, a quem a civilização impôs o fardo mais pesado (sobretudo o da procriação), deve ser julgada com tolerância e generosidade nos aspectos em que ficou atrasada em relação ao homem” e, contraditoriamente, afirmando que “é correto que as mulheres não ganharão nada com os estudos e que seu destino também não mudará para melhor com ele. As mulheres também não se comparam ao homem no tocante à sublimação da sexualidade” (CHECCHIA; TORRES; HOFFMANN, 2015, p. 300 – 304).

Em 05 e 12 de fevereiro de 1908 (*atas 39 e 40*), a questão do trabalho feminino voltou para a pauta de reunião dos primeiros psicanalistas em razão de uma conferência de Hitschmann intitulada “*Introdução à anestesia sexual*”. Na ocasião Adler mencionaria o fato de que “as mulheres ainda estão começando a ter uma vida independente, longe da família, e a desenvolver seu caráter; essas aspirações se opõem, em certa medida, a que se entreguem ao coito (*aufgehen*). Isso talvez explique a frequência particular da anestesia em nossos tempos” (CHECCHIA; TORRES; HOFFMANN, 2015, p. 445). Em 11 de março de 1908 (*ata 44*), Wittels voltou a falar sobre as mulheres em uma conferência intitulada “*A posição natural da mulher*”, onde discorreu sobre a passagem do estado de natureza para a cultura e, mais uma vez, fazendo uma leitura naturalizada dos papéis sociais, demonstrou não compreender e menosprezar os direitos que as mulheres de sua época pleiteavam, ao afirmar que em suas reivindicações elas “lamentam não terem nascido homens e buscam tornar-se um (movimento feminista)” e avaliar que “as pessoas não apreciam essas aspirações insensatas e absurdas; nem as próprias mulheres” (CHECCHIA; TORRES; HOFFMANN, 2015, p. 503).

Nessa ocasião, Wittels entrou em confronto direto com Adler que, por ser socialista e casado com uma mulher de esquerda, cujas opiniões a “afastavam do modo de vida da burguesia vienense, em que a mulher devia ser antes de tudo mãe e esposa” (ROUDINESCO; PLON, 1998, p. 7), parecia ser, entre os primeiros psicanalistas, quem melhor compreendia as

reinvidicações feministas, no que se referia ao trabalho e ao acesso à Universidade. Adepto do marxismo, Adler costumava abordar as problemáticas psicanalíticas do ponto de vista político e social, o que transparecia também em suas hipóteses sobre a diferença dos sexos, discutida a partir da noção de hermafroditismo psíquico e baseada em uma leitura sobre a posição que as mulheres e os homens ocupavam no patriarcado¹⁸⁰. Compreendendo que os modos de produção de uma sociedade determinam suas relações políticas, sociais e culturais e afirmando que no capitalismo a mulher também é uma propriedade privada, Adler observou que:

Enquanto todos supõe que a repartição atual dos papéis dos homens e das mulheres é imutável, os socialistas propõem que o quadro da família já se encontra hoje abalado e se abalará cada vez mais. As mulheres não tolerarão que a maternidade as impeça de exercer uma profissão: ou ela constituirá um entrave para algumas, ou deixará de ser um peso. [...] A discussão do matriarcado foi demasiado sucinta: este foi suplantado pelo patriarcado mediante o direito de sucessão. Os estudos de Marx descrevem como, sob o domínio da propriedade, tudo se converte em domínio. A mulher se torna uma propriedade e esta é a origem de seu destino. Por essa razão, deve-se começar por abolir a mulher como propriedade (CHECCHIA; TORRES; HOFFMANN, 2015, p. 506).

Em resposta, Wittels polemizou com Adler, chamando-o de contraditório e argumentando que “é impossível ser freudiano e social-democrata ao mesmo tempo” (CHECCHIA; TORRES; HOFFMANN, 2015, p. 508). Ao analisarem “o ambiente discursivo patriarcal que rodeava os primórdios da psicanálise” por meio dos registros das reuniões da Sociedade Psicanalítica de Viena no período entre 1907 e 1910 (*atas 1 – 102*), ou seja, antes da entrada das mulheres no movimento psicanalítico, Martins e Moreira (2020, p. 86) demonstram como o conteúdo das Atas é profundamente marcado pela crença na superioridade masculina de origem anatômica e pela interpretação da sexualidade feminina a partir do ideal de corpo masculino, alertando para o problema das concepções sobre a sexualidade feminina terem sido, nesse período, sempre discutidas a partir de uma visão masculina, o que acentuava o risco de que essas problemáticas fossem compreendidas apenas do ponto de vista sexual, recalcando a dimensão política e social do sintoma histórico.

Com o início da década de 1910, esse cenário pôde, aos poucos, começar a se modificar a partir da entrada das mulheres no círculo freudiano, processo que, como adverte Cromberg (2010, p. 36), “remete a reconhecimento e pertencimento institucional”, ou seja, se inicia no momento em que elas puderam fazer sua entrada no movimento psicanalítico. Tendo em vista o fato de que uma parcela significativa dos primeiros psicanalistas não entendia as

¹⁸⁰ A hipótese adleriana foi discutida no capítulo 5.4, página 170.

reivindicações feministas no que se refere ao trabalho e a educação e, como homens de sua época, eram apreensivos a esse respeito, é evidente que a aceitação das mulheres no círculo vienense – reiterando aqui que o trabalho das mulheres enquanto analistas ficou à revelia da autorização masculina – não foi imune de querelas.

Em 6 de abril de 1910 (*ata 102*), em meio a um período de importantes mudanças institucionais, Federn propôs a candidatura de Margarete Hilferding, a primeira psicanalista, aos membros da Sociedade Psicanalítica de Viena. Nessa data, o grupo vienense realizava sua primeira reunião após o Congresso de Nuremberg, ou seja, estavam as voltas com a questão da fundação da Associação Internacional de Psicanálise¹⁸¹, proposta a qual eram bastante reticentes, pois os temiam perder seu lugar de protagonistas do movimento psicanalítico. A negociação com Freud – que tentava convencê-los – se encerrou com a eleição de Adler como presidente do grupo vienense e como diretor, ao lado de Stekel, de um novo periódico, publicado pela Sociedade Psicanalítica de Viena. Decidida essa questão, a admissão de mulheres pôde ser discutida na reunião de 13 de abril de 1910 (*ata 103*) e ocorreu, como ressalta Vianna (1991), em meio a duas importantes e significativas deliberações: a mudança nas regras admissionais, que definiu que uma nova candidatura deveria ser proposta por um membro ativo ou honorário, seria votada em segredo e o candidato obteria aprovação com a maioria de três quartos dos votos; e a mudança do local das reuniões, da intimidade da casa de Freud para o ambiente formal do Colégio de Médicos de Viena.

Em uma primeira tentativa de consenso sobre a candidatura de Hilferding, “Sadger se declarou contrário à admissão de mulheres por princípio”, Adler se posicionou “a favor da admissão das mulheres médicas, bem como de mulheres seriamente interessadas em colaborar” e Freud “considerou como uma inconsistência grave a decisão de excluir as mulheres por princípio” (NUNBERG; FEDERN, 1978, p. 466, tradução nossa). Na votação, três dos onze presentes foram contrários à admissão de mulheres – ou seja, mais do que o um quarto necessário para que uma candidatura fosse indeferida – levando o nome de Hilferding a ser reenviado para a pauta. Em 27 de abril de 1910 (*ata 105*), a questão foi retomada e Sadger propôs a leitura de uma carta de Wittels – que podemos supor que se tratava de algum tipo de retaliação à aprovação de mulheres na Sociedade Psicanalítica de Viena – o que Adler não autorizou, sob argumento de que a votação deveria ser secreta, acordando que o voto registrado na correspondência fosse contabilizado. Nessa mesma data Margarete Hilferding foi aceita, se

¹⁸¹ Ver capítulo 4, página 128.

tornando a primeira membra da Sociedade Psicanalítica de Viena, com 12 votos favoráveis, 2 contrários¹⁸² e uma abstenção.

Nascida na Áustria em 1871, Margarete Hilferding (1871 – 1939) era filha de judeus austríacos e teve sua infância e adolescência marcadas pelos temas políticos do patriotismo, do socialismo e da nação judaica. Graduada em 1898 em pedagogia – profissão que na época era possível para as mulheres –, na passagem para o ano de 1899 se matriculou na Faculdade de Filosofia da Universidade de Viena, transferindo-se para medicina no início de 1901, curso no qual se formou em 1903. No ano seguinte, casou-se com Rudolf Hilferding, que conheceu na militância política do Partido Social-Democrata Austríaco (*Sozialdemokratische Partei Österreichs*, SPÖ), onde também se tornou próxima de Alfred Adler e Paul Federn. Entre 4 de maio de 1910 e 11 de outubro de 1911 frequentou 29 reuniões da Sociedade Psicanalítica de Viena, se demitindo após a ruptura entre Freud e Adler e a proibição de que os analistas frequentassem as reuniões dos dois grupos. Desse ponto em diante, colaborou ativamente com o trabalho adleriano. Desenvolveu atividades ligadas à educação e à sociedade e continuou interessada nas pesquisas sobre as mulheres e a feminilidade, do ponto de vista da psicologia individual. Colaborou com atividades militantes e organizações de comunidades de trabalhadores durante a ascensão do fascismo e foi morta ao lado de seus dois filhos em um campo de concentração, no ano de 1939 (VIANNA, 1991)¹⁸³. Embora a presença de Hilferding no movimento psicanalítico tenha sido breve, sua aceitação foi prerrogativa para que outras mulheres pudessem se juntar ao grupo vienense, como ocorreu com Sabina Spielrein e Tatiana Rosenthal em 1911 e Hermine Hug-Hellmuth em 1913. Sua presença foi também muito importante para que algumas ideias sobre as mulheres e a sexualidade feminina, até então bastante difundidas entre os homens das quartas-feiras, pudessem começar a ser contestadas por uma mulher que integrava as discussões teóricas.

Em 11 de janeiro de 1911 (*ata 126*), perante uma plateia de vinte homens, Hilferding apresentou a conferência “*Sobre as bases do amor materno*” e falou, pela primeira vez, a respeito da relação mãe-bebê do ponto de vista feminino. Segundo o registro, Hilferding iniciou sua conferência afirmando que “É um fenômeno frequente que as mães, que muito ansiavam para o nascimento, sintam-se bastante desapontadas com a chegada da criança e não tenham nenhum sentimento real de amor materno” (NUNBERG; FEDERN, 1974, p. 113, tradução

¹⁸² Como a votação era secreta, não é possível saber de quem foram os votos contrários à entrada de Hilferding, mas a partir de posicionamentos anteriores e dos registros da reunião, Cromberg (2010) conjectura que esses foram de Sadger e Wittels, hipótese com a qual concordamos.

¹⁸³ Sobre a vida, a obra e documentos de Margarete Hilferding ver o capítulo “*Sobre as bases do amor materno. Vida e obra de Margarete Hilferding*”, escrito por Helena Besserman Vianna (1991).

nossa). Ponderando que esse fato não se deve à fenômenos fisiológicos, mas psíquicos, a conferencista empreende uma análise das manifestações da ausência de amor da mãe pelo bebê – recusa da mãe em cuidar do bebê, intenção de dar a criança embora ou hostilidade com a criança – para fazer uma afirmação surpreendente do ponto de vista de uma plateia masculina no início do século XX: “o amor materno não é inato” (NUNBERG; FEDERN, 1974, p. 114, tradução nossa). Hilferding analisa, a partir da leitura psicanalítica, que é a interação física entre a mãe e o bebê que suscita o amor materno, conjecturando a respeito das mudanças que o puerpério causa na vida sexual da mulher e avançando a hipótese que, nesse momento, a criança torna-se o objeto sexual materno e tem seu erotismo despertado, período que deve coincidir com as necessidades de cuidado por parte da criança. Por fim, Hilferding hipotetizou sobre a condição das mulheres que não conseguem se separar da criança enquanto objeto sexual e mencionou a necessidade de estudar em que condições o pai se torna o objeto sexual da criança, como ocorre o desligamento da criança do primeiro objeto de amor e em que medida isso se relaciona com o momento que antecede a puberdade (período de latência).

A apresentação de Hilferding encontrou bastante ressonância entre os psicanalistas e, a despeito das discussões entorno da aceitação do caráter inato do amor materno, rendeu um proveitoso debate sobre o papel do pai, a amamentação e a relação entre o amor mãe-bebê e o lugar dela enquanto filha. Ao se valer de concepções psicanalíticas para justificar a inexistência do instinto materno, Hilferding contestou, de forma brilhante, a concepção patriarcal de que a maternidade é um instinto intrínseco à natureza feminina e abriu caminho para que muitas outras mulheres arriscassem se fazer escutar como teóricas. Se Hilferding foi pioneira ao ingressar no movimento psicanalítico e ao apresentar a primeira das seis conferências¹⁸⁴ proferidas por mulheres que se encontram registradas nas Atas, coube a Sabina Spielrein¹⁸⁵ o lugar de “primeira mulher do movimento psicanalítico a seguir de fato uma carreira” (ROUDINESCO, 2016, p. 174), ingressando na Sociedade Psicanalítica de Viena em 11 de outubro de 1911 (*ata 146*), publicando diversos artigos, sendo a pioneira introdutora do conceito de pulsão de morte na rede conceitual psicanalítica e colaborando com a implementação da psicanálise na União Soviética entre 1923 – 1927. Quando o stalinismo levou

¹⁸⁴ Além de *As bases do amor materno*, o registro das Atas conta com outras cinco conferências apresentadas por mulheres, duas delas proferidas por Sabina Spielrein – “*Sobre a transformação*” (*ata 152* – 29 de novembro de 1911) e “*Exposição sobre a masturbação [Oitavo debate sobre a masturbação]*” (*ata 167* – 20 de março de 1912) – e as outras três por Hermine Hug-Hellmuth – “*Alguns trabalhos de Stanley Hall e de sua escola examinados do ponto de vista psicanalítico*” (*ata 208* – 29 de outubro de 1913), “*Jogos infantis*” (*ata 221* – 11 de fevereiro de 1914) e “*Sobre o destino amoroso de três lésbicas*” (*ata s/n* – 8 de novembro de 1916).

¹⁸⁵ Em “*Sabina Spielrein: de Jung a Freud*”, Sabine Richebächer (2012) narra a fascinante biografia dessa pioneira psicanalista. O primeiro volume da obra teórica de Sabina Spielrein foi publicado em português com comentários de Renata Cromberg em “*Sabina Spielrein: uma pioneira da psicanálise*” (CROMBERG, 2014).

o movimento psicanalítico russo a uma progressiva dissolução, no final da década de 1920, Spielrein continuou praticando a psicanálise clandestinamente até morrer vítima do nazismo, em 1942 (CROMBERG, 2017).

Se, por um lado, a entrada na Sociedade Psicanalítica de Viena permitiu às mulheres o pertencimento institucional, o trabalho e até mesmo o voto – o que não era um direito para as mulheres austríacas no início da segunda década do século XX –, por outro, ocupar um ambiente majoritariamente masculino, onde a produção de saber, inclusive sobre as mulheres e a sexualidade feminina, era feita por homens, em um momento histórico em que as feministas sufragistas ainda aspiravam conquistas seus primeiros direitos igualitários, era de extrema dificuldade para as primeiras psicanalistas, que ingressaram no círculo freudiano quando o movimento psicanalítico começava a se hierarquizar e a vivenciar suas primeiras rupturas. Elas foram, sem dúvidas, pioneiras e abriram caminho para que, a partir dos anos 1920, as mulheres – entre as quais destacamos Helene Deutsch, Hilda Doolittle, Ruth Mack-Brunswick, Joan Riviere, além das ilustres Marie Bonaparte e Lou-Andreas Salomé¹⁸⁶ – pudessem fazer sua “segunda entrada na grande História, agora como protagonistas do movimento psicanalítico” (ROUDINESCO, 2016, p. 349) trabalhando com as questões da feminilidade e da análise de crianças.

Para concluir, cabe relembra o percurso que nos trouxe até aqui. Iniciamos este item questionando o discurso dos primeiros psicanalistas sobre as mulheres (heterossexuais) e podemos concluir, sem surpresas, que a psicanálise possui marcas profundas do ambiente patriarcal em que surgiu, as quais se refletem nas concepções teóricas sobre a mulher e a sexualidade feminina. Durante as duas primeiras décadas do século XX, a despeito da presença de mulheres no movimento psicanalítico, esse saber foi produzido majoritariamente por homens, partindo de um ponto de vista masculino e, muitas vezes, misógino.

Considerando que, durante quase toda a primeira metade do século XX, o desenvolvimento das concepções psicanalíticas sobre a lesbianidade se deu no contexto dos estudos sobre a feminilidade (O’ CONNOR; RYAN, 1995) e que, como vimos, os debates sobre a homossexualidade, por mais que fossem progressistas, apresentavam importantes marcas históricas do tempo em que aconteceram, podemos avançar a hipótese de que trabalhar com a lesbianidade, ou seja, com as relações afetivo-sexuais entre mulheres e com a subjetividade lésbica, era um desafio imenso para os integrantes da Sociedade Psicanalítica de Viena. Nas múltiplas direções em que o pensamento sobre a lesbianidade foi desenvolvido pelos primeiros

¹⁸⁶ Ver capítulo 4, página 129.

psicanalistas, nos deparamos com importantes intersecções com as compreensões sobre a feminilidade e a homossexualidade, conforme nos dedicaremos agora a explorar.

7.2. As teorias etiológicas sobre a lesbianidade

Tendo em vista que os debates sobre a sexualidade feminina se expandiram apenas nas décadas de 1920 e 1930, conduzir uma pesquisa a respeito do o discurso dos primeiros psicanalistas sobre a lesbianidade, a partir do registro das “*Atas da Sociedade Psicanalítica de Viena*” – ou seja, entre os anos de 1906 e 1918 –, significa trabalhar com um material escasso e fragmentário. Ocupando um lugar às margens do debate sobre a feminilidade ou a homossexualidade (masculina), a subjetividade lésbica não era um assunto completamente negligenciado pelo contexto em que nasceu a psicanálise e, como vimos no capítulo 2, os psiquiatras se dedicaram muito a compreender a lesbianidade, enquanto as lésbicas feministas pautavam essa discussão perante os movimentos homossexual e sufragista. Contudo, em uma época em as questões acerca da sexualidade da mulher ainda estavam germinando na teoria psicanalítica, falar sobre as relações lésbicas representava um passo grande demais para o que parecia possível aos primeiros psicanalistas.

Em algumas ocasiões, homens e mulheres eram incluídos quando se debatia a *homossexualidade* ou a *inversão sexual*, mas, ao contrário do caso masculino, a psicanálise nascente se dedicou pouco ao tema da lesbianidade, no que ela tinha de específico. Em 1911, Rank (1911, p. 2) lamentou faltar “a experiência e a explicação psicanalíticas para a compreensão da tendência à inversão na mulher” e, uma década mais tarde, Freud (1920, p. 115) voltou a mencionar como a lesbianidade estava sendo “negligenciada pela pesquisa psicanalítica” na abertura de “*Sobre a psicogênese de um caso de homossexualidade feminina*”. Perante os escassos debates a esse respeito na literatura das primeiras décadas da psicanálise, os conteúdos e hipóteses debatidos nas Atas, por mais que sejam escassos, representam uma rara exceção e nos permitem traçar, em linhas gerais, o que os vienenses pensavam sobre a subjetividade lésbica – por mais que pouco se dedicassem à publicar a respeito –, acompanhando o surgimento das linhas gerais de pensamento, que, posteriormente, se desenvolveriam nas leituras psicanalíticas sobre a lesbianidade.

Na reunião de 17 de fevereiro de 1909 (ata 69), Sadger apresentou uma conferência intitulada “*Das memórias de uma jovem rapariga*”, trazendo para o debate o caso de uma mulher de 23 anos de idade, que sofria de uma histeria grave, cujos sintomas eram ataques de vômito e náusea. Conforme o relato do orador, a jovem pertencia à uma família com muitos

casos de adoecimento psíquico – a mãe era uma histérica grave, o irmão mais velho sofria de paranoia, uma de suas irmãs tinha demência precoce e a outra estava na borda da psicose – e “seus vômitos haviam começado por razões homossexuais”, quando a analisanda, que era telefonista, se apaixonou por uma colega de trabalho. Constatando que “a paciente havia tido inúmeras aventuras e relações amorosas” homo e heterossexuais, mudando constantemente de relacionamento, Sadger interpreta o caso a partir da relação da jovem com a figura materna. De acordo com essa hipótese, os vômitos da jovem teriam origem na “imitação” ou no “recalque” de sua mãe, cujo amor ela não pôde voltar a encontrar com nenhum parceiro ou parceira, o que, segundo o conferencista, faria malograr todas as suas relações, suposição reiterada pela observação de que seus únicos relacionamentos que tiveram certa duração ocorreram com homens que pareciam a mãe de alguma maneira, particularmente na crueldade (NUNBERG; FEDERN, 1980, p. 149-150, tradução nossa).

Embora não tenha sido registrado nas Atas, Sadger (1908) brevemente menciona esse caso em “*Fragments da análise de um homossexual*”, onde ressalta reiteradamente que a analisanda teria fortes características femininas e que nada em suas formas corporais ou expressões de caráter se aproximariam do tipo masculino. Apesar disso e sem dar explicações, o autor afirma que a análise revelou que “a dita doce garota, esse tipo aparentemente extremamente feminino, era basicamente muito mais um homem e sempre se sentiu assim” (SADGER, 1908, p. 343, tradução nossa), sem definir do que se tratava ‘ser’ ou ‘se sentir’ um homem e sequer justificando essa consideração do ponto de vista teórico, assunto que retomaremos adiante.

Durante a discussão, Federn teceu um longo comentário, pontuando que:

A paciente [...] havia sido incapaz de passar da etapa da masturbação masculina do clitóris para a excitabilidade vaginal. Outro feito notável é que a paciente, apesar de ter praticado toda a espécie de jogos sexuais com seu irmão (provavelmente masturbação mútua e não como disse erroneamente aquela “coito homossexual”), *não demonstrou quase nenhum interesse pelo pênis* (NUNBERG; FEDERN, 1980, p. 150, tradução nossa, grifo nosso).

Hitschmann também enfatizou esse aspecto, afirmando que o fato de a analisanda demonstrar tão pouco interesse pelo pênis, lhe causava certa estranheza. Freud, por sua vez, teceu um longo comentário, centrado na ideia de que a forma da paciente se relacionar representaria uma “tendência infantil generalizada”, apresentada pela fusão, em seu relato, do “autoerotismo comum da (primeira) infância com o amor objetual dos anos posteriores”. Afirmando que a paciente “com toda justificativa poderia se qualificada de perverso-

polimorfa”, Freud se dedica então a responder como esse quadro poderia coexistir com a manifestação da histeria, ponderando que a solução para o problema poderia estar na homossexualidade (NUNBERG; FEDERN, 1980, p. 152, tradução nossa). A explicação avançada por Freud é a de que as neuroses poderiam se originar na supressão de uma tendência pulsional homossexual e que, talvez, a paciente teria sua heterossexualidade desinibida e livre, estando “sujeita às mesmas restrições que afetam qualquer mulher comum em relação à sua heterossexualidade”, do ponto de vista de sua “homossexualidade” (NUNBERG; FEDERN, 1980, p. 153, tradução nossa). Por restrições, Freud se refere ao fato de que grande parte das mulheres de sua época não exploravam a própria sexualidade, ficando restritas à relação afetivo-sexual com um único homem ou a apenas um componente da pulsão sexual, análise que não aborda a problemática do ponto de vista social, naturalizando a inibição da sexualidade feminina e interpretando-a como um fenômeno psíquico.

O restante da discussão se centrou exclusivamente na psicologia dos “Don Juan e das Messalinas”¹⁸⁷, de forma que os aspetos específicos da sexualidade lésbica, ou mesmo da sexualidade da mulher, ficaram em segundo plano. O comentário de Stekel na abertura do debate indica que Sadger havia abordado as figuras de Don Juan e Messalina em sua fala, o que nos leva a concluir que o assunto não surgiu espontaneamente e se referia a algum aspecto da conferência que não foi registrado na ata. A despeito disso, chama atenção como o debate do caso de uma mulher acabou por se centrar nos aspectos da vida sexual masculina e como o comportamento liberal da analisanda, no que se refere à sexualidade, pareceu ser argumento para pejorativamente assimilá-la às “prostitutas”. Além da comparação com Messalina, Sadger afirmou que a jovem “talvez revele a natureza de uma prostituta nata”, Federn comparou os aspectos de sua vida sexual ao de “todas as prostitutas” e Freud abriu sua fala afirmando considerar o caso “repulsivo”.

No que se refere à lesbianidade, duas hipóteses que seriam posteriormente desenvolvidas na psicanálise são introduzidas nessa discussão: a relação da escolha de objeto lésbico com a fixação na figura materna, elucidada por Sadger; e a menção à ausência de interesse pelo pênis, em sua relação com a ideia de uma sexualidade imatura ou infantil,

¹⁸⁷ De origem espanhola, a lenda de Don Juan data do século XVII e conta a história de um jovem aristocrata sedutor, que conquistava as mulheres, com promessas de amor e casamento, deixando-as sempre de coração partido. Símbolo da libertinagem, essa figura literária se popularizou na cultura europeia, encontrando diversas representações na arte e na literatura. Por sua vez, Messalina foi uma influente imperatriz romana que se tornou conhecida por sua reputação sexual, enquanto adúltera, promíscua e insaciável sexualmente. A maneira que a sua história foi transmitida é marcada por um viés político contra ela e a posição de poder que ocupava, tendo sua figura se perpetuado na arte e na literatura e seu nome se tornado sinônimo de “prostituta”.

apontada por Federn, Hitschmann e Freud. Analisaremos agora, cada uma dessas maneiras de compreender a lesbianidade do ponto de vista psicanalítico.

A hipótese de que a *lesbianidade teria relação com a fixação na figura materna* se assemelha em muitos aspectos à teoria sadgeriana sobre a gênese da homossexualidade, discutida no capítulo 6¹⁸⁸, o que foi favorecido pois, na primeira década do século XX, a teoria psicanalítica ainda estava distante de avançar as formulações sobre o período pré-edipiano (FREUD, 1931), de maneira que o fato que o primeiro investimento da mulher é uma mulher não chega a ser problematizado pelas hipóteses avançadas nessa época (PADOVAN; MÜLLER, 2016). Em “*Uma contribuição sobre o narcisismo*”, Rank (1911, p. 2) elucida a aplicação da tese materno-infantil à lesbianidade – denominada “inversão na mulher” – transpondo o modelo masculino sadgeriano para o caso feminino, a partir do conceito de narcisismo. Para tal, o autor apresenta o relato clínico da análise de uma jovem que, segundo ele, não podia ser considerada como “particularmente neurótica ou manifestamente invertida”, mas cuja análise de um sonho pôde demonstrar a sua tendência homossexual latente.

O artigo de Rank (1911) objetivava, fundamentalmente, demonstrar como o narcisismo feminino pode estar na base de uma paixão pelo próprio corpo – cuja consequência seria a vaidade – e de uma tendência à “inversão”, manifesta ou latente. O sonho da paciente, relatado em detalhes, é interpretado como uma manifestação do desejo inconsciente e remetida ao conflito da analisanda entre ter uma posição social autônoma e se casar. Esse dilema teria sido traduzido para a sonhadora em uma pergunta – “deveria ela deixar sua cidade atual e, lançando-se à própria sorte, dirigir-se a uma cidade em particular na região central da Alemanha pela qual ela teria especial adoração?” –, sendo o impulso de se mudar compreendido por Rank (1911, p. 2) enquanto uma esperança de encontrar, na cidade em questão, um jovem rapaz (designado W.) que ela conhecera anos antes e que a havia idolatrado.

Segundo a descrição do caso, ao se ocupar com pensamento matrimoniais ligados a W., a jovem se preocupava com a ideia de ele ter se casado e, se sim, demonstrava curiosidade a respeito da aparência de sua atual esposa. Essa problemática aparece em sonho, onde ela recebe três cartas do amado, a última com uma série de fotografias, entre as quais localiza a imagem da mulher de W., considerando-a muito feia e apaziguando-se ao concluir que “com uma mulher assim, acho que ele pensaria sempre em mim mesmo” (RANK, 1911, p. 2). Em seguida, ela encontra um segundo retrato, de uma mulher que considera muito bonita e cujo penteado, os olhos e a forma do rosto lhe lembraram de si mesma, levando-a a mergulhar apaixonadamente

¹⁸⁸ Sobre a teoria materno-infantil de Sadger ver capítulo 6.1.

na imagem. Ao sonhar, a curiosidade em relação a quem “teria ocupado seu lugar” (RANK, 1911, p. 2) é tranquilizada quando a analisanda se depara com a imagem da esposa de W., que a leva a pensar que “ele teria se casado com outra apenas por motivos materiais, com uma mulher inclusive menos bela, sendo que a admiração pelo seu retrato não teria diminuído”.

Segundo a interpretação de Rank (1911, p. 2), o conteúdo do sonho remeteria a relação infantil da jovem com as suas figuras parentais, onde a “condição para o amor [*Liebesbedingung*]” teria relação com a exigência de superar a mãe em beleza, desbancando-a diante do pai e triunfando sobre a rival – o que no caso do sonho teria ocorrido quando a garota se depara com a imagem da esposa de W., sobre a qual ela teria triunfando inconscientemente. Em seguida, o autor avança a hipótese de que essa seria a condição de um tipo de escolha de objeto para as mulheres – tal qual Freud (19010b) elucidara para os homens em “*Um tipo especial de escolha de objeto feita pelo homem (Contribuições à psicologia do amor)*” –, o que predisporia as mulheres ao narcisismo. Ao se “desapontar em suas esperanças” (RANK, 1911, p. 2), ou seja, na medida em que a libido não se satisfaz nessas condições, ela se transfiguraria em narcisismo, encontrando, no caso da jovem analisanda, satisfação substitutiva em seu sonho (PADOVAN; MÜLLER, 2016), onde a fotografia da mulher feia representaria a figura materna e o retrato que jovem admirara representaria a imagem narcísica que ela construíra de si mesma, ao mesmo tempo em que condensaria ela e a mãe em uma única figura.

O fato dela não se reconhecer na fotografia, em um primeiro momento, é atribuído pelo autor à dois motivos: a ação do mecanismo da censura, que a impede de tomar conhecimento da paixão por si mesma, por esta ser demasiado obscena; e por essa representar um fino traço do fundamento narcisista da paixão homossexual, pois ela apaixonara-se por um retrato feminino que parece com ela, a ponto de confundir-se. Elucidando a existência de uma dependência entre interesses homossexuais e narcisistas, que para a jovem transpareceria em seu costume de ver retratos de mulheres, comparando-as com si mesma – como fizera no sonho – Rank (1911, p. 2) interpreta que a jovem, primeiramente bissexual, passara por um período intenso, ainda que breve, de fixação na mãe, que fora posteriormente reprimido. Se estabelecendo permanentemente no inconsciente, mesmo após o despertar de interesses heterossexuais manifestos, esse teria retornando na forma de narcisismo para encontrar satisfação substitutiva, de forma que “havendo uma mescla de elementos narcisistas e homossexuais, seu desejo seria reorientado em direção a pessoas que apresentassem uma imagem de si e que, ao mesmo tempo, evocassem a intensa relação vivida junto da mãe” (PADOVAN; MÜLLER, 2016, p. 2).

Posto isso, Rank (1911, p. 2) avança uma tese geral sobre a lesbianidade, que transcreveremos:

Partindo então de nosso caso de homossexualidade latente, assim como de outros casos análogos e oriundos da literatura, teríamos enfim as condições para comprovar [*belegen*] a existência de um grupo de uranianas [*Urninden*] caracterizado pela fixação da tendência à inversão [*Fixierung der Inversionsneigung*] e pela sua escolha primária de objeto amoroso, esta marcada pelo intenso recalque de uma forte fixação primária na mãe e pela identificação com ela estabelecida. Levando em conta a tendência narcísica (rejuvenescimento), tal fixação resultaria na escolha de objetos sexuais que teriam a própria mãe como modelo, revelando assim exatamente o mesmo mecanismo reconhecido por Freud e por Sadger em um determinado grupo de homens invertidos.

Em outras palavras, a lesbianidade teria sua gênese no *recalque da forte fixação da menina à figura materna enquanto objeto primário, o qual precipitaria a identificação e resultaria na escolha por um objeto amoroso do mesmo sexo, segundo o modelo da mãe*. No narcisismo – como é o caso da jovem sonhadora –, o que estaria em jogo na eleição de um objeto de amor seria a imagem da própria pessoa, mas nesse, assim como na lesbianidade, os elementos narcistas e homossexuais apareceriam mesclados e remeteriam à fixação na mãe, ou, mais precisamente, as primeiras experiências de satisfação da criança junto dela. Ainda que não fique claro as razões que diferenciariam a lesbianidade da escolha de objeto narcísica que, na interpretação do caso, é justificada pela trama edípica, a transposição de Rank do modelo materno-infantil de Sadger para o caso das mulheres significou uma primeira elaboração no que se refere à literatura psicanalítica sobre a lesbianidade.

A hipótese de que o desejo lésbico teria relação com a ligação da menina com sua mãe permaneceu sendo uma das mais sólidas teses sobre a lesbianidade durante as primeiras décadas da psicanálise, sendo trabalhada, com as devidas reformulações, em Freud (1920, 1933) e, posteriormente, em Helene Deutsch¹⁸⁹. Como vimos, essa interpretação foi evocada por Sadger em “*Das memórias de uma jovem rapariga*”, quando o autor atribuiu o malogro das relações amorosas de sua analisanda à impossibilidade dela encontrar um parceiro amoroso que a amasse tal como sua mãe, o que podemos entender como fixação infantil no amor pela figura materna

¹⁸⁹ Helene Deutsch (1884 – 1982) foi uma importante analista da segunda geração e pioneira nos estudos sobre a sexualidade feminina. Nascida na Polônia e descendente de uma família da burguesia judaica assimilada, em 1907, mudou-se para Viena, onde começou a estudar medicina, especializando-se em psiquiatria a partir de 1914. No ano de 1918, quando já assistiu alguns seminários de Victor Tausk, começou a acompanhar as reuniões da Sociedade Psicanalítica de Viena, da qual se tornou membro em 13 de março do mesmo ano. Tendo sido analisada por Freud durante um breve período, prosseguiu sua carreira enquanto analista, desenvolvendo importantes teses sobre a feminilidade. Exilou-se nos Estados Unidos em 1935, continuando sua carreira na Sociedade Psicanalítica de Boston (*Boston Psychoanalytic Society*, BoPS).

que, nesse caso, não teria encontrado um objeto de amor que consiga substituí-lo de forma duradoura. A despeito dessa hipótese não ter sido desenvolvida ou aprofundada nas reuniões da Sociedade Psicanalítica de Viena, a teoria materno-infantil frequentemente servia como pano de fundo para as discussões ocorridas entre os primeiros psicanalistas no que se refere às relações entre mulheres, como veremos nas hipóteses que abordaremos a seguir.

A associação entre a lesbianidade e a repulsa do pênis aparece muito cedo nas reuniões da Sociedade Psicanalítica de Viena, tendo sido introduzida pela primeira vez por Federn em 27 de novembro de 1907 (*ata 31*), quando Stekel proferiu a conferência “*Dois casos de histeria de angústia*”, apresentando o relato da análise de uma celebre cantora de concertos que, repentinamente, perdera sua voz. Interpretando o caso como uma neurose profissional, o analista afirmou que os motivos psíquicos que ocasionaram seu sintoma estavam relacionados à continuação do exercício de sua profissão, ressaltando que o momento que lhe faltou voz pela primeira vez era significativo do ponto de vista psíquico. Embora o caso não tenha sido aprofundado além desse ponto, os comentários no debate nos permitem acrescentar alguns detalhes: a cantora disputava um amado (P.) com sua rival (Oda), de quem gostaria de se vingar; ela afirmava ter sentimentos maternos com os homens; Oda lhe lembrava sua mãe; e a analisanda teria relações heterossexuais, mas sua libido seria restrita.

Ao comentar o caso apresentado por Stekel, Federn afirmou reconhecer “imediatamente que *a paciente é lésbica em sua fantasia segundo a qual já teria sido um rapaz*” e, embora não fique claro o que justifica essa consideração, ou seja, se o analista se refere à posição da cantora frente ao objeto, ao seu comportamento, aos seus trejeitos ou a sua história infantil, o mesmo é reiterado por Sadger que considerou que “Por trás do seu amor pelo músico P. está seu amor homossexual: ela o chama de mãe; com ele, ela pode fazer o papel de homem” e interpretou seu medo de entrar em lugares frequentados por mulheres como “uma tendência (respectivamente uma aversão) homossexual (CHECCHIA; TORRES; HOFFMANN, 2015, p. 370 – 371, grifo nosso). Independentemente dos motivos, o que é aqui colocado é a existência de uma associação, na concepção dos analistas, entre a lesbianidade e a masculinidade.

Voltaremos a esse ponto posteriormente, mas antes faz-se necessário destacar a continuidade do comentário de Federn que utiliza-se de “um caso profundamente analisado por ele” para avançar a hipótese de que “*as lésbicas tiveram, em sua infância, uma experiência repulsiva do pênis*” (CHECCHIA; TORRES; HOFFMANN, 2015, p. 370, grifo nosso). A ideia de que a lesbianidade teria relação com a repulsa e a ausência de interesse pelo pênis foi retomada em algumas ocasiões por Federn, um analista com vasta experiência clínica, mas ele não chegou a aprofundar ou debater o assunto nas reuniões da Sociedade Psicanalítica de Viena.

Em 12 de fevereiro de 1908 (*ata 40*), durante a “*Discussão sobre a anestesia sexual*”, Federn mencionou que “os fortes impulsos sádicos ou lésbicos também podem causar anestesia” (CHECCHIA; TORRES; HOFFMANN, 2015, p. 447), ou seja, evitação da relação sexual (heterossexual), que muitas vezes era associada pela permanência da excitabilidade do clitóris após a puberdade. Em 17 de fevereiro de 1909 (*ata 69*), como vimos, o analista afirmara que a paciente de Sadger “não demonstrou quase nenhum interesse pelo pênis” (NUNBERG; FEDERN, 1980, p. 150, tradução nossa), comentando também que ela não passara “da etapa da masturbação masculina do clitóris para a excitabilidade vaginal”, hipótese reiterada por Hitschmann e por Freud, que considerara que as manifestações da sexualidade da analisanda apresentavam uma “tendência infantil generalizada” (NUNBERG; FEDERN, 1980, p. 152, tradução nossa).

A ideia da *ausência de interesse pelo pênis, em sua relação com a manifestação de uma sexualidade imatura ou infantil*, apontada por Federn, Hitschmann e Freud, é uma hipótese sobre a lesbianidade ou as experiências lésbicas que, embora não tenha sido aprofundada pelos primeiros psicanalistas, encontrou ressonâncias teóricas em Freud (1920), sendo recuperada em “*Sobre a psicogênese de um caso de homossexualidade feminina*”. Para que possamos explorar essa concepção, cabe retomar o fato de que a obra freudiana postula que o processo de desenvolvimento nas meninas dependeria da transferência da excitabilidade da zona erógena do clitóris – zona erógena diretriz da sexualidade infantil feminina – para a vagina (FREUD, 1905), da superação da inveja do pênis (FREUD, 1923b, 1925b, 1933) – com eventual substituição do desejo de ter um pênis pelo desejo de ter um filho ou de usufruir do pênis no coito – e da substituição do apego pré-edipiano com a figura materna pelo amor edípico com a figura paterna (FREUD, 1931; 1933).

Nos trechos mencionados nas Atas, podemos ver como o desejo lésbico – na fantasia ou não – é correlacionado a uma experiência de repúdio ou ausência de interesse pelo pênis e a um certo infantilismo geral da sexualidade – aqui representado pela ausência de excitabilidade vaginal. Em outras palavras, as discussões sobre a lesbianidade privilegiam tratar do repúdio ao homem (ou ao pênis) – definido por O’ Connor e Ryan (1995) enquanto declínio, recusa ou afastamento – do que do interesse afetivo-sexual pela mulher. A consequência desse raciocínio é que “a possibilidade de uma mulher escolher outra mulher como objeto de amor, sem repudiar o homem, a feminilidade e a maternidade, é excluída e somos deixados com a homossexualidade feminina, inevitavelmente, como uma escolha negativa e reativa, baseada na exclusão do homem” (O’ CONNOR; RYAN, 1995, p. 42, tradução nossa). Desejar uma mulher é, no ponto de vista dos primeiros psicanalistas, algo diretamente atrelado a recusar o homem,

a se manter ligado à figura materna, a repulsar o pênis ou a não migrar o erotismo clintoniano para a vagina, ou seja, a apresentar dificuldades na efetivação do que, naqueles tempos, a psicanálise entendia como desenvolvimento psicosssexual da feminilidade, de maneira que, para teoria psicanalítica nascente, tornar-se mulher equivaleria a tornar-se uma mulher heterossexual. A consequência desse raciocínio é, justamente, considerar a sexualidade lésbica como uma sexualidade imatura, o que não apenas sufoca a possibilidade de se pensar a multiplicidade de fenômenos que pertencem ao campo sexual, como impede que as experiências lésbicas possam ser positivadas (O' CONNER; RYAN, 1995) ou mesmo entendidas em sua especificidade, como algo que se refere ao desejo e aos afetos *entre mulheres*, que ultrapasse as discussões falocêntricas, entorno do homem ou do pênis, enquanto objetos de repúdio.

Se as lésbicas, em seu desenvolvimento psicosssexual, eram consideradas como mulheres de sexualidade imatura, em seus trejeitos, aparências, comportamentos e afetos, os primeiros psicanalistas buscavam traços que pudessem remeter à masculinidade – da mesma maneira que a homossexualidade era relacionada à feminilidade, como vimos no quinto capítulo¹⁹⁰. Nas conferências comentadas previamente, pudemos observar como o desejo ou a fantasia lésbica sempre acabavam por, de alguma forma, ser remetidos ao homem, fosse na interpretação de uma fantasia lésbica enquanto desejo de ser um rapaz, como mencionara Federn nos comentários de “*Dois casos de histeria de angústia*” (27 de novembro de 1907 – *ata 31*), fosse por meio da ideia de que uma mulher, ao posicionar-se de determinada maneira perante o objeto masculino poderia “fazer o papel de homem” (CHECCHIA; TORRES; HOFFMANN, 2015, p. 372), como afirmara Sadger na mesma ocasião, ou fosse pela dificuldade de compreender quais eram as ideias associadas à masculinidade nessa época, ou seja, o que a masculinidade poderia representar para as meninas e mulheres no início do século XX. Fato é que a associação da lesbianidade à masculinidade era bastante comum entre vienenses, tanto pela consideração de que as mulheres lésbicas possuiriam uma sexualidade imatura em que se apegariam à uma masculinidade tida como infantil, quanto pela naturalização dos papéis e características atribuídos às mulheres e homens, o que baseava a conclusão de que as mulheres que de alguma forma arriscavam transgredir o lugar que lhes era atribuído na sociedade gostariam de ser homens e, como pressupunham os princípios heteronormativos, seriam “lésbicas”, mesmo que mulheres sequer lhes interessasse enquanto objeto de amor. Exploraremos agora algumas Atas em que essa temática é tratada.

¹⁹⁰ Ver capítulo 5.4.

Na reunião de 19 de outubro de 1910 (*ata 115*), Adler proferiu a conferência “*Uma pequena contribuição ao tema da mentira histérica*”, apresentando o caso clínico de uma garota de 20 anos, encaminhada para a análise por enurese e pelo hábito de se lambuzar nas próprias fezes [*feces-smearing*], em quem “todas as categorias do protesto masculino estavam inteiramente presentes” e se revelavam em um sonho recorrente, onde ela estaria tendo uma relação sexual com um homem deitado embaixo dela. O sonho, considerado “típico de uma atitude masculina”, expressaria, do ponto de vista adleriano, a força-motriz da vida da analisanda, ou seja, seu desejo de “estar por cima” [*to be “on top”*] e a enurese foi interpretada como símbolo da “tendência masculina” que apareceria justamente quando a jovem se sentiria “colocada para baixo” (NUNBERG; FEDERN, 1974, p. 18, tradução nossa).

No que se refere ao histórico familiar, Adler destacou que toda a vida da jovem teria sido preenchida por brigas com sua mãe e ela se esforçaria para suplantá-la o lugar ocupado por seu irmão mais velho, enquanto preferido da mãe, e para desempenhar o papel de pai, por quem sentimentos sexuais não vieram à tona.

Em uma idade precoce, ela já tinha a inclinação a mentir¹⁹¹ [*to smearing*] [*anschmieren*] [...] e produziu a fantasia sexual de que “lambuzar” [*to smear*] [*anschmieren*] em uma garota com pomada significava ter relações sexuais com ela. Ela particularmente gostava de enganar [*anzuschmieren*] [...] jovens garotos e sua atitude masculina tem a ver com as mentiras [*the anschmieren*] das meninas (NUNBERG; FEDERN, 1974, p. 18, tradução nossa).

O tratamento ainda estava em curso na época em que o caso foi apresentado por Adler, que relatou que as “mentiras” da analisanda se repetiriam com o analista, por exemplo, quando ela tentara enganá-lo, afirmando que o sonho relatado não teria, de fato, acontecido. O debate, fundamentalmente, abordou as formulações de Adler sobre o protesto masculino, em uma época onde já se acentuavam as divergências entre ele e Freud, sem que se questionasse o que Adler queria dizer, por exemplo, ao se referir a uma tendência ou atitude masculina em sua analisanda. Stekel considerou a analisanda de Adler como “um caso de infantilismo: ela queria ser limpa pela mãe, como era em sua infância, e sua teimosia denuncia, apenas, seu enorme amor pela mãe” (NUNBERG; FEDERN, 1974, p. 22, tradução nossa) e Freud afirmou que a jovem se tratava de um caso onde “a perversão histérica está misturada com um caráter malformado”

¹⁹¹ O termo utilizado no texto original em alemão é “*anschmieren*” que significa “lambuzar” ou “mentir/subornar/enganar” e que foi traduzido, na edição em inglês, por “*smearing*”. Na medida em que o termo em inglês abarca apenas o primeiro significado da palavra, cabe ressaltar a existência de uma relação, no texto original, entre o termo aqui utilizado enquanto sinônimo de “mentir” e a palavra utilizada para descrever o sintoma da jovem de se “lambuzar” em suas fezes [*feces-smearing*].

Em 26 de janeiro de 1910 (*ata 95*) durante uma conferência de Hitschmann denominada “*Apresentação de casos relacionados à neurose obsessiva*”, Steiner afirmou que “não há dúvidas de que o desejo de ser um homem desempenha um papel em todas as mulheres. É também compreensível que certos homens experienciam um desejo análogo de mudar de sexo” (NUNBERG; FEDERN, 1978, tradução nossa). Essa ideia não foi desenvolvida na ocasião, mas podemos observar como a concepção de que as mulheres desejariam ser homens é retomada em algumas reuniões dos primeiros psicanalistas, sem ser desenvolvida, aprofundada ou discutida. Em 4 de dezembro de 1912 (*ata 181*), durante uma sessão de discussão de relatos clínicos, Federn apresentou o seguinte caso:

Uma menina que se sentia muito à vontade em seu papel feminino e em quem a inveja do pênis havia se formado de maneira autêntica. A criança, que em todos os outros aspectos está facilmente pronta para a renúncia, não se entrega a esse ponto e declara que ainda pode se tornar um menino. A inferioridade, no sentido de Adler, provavelmente tem algum significado, mas não é o aspecto primário (NUNBERG; FEDERN, 1978, p. 155, tradução nossa).

Raciocínio semelhante, no que se refere a relação da menina com o masculino, é empregado pelo autor em 18 de março de 1914 (*ata 226*), durante a segunda “*Discussão sobre o complexo de Édipo infantil*”, onde ele relatou o caso de “uma menina que exprimia desde cedo o desejo de ser um menino e que fizera isso desde os dois anos de idade, quando viu os órgãos genitais de seu irmão: ela declara que também queria tê-lo. Mas ela não tardou a se reconciliar com seu *papel feminino*, quando sucedeu a identificação com a mãe grávida” (NUNBERG; FEDERN, 1978, p. 266, tradução nossa, grifo nosso).

Ao abordar as ideias aqui mencionadas, os primeiros psicanalistas pareciam não conseguir avançar a pergunta do porquê, fosse no caso a caso ou de maneira geral, as meninas desejariam, de forma manifesta – como nos casos de Federn – ou latente – como com a analisanda de Adler –, ser um menino, ou desempenhar um “papel masculino”. Muito pelo contrário, o assunto era tratado de maneira naturalizada e a ideia de “masculinidade” não era definida do ponto de vista psicanalítico – como vimos no quinto capítulo¹⁹² –, de forma que, se por um lado, não era possível compreender com clareza o que eram as “atitudes” ou “tendências” masculinas observadas nas mulheres, por outro, a lesbianidade era diretamente atrelada à uma suposta masculinidade, em última instância relacionada aos estereótipos de gênero, enquanto crenças sobre os comportamentos, papéis e atitudes das mulheres e homens.

¹⁹² Ver capítulo 5.4.

Um exemplo importante, nesse sentido, pode ser encontrado na conferência de 08 de novembro de 1910 (*ata 118*) quando, em meio ao debate intitulado “*Escolha profissional e neurose*”, Tausk relatou “sobre quatro estudantes do sexo feminino que são homossexuais e vieram para a medicina a fim de se manterem informadas sobre assuntos sexuais” (NUNBERG; FEDERN, 1974, p. 54, tradução nossa). Diante deste comentário, Hilferding – a única psicanalista até então – intervém e contesta a argumentação, fazendo um comentário preciso ao apontar como as afirmações generalistas de Tausk eram problemáticas, justamente por não levarem em consideração o lugar que as mulheres ocupavam na sociedade vienense:

[Hilferding] gostaria de mencionar que atualmente nem se dedicar à uma profissão, nem a escolha específica de uma são livres, principalmente no caso das mulheres; para ela, de fato, apenas a medicina e a filosofia são possibilidades. Casos de homossexualidade tão numerosos como Tausk alegou parecem improváveis para ela. É mais provável que o observador abordou esse assunto com uma opinião preconcebida (NUNBERG; FEDERN, 1974, p. 56, tradução nossa).

Como vimos no segundo capítulo¹⁹³, afirmações como a de Tausk eram bastante comuns nos países germânicos, pois, em uma época em que as mulheres avançavam suas primeiras conquistas no que se refere à educação e empregabilidade, os antifeministas se apropriaram dos diagnósticos de *lesbianismo* e *inversão sexual*, utilizando-os para deslegitimar as reivindicações femininas, ao afirmarem que apenas as mulheres masculinas queriam educação e emprego, provocando uma assimilação entre as feministas e as lésbicas. A sexologia que, durante a segunda metade do século XIX e o início do século XX, havia se dedicado a investigar os trejeitos, aspectos corporais, hábitos, comportamentos e gestos que indicariam a lesbianidade em uma mulher, favorecera esse cenário ao identificar sinais de anomalia e degeneração nas mulheres que fugiam dos padrões sociais e não performavam feminilidade. Ao considerar o desejo de entrar na Universidade e ser independente, o interesse pelas ciências, o hábito de usar calças, beber ou fumar, a voz grossa, as habilidades esportivas, as brincadeiras infantis e os gostos como indicativos de uma condição patológica, os psiquiatras não conseguiam desnaturalizar suas concepções enrijecidas dos papéis masculinos e femininos. As próprias ativistas lésbicas do início do século XX aderiram a essas descrições que, por mais que fossem problemáticas, lhes dava uma identidade que permitiu que elas se articulassem politicamente e criassem uma subcultura. Essa herança contextual, por sua vez, foi transmitida aos primeiros psicanalistas, tomando seus próprios rumos no seio da teoria psicanalítica.

¹⁹³ Ver capítulo 2.2, página 68; e capítulo 2.5, página 89.

Podemos dizer, portanto, que os vienenses não conseguiam se dar conta de que os homens nutriam muitos privilégios e que as mulheres almejavam melhores condições econômicas e sociais, acabando por apenas interpretar qualquer sinal de subversão do lugar social da mulher – e podemos dizer que amar outra mulher seria a maior delas – como indicativo de uma masculinidade psíquica. Além disso, chama a atenção como não tinha nada de psicanalítico na forma como os supostos sinais de masculinidade eram identificadas nas pacientes, na medida que muitas vezes os primeiros psicanalistas desconsideravam as experiências que as analisandas tinham de si e eram excessivamente subjetivos (O’CONNER; RYAN, 1995), utilizando de suas próprias impressões e concepções que, como evidencia o debate entre Tausk e Hilferding, poderiam ser muito equivocadas.

Posto isso, fica evidente como a dimensão política dos comportamentos transgressivos das mulheres, fossem elas lésbicas ou não, acabava por ser patologizada e diagnosticada, como histeria ou *lesbianismo*. Mais do que isso, a investigação dos discursos dos primeiros psicanalistas sobre a lesbianidade, reitera o argumento sustentado no quinto capítulo¹⁹⁴, de que, o ponto de vista psicanalítico, reproduziria estereótipos da lesbianidade e da homossexualidade, que remetiam aos comportamentos esperados dos homens e mulheres no início do século XX, assumindo que a orientação do desejo transpareceria em toda a personalidade de um homem homossexual ou de uma mulher lésbica. Essa constatação avança a conclusão de que, a ideia de que não haveria correlação direta entre as características anatômicas, os comportamentos, a aparência de um sujeito e o objeto sexual ao qual sua libido se destina, presente desde os “*Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*” (FREUD, 1905), não tinha um lugar sólido nem entre os psicanalistas vienenses, o que se refletiria em suas hipóteses e considerações.

No caso das mulheres lésbicas, a questão torna-se mais grave na medida em que Freud (1920; 1931; 1933) irá, a partir da década de 1920, formular a noção de *complexo de masculinidade*, entendido como forma de reação à castração feminina onde a menina exageraria sua masculinidade infantil, mantendo viva até uma época tardia a “esperança de voltar a ter um pênis” e a “fantasia de apesar de tudo ser um homem” (FREUD, 1931, p. 378). Posto isso, a lesbianidade passou a ser considerada como uma realização extrema do complexo de masculinidade, de maneira que, conforme analisa Worthington (2011), a associação entre masculinidade e lesbianidade não se iniciou com a psicanálise, mas se perseverou de maneira consistente na maior parte das publicações psicanalíticas do século XX.

¹⁹⁴ Capítulo 5.4.

A análise do discurso dos primeiros psicanalistas sobre a lesbianidade é um exemplo preciso do que Rich (1982) considera um apagamento da existência histórica das lésbicas e das experiências de identificações entre mulheres. Seja concebendo a sexualidade lésbica como uma sexualidade imatura e associada à masculinidade, seja compreendendo-a enquanto espelho da homossexualidade masculina, como é o caso da tese materno-infantil, podemos ver como a teoria psicanalítica em seus primórdios sempre discutia a lesbianidade a partir de um referencial masculino, na medida que esta era sempre relacionada ao homem e ao pênis ou identificada a homossexualidade masculina. Nesse sentido, a problemática da lesbianidade denuncia as marcas profundas do patriarcado na literatura psicanalítica, explicitando como os vienenses não conseguiam conciliar a subjetividade lésbica com a feminilidade e, muito menos, pensar a experiência lésbica enquanto desejo e afeto *entre mulheres*. Ao assimilar a lesbianidade as problemáticas da homossexualidade e da feminilidade (heterossexual), as especificidades da subjetividade e a possibilidade de que uma mulher escolhesse outra enquanto objeto de amor acabaram por ser recalçadas pelos primórdios da teoria psicanalítica, situando o amor entre duas mulheres em um lugar inenarrável e invisível para a psicanálise.

7.3. A história e a memória de Margarethe Csonka

Até o momento, exploramos o modo como os primeiros psicanalistas tratavam da lesbianidade, evidenciando como este assunto se situou sempre em um lugar marginal nos primórdios da psicanálise. Nesta seção, recuperaremos a história e a memória da primeira paciente que se relacionava com mulheres a se tornar amplamente conhecida pela literatura psicanalítica, narrando aspectos importantes de sua biografia, que transcendem o relato clínico publicado por Freud (1920). Recuperar a história da analisanda de “*Sobre a psicogênese de um caso de homossexualidade feminina*” não significa, neste momento, discutir os meandros teóricos desse texto, como já fizemos no terceiro capítulo¹⁹⁵. Também não requer debater como esse artigo foi amplamente negligenciado pela literatura psicanalítica, exceto por algumas publicações da escola francesa e da literatura *queer* (ALLOUCH, 2005; AZEVEDO, 2013; O’CONNER; RYAN, 1995; LESSER; SCHOENBERG, 1999; WORTHINGTON, 2011), embora reconheçamos esse fato. Tampouco quer dizer trabalhar com as questões metodológicas em torno de sua análise, o que será tema do oitavo capítulo. Significa, neste momento, compreender de que maneira suas experiências e sua vida interrogam as conclusões precipitadas

¹⁹⁵ Ver capítulo 3.2, página 116.

pelo texto freudiano e colaboram para que esse seja, até hoje, considerado um caso “inacabado e ambivalente” (VYRGIOTTI, 2020, p. 131) sobre uma mulher que permanece desconhecida ao leitor e a quem sequer foi atribuído um nome fictício (DE LAURETIS, 1999).

É nesse ponto que se inicia nossa tarefa pois, para contarmos sua história, é necessário decidirmos como chamá-la. É certo que o leitor já conhece nossa decisão final, na medida em que já tratamos desse caso clínico no capítulo 3, mas este assunto não deveria suscitar grandes problemas, não fosse o fato de que Freud (1920, p. 115) limitou-se a chama-la de “a garota” [*das Mädchen*] e que a literatura pós-freudiana a tornou conhecida por “a jovem homossexual”. É certo que não nos referiremos a ela de nenhuma das duas formas, na medida em que, por um lado, “não nomear alguém é recusá-lo uma subjetividade completa” (O’ CONNER; RYAN, 1995, p. 30, tradução nossa) e tem o efeito de criar distanciamento e, por outro, identificar uma pessoa por sua suposta orientação sexual significa reduzir e compreender toda sua identidade a partir dessa marca.

Curiosamente, com o início do século XX, dois novos nomes surgem para se referir à paciente de Freud. O pseudônimo que não lhe fora atribuído em 1920 é criado oito décadas mais tarde, quando Ines Rieder e Diane Voigt (RIEDER; VOIGT, 2000) publicaram a primeira biografia a seu respeito e, atendendo a pedidos da própria biografada, que colaborara com grande parte do relato, optaram por chamá-la de Sidonie Csillag, ocultando sua verdadeira identidade, a de parentes e a de amigos próximos. Em 2004, cinco anos após a sua morte, ousou-se pela primeira vez dizer seu nome, tendo sido revelado que a menina que no início do século XX fizera uma análise na Berggasse 19 se chamava Margarethe Csonka- Trautenegg. É por motivos históricos que optamos por nos referir a ela por seu verdadeiro nome, dado o fato de que aqui nos propomos a contar sua história de um ponto de vista biográfico e também considerando que esse permite que as pesquisas e a documentação a seu respeito continue se ampliando, o que inclui a o arquivo sobre Margareth Csonka depositado na Biblioteca do Congresso, em Washington, que, provavelmente, será aberto ainda em 2020.

Passemos então para um breve relato de sua história, escrito a partir de sua biografia, no Brasil publicada sob o controverso título “*Desejos secretos: a história de Sidonie C., a paciente homossexual de Freud*”. Margarethe Csonka nasceu no ano de 1900 em Lviv, na época uma cidade pertencente à Galícia. Descendente de uma família da burguesia austríaca convertida ao catolicismo, era a segunda filha do casal Arpard e Emma¹⁹⁶ Csonka. Batizada na Igreja católica,

¹⁹⁶ A maior parte dos nomes de amigos e parentes de Margarethe registrados em sua biografia são fictícios e, infelizmente, parte deles ainda não foi revelado. Optamos por, sempre que possível, utilizar os nomes verdadeiros, assinalando quando mencionarmos uma pessoa por seu pseudônimo, como é o caso de *Emma*.

desde cedo esforçou-se para negar e esconder sua origem judaica e, embora não tenha recebido nenhuma formação religiosa, confrontara-se com o cotidiano cristão na escola e evitava ser associada ao judaísmo por seus colegas e amigos. Em 1902, sua família se mudou para Viena e, seguindo a configuração tradicional das famílias de classe alta locais no início do século XX, enquanto seu pai prosperava financeiramente nos negócios de extração e comercialização de parafina, sua mãe cuidava da administração do lar, educando as crianças de maneira severa – sendo elas Margarethe, seu irmão mais velho, Heinrich¹⁹⁷ que havia nascido 11 meses antes dela e os dois irmãos mais novos, Paul, nascido em 1905, e Ernst¹⁹⁸, nascido em 1917.

Desde a infância, Margarethe invejava os irmãos, por observar que o fato deles serem meninos lhes dava uma liberdade por ela almejada, pois eles podiam sair sozinhos e frequentar cafés e teatros, programas que só eram autorizados para ela na companhia da família ou dos irmãos. Enquanto uma mulher burguesa, teve o privilégio de estudar. Fez aulas particulares no primeiro ano escolar e, em seguida, frequentou a escola primária de Strohgassee, perto de sua casa. Coursou também por um ano a escola Schwarzwald e, enfim, ingressou no Liceu da Associação para Atividades Femininas, onde concluiu o ensino secundário. Por pensar que o trabalho não era para mulheres de sua classe social e parecendo não desejar terminar sua formação ou fazer um curso universitário, aos 17 anos de idade, Margarethe tinha bastante tempo livre, que despendia entre o convívio com as amigas e o lar.

Foi nessa época, em meio aos seus passeios por Viena, que se apaixonou por Leonie von Puttkamer (1881 – 1953)¹⁹⁹, ao vê-la passeando de braços dados com uma amiga. Ao contrário do que consta no texto freudiano, onde Leonie é descrita como uma “dama ‘da sociedade’” (FREUD, 1920, p. 115), ou melhor, como uma “*cocotte*” – palavra sem paralelo no português que significa algo próximo de uma prostituta de luxo, em referência às prostitutas de alta classe da França durante o Segundo Império e a *Belle Époque* –, ela era uma mulher oriunda da burguesia prussiana, que relacionava-se com homens por sobrevivência e sustento financeiro, enquanto cultivava seu amor por mulheres no *demi-monde*, o mundo dos bares e espaços de sociabilidade feminina, abrigo da subcultura lésbica que começara a surgir em Berlim na virada do século XX²⁰⁰.

Ao final de 1916, enquanto a escassez atingia a maior parte dos vienenses desde a morte do imperador Francisco José – evento que desencadearia na queda do Império Austro-húngaro

¹⁹⁷ Nome fictício.

¹⁹⁸ Nome fictício.

¹⁹⁹ Nome fictício.

²⁰⁰ Para mais informações sobre o contexto histórico, ver capítulos 1.3, 2.4 e 2.5.

–, Margarethe se ocupava em seguir Leonie por toda parte, ensaiando uma aproximação, que ocorreu e transformou-se em uma rotina de passeios de braços dados por cafés e mercados de Viena. Apesar do cuidado para não se cruzar com Arpard, que já escutara boatos maliciosos sobre as duas, um dia o encontro ocorreu e, aterrorizada, Margarethe se desvencilhou do braço da amada e desapareceu esbaforida. Ao se dar conta de que seu pai sequer havia percebido a sua presença e da amada, envergonhou-se e correu de volta ao encontro de Leonie que, enfurecida, rompeu a relação com ela, afirmando que queria ser poupada de “manifestações de amor pela metade” (RIEDER; VOIGT, 2008, p. 29). Sentindo-se sem saída e profundamente angustiada, temendo a severidade paterna e a perda da amada, Margarethe saltou no trilho do trem, machucando-se gravemente.

Durante sua recuperação, beneficiou-se do bom humor do pai e logo passou a pensar em um jeito de recuperar Leonie que, ao saber do ocorrido, retomou relações com ela. Curada, Margarethe voltou a rotina de passeios com a amada e passou a visitá-la também em sua casa. Com o fim da Primeira Guerra Mundial, em 1918, e o retorno do filho mais velho dos campos de batalha, Arpard pôde, enfim, voltar a dirigir sua atenção para a filha e, informado por Emma das constantes visitas de Margarethe a casa de Leonie, decidiu encaminhá-la aos cuidados de Sigmund Freud, lhe confiando “a tarefa de trazer sua filha de volta à normalidade” (FREUD, 1920, p. 117).

Durante a análise²⁰¹, que durou alguns meses, Margarethe se aproveitava do caminho entre a Berggasse 19 e sua casa para ver a amada, enquanto se empenhava em “demonstrar os efeitos do tratamento e representar seu papel” (RIEDER; VOIGT, 2008, p. 67) aos olhos do pai, inventando sonhos e histórias para o analista, e contando para ele, em meias palavras, que voltara a se encontrar com Leonie, para quem se queixa de sua análise. Após as férias de verão, Freud (1920, p. 139) optou por encerrar o tratamento:

Interrompi a análise, tão logo percebi a atitude da garota em relação ao pai, e recomendei que prosseguisse a tentativa terapêutica com uma médica, se a ela dava importância. Enquanto isso, a garota prometeu ao pai deixar de ver a “dama”, pelo menos, e não sei se a minha recomendação, cujos motivos são óbvios, será efetivamente seguida.

Enquanto Freud valeu-se do caso para propor importantes reformulações em sua teoria²⁰², interpretando a lesbianidade de Margarethe a partir da relação primária com a mãe, da decepção com o pai e do complexo de masculinidade, ela pareceu ter ignorado seus conselhos,

²⁰¹ A análise de Margarethe Csonka é discutida com mais detalhes no capítulo 8.4, página 257.

²⁰² Ver capítulo 3.2, página 116.

não tendo deixado de se encontrar com Leonie ou procurado outra análise. A tentativa de suicídio, que poderia ter sido, de fato, uma indicação de que ela não estava bem e uma questão para ser trabalhada (VYRGIOTTI, 2020) voltou a se repetir anos mais tarde.

Encerrado o tratamento analítico, continuou sua rotina com Leonie, sentindo um imenso prazer voyeurista em observar e estar próxima da amada, sem encontrar com ela nenhuma satisfação física. Em dezembro de 1922, quando a baronesa partiu para Berlim, Margarethe se viu profundamente angustiada e tentou se suicidar ingerindo uma dose de veneno. Durante todo o ano de 1923 trocou cartas com Leonie, escutando suas histórias e respondendo-lhe de maneira evasiva e incoerente. Nesse meio tempo, começou a ser cortejada por Klaus Bäckström²⁰³, cujo pedido de noivado aceitou após rever Leonie em março de 1923 e entender que demoraria muito para voltar a encontrá-la. Logo em seguida, perdeu o contato com a amada e, ao lado do pai e das amigas, acompanhou os preparativos do casamento. Embora tudo – inclusive Klaus – lhe parecesse indiferente, acreditava ser “possível combinar muito bem uma fachada convencional socialmente aceitável com uma vida de estilo próprio e particular” (RIEDER; VOIGT, 2008, p. 154).

Em 16 de março de 1924, recebeu um telefonema de Leonie, que desejava lhe informar de seu retorno para Viena. Na época casada com Albert Gessmann²⁰⁴, com quem mantinha um relacionamento marcado por ciúmes e idas e vindas, a baronesa se reencontrou com Margarethe, que foi acometida de grande felicidade ao ver a amada. Duas semanas depois, Gessmann acusou Leonie de tentar envenená-lo e, durante o processo, Margarethe amparou a amada, lhe ajudando a encontrar um advogado, um lugar para morar e a se desfazer de tudo que pudesse provar as suas relações lésbicas. Como era previsto, com o desenrolar dos depoimentos que compunham o processo, as relações da baronesa com mulheres entraram em evidência e ela passou a ser acusada não apenas de tentativa de assassinato, mas também de atentado ao pudor, dado o fato de que o Parágrafo 129(b)²⁰⁵ criminalizava as relações lésbicas na Áustria. Leonie foi presa e Margarethe chamada para depor, o que desagradou profundamente seus pais. Provado que Leonie não tentou assassinar seu marido, a segunda acusação procedeu e ela foi submetida a um exame médico-psiquiátrico. Já em liberdade, acusou Gessmann de difamação e o processo se tornou um beco sem saída, na medida que a maior parte das relações de Leonie com mulheres teriam ocorrido na Alemanha, onde não eram consideradas crime. Em 7 de outubro de 1924, o processo foi interrompido por falta de provas.

²⁰³ Nome fictício.

²⁰⁴ Nome fictício.

²⁰⁵ Ver capítulo 1.3, página 47.

Dois meses antes, em 4 de agosto, Margarethe escrevera para Leonie pela última vez e, passando-se por seu pai, pediu para a baronesa não entrar mais em contato com ela. Havia decidido colocar um fim nessa história e prosseguir em seus planos de casamento, mesmo que ele lhe interessasse muito menos do que a baronesa ou Fritz Weidenberg²⁰⁶, amigo de Klaus que ela conhecera e por quem nutria uma certa paixão. Com a aproximação do casamento, se tornou cada vez mais evidente para Margarethe que Klaus não lhe fazia feliz e que ela sentia profunda indiferença por ele, apesar de ter chegado a beijá-lo. Angustiado com os preparativos da cerimônia, tentou suicídio pela terceira vez, atirando em seu próprio peito. Ainda no hospital, rompeu o noivado com Klaus e, ao se recuperar, se reencontrou com Fritz, sonhando com um casamento que não ocorreu, pois em março de 1926 ele faleceu por uma infecção sexualmente transmissível.

Um tempo depois de ter perdido Leonie, Klaus e Fritz, Margarethe decidiu passar uma temporada em Praga, na casa de Marianne Kraus – sua amiga de adolescência e sobrinha de Karl Kraus. Longe dos pais e de Viena, entregou-se à uma relação com Marianne, tendo com ela sua primeira experiência sexual. Em 1927, conheceu o barão Eduard com Trautenegg, um homem divorciado e militar, que frequentava o lugar onde ela fazia aulas de equitação. Lhe considerando um homem bastante atraente, alimentando a esperança de que a intimidade com ele pudesse ser melhor do que com Klaus e cansada de se sentir marginalizada e “ameaçada por seu amor secreto por mulheres e por ser judia” (RIEDER; VOIGT, 2008, p. 186) entregou-se à um relacionamento com ele. Mesmo que não encontrasse satisfação física com mulheres ou homens, Margarethe conhecia a paixão e o desejo e sabia que não sentia nada disso por Eduard. Apesar disso, em 18 de maio de 1930, casou-se com ele em uma cerimônia íntima e familiar e se mudou para um apartamento com o novo marido. Em 1931, Arpard faleceu e, com o passar dos anos, Eduard se revelou mais interessado no dinheiro da família Csonka, do que em sua esposa. Em 1934, insatisfeita com seu casamento, Margarethe se apaixonou por Wjera Fechheimer²⁰⁷, uma mulher casada, que passara a cortejar, mas com quem o relacionamento se limitou à uma amizade e um beijo.

No ano de 1935, a situação política europeia se acirrou. Embora negasse sua origem, de acordo com as leis raciais, votadas em Nuremberg naquele ano, Margarethe era completamente judia e a proclamação do *Anschluss* – anexação da Áustria pela Alemanha nazista –, em 1938, a colocava cada vez mais em risco. Considerando que Eduard, por ser casado com uma judia, não poderia conseguir nenhum posto militar no Terceiro Reich, anulou seu casamento com ele

²⁰⁶ Nome fictício.

²⁰⁷ Nome fictício.

e, constatando que o marido se tornava cada vez mais antissemita, aproveitou-se da situação para se separar, perdendo para ele sua fortuna. Nessa época, Heinrich morava em Paris, tornara-se cidadão francês e dispunha de muito dinheiro, pois era proprietário de uma fábrica. Ocupando o lugar de chefe da família, decidiu que os Csonka deveriam silenciosamente fugir da Áustria. Paul, que era músico e estava em turnê pelos Estados Unidos e Ernst, que na época servia o Exército, mas estava na iminência de ser afastado, acabaram por decidir se exilar em Cuba e Emma partiu para Paris em 16 de fevereiro de 1939, com o objetivo de encontrar o filho mais velho.

Embora fosse constantemente lembrada pelos irmãos de sua origem judaica e aconselhada a se exilar, Margarethe se negava a deixar Viena ou a se identificar com os judeus. Acompanhou a mãe na viagem para o exílio e, na volta, aproveitou para visitar Wjera em Munique. Decidida a não se preocupar com a situação política, em um misto de desdém e ingenuidade, tentava manter uma rotina e se convencer de uma normalidade que não mais existia. Irritou-se quando foi obrigada a entregar suas joias, em 21 de fevereiro de 1939, e preocupou-se ao saber, pelo relato de amigos, que homossexuais estavam sendo perseguidos, espancados e processados em Berlim e Viena, pois “na situação de lésbica e judia – mesmo não declarada –, poderia ser a próxima” (RIEDER; VOIGT, 2008, p. 257). Acompanhou o início da Segunda Guerra Mundial, em 1 de setembro de 1939, e, no início de 1940, enfim decidiu emigrar para Cuba, onde encontraria os irmãos.

Apenas Eduard acompanhou Margarethe até a estação em 12 de agosto de 1940, quando ela enfim deixou Viena. Sua rota em direção à Cuba contava com uma breve estadia em Berlim, onde Margarethe decidiu procurar por Leonie. Depois de quase duas décadas, as duas mulheres se reencontraram e, enfim, ultrapassaram as linhas do amor outrora voyeurista, passando juntas uma noite de amor. Em 16 de agosto, Margarethe partiu de Berlim e se despediu de Leonie pela última vez. Depois de cinco meses de viagem e praticamente uma volta ao mundo, chegou à Cuba em 27 de dezembro de 1940, onde reencontrou seus irmãos, que à esperavam no píer do porto de Havana.

Em sua nova cidade, Margarethe pôde voltar a desfrutar de passeios e encontrou uma rotina ao lado dos irmãos e de uma nova amiga. Paul passara a trabalhar no Conservatório Nacional de Havana e Ernst trabalhava com negócios na área de lapidação de diamantes, enquanto ela ocupava seus dias pintando, sem se preocupar com o fato de que a situação financeira da família não era mais a mesma. Se envolveu com Gisela²⁰⁸, uma emigrante judia

²⁰⁸ Nome fictício

da Alemanha, embora a relação das duas mulheres nunca tenha ultrapassado o flerte e, por meio dela, conheceu Marie-Louise²⁰⁹, filha de uma francesa e de um diplomata cubano, com quem desenvolveu um relacionamento que, para sua surpresa, acabou por ser a relação mais satisfatória e calorosa – inclusive do ponto de vista sexual – de sua vida. Estando endividada e tendo esgotado sua herança, aos 45 começou a trabalhar, primeiro auxiliando Ernst na empresa de lapidação de diamantes, e depois, como babá do filho do administrador de uma grande plantação de cana-de-açúcar, mudando-se para sua fazenda no interior de Cuba, em julho de 1945.

Dois meses depois, em 2 de setembro de 1945, a Segunda Guerra Mundial terminou e no início de junho de 1947, Margarethe foi despedida de seu trabalho na fazenda, em um momento em que já estava decidida a retornar para Viena. Com a finalidade de juntar dinheiro para a passagem, se mudou para os Estados Unidos, onde reencontrou Marie-Louise, que havia se casado com um homem. Passou a trabalhar na casa de uma senhora judia idosa, em Nova Iorque e, em 1949, partiu para a França, onde reencontrou Heinrich, sua mãe e uma Europa traumatizada pela guerra. De volta à Viena, mudou-se para a casa de Ellen Ferstel²¹⁰, sua antiga melhor amiga, reviu Eduard, por quem sentia uma profunda repugnância, e mais uma vez encontrou Wjera, passando dez dias ao seu lado, no qual as duas mulheres se envolveram profundamente, tanto do ponto de vista afetivo, quanto sexual. Apesar da distância, entre Munique – onde vivia Wjera – e Viena, esforçaram-se para se encontrar e estar juntas sempre que possível e mantiveram uma relação intensa até agosto de 1950, quando Wjera exigiu um compromisso firme e estável, sobre a qual Margarethe não conseguiu se decidir, o que culminou na ruptura do relacionamento entre as duas mulheres, que nunca mais se encontraram.

Após esse episódio, ela se mudou da casa de Ellen, que pouco tempo depois faleceu. Profundamente triste pela morte da amiga e sentindo falta da Viena de sua juventude, começou a pintar quadros para vender, enquanto trabalhava como preceptora do filho do embaixador francês. Em 1960, foi convidada por Ruth Ferstel²¹¹ – filha de Ellen que se casara com um embaixador holandês –, para acompanhar e ajudar a família durante uma missão de três anos em Bancoc, na Tailândia. Margarethe prontamente aceitou o convite e apreciou tanto sua nova vida que optou por não voltar para a Europa junto de Ruth e seu marido, passando a trabalhar como dama de companhia de um casal de embaixadores franceses. Em 1964, foi obrigada a retornar, pois Emma estava muito doente. Margarethe se mudou então para Algeciras, na

²⁰⁹ Nome fictício

²¹⁰ Nome fictício

²¹¹ Nome fictício.

Espanha – onde moravam Emma, Heinrich e sua esposa – e passou a cuidar da mãe, que morreu no início de 1966. Sem vontade de retornar para Viena, se mudou para a Flórida com Ernest em junho do mesmo ano. Pouco depois, foi morar em Nova Iorque, onde trabalhou como governanta por três anos. Em 1969, voltou para Algeciras e, ao final de 1970, estava novamente vivendo em Viena. Em meados de 1971 foi convidada para acompanhar uma família em uma missão de dois anos no Brasil, onde cuidaria do filho do casal, e se mudou para o Rio de Janeiro em 1972. Apaixonou-se, nesse meio tempo, por Monique²¹², uma mulher que conhecera no final de 1970 e que não correspondia a suas investidas amorosas ou se interessava por ela.

No final de junho de 1973 optou por voltar para a Europa e se instalou em Viena. Em 1980 passou a viver em um lar para mulheres, retomando sua rotina de almoços na casa de amigos, partidas de bridge e excursões ocasionais. Na década de 1990, conheceu Ines Rieder e Diane Voigt e se dispôs a lhes contar sua história, recordando-se, de sua juventude em Viena, de Leonie e de Freud, alegrando-se com sarcasmo ao lembrar que “em seu caso, sua lúbia e seus esforços tinham sido inúteis” (RIEDER; VOIGT, 2008, p. 415). Discutiu também o amor físico, com o qual nunca obtivera muito prazer ou satisfação, os lugares onde morou, as tentativas de suicídio, o trauma da guerra, as perdas e seus amores e, na escuta das duas mulheres, parece ter encontrado um lugar para dar palavra aos seus desejos, as paixões, a angústia, as inquietações, as contradições e os conflitos que marcaram sua vida. Aos 96 anos, visitou um bar que outrora pertenceria ao *demi-monde* e admirou-se com a pluralidade do público LGBTQI+ que ali encontrou. Acompanhada das entrevistadoras, foi ao cinema, frequentou restaurantes e sonhava em conhecer o Peru. Adoeceu no fim de abril de 1999 e, pouco tempo depois, veio a falecer, deixando registrado em sua biografia, o testemunho de sua vida.

O contraste entre a biografia da centenária Margareth Csonka e as poucas mais de 30 páginas que lhe são dedicadas na obra de Freud (1920) é evidente. Não poderia ser diferente, dado o fato de que, em psicanálise, o cruzamento entre os relatos clínicos e as narrativas dos pacientes é sempre marcado por desencontros. Isto é ilustrado em inúmeros exemplos, entre os quais podemos citar a coletânea de entrevistas com Serguei Pankejeff (“O Homem dos Lobos”) publicadas por Obholzer (1993) em “*Conversas com o homem dos lobos: uma psicanálise e suas consequências*” e o mais controverso “*Como Freud trabalhava*”, de Roazen (1999). Contudo, como alerta Costa (2019) a história clínica é, justamente, o registro de uma experiência atravessada pela transferência, apresentada nos textos apenas sob a forma de fragmentos, com o objetivo de transmitir ou fazer avançar algum aspecto da teoria. É certo,

²¹² Nome fictício.

portanto, que uma entrevista ou biografia e um caso clínico publicado trazem narrativas diferentes, mas isso não nos impede de tecer duas considerações a partir do cruzamento do texto freudiano com a biografia apresentada.

A primeira se refere aos questionamentos que a história de vida de Margarethe Csonka impõe ao relato de Freud. O fato é que, como pontua Ambra (2019, p. 57), o texto de “*Sobre a psicogênese de um caso de homossexualidade feminina*” (FREUD, 1920) “difere sensivelmente de outros casos clínicos [presentes na obra freudiana] na medida em que não há propriamente a instauração de um tratamento, nem uma demanda de análise, mas sim uma queixa do pai”. Sabemos que, ao encerrar essa análise, Freud recomendara que Margarethe procurasse uma analista mulher e deixasse de se encontrar com Leonie, mas o que chama a atenção é, justamente, o fato de que, nesse caso, o tratamento sequer ultrapassou as entrevistas iniciais e permaneceu ligado ao pedido paterno, não permitindo que a analisanda desse voz para muitas questões, de fato possíveis de serem trabalhadas em uma análise.

Nesse sentido, o relato autobiográfico de Margarethe surpreende pelos destinos de sua vida, que em muito se diferem de qualquer expectativa gerada pelo texto freudiano. O conflito entre o desejo e as expectativas sociais, a dificuldade de sentir prazer corporal e as sucessivas tentativas de suicídio, são alguns entre muitos temas que não parecem gerar questão no tratamento de Margarethe com Freud, mas que deveriam. Curiosamente, após deixar de frequentar a Berggasse 19, ela nunca mais procurou uma análise e foi somente ao lado de duas mulheres que estavam interessadas em sua vida e seus amores – cabe aqui a curiosidade de que Margarethe foi encontrada por Ines Rieder e Diane Voigt em meio a uma pesquisa sobre a lesbianidade em Viena, que em nada se relacionava com a psicanálise –, que Margarethe pôde, ao final de sua vida, encontrar um lugar para dar palavra ao seu desejo e a sua história, posicionando-se enquanto sujeito do discurso. Este processo parece ter permitido a ela algo semelhante ao que, na virada do século XIX, ocorreu com as lésbicas da Alemanha e da Áustria²¹³ que tomaram conhecimento, por via da sexologia, de mulheres como elas. Ou seja, ao encontrar suas entrevistadoras e com elas reconstruir sua história, tudo indica que Margarethe pôde cavar para si um lugar discursivo e no tecido social, transcendendo o isolamento e a falta de identificação com uma identidade²¹⁴, que dificultava, principalmente na época em que ela viveu, a legitimação e a validação do seu desejo por mulheres.

²¹³ Sobre a lesbianidade na virada do século XIX, ver capítulo 2.5.

²¹⁴ Como pontua Porchat (2019), a identidade permite que o sujeito reconheça ou seja reconhecido em seu desejo, entre pares e no seu lugar social. No início do século XX, a identificação identitária era fundamental para legitimar o desejo e a luta política das mulheres lésbicas, mesmo que, por vezes, a identidade criada tivesse profundas marcas

A segunda consideração se refere ao lugar de secretismo ocupado pelo desejo lésbico na literatura psicanalítica, que se apresenta não apenas na teoria, mas também nas narrativas históricas obscuras sobre as figuras lésbicas da psicanálise (VYRGIOTTI, 2020). O próprio título da versão brasileira da biografia de Margarethe Csonka – “Desejos secretos” – revela como a lesbianidade é um tabu e cabe pergunta, afinal, para quem os seus relacionamentos lésbicos eram um segredo? Não para seus pais ou amigos, que tinham conhecimento deles desde cedo, nem para a autobiografada, que narra suas próprias paixões, e sequer para os conhecidos em geral, pois Margarethe não hesitava, dentro dos limites do tempo em que viveu, em circular com as amadas, cortejá-las e estar junto delas. A despeito disso, curiosamente, o título da biografia indica que há algo nos desejos por mulheres de Margarethe sobre o qual não se poderia falar sem uma certa vergonha ou desconforto. E é justamente isso que contribui para o apagamento da existência lésbica dos registros, tradições e memórias psicanalíticas, contribuindo não apenas com a exclusão da lesbianidade como uma experiência possível, mas também garantindo a manutenção da estrutura patriarcal sobre a qual repousa a teoria.

Recuperar a biografia de Margarethe Csonka significa, portanto, uma tentativa de retirar a lesbianidade de um lugar de marginalidade, conferindo à história da primeira única paciente de Freud que se relacionava com mulheres uma narrativa que não silencia seus desejos e contribui com a nomeação das lésbicas que integram a história da psicanálise. É certo, faz-se necessário reiterar, que muitas outras histórias devem ser integradas a essa narrativa. Podemos citar as pacientes lésbicas mencionadas nas Atas, até agora desconhecidas, o relacionamento entre Anna Freud e Dorothy Burlingham (VYRGIOTTI, 2020; DURSKI, 2020) sobre o qual pouco se fala na historiografia oficial e o Caso Rosa K., descrito por Ferenczi (1902) em “*A homossexualidade feminina*”. Este texto, anterior ao encontro de Ferenczi com Freud²¹⁵, narra o atendimento de uma mulher que costumava trajar roupas masculinas e demonstra uma interessante alternativa de tratamento para pessoas lésbicas e homossexuais no início do século XX. Assim sendo, o analista pede a ela que escreva sua autobiografia “demonstrando uma convocação do potencial do sujeito em sua autoria e no reconhecimento da legitimidade de sua história, a ser narrada e compartilhada” (PERON, 2020, p. 264), história essa que muito

do pensamento médico-psiquiátrico e do contexto social e epistemológico de patologização e misoginia. Este assunto foi discutido no capítulo 2.5.

²¹⁵ Independentemente desse artigo pertencer aos chamados escritos pré-psicanalíticos de Ferenczi, em “*Apontamentos ferenczianos para a atualidade da psicanálise*”, Peron (2020, p. 256) demonstra como desde o início de sua obra, Ferenczi “fornece acréscimos e contraposições a Freud”, de maneira que consideramos aqui que o Caso Rosa K. deve ser incluído como parte da história da psicanálise.

provavelmente é a da primeira mulher lésbica – ou não heterossexual – a cruzar o caminho da psicanálise.

Encerrando este capítulo, podemos constatar como a existência lésbica, enquanto relacionamento e experiências de identificação entre mulheres, ocupa um lugar de invisibilidade desde os primórdios da psicanálise. Para os primeiros psicanalistas, que escreviam quando sequer as problemáticas sobre a sexualidade feminina haviam sido avançadas e as mulheres ainda conquistavam seus primeiros direitos, é certo que esse assunto era extremamente difícil de ser pensado, tornando necessário que os vienenses recorressem aos referenciais que dispunham na época, tanto dentro da psicanálise – e aqui podemos situar as ainda rudimentares hipóteses sobre a feminilidade e as teorias sobre a homossexualidade –, quanto em outros campos de saber – com destaque para a literatura médico-psiquiátrica. Ao considerarem a existência de um *sujeito homossexual* ou de uma *mulher lésbica*, cujo desejo determinaria toda a personalidade, os primeiros psicanalistas acreditavam que o desejo lésbico ou homossexual possuiria uma particularidade constitutiva, o que deu origem à uma série de teorias etiológicas a esse respeito que fundamentaram a prática clínica com estas populações, como exploraremos a seguir. A lesbianidade, por sua vez, permaneceu sendo primordialmente tratada enquanto um assunto intrínseco às questões sobre a feminilidade e a homossexualidade, acabando por ocupar um lugar marginal na história da psicanálise e sendo relegadas ao secretismo e vergonha, que impedem que as experiências lésbicas sejam pensadas em sua singularidade e garantem, ao adotar um referencial masculino, a manutenção da lógica fálica e patriarcal que as relações *de* e *entre mulheres* tem a potência de questionar e revolucionar.

8. A PRÁTICA PSICANALÍTICA COM O PÚBLICO LÉSBICO E HOMOSSEXUAL NOS PRIMÓRDIOS DA PSICANÁLISE

As análises têm ainda uma vantagem secundária: elas nos ensinam o que realmente se passa no mundo; elas nos transmitem uma imagem autêntica do mundo. As análises são documentos histórico-culturais da maior importância.

Freud, Sociedade Psicanalítica de Viena, Viena, 27 de novembro de 1907.

Após um longo percurso, finalmente chegamos ao último aspecto das “*Atas da Sociedade Psicanalítica de Viena*” que será discutido no presente trabalho. Trilhando um caminho algumas vezes sinuoso – marcado pelos registros fragmentários, pelas fortes influências contextuais da sexologia, pela crença na existência de um *personagem homossexual* cujo desejo era marcado por uma etiologia específica e também pelas inúmeras dificuldades ao tratar da lesbianidade – e outras vezes mais semelhante à uma estrada plana – que nos permitiu acompanhar em primeira mão a inventividade dos primeiros psicanalistas, o aspecto social e político do trabalho com a lesbianidade e a homossexualidade e as interessantes perguntas e inflexões que este tema impunha para a teoria psicanalítica – resta-nos agora penetrar no que talvez seja o terreno mais acidentado que percorreremos: a questão da terapia psicanalítica de lésbicas e homossexuais no início do século XX.

Independentemente do tema da presente pesquisa, tratar da prática psicanalítica em um trabalho de historiografia da psicanálise é delicado, pois corremos o risco de transformar a discussão em um juízo do valor ou da eficácia da técnica da psicanálise em seus primórdios. Por outro lado, nos isentarmos de discorrer sobre esse aspecto induz a um erro muito mais grave, justificado por dois motivos. Em primeiro lugar, como aponta Mezan (2001, p. 236, grifo do autor) em “*Freud: a trama dos conceitos*”, “a psicanálise é antes de mais nada uma *prática*”, o que torna essencial que tratemos dessa dimensão em um estudo sobre os primeiros psicanalistas. Em segundo lugar, devemos retomar o fato de que ao longo de quase todo o século XX um segmento significativo da psiquiatria e da psicanálise²¹⁶ entendia a lesbianidade e a homossexualidade como patologias, posicionamento que se reflete não somente na teoria, mas também no manejo do tratamento dessa população, tornando necessário que retornemos a origem das discussões sobre a prática clínica, quando a psicanálise ainda era uma “jovem ciência” (FREUD, 1933).

²¹⁶ Ver “*Introdução*”, página 15.

Já sabemos que casos de mulheres lésbicas e de homens homossexuais eram frequentemente discutidos nas conferências da Sociedade Psicanalítica de Viena, servindo de base para a investigação de uma ampla gama de teorias etiológicas sobre o assunto e para a exploração de importantes conceitos psicanalíticos, como a identificação, a escolha de objeto, o narcisismo e o complexo de Édipo. A despeito disso, ainda se faz necessário que respondamos o que os primeiros psicanalistas debatiam sobre o trabalho clínico com esse público, como esse ocorria e quais fundamentos norteavam essas análises. Essas não são perguntas simples e as deixamos para o final do trabalho com as Atas justamente por considerarmos necessário ter explorado devidamente os múltiplos contextos que influenciavam os primeiros psicanalistas, de forma que esse passo insira uma última camada em nossa pesquisa, nos ajudando a compreender a visão dos psicanalistas vienenses sobre a homossexualidade e a lesbianidade e, mais do que isso, sobre as pessoas com esta orientação do desejo.

Para tal, partiremos de um breve esboço do desenvolvimento do método psicanalítico em Freud e veremos como os casos clínicos passaram a ser discutidos na Sociedade Psicanalítica de Viena, conforme os membros do grupo local se tornaram analistas. A seguir, examinaremos os fundamentos da prática clínica com o público lésbico e homossexual a partir de dois eixos. O primeiro utilizará o registo das Atas e pretende explorar como os relatos clínicos evidenciam as heranças do contexto social e epistemológico nas discussões sobre a lesbianidade e a homossexualidade ocorridas na Sociedade Psicanalítica de Viena. O segundo se baseará em casos clínicos publicados para evidenciar como os primeiros psicanalistas, particularmente Sadger e Freud, trabalhavam com o público lésbico e homossexual, o que escutavam e como pensavam o tratamento desses casos.

8.1. Alguns comentários sobre o método psicanalítico em Freud: 1890 – 1915.

Sabemos que a única regra fundamental da psicanálise deixada por Freud é o uso da associação livre e que todos os demais pressupostos da técnica psicanalítica são apenas recomendações, que permitem que cada analista tenha certa liberdade para criar seu estilo de trabalho. Isso era verdadeiro desde os primórdios da psicanálise, de maneira que ao acompanharmos os casos clínicos apresentados na Sociedade Psicanalítica de Viena, podemos ver como os analistas não trabalhavam de maneira uniforme. Nosso objetivo aqui não é discutir a apropriação de cada um dos vienenses sobre as regras técnicas apresentadas por Freud (1912b, 1913) em “*Recomendações ao médico que pratica a psicanálise*” e em “*O início do tratamento*”. O que nos é relevante é entender os fundamentos do trabalho com a população

lésbica e homossexual e, para isso, faz-se necessário que construamos um breve esboço do desenvolvimento do método psicanalítico proposto por Freud entre os anos de 1890 e 1915.

Ao discutir a prática da psicanálise, Jorge (2017, p. 64) denomina o período entre 1912 e 1915 como “ciclo da técnica”, ressaltando o fato de que é esse o momento em que Freud executa uma “apresentação ordenada e problematizada dos fundamentos do método analítico”, explanando sobre a regra fundamental da psicanálise, a associação livre, e sua contrapartida, a atenção flutuante; os conceitos de resistência e transferência; as questões da recordação e da repetição; as entrevistas preliminares; o divã; e o pagamento. A fundação da Associação Internacional de Psicanálise em 1910 desencadeou um substancial crescimento do número de sociedades de psicanálise, tornando cada vez mais imprescindível a publicação de um material que discutisse a condução da análise, o que levou Freud a escrever sobre esse tema, que ele havia mapeado entre 1890 e 1915²¹⁷.

Durante este período, Freud se dedicou as problemáticas do inconsciente e da fantasia, valendo-se da sua vasta experiência clínica para explorar os fundamentos do método psicanalítico, cujas origens podem ser encontradas no artigo “*Tratamento psíquico (ou mental)*”, de 1890. Nesse texto, Freud dá relevância ao uso das palavras no “tratamento da alma” constatando que (1890/1905, p. 283)²¹⁸ “as palavras são o mediador mais importante da influência que um homem pretende exercer sobre o outro; as palavras são um bom meio de provocar modificações anímicas naquele a quem são dirigidas e por isso não soa enigmático afirmar que a magia das palavras pode eliminar os sintomas patológicos”, formulações que posteriormente se desdobraram nas ideias de associação livre e transferência, respectivamente. Enquanto a associação livre se tornará a regra fundamental da psicanálise, a transferência figurará ao lado da resistência como os conceitos chave da prática analítica.

Em “*Estudos sobre a histeria*” (FREUD; BREUER, 1893 – 1895), Freud e Breuer realizaram uma primeira descrição dos fenômenos resistências, definindo-os como todos os atos e palavras do analisando que se opõe ao progresso da análise e ao acesso ao inconsciente como, por exemplo, as faltas e atrasos para as sessões. Sua origem “deve ser buscada na repulsa da pessoa a tomar conhecimento daquilo que reprimiu” (LAPLANCHE; PONTALIS, 2001; MEZAN; 2001, p. 237), pois a resistência é compreendida por Freud como uma manifestação

²¹⁷ O surgimento da psicanálise no século XIX é discutido no capítulo 3.

²¹⁸ Em 1955, Saul Rosenzweig, da Washington University de St. Louis, descobriu que a primeira edição deste artigo foi publicada em 1890 e que a data de 1905, sistematicamente atribuída a ele, se refere à sua terceira edição (STRACHEY, 1966).

do recalque – operação que mantém no inconsciente as representações ligadas a pulsão que não podem ser satisfeitas, pois ameaçam gerar desprazer em razão de alguma exigência.

Posto que o conflito psíquico é uma noção central na teoria das neuroses desde 1893, o entendimento do sintoma neurótico como o compromisso entre dois grupos de representação que agem em oposição data do início da obra freudiana. A partir de 1912, com a reformulação da teoria das neuroses, a explicação da resistência como produto do recalque será ampliada e para compreender esta modificação, primeiro recorreremos à descrição do sintoma neurótico feita por Freud (1917, p. 476) na 23^a das “*Conferências introdutórias à psicanálise*”:

os sintomas neuróticos resultam de um conflito que surge em torno de uma nova maneira de satisfação da libido. As duas forças que divergiram tornam a se encontrar no sintoma, reconciliam-se, por assim dizer, mediante compromisso da formação do sintoma. Por isso o sintoma é tão resistente; ele é sustentado por ambos os lados. Sabemos também que uma das partes do conflito é a libido insatisfeita, rechaçada pela realidade, que agora tem de buscar outros caminhos para sua satisfação.

O sintoma representa um duplo ganho para o neurótico: seu benefício primário é o de evitar o desprazer gerado pelo conflito psíquico e seu o benefício secundário advém das vantagens ou dos ganhos que o paciente obtém de seu sintoma. Ou seja, o que é aqui constatado é que o sujeito se satisfaz por meio de sua doença, conclusão que levou Freud reavaliar o papel da resistência no tratamento analítico, avançando a conclusão de que esta não é apenas um produto do recalque, mas uma operação reforçada por tudo aquilo que contribui para aumentar a vantagem obtida pela doença, funcionando como um obstáculo à cura (MEZAN, 2001).

Estas considerações acrescidas do desenvolvimento das noções de associação livre e fantasia modificaram a finalidade do tratamento analítico, a respeito do qual Freud discorreu em 1904:

A tarefa que o método psicanalítico se esforça em realizar pode ser expressa de formas diversas, que, no entanto, se equivalem na essência. Pode ser colocada assim: a tarefa do tratamento é remover as amnésias. Quando todas as lacunas da recordação são preenchidas, todos os produtos misteriosos da vida psíquica são elucidados, torna-se impossível o prosseguimento ou mesmo a renovação da doença. Essa precondição pode ser formulada de outra maneira: todas as repressões devem ser desfeitas; o estado psíquico é, então, o mesmo daquele em que todas as amnésias são preenchidas. Há esta outra formulação, mais ampla: a questão é tornar o inconsciente acessível à consciência, o que sucede pela superação das resistências (FREUD, 1904, p. 327).

Ao analisar o trecho acima, Mezan (2001) elucida três fórmulas gradativas sobre a tarefa da psicanálise: (1) preencher as lacunas da memória, a partir das interpretações e construções

do analista, tarefa que se revela insuficiente para a remoção do sintoma; (2) desfazer as resistências e tornar consciente o material recalcado, tarefa que cabe prioritariamente ao analisando, enquanto o analista desvela, pela interpretação o que o paciente irá encontrar; e (3) analisar as resistências e seus efeitos, tornando conscientes os conteúdos inconscientes.

É a terceira fórmula que ganhará espaço como tarefa da terapia analítica na segunda década do século XX. No entanto, Freud adverte que esse trabalho não é tão simples como parece e não se limita a uma atividade intelectual, pois justamente a transferência dificulta esse processo. Retomando o que dissemos, os germes do conceito de transferência estavam presentes nos escritos freudianos desde 1890, mas essa noção se sofisticou aos poucos, com o desenvolvimento da experiência clínica.

Sumariamente, Laplanche e Pontalis (2001, p. 514) descrevem a transferência como “o processo pelo qual os desejos inconscientes se atualizam sobre determinados objetos no quadro de um certo tipo de relação estabelecida com eles e, eminentemente, no quadro da relação analítica. Trata-se aqui de uma repetição dos protótipos infantis com um sentimento de atualidade acentuada”. Em 1912, no artigo “*A dinâmica da transferência*”, Freud (1912c, p. 137 - 141) revela a importância teórica e clínica desse conceito, descrito simultaneamente como “a mais forte alavanca do sucesso” e a “mais poderosa arma da resistência”. É justamente por essa ambivalência que a transferência consiste no elemento mais delicado a ser manejado no curso de uma análise. Por um lado, é por via transferencial que o essencial do conflito infantil se atualiza e se repete na situação analítica, de maneira que a neurose é substituída pela neurose de transferência, a qual é suscetível de intervenção e cuja elucidação leva à recordação e à neurose infantil (FREUD, 1914d). Por outro, a transferência, sobretudo quando erótica ou negativa, impede a emergência dos conteúdos recalcados e funciona como obstáculo para a rememoração.

Podemos compreender que o método psicanalítico na segunda década do século XX se focava na análise das resistências, processo que viabilizava a recordação dos conteúdos recalcados e a sua posterior elaboração. Como a libido do neurótico se encontra ligada nos sintomas que lhe oferecem satisfação substitutiva e lhe impedem de obter fruição e realização, Freud (1917, p. 600) afirma que a tarefa terapêutica consiste “em libertar a libido de suas ligações presentes, afastadas do Eu, e colocá-la novamente a serviço desse Eu”. Esta tarefa é possível com a resolução dos sintomas, retornando ao seu surgimento, renovando o conflito e guiando-o para um novo desfecho, trabalho este realizado no campo da transferência.

É a restauração da individualidade própria, pois, da capacidade de gozo e de desempenho, que a terapia analítica oferece ao neurótico. Conhecendo-se a si próprio, dispondo de instrumentos melhores do que a repressão cega para controlar racionalmente seus impulsos, a pessoa emerge do tratamento reeducada e capaz, muitas vezes pela primeira vez, de ser feliz. Felicidade estóica, talvez, sem arroubos de paixão avassaladora; mas felicidade enraizada no real, protegida contra as investidas dos demônios interiores e, por isto mais verdadeira (MEZAN, 2001, p. 244).

8.2. Entre o divã e a poltrona: o trabalho clínico para os primeiros psicanalistas

Foi justamente o método de trabalho de Freud que atraiu os primeiros psicanalistas. Majoritariamente médicos, especializados em neurologia ou psiquiatria, esses homens encontraram na psicanálise uma descrição da mente humana aplicável em seu funcionamento normal e patológico, que parecia ser um método de intervenção promissor em casos de adoecimento psíquico. “Pela primeira vez na história, dispunha-se de um sistema de psicologia que não apenas *descrevia* as paixões humanas, como desde sempre haviam feito os poetas e literatos, mas possibilitava o *tratamento* do sofrimento psíquico” (MEZAN, 2014, p. 214, grifo do autor) e tudo parecia indicar que a psicanálise era uma alternativa interessante às práticas médicas do início do século XX.

Ao se juntarem à Freud, os primeiros psicanalistas ocuparam o lugar de verdadeiros protagonistas na construção do trabalho clínico com a psicanálise, ora deitados no divã e associando livremente, ora sentados na poltrona e dispondo da escuta como ferramenta de trabalho, ora compartilhando entre si aspectos de suas vidas privadas²¹⁹. Como pacientes, alguns deles foram analisados por Freud, como é o caso de Wilhelm Stekel durante algumas semanas de 1900, Eduard Hitschmann em 1907, Max Eitingon em 1909 e, mais tarde, Sándor Ferenczi, entre 1914 e 1916, e Otto Rank em 1924 (ROUDINESCO 2016). Outros passaram pelo divã de colegas, em muitos casos antes de entrar para o grupo – o que se relevou bastante comum entre as primeiras psicanalistas. Alguns poucos protagonizaram episódios transferenciais emblemáticos dignos do “romance de capa e espada” (MEZAN, 2014, p. 22) que são as peripécias do movimento psicanalítico, os quais Freud acompanhou de perto, como

²¹⁹ Os primeiros psicanalistas compartilhavam o interesse pela exploração do próprio inconsciente, dividindo aspectos de sua vida privada, relatos de sonhos e detalhes de sua vida infantil tanto em cartas, quanto durante as reuniões da Sociedade Psicanalítica de Viena. Pontualmente, essas exposições chegaram a tomar a integralidade de uma conferência, como podemos citar à título de curiosidade a apresentação “*Meus anos de desenvolvimento até o casamento*” (ata 36 – 15 de janeiro de 1908), quando Urbantschitsch – médico, proprietário e diretor do sanatório de Cottage que ingressou oficialmente no círculo vienense em 1909 – compartilhou passagens extraídas de seu diário pessoal, que foi profundamente analisado pelos presentes (CHECCHIA; TORRES; HOFFMANN, 2015).

é o caso dos tratamentos de Sabina Spielrein (RICHEBÄCHER, 2012) e Otto Gross (CHECCHIA, 2017), empreendidos por Jung, e também da turbulenta análise de Tausk por Helene Deutsch (ROAZEN, 1995).

Enquanto analistas, os vienenses atenderam inúmeros pacientes e muitos deles adotaram a psicanálise como profissão. Aumentando seu repertório clínico, puderam passar a discutir casos e questões metodológicas nas reuniões das quartas-feiras como podemos ver, por exemplo, no encontro de 30 de janeiro de 1907 (*ata 11*). Intitulado “*Discussão das questões colocadas pelo Sr. Eitingon acerca da etiologia e da terapia das neuroses*”, esse se dedicou a responder três questões propostas por Max Eitingon (1881 – 1943), psiquiatra e psicanalista do grupo de Zurique, que participou como visitante das reuniões de 23 e 30 de janeiro de 1907.

Nascido na Bielorrússia e descendente de uma família judaica, ele cresceu na Alemanha, cursou medicina e estagiou na clínica do Hospital Burghölzli como assistente de Eugen Bleuler, onde conheceu Carl Jung, Karl Abraham, Ludwig Binswanger e Sabina Spielrein. Eitingon foi o primeiro membro do grupo suíço a ir para Viena se encontrar com Freud, em 1907, episódio bastante importante por marcar o início da fase de internacionalização do movimento psicanalítico, tendo sido também seu paciente dois anos mais tarde. Colaborou com a fundação da Sociedade Psicanalítica e do Instituto Psicanalítico de Berlim (*Berliner Psychoanalytisches Institut*, BPI), local pioneiro na formação de praticantes da psicanálise, que serviu de modelo para as demais instituições desse tipo que surgiram no mundo inteiro a partir da terceira década do século XX. Tendo encabeçado a formação dos analistas da segunda geração, Eitingon emigrou da Alemanha em 31 de dezembro de 1933, instalando-se na Palestina em abril de 1934 (ROUDINESCO, 2016).

Entre as perguntas²²⁰ que orientaram essa sessão, eis a que nos dedicaremos: “Qual é a essência da terapia? Volta-se ou não contra o *sintoma*? Substitui-se o sintoma (segundo a formulação de Jung, substitui-se um complexo por outro) ou ‘se o extirpa’, como diz Freud em sua analogia com a escultura e a pintura? Papel da transferência?” (CHECCHIA; TORRES; HOFFMANN, 2015, p. 164, grifo do autor). É curioso como as respostas dirigidas a Eitingon apresentam o núcleo do que seria entendido como método psicanalítico no final da primeira década do século XX. Reitler afirmou que “o ponto de partida são os sintomas; eles só desaparecem quando a neurose estiver completamente curada”; Stekel enfatizou o

²²⁰ Além da questão citada, Eitingon colocou para a discussão mais duas perguntas. A primeira, centrou-se nos mecanismos que constituem uma neurose, interrogando também sobre a predisposição à histeria e a respeito da influência dos fatores sociais na etiologia da doença; a segunda, questionava o que acontece com a histeria depois do tratamento psicanalítico (CHECCHIA; TORRES; HOFFMANN, 2015).

conhecimento como um fator fundamental para que o paciente não volte a sofrer do mesmo sintoma após a análise; Adler ressaltou que “a terapia consiste principalmente no fortalecimentos de certos campos psíquicos”, reiterando que “ao aumentar sua compreensão, o paciente adquire a tranquilidade de que tanto necessitava” e dando importância ao papel da transferência como instrumento terapêutico; Sadger também destacou a importância da relação transferencial, chamando atenção para a existência de fatores resistências que impedem a cura (CHECCHIA; TORRES; HOFFMANN, 2015, p 166 – 173).

Ao final da reunião, Freud teceu um longo comentário, ressaltando os aspectos fundamentais do que ele estava formulando a respeito da terapia das neuroses. Em sua fala, enfatizou a dissolução das resistências como principal objetivo do tratamento psicanalítico, que é possível por meio do trabalho com a transferência. “Nossas curas são curas de amor”, afirmou Freud (CHECCHIA; TORRES; HOFFMANN, 2015, p. 177), considerando o papel primordial do manejo transferencial, entendido como ferramenta capaz de possibilitar o abandono das resistências e, portanto, o sucesso do tratamento analítico cujo efeito é o de “fazer com que essa energia [presa aos sintomas] fique à livre disposição [do eu]” (CHECCHIA; TORRES; HOFFMANN, 2015, p. 176).

Com o aumento no número de analistas praticantes, os relatos clínicos assumiram um lugar privilegiados nas reuniões da Sociedade Psicanalítica de Viena. Além das conferências, onde o orador sorteado discorria sobre um tema de sua escolha, o cronograma do grupo incluía sessões de apresentação de casos por todos os membros²²¹, as quais ocorriam com certa periodicidade e aparecem nas Atas a partir de 1908. Por meio do registro desses encontros, podemos observar que tanto nas apresentações quanto nos debates, os primeiros psicanalistas privilegiavam discorrer sobre os aspectos teóricos, abordando questões metodológicas e técnicas somente de forma pontual. Essa dinâmica pode ser justificada a partir da estrutura de transmissão da psicanálise que vigorou até a terceira década do século XX, época em que as políticas de formação de analistas foram paulatinamente introduzidas.

Até o Congresso de Bad-Homburg em 1925, quando a análise didática e a supervisão se tornaram obrigatórias e o processo de seleção de candidatos foi formalizado, as análises de analistas praticantes ou de pessoas profissionalmente interessadas na psicanálise haviam sido conduzidas por Freud ou por membros da primeira geração que haviam se tornado analistas,

²²¹ Intituladas “*Breves resenhas de obras bibliográficas e apresentação de casos por todos os membros*”, o registro das Atas indica que essa modalidade de reunião, onde os primeiros psicanalistas dividiam a palavra e comentavam artigos da literatura científica e vinhetas clínicas, ocorreram periodicamente entre 1908 e 1913. A partir de 1914 as sessões dedicadas às resenhas e aos casos clínicos passaram a ocorrer separadamente, obedecendo a mesma configuração.

sem ter precisado passar por uma formação específica como psicanalistas ou como didatas. Esses processos analíticos comportavam também o ensino teórico e desde o princípio tinham por função transmitir a psicanálise, enquanto teoria do inconsciente e como método (KUPERMANN, 1996; SAFOUAN, 1985). Ou seja, o dispositivo da supervisão enquanto função já existia antes de ser institucionalizado e, como pontua Broide (2017, p. 26), “as fronteiras entre a análise pessoal e a supervisão nessa época, muitas vezes não apresentavam contornos claros, mas construíram um caminho peculiar para a criação da jovem ciência”.

Em seus primeiros anos, o ensino da prática psicanalítica transpassou os ambientes institucionalizados de discussão e se fez presente nas análises, nas cartas e nos diálogos informais. Nesse período, que antecedeu a padronização e a burocratização da formação de analistas, a investigação e os desdobramentos das descobertas da psicanálise eram considerados mais importantes do que a reprodução do que já era conhecido nesse campo de saber (BROIDE, 2017). Essa constatação justifica porque, ao trabalharem com relatos clínicos, os integrantes da Sociedade Psicanalítica de Viena privilegiavam o debate de aspectos teóricos e conceituais, em detrimento das questões metodológicas e técnicas, geralmente discutidas em outros espaços de trabalho e apresentadas nos textos publicados, que visavam a divulgação do método psicanalítico.

Como veremos a seguir, isso não significa que a leitura dos casos apresentados nas reuniões dos vienenses não forneça dados importantes sobre as origens da prática psicanalítica e, no caso de nossa pesquisa, sobre o trabalho clínico com a lesbianidade e a homossexualidade. Mas, por outro lado, enfatiza a necessidade de recorrermos para fontes que supram as lacunas deixadas pelas Atas, de forma a abarcar a complexidade da questão trabalhada no presente capítulo.

8.3. Lesbianidade e homossexualidade nos casos clínicos discutidos na Sociedade Psicanalítica de Viena

Retomaremos agora a discussão dos casos²²² de pacientes lésbicas ou homossexuais apresentados nas reuniões das quartas-feiras. De modo a responder nossa pergunta sobre o tratamento do público não heterossexual, primeiro analisaremos dois relatos clínicos apresentados na Sociedade Psicanalítica de Viena e selecionados por tratarem de pacientes que

²²² Para outros casos clínicos de pacientes homossexuais discutidos nas reuniões da Sociedade Psicanalítica de Viena ver capítulos 5.4, 6 e 7.

se relacionavam afetivo-sexualmente com pessoas do mesmo sexo²²³, o que descartou de nossa lista casos de sujeitos com tendências” ou “traços” homossexuais.

[Ata 77 – 28 de abril de 1909 – Freud] O caso de que fala é o de um *jovem homossexual* que *durante sua infância estava dominado por fortes complexos heterossexuais*. Tinha predileção pelo calendário e uma boa memória para datas. Nesse caso em específico as suposições de Rank [de que as façanhas da memória são produto do inconsciente que mobilizam enormes afetos e de que o interesse pelo calendário, pelos dias ou por datas tem relação com a masturbação] podem ser acertadas. O jovem havia marcado os dias impressos em vermelho e tinha um interesse muito especial por eles, assim como tudo que se relacionava com eles. O retorno periódico das letras vermelhas lhe chamava atenção e não era difícil conjecturar qual era o ponto de referência original (NUNBERG; FEDERN, 1980, p. 202, tradução nossa, grifo nosso).

[Ata 69 – 17 de fevereiro de 1909 – Sadger] A paciente era uma jovem que padecia de uma grave histeria; originária de uma família muito degenerada, tinha 23 anos ao iniciar o tratamento e sofria de ataques de vômito e náusea histéricos. Sua mãe era uma histérica grave (sádica, sonambula); o irmão mais velho sofria de paranoia e uma irmã, de demência precoce; outra irmã estava na borda da psicose. *Os vômitos haviam começado por razões homossexuais; telefonista, a jovem trabalhava em uma sala com 200 mulheres e havia se apaixonado por uma delas*. A paciente havia tido inúmeras aventuras e relações amorosas; ao curso do tratamento, *escreveu a história de sua vida amorosa heterossexual*. Depois de nove meses de tratamento, *escreveu também a história de sua vida amorosa homossexual*. Dessas confissões, o orador lê, palavra por palavra, as passagens mais importantes para gênese da enfermidade da paciente, assim como outras de interesse mais geral. A pessoa que desempenha o papel mais importante na vida da paciente é sua mãe: os vômitos têm origem na imitação (ou, segundo o caso, no recalque) de sua mãe. *Cabe advertir que apesar de suas numerosas aventuras “normais”, a paciente era mais homossexual do que heterossexual*. Ela talvez revele a natureza de uma prostituta nata: mudava constantemente de relacionamento porque nunca pôde voltar a encontrar o amor homossexual que havia conhecido com a mãe. Na realidade, as únicas relações que tiveram certa duração foram aquelas em que o homem de alguma maneira parecia a mãe, particularmente em sua crueldade (NUNBERG; FEDERN, 1980, p. 149-150, tradução nossa, grifo nosso).

A apresentação de Freud ocorreu durante uma reunião de discussão de caso e a comunicação de Sadger em uma conferência intituladas “*Das memórias de uma jovem rapariga*”. Embora em ambas as ocasiões, aspectos metodológicos e técnicos não tenham sido mencionados explicitamente, a leitura desses relatos clínicos e os inúmeros exemplos apresentados ao longo do presente trabalho nos permitem constatar três aspectos importantes. Partiremos da observação de que ao tratar de pacientes que se relacionavam ou desejavam

²²³ Em razão da pouca quantidade de casos que discutem a lesbianidade no registro das Atas, optamos por retomar o trabalho com o caso apresentado em “*Das memórias de uma jovem rapariga*”, abordando-o do ponto de vista técnico. As questões teóricas debatidas nessa conferência foram debatidas no capítulo 7.2, página 216.

alguém do mesmo sexo, era bastante comum que os primeiros psicanalistas mencionassem a orientação sexual destes sujeitos logo no início do relato clínico, tomando este aspecto como um ponto fundamental. Nos casos acima temos um jovem homossexual e uma jovem que havia se apaixonado por uma colega de trabalho, mas os exemplos são muito e podem ser constatados na grande parte das Atas que apresentavam casos de homossexualidade ou lesbianidade²²⁴.

Esse fato é bastante relevante, pois embora espere-se que em uma análise a vida sexual do analisando seja tratada sem pudor, ao definir o paciente como ‘isto’ ou ‘aquilo’ o analista corre o risco de prejudicar a sua atenção flutuante e, conseqüentemente, o manejo e os relatos clínicos (CECCARELLI, 2008). Mais do que isso, ao empregar os termos ‘homossexualidade’, ‘homossexual’ e ‘lésbico’ sem descrevê-los, os analistas partiam da suposição de que o ouvinte ou o leitor sabiam a que eles se referiam, posição que desconsiderava o fato de que o desejo se constitui na singularidade de cada sujeito. Robert Stoller²²⁵ (1985, p. 167, tradução nossa), um importante analista da terceira geração, foi um dos primeiros autores a chamar atenção para a maneira como os psicanalistas de sua época discutiam os casos de pacientes não heterossexuais, dedicando a esse tema o artigo “*Pesquisas” psicanalíticas sobre homossexualidade: as regras do jogo*”.

Vou usar a homossexualidade para exemplificar como a maneira como nós analistas escrevemos nossos relatórios não apenas pode servir para distorcer nossas observações, mas também molda nossas teorias e conclusões, com resultantes éticos, morais, políticos e outras conseqüências sociais.

Stoller argumenta que as pesquisas psicanalíticas dos anos 1970-1980 utilizavam uma nomenclatura indefinida para tratar da homossexualidade, não sabendo o que deveria ser chamado de homossexualidade ou o que significava os termos *homossexualidade* e *homossexual*. Considerando que, em geral, esses trabalhos partiam da premissa pouco sofisticada de que a homossexualidade se refere ao desejo e as práticas sexuais com pessoas do mesmo sexo, o autor foi um dos primeiros analistas de sua época a indicar que isso ocorria porque, na realidade, a psicanálise não possuía nenhuma formulação consistente sobre o que torna alguém homossexual, justamente porque não haveria nada específico para diferenciar a

²²⁴ O leitor pode constatar este fato nos relatos clínicos trabalhados nos capítulos anteriores do presente trabalho. Como exemplo, podemos mencionar o caso “de um jovem homem com tendências homossexuais”, referido por Sadger (capítulo 5.4, página 170) e o “caso de um homossexual masculino”, mencionado por Hitschmann (capítulo 6.3, página 200).

²²⁵ Robert Stoller (1925 – 1991) foi um importante psiquiatra e psicanalista da terceira geração. Norte-americano, ele se dedicou durante a década de 1950 aos estudos dos casos de intersexo, nas décadas de 1960 e 1970 pesquisou a transgeneridade e a perversão e na década de 1980 trabalhou com a questão da pornografia e das dinâmicas de excitação sexual. Stoller foi o primeiro psicanalista a utilizar o termo “gênero” para discutir a questão da identidade sexual, diferenciando-o do sexo biológico (COSSI, 2018).

homossexualidade da heterossexualidade ou categorizar essa última como uma patologia. Embora Stoller (1985) se dirigisse aos analistas de sua época, suas pontuações nos servem para examinar os trabalhos dos primeiros psicanalistas sobre o tema. Nesses, podemos encontrar duas das práticas discutidas pelo autor da terceira geração: a indefinição do que significava os termos *homossexualidade* e *homossexual*, ou mesmo do que são os *traços* e as *tendências* homossexuais; e a tentativa de encontrar uma regra geral ou teoria específica que explicasse porque alguém se tornava homossexual.

No quinto capítulo²²⁶, ao investigarmos a existência de um imaginário sobre o *homossexual* entre os primeiros psicanalistas, pudemos constatar como eles empregavam as ideias de *tendências* e *traços* masculinos, femininos ou homossexuais das mais diversas formas, indiferenciado essas noções da lesbianidade ou da homossexualidade, enquanto escolha de objeto. Nessa época, os analistas de Viena não sabiam definir do que se tratava a *homossexualidade* e, embora assumissem que essa era uma questão do ponto de vista psicanalítico, empregavam essa noção de maneira indistinta e indefinida. O *homossexual*, enquanto sujeito da homossexualidade, era entendido como alguém cuja orientação do desejo transparece em toda sua personalidade, sendo descrito majoritariamente a partir de características provenientes do imaginário oitocentistas, mais especificamente pelo estereótipo que associava lesbianidade-masculinidade e homossexualidade-feminilidade.

Essas concepções foram fundamentais para que o grupo vienense se perguntasse sobre a existência de uma particularidade constitutiva nesse grupo de pessoas o que, somado as questões sobre os caminhos da escolha de objeto formuladas por Freud (1905) nos “*Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*”, abriu um imenso campo de estudos sobre a etiologia da homossexualidade e da lesbianidade. Como pudemos ver respectivamente nos capítulos 3, 6 e 7, Freud e muitos dos primeiros psicanalistas pesquisavam a gênese da escolha de objeto homossexual, considerando esse um assunto importante para a psicanálise

Em resumo, até aqui pudemos observar três aspectos relevantes sobre os relatos de casos de mulheres lésbicas e homens homossexuais na clínica psicanalítica do início do século XX:

- I) ênfase na orientação sexual desses pacientes, mesmo quando essa não era um aspecto central do caso. Como exemplo, podemos citar o relato de Freud que de saída menciona que o paciente se tratava de um “jovem homossexual”, mesmo que a homossexualidade não tenha sido um assunto abordado ou tematizado posteriormente em sua fala.

²²⁶ Ver capítulo 5.4.

- II) O emprego dos termos *homossexualidade* e *homossexual* de maneira pouco distinta ou definida, como podemos ver no relato de Sadger, onde o autor menciona que “a paciente era mais homossexual do que heterossexual” (NUNBERG; FEDERN, 1980, p. 150, tradução nossa), formulação que não explica ou localiza a singularidade de seu desejo.
- III) A crença em uma ou algumas etiologias específicas da lesbianidade e da homossexualidade investigadas a partir dos casos clínicos como, por exemplo, a teoria materno-infantil, a hipótese da bissexualidade, a teoria paterno-infantil e o complexo de masculinidade, temas que exploramos nos capítulos 6 e 7.

Ou seja, em uma análise, os primeiros psicanalistas consideravam o desejo homossexual como um fato importante que dizia algo sobre a personalidade do sujeito e, mesmo que não parecesse possível precisar o que era dito, parecia fundamental que se investigasse a gênese dessa modalidade específica de escolha de objeto, a qual deveria ser procurada na primeira infância. Essas considerações remetem diretamente ao campo de saber que, desde sua origem, a psicanálise buscava se diferenciar enquanto teoria e método: a sexologia.

Como vimos no segundo capítulo²²⁷, desde 1869 os psiquiatras haviam se dedicado a estudar as causas da lesbianidade e da homossexualidade, entendendo essas orientações sexuais como um estado patológico derivado de uma anomalia no instinto sexual, cuja origem poderia ser traçada na infância e na família e que deveria ser tratada pelos médicos, nos asilos e hospitais psiquiátricos. Westphal cunhou o termo *sentimento sexual contrário*, avançando a hipótese de que a lesbianidade e a homossexualidade eram estados congênitos; Krafft-Ebing (1886), ao realizar minuciosas perícias e exames clínicos de seus pacientes, entendia que essas orientações sexuais derivavam de um desenvolvimento sexual “anormal”, eram adquiridas ou congênitas, deveriam ser prevenidas pela proibição da reprodução e por via da proteção de influências prejudiciais e poderiam ser tratadas com a prevenção da masturbação, a remoção de influências negativas para a vida sexual, a cura de quadros associados e o encorajamento de sentimentos heterossexuais; por sua vez, Ellis (1896, 1896b) concebia a homossexualidade como congênita e considerava a cura da *inversão* pouco eficaz ou duradoura, sugerindo a coeducação como método profilático e enfatizando que o tratamento deveria cuidar apenas dos quadros de adoecimento correlatos, ajudando esses sujeitos a utilizar seus instintos da “melhor forma possível”, entendida como a castidade e a dedicação ao trabalho ou a grandes obras.

²²⁷ Ver capítulo 2.2.

A partir da investigação das produções dos psiquiatras do final do século XIX, pudemos observar que esses autores consideravam a lesbianidade e a homossexualidade como patologias, tomando-as como objeto de pesquisa com o objetivo de desvendar o instinto sexual e descobrir métodos de prevenção e tratamento desses quadros, a partir da elucidação de sua gênese. Representando uma camada mais progressista da sociedade da época, os ativistas homossexuais²²⁸ compartilhavam da convicção de que elucidar a etiologia dessas orientações sexuais era importante, mas consideravam que a melhor compreensão da lesbianidade e da homossexualidade contribuiria com a revogação da legislação que criminalizava e punia essas práticas no Reich (Parágrafo 175 do Código Penal de 1871 – homossexualidade) e no Império Austro-Húngaro (Parágrafo 129 (b) – homossexualidade e lesbianidade).

Tendo isso em vista, entre os anos de 1864 e 1879, Ulrichs (1870, 1879) cunhou o termo *uranista* para descrever os sujeitos que possuíam uma natureza homossexual impossível de curar ou contrapor; Benkert (1869), por sua vez, clamava pela não interferência do Estado em nenhum tipo de exercício da sexualidade e defendia a existência de uma natureza homossexual congênita e irreversível, que tornava impossível que essas pessoas se voltassem para o sexo oposto fosse pela cura, pela punição ou pela imposição do casamento monogâmico heterossexual. Adotando uma postura um pouco mais flexível do ponto de vista da sociedade do início do século XX e da comunidade médico-científica, Hirschfeld e os ativistas do Comitê Científico Humanitário (SHC, 1897; 1903) militavam pelo conhecimento dos *estados sexuais intermediários*, considerando que a investigação científica poderia de diminuir a hostilidade diante das práticas lésbicas e homossexuais. Entendendo a homossexualidade como inata e relacionando sua causa ao desenvolvimento da bissexualidade durante o período fetal, os ativistas de Berlim defendiam que essa orientação sexual não poderia ser revertida por meio da legislação e eram relativamente flexíveis com relação as práticas curativas, de maneira que mesmo que não acreditassem em sua eficácia ou não fossem adeptos a elas, buscavam apoiar os pacientes que consideravam essa opção. Uma das primeiras mulheres a integrar o grupo de Hirschfeld, Rueling (1904) contestava a correlação entre o instinto sexual e as características da personalidade e identificava o casamento heterossexual compulsório como a principal causa do sofrimento das mulheres lésbicas, que deveria ser combatido por meio da reforma educacional.

Como podemos ver, dois aspectos atravessavam a tentativa dos psiquiatras e ativistas de desvendar a gênese da lesbianidade e da homossexualidade, cujas teorias explanatórias

²²⁸ Ver capítulos 2.4 e 5.1.

dividiam-se, fundamentalmente, entre as hipóteses inata e adquirida, cada uma com suas devidas ramificações. Entre os psiquiatras, a elucidação desses estados “patológicos” possibilitou a proposição de formas de prevenção e tratamento dessas orientações sexuais. Entre os ativistas, que defendiam prioritariamente as teorias inatistas, as teses etiológicas tinham por objetivo conscientizar as autoridades sobre o desejo e o sofrimento dessa população, que era significativo a ponto de levar esse grupo a não descartar práticas curativas, mesmo sem confiar em seus pressupostos ou eficácia.

Se, como vimos, os primeiros psicanalistas empreenderam diversas investigações sobre a gênese da lesbianidade e da homossexualidade, entendendo a orientação sexual de seus pacientes como um aspecto central – e muitas vezes patológico – da subjetividade, podemos agora avançar a hipótese de que essa postura remete às heranças do contexto epistemológico e social em que esses analistas viveram. A indefinição do que se tratava a *homossexualidade*, a crença na existência de um *personagem homossexual* cuja orientação sexual definiria toda a personalidade, a ênfase na elucidação da gênese do desejo afetivo-sexual por pessoas do mesmo sexo e a tentativa de pensar alternativas progressistas para a repressão da sexualidade²²⁹ explicitam a tendência do grupo vienense de não conseguir desnaturalizar algumas das principais ideias que cercavam a questão da lesbianidade e da homossexualidade na virada do século XIX para o XX. Ao beberem da fonte dos psiquiatras e ativistas, os primeiros psicanalistas se enriqueceram teoricamente, mas encontraram dificuldades de construir fronteiras sólidas para o seu pensamento a respeito desse tema, o que gerou consequências para a escuta do público lésbico e homossexual nos divãs psicanalíticos, como exploraremos agora.

8.4. A escuta do desejo lésbico e homossexual

Mesmo que metodologicamente partilhasse com os psiquiatras e ativistas da ideia de que uma exploração da vida do paciente poderia elucidar os motivos pelos quais ele se tornou homossexual, a diferença inovadora introduzida pela psicanálise foi que esses motivos, até então procurado em exames clínicos ou relatos autobiográficos produzidos conscientemente, só poderiam ser elucidados por via da escuta do inconsciente e pela exploração dos desejos, fantasias e experiências recalcados na primeira infância. A teoria e o método psicanalítico apresentavam uma forma inédita de compreender e tratar o sofrimento humano e os primeiros

²²⁹ Ver capítulo 5.3.

psicanalistas apostavam que o método freudiano era uma ferramenta capaz de elucidar as experiências que culminaram na escolha amorosa por um tipo específico de objeto.

Em termos práticos, essa tarefa se revelava muito mais difícil, colocando os primeiros psicanalistas diante de problemas teóricos²³⁰ e técnicos e levando-os a adotar uma postura ambivalente perante essa forma de atender pacientes lésbicas e homossexuais, como podemos ver nos seguintes comentários ocorridos durante as reuniões da Sociedade Psicanalítica de Viena. Em 10 de novembro de 1909, durante a segunda discussão sobre o “*Caso de perversão polimorfa*”²³¹, Freud criticou a apresentação de Sadger, ponderando sobre a impossibilidade de o tratamento analítico elucidar os motivos que levaram o sujeito a uma determinada escolha de objeto e denominando essa atitude como especulativa:

Ele não pode ver nenhuma aplicação técnica em particular nesta análise. A complexidade do caso não é extraordinária; apenas trouxemos à luz a constituição comum de todos os seres humanos. O palestrante não conseguiu dominar o material e fazer uma síntese do caso. [...] As causas finais da homossexualidade não se tornam acessíveis a nós através da análise, porque isso não pode resolver para nós a questão de saber se o movimento sexual toma uma direção positiva ou negativa. Determinar quando e em que circunstâncias uma pessoa se volta para um determinado objeto se torna uma obra de natureza especulativa. A parte da predisposição orgânica é, sem dúvida, uma influência determinante (NUNBERG; FEDERN, 1978, p. 305 – 307, tradução nossa).

Diante desse comentário, Reitler²³² reforçou que o trabalho se tratava de uma anamnese e não de uma análise e declarou ter ficado feliz “por Freud ter liquidado a esperança de que a análise pudesse explicar a homossexualidade” (NUNBERG; FEDERN, 1978, p. 308, tradução nossa). De maneira bastante enfática, Hitschmann criticou a postura de Sadger, considerando-a excessivamente investigativa e afirmando que “não se sabe se [o trabalho] é uma terapia ou uma pesquisa na qual a condição de alguém melhorou acidentalmente; era mais como terapia. A melhora provavelmente se deve ao fato de o paciente ter sido libertado do labirinto de sexualidade do qual pôde falar livremente” (NUNBERG; FEDERN, 1978, p. 308, tradução nossa).

²³⁰ As problemáticas teóricas que atravessaram a compreensão psicanalítica sobre a gênese da homossexualidade e da lesbianidade foram estudadas nos capítulos 6 e 7, respectivamente.

²³¹ Este caso apresentado por Sadger em 3 reuniões da Sociedade Psicanalítica de Viena foi discutido com profundidade no capítulo 6.1.

²³² Rudolf Reitler (1865 – 1917) foi um ilustre médico vienense que se associou à Freud em 1902, tornando-se um importante pioneiro da psicanálise. Trabalhou como terapeuta e permaneceu membro do movimento psicanalítico até a sua morte, em 1917 (CHECCHIA; TORRES; HOFFMANN, 2015).

Como podemos ver, a investigação dos acontecimentos que determinariam a escolha de objeto e a pesquisa das causas da lesbianidade e da homossexualidade eram dois pontos que dividiam opiniões entre os primeiros psicanalistas. O próprio Freud demonstrou uma postura ambígua a respeito dessa questão, ora considerando a busca pelas circunstâncias em que uma pessoa se volta para determinado objeto como especulativa, ora reiterando a importância da análise investigar esse ponto, como podemos ver em seu comentário na reunião de 11 de maio de 1910 (*ata 107*)²³³, quando Sadger apresentou a conferência “*Seria a asma brônquica uma neurose sexual?*”: “Se o paciente escolheu como objeto de amor meninos de 11-13 anos, ou seja, a ele mesmo nessa idade, a análise deveria nos elucidar porque ele escolheu precisamente nessa idade, o que lhe ocorreu naquela época e quais satisfações foram produzidas” (NUNBERG; FEDERN, 1978, p. 513, tradução nossa, grifo nosso).

Assim sendo, o trabalho com pacientes lésbicas ou homossexuais se tornou para os primeiros psicanalistas uma tarefa desafiadora. Durante as duas primeiras décadas do século XX, se consolidou a concepção de que a tarefa da terapia analítica era analisar as resistências, tornando conscientes os conteúdos do inconsciente por via da interpretação e do manejo da transferência, que possibilitariam o retorno à origem do sintoma, guiando o conflito para um novo desfecho, trabalho que não era simples em razão da transferência e da resistência. No entanto, no trabalho com a lesbianidade e a homossexualidade, os primeiros psicanalistas pareciam se agarrar tão firmemente às suas hipóteses teóricas que se tornava muito difícil para eles escutar o sofrimento e o que diziam seus pacientes, para além das definições enrijecidas e herdadas da cultura sobre o que é a *homossexualidade* ou *ser homossexual*. Como exemplo, discutiremos agora dois casos clínicos publicados, selecionados de modo a complementar a leitura das Atas que, de maneira geral, tratam muito pouco da prática clínica com o público lésbico e homossexual.

Em primeiro lugar, retomaremos a publicação “*Fragments da análise de um homossexual*” de Sadger (1908). Esse relato clínico²³⁴ apresenta o caso de um jovem que decidiu procurar uma análise pois amava homens, o que, segundo o paciente, o deixava infeliz por entrar em conflito com sua visão de mundo e suas crenças religiosas. Acompanhando o texto, que procurou reproduzir os diálogos ocorridos na sessão, podemos observar como a insistência do analista na investigação dos episódios infantis que supostamente teriam desencadeado a homossexualidade do paciente precipitou inúmeras dificuldades enfrentadas ao longo do processo. Ao se agarrar à hipótese de que quando criança ele amara sexualmente seu pai e, sendo assim, haveria de se recordar de experiências eróticas e de sentimentos sexuais em

²³³ Esse caso foi discutido detalhadamente no capítulo 6.1, página 256.

²³⁴ Esse texto de Sadger (1908) foi previamente abordado no capítulo 6.1.

sua relação com ele durante a infância, Sadger parecia não conseguir escutar as recusas do analisando, que reiteradamente dizia que queria falar de suas experiências amorosas com um primo e um menino pastor. Essa dinâmica, onde o analista apontava que o apego a esses episódios e a dificuldade de se recordar de acontecimentos envolvendo seu pai eram produto da resistência e da transferência e o paciente, reiteradamente, dizia que não se recordava ou não queria falar do assunto acabou por tornar o processo analítico insustentável. No décimo terceiro encontro, Sadger encerrou a sessão precipitadamente, afirmando que o paciente não estava pensando em análise e pedindo que ele retornasse na próxima semana. Ele, que já havia explicitamente falado de suas pretensões de abandonar o tratamento, não retornou mais.

Em segundo lugar, recuperaremos um último aspecto do texto “*Sobre a psicogênese de um caso de homossexualidade feminina*”²³⁵, publicado por Freud (1920). De acordo com o relato clínico, o encaminhamento da garota para a análise foi delineado a partir de uma tentativa de suicídio e seu tratamento, que havia partido de uma queixa paterna sobre a sexualidade da paciente, teria se dividido, segundo o analista, em dois momentos: um primeiro, onde o trabalho analítico ocorreu “quase sem indícios de resistência, com viva participação intelectual da analisanda, mas também com tranquilidade e ânimo de sua parte” (FREUD, 1920, p. 137) e foi possível investigar a história libidinal da paciente e os acontecimentos de sua vida que teriam precipitado a lesbianidade; e um segundo, no qual a resistência pareceu intransponível ao analista, que interpretou a atitude de fria reserva e hostilidade latente de sua paciente como sinal de que ela havia transferido para ele a rejeição a homens que sentia desde que havia se decepcionado com seu pai, o que levou Freud a interromper a análise, recomendando que ela prosseguisse o tratamento com uma médica. Do lado da analisanda, o retrato parece ser outro. Ao comentar a análise com Freud em sua biografia, Margarethe Csonka recordou-se com certo desagrado das perguntas que o analista lhe dirigia e descreveu o processo como enfadonho e repugnante, afirmando ter se empenhado para demonstrar os efeitos do tratamento e apaziguar o conflito com seus pais. Durante a análise, inventou alguns sonhos, contou a Freud meias verdades sobre seus encontros com a amante e mesmo tocada por algumas interpretações, sentiu alívio ao ser dispensada do tratamento. Após a despedida de Freud, Sidonie jamais retornou ao divã e, ao longo de sua vida, se relacionou com inúmeras mulheres, como vimos sétimo capítulo²³⁶ (RIEDER; VOIGT, 2008).

²³⁵ Este texto de Freud (1920) foi previamente discutido nos capítulos 4.3 (página 116) e 7.3, que abordaram respectivamente a teoria freudiana da lesbianidade e da homossexualidade e a biografia de Margarethe Csonka.

²³⁶ Ver capítulo 7.3.

Sem dúvidas, um importante motivo pelo qual a análise de Sidonie Csillag malogrou se deve ao fato de que não foi instaurada uma demanda de análise ou um tratamento (AMBRA, 2019) e o trabalho com Freud se centrou apenas em torno do seu desejo por mulheres, que incomodava muito mais seu pai, do que a própria analisanda. A dificuldade de falar dos motivos que lhe causavam sofrimento, assim como o foco do analista na queixa, parecem ser fatores suficientes para que o processo fosse percebido pela paciente como cansativo e enfadonho e não tenha alcançado resultados benéficos para ela ou a livrado de seus sintomas, que ficaram pouco claros ao longo do processo. Mas, em *“Fragmentos da análise de um homossexual”* (SADGER, 1908), pudemos ver o exemplo de um tratamento analítico que encontrou severas dificuldades, mesmo contando com disponibilidade inicial do paciente e com o desejo de se livrar do sofrimento psíquico em que ele se encontrava.

Já sabemos que os primeiros psicanalistas consideravam a elucidação das experiências infantis que teriam precipitado uma escolha homossexual de objeto como um aspecto fundamental na análise do público lésbico e homossexual, mas ainda não esclarecemos por que esse ponto era considerado tão importante no trabalho com essas pessoas. Para além da investigação da etiologia desses casos e do problema teórico da escolha de objeto, os primeiros psicanalistas acreditavam que tornar conscientes esses aspectos da vida psíquica inconsciente era fundamental para que se pudesse pensar em um alívio da angústia de seus analisandos, muitas vezes erroneamente assimilado à “cura” da homossexualidade. Entre os membros da Sociedade Psicanalítica de Viena, Sadger e Freud foram os autores que mais se dedicaram a essa questão e, embora não tenham chegado a uma conclusão definitiva a esse respeito, escutavam que o desejo por pessoas do mesmo sexo despertava grande sofrimento em seus pacientes, sofrimento este que era função da psicanálise cuidar.

Um dos analistas que mais trabalhou com o tema da homossexualidade, Sadger recebeu em seu consultório diversos pacientes que sofriam por desejar afetivo-sexualmente pessoas do mesmo sexo. Constatando que muitos homossexuais eram extremamente infelizes, viviam em constante perigo de entrar em conflito com o direito penal e perder sua liberdade ou prestígio, eram uma população com altas taxas de suicídio e expressavam a vontade de mudar ou atenuar sua pulsão em direção a pessoas do mesmo sexo, mesmo quando não viviam em países onde a lesbianidade ou a homossexualidade eram um crime, Sadger (1908, p. 346, tradução nossa) discute a “cura” da homossexualidade em várias publicações, fundamentando essa prática nas teorias etiológicas de sua autoria. Demonstrando uma forte convicção de que a direção do tratamento psicanalítico dos pacientes homossexuais era ajudá-los a se voltar para objetos do sexo oposto, o autor acreditava que “a psicanálise oferece todas essas possibilidades reais de

cura”, sendo uma interessante alternativa para as práticas da psiquiatria, pois a hipnose e a sugestão não provocavam mudanças permanentes.

A partir da ideia da disposição bissexual de todos os seres humano, teoria segundo a qual a heterossexualidade estaria sempre presente na homossexualidade (feminina ou masculina), Sadger avançou a hipótese de que por trás da homossexualidade haveria, além da relação com a figura paterna, uma importante ligação com a mãe²³⁷ ou com a mulher que a substitui, de modo que os homossexuais teriam em seu desenvolvimento tendências regulares em direção ao sexo oposto, geralmente anteriores a libido e a ternura despertada por figuras do mesmo sexo. Nesse sentido, o autor localiza no fato de que muitos homossexuais de sua época desejavam meninos mais jovens e sem barba, evidências de que por trás da homossexualidade haveria impulsos libidinais excessivos e prematuros dirigidos à mulher (mãe) e recalcados. “O que o invertido amava e desejava nas mulheres, ele ama e deseja nos homens”, considera Sadger (1909, p. 55, tradução nossa), avançando a hipótese de que o ideal homossexual, ou seja, as características que esses sujeitos procuram em um par amoroso, remeteriam por semelhança à mulher outrora amada pela criança.

Baseando-se nessas considerações, Sadger (1908, p. 346, tradução nossa) postulava que a tarefa da psicanálise perante a homossexualidade era a de despertar “o instinto heterossexual latente e recalcado, recalcando o homossexual”. Considerando que a heterossexualidade nunca estaria ausente no homossexual e poderia ser localizada na relação infantil e precoce com as figuras femininas, Sadger defendia que a cura dos pacientes homossexuais, por via da psicanálise, ocorria na medida em que os conteúdos inconscientes se tornavam conscientes por via da associação livre, o que permitiria que o analisando se voltasse para a heterossexualidade por meio da recordação dos antigos objetos sexuais femininos aos quais sua libido teria se dirigido.

No epílogo de “*Fragments da análise de um homossexual*” (SADGER, 1908, p. 424, tradução nossa) mesmo após o tratamento do jovem paciente ter se encerrado de maneira disruptiva, Sadger afirma acreditar que “o efeito curativo desejado não teria falhado se o tratamento analítico tivesse durado mais tempo”. Se amparando em indícios de heterossexualidade encontrados em alguns sonhos do garoto, o analista concebia que esse fato poderia ser a chave para que a pulsão heterossexual fosse despertada, substituindo a libido homossexual.

²³⁷ Sobre a teoria materno-infantil, ver capítulo 6.1.

Embora os argumentos até aqui discutidos tratem da homossexualidade (masculina), Sadger considerava a técnica de despertar a pulsão heterossexual recalcada como uma cura válida também para a lesbianidade, dado o fato de que a premissa da bissexualidade originária vale para todos os seres humanos. Em 1909, no texto “*A sensação sexual contrária é curável?*”²³⁸, Sadger argumentou em favor de uma cura eficaz e permanente da lesbianidade e da homossexualidade, baseando-se no caso de um paciente de 21 anos de idade, que se interessava somente por conteúdos ditos “femininos” e foi encaminhado para o tratamento com Sadger por se sentir atraído por garotos, embora não parecesse muito incomodado por esse interesse. Por via da análise o paciente pôde se recordar de memórias envolvendo figuras do sexo oposto e, gradualmente, perceber que por traz de seu ideal masculino havia um ideal feminino, supostamente se curando após quatro meses de tratamento. Essa descrição do caso, apresentada em uma resenha escrita por Havelock Ellis (1909, p.567, tradução nossa) é seguida por um comentário que sintetiza a hipótese sadgeriana acerca da “cura” da homossexualidade:

Sadger acredita (como Freud) que – assim como na histeria há, de acordo com essa teoria, ideias e emoções ocultas no inconsciente – há em toda pessoa homossexual, elementos latentes da sexualidade normal heterossexual. A pessoa homossexual gradualmente organizou suas memórias e sentimentos em torno dessa tendência dominante e permitiu que as ideias e memórias normais fossem esquecidas. Cabe ao método psicanalítico ‘pescar’, por assim dizer, esses sentimentos e memórias perdidos no inconsciente e lhes dar um valor apropriado na vida consciente do paciente.

Compreendida a concepção sadgerianas sobre a cura da lesbianidade e da homossexualidade, faz-se necessário ressaltar que, por mais que essas práticas sejam altamente questionáveis na atualidade, elas eram bastante comuns no início do século XX. Enquanto autor, Sadger foi fortemente influenciado pela psiquiatria e estabeleceu com essa disciplina um vasto diálogo, aspecto observável em seus artigos (SADGER, 1908; 1909). Fato é que muitas lésbicas e homossexuais se encontravam em situação de sofrimento psíquico no início do século XX, sofrimento esse que a psicanálise se colocava como tarefa escutar e cuidar. Contudo, escapava dos primeiros analistas a dimensão sócio-política desse sofrimento, causado por uma sociedade normativa e repressiva, de maneira que, como solução, defendia-se a conversão da orientação sexual do paciente que, supostamente, lhe livraria do desejo que causa dor. A título de curiosidade, cabe mencionar que o artigo “*Fragmentos da análise de um homossexual*”

²³⁸ Como explicitado no capítulo 6, página 175, não pudemos acessar esse texto e para discutir o seu conteúdo, mesmo que de forma parcial, utilizaremos da resenha publicada por Havelock Ellis (1909). Agradecemos à Caio Padovan, professor e pesquisador da *Université Paul-Valéry Montpellier*, pela disponibilidade em enviar esse material.

(SADGER, 1908) foi publicado “*Jahrbuch für sexuelle Zwischenstufen*”, o periódico editado pelos membros do Comitê Científico Humanitário. Ao final do texto, cujo conteúdo já explanamos, segue o comentário:

Nota do editor: Como muitos dos homossexuais têm o legítimo desejo de serem heterossexuais, devemos agradecer a qualquer médico que ofereça novas opções de tratamento. Depois que o tratamento hipnótico não correspondeu às expectativas, o Prof. Freud de Viena e seus alunos, entre os quais o autor da obra acima [Sadger], ocupam uma posição de destaque por virem há algum tempo tentando encontrar uma abordagem terapêutica da homossexualidade por meio da psicanálise. É claro que ainda não é possível fazer um julgamento final sobre o novo procedimento, mas não queremos deixar de apontar aos médicos e homossexuais o método analítico de Freud, que de qualquer forma ataca o estado sexual de modo muito mais intenso e profundo, semelhante à hipnose (SADGER, 1908, p. 424, tradução nossa).

Diferentemente de Sadger, Freud manteve uma postura bastante ambivalente a respeito da “cura” da lesbianidade e da homossexualidade. Na primeira versão dos “*Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*” (FREUD, 1905, p. 152), dedicou um subcapítulo à “prevenção da inversão”, onde enumerou três fatores que ao se juntarem com “a atração que os caracteres sexuais opostos manifestam um pelo outro” excluiriam a homossexualidade: a legislação proibitiva, a recordação infantil do carinho da mãe ou de outras mulheres (para os meninos) e a atitude hostil com o próprio sexo²³⁹. Na outra face da moeda, considerava a educação dos garotos por indivíduos do sexo masculino e a ausência prematura de um dos genitores como acontecimentos que precipitariam a *inversão*. Freud não é claro sobre o papel da psicanálise na “prevenção” da homossexualidade – tema que, como vimos, era discutido pela psiquiatria oitocentista – e apenas acenava para o fato de que a investigação da gênese da lesbianidade e da homossexualidade, assim como a elucidação dos caminhos para a heterossexualidade, são fundamentais para essa tarefa. Na Sociedade Psicanalítica de Viena esse assunto foi abordado durante os debates sobre a educação sexual²⁴⁰, cujo objetivo profilático abarcava, mesmo sem consenso, a homossexualidade. Após o texto de 1905, Freud não retomou a questão da “prevenção da homossexualidade”²⁴¹, exceto ao comentar a conferência “*Apresentação de*

²³⁹ Este último aspecto foi acrescentado somente na terceira edição dos “*Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*”, publicada em 1915.

²⁴⁰ Ver capítulo 5.2.

²⁴¹ Ao abordar a “prevenção da homossexualidade”, Freud (1905, p. 152) não discute ferramentas e formas de profilaxia ou repressão dessas orientações sexuais, tal como Stekel (1934) propôs em “*Os erros da educação que levam à homossexualidade*” (ver capítulo 5.2, página 149). Isso não significa que as teorias psicanalíticas que envolviam a compreensão da lesbianidade e da homossexualidade não tenham sido utilizadas para fins nefastos. Como exemplo, podemos citar o episódio que cercou a aprovação do Pacto de Solidariedade (*Pacte Civil de Solidarité*, PaCS) – legislação que permitiu casais homo ou heterossexuais de legalizarem sua união por um contrato específico – aprovada na França em 1999. A reivindicação dos homossexuais (lésbicas, gays e

casos relacionados à neurose obsessiva”, proferida por Hitschmann em 26 de janeiro de 1910 (ata 1910):

A influência do genitor mais terno (ou mais frio) é importante; o significado extremo da ausência de um dos pais já foi examinado (*Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*). Nesse sentido, podemos dizer diretamente que o pai é importante para a prevenção da homossexualidade (NUNBERG; FEDERN, 1978, p. 402, tradução nossa)

Ao tratar da lesbianidade e da homossexualidade, Freud não deixou de pensar a ideia de uma “cura”²⁴² para os homossexuais, mas dedicou muito menos páginas a essa questão do que fizera Sadger, para quem esse tema era de extrema importância. Na primeira versão dos “*Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*”, ao discorrer sobre as considerações que sustentavam a hipótese da homossexualidade como característica adquirida, Freud (1905, p. 27) mencionou esse assunto ao se referir a tese psiquiátrica de que “a inversão pode ser eliminada pela sugestão hipnótica”, sem se aprofundar na questão ou nos autores que a discutiam. Em 1920, a quarta edição da obra voltou a mencionar esse assunto, citando em uma longa nota de rodapé estudos de biólogos, referindo-se particularmente a Eugen Steinach²⁴³ e Alejandro Lipschütz²⁴⁴, que haviam lançado luz para as condições orgânicas da homossexualidade e das características sexuais, conseguindo transformar caracteres somáticos e psicosssexuais a partir de intervenções cirúrgicas em mamíferos (Steinach) e em um caso humano (Lipschütz). Apesar dessas considerações, o autor retorna à teoria da bissexualidade para ponderar que “não seria justo afirmar que essas notáveis experiências colocam a teoria da inversão sobre nova base e delas esperar, precipitadamente, um caminho para a “cura” geral da homossexualidade” (FREUD, 1905, p. 37).

Somente quando se encontrou com Margarethe Csonka, paciente cujo pedido paterno era justamente que a filha fosse “curada” de seu desejo lésbico, Freud (1920, p. 119 – 120) dedicou algumas páginas de sua obra escrita para abertamente discutir essa questão. Alertando

bissexuais), qualificados durante o século XX como sodomitas, perversos ou doentes, pelo reconhecimento enquanto sujeito de direitos provocou violentas reações homofóbicas por parte de diversos segmentos da sociedade francesa. Valendo-se da psicanálise para recusar a ideia de uma igualdade entre as sexualidades e preocupando-se com uma suposta ‘dessimbolização’ da ordem social, muitos psicanalistas lacanianos ou filiados a IPA recorreram à posição de especialistas para se posicionarem contra o reconhecimento social e jurídico do casal homossexual (MAYA, 2013; ROUDINESCO; 2003).

²⁴² Ao tratarmos da “cura da homossexualidade” nos referimos exclusivamente a uma ideia de reversão da orientação sexual, que seria explorada de maneiras diferentes em Freud (1905, 1920, 1935) e Sadger (1908, 1909). Sobre as diferentes concepções de cura na obra de Freud ver Peron e Dunker (2002).

²⁴³ Eugen Steinach (1861 – 1944) foi um importante fisiologista, endocrinologista e biólogo austríaco, pioneiro no estudo dos hormônios sexuais.

²⁴⁴ Alejandro Lipschütz (1883 – 1980) foi um cientista, médico, acadêmico e filósofo nascido no Império Russo que se dedicou ao estudo do sistema endócrino e dos fatores que determinam a sexualidade. Em 1926 foi convidado para lecionar no Chile, país onde trabalhou e viver até sua morte.

o leitor que “o médico que se encarregasse do tratamento da garota tinha razões para não se sentir à vontade. Ele não encontrava a situação requerida pela análise, a única na qual ela pode encontrar sua eficácia”, pois ela não havia buscado tratamento por iniciativa própria e “não estava doente”, o autor reitera que a tarefa nesse caso não consistia em resolver um conflito neurótico, mas em converter uma variante da organização sexual. Vyrgiott (2020, p. 133) mostra quão surpreendentes são as afirmações de Freud se nos recordarmos que foi uma tentativa de suicídio que a conduziu à análise em primeiro lugar, episódio que parece indicar que a garota não estava bem, mas que é minimizado pelos indicativos de saúde presentes na ausência de remorso por seu desejo lésbico, avançando o entendimento de que “se há algo de errado com essa jovem, é sua homossexualidade”.

Partindo da premissa de que na constituição do sujeito se opera uma restrição da escolha de objeto comum em todas as orientações sexuais, Freud partilhava de concepções semelhantes a Sadger no que se refere ao trabalho de “cura” da lesbianidade/homossexualidade, entendendo que esse se daria pela restauração da plena função bissexual, de maneira a liberar o caminho para o sexo oposto que estaria obstruído. Procedendo com cautela, o autor pondera que o trabalho de eliminar a homossexualidade nunca lhe pareceu fácil e que a tentativa de transformar em heterossexual um homossexual plenamente desenvolvido não era mais promissora do que a ideia de transformar um heterossexual em homossexual. Embora considere essa prática em indivíduos em que a fixação no objeto do mesmo sexo não se tornou forte o bastante e em casos onde há uma organização nitidamente bissexual, Freud adverte que, no tratamento da lesbianidade e da homossexualidade, a terapia analítica é pouco exitosa e que “o homossexual” não conseguiria abandonar seu objeto de prazer por não se convencer de que poderia encontrar em outro objeto o prazer do qual renúncia. No ponto de vista do autor, essa dificuldade pode ser justificada também pelos motivos que levam os homossexuais a procurar uma análise:

Quando chega a iniciar tratamento, geralmente são *motivos externos que o movem a isso*, as desvantagens e os perigos de sua escolha de objeto, e tais componentes do instinto de autoconservação revelam-se muito fracos na luta contra as tendências sexuais. Logo descobrimos seu plano secreto de obter, com o retumbante fracasso dessa tentativa, o sentimento tranquilo de haver feito o possível contra sua natureza especial e poder então entregar-se a ela com boa consciência. Quando a tentativa de cura é motivada pela consideração a pais e parentes amados, o caso é um pouco diferente. Então realmente há tendências libidinais que podem desenvolver energias contrárias à escolha homossexual de objeto, mas a sua força raramente basta (FREUD, 1920, p. 120 – 121, grifo nosso).

Ao enumerar os motivos que levariam “os homossexuais” a procurar uma análise, Freud se refere à homossexualidade como um bloco hegemônico, perdendo de vista que essa hegemonia só existe como inverso da heterossexualidade (COSTA, 1995), pois na realidade cada sujeito humano possui características psíquicas, sofrimentos e desejos singulares. Assim como Sadger, o autor reconhecia que as lésbicas e os homossexuais se encontravam em sofrimento psíquico em razão do casamento compulsório, da dificuldade de encontrar um parceiro, da criminalização e do constante perigo de perder sua posição ou prestígio, mas ao considerar a homossexualidade como “o que há de errado nessas situações”, perdia de vista que o que havia de univocidade não se referia ao objeto de desejo, mas à fonte das mazelas dessa população na virada do século XIX: a patologização e a criminalização da lesbianidade e da homossexualidade, em uma sociedade estruturalmente patriarcal, lesbofóbica e homofóbica, que reprimia o desejo por pessoas do mesmo sexo.

Uma vinheta clínica de “*Fragmentos da análise de um homossexual*” (SADGER, 1908, p. 366 – 367) demonstra com precisão como a natureza do sofrimento do público lésbico e homossexual tinha sua origem principal no campo social, como ponderou o paciente ao refletir sobre as suas possibilidades de encontrar felicidade e satisfação:

O uranista não pode ser completamente feliz em seu amor sob as circunstâncias externas predominantes, as condições sociais e o desrespeito pela sua pulsão. Ainda não encontrei um uranista que se dizia feliz quando pensava e não apenas vivia o dia. [...] [A felicidade é possível], mas quase nunca em nosso tempo, isso seria uma grande raridade, no máximo se você vive completamente isolado de tudo, em uma área solitária, mas dificilmente em qualquer outro lugar.

Diante desse duro cenário, pensar a “cura” para a homossexualidade por um lado era, como vimos entre os membros do Comitê Científico Humanitário, uma forma de reconhecer o sofrimento que marcava a vida dessa população, mas por outro, tratava-se de uma reprodução da lógica heteronormativa que considerava a adequação do desejo aos moldes sociais como solução para o sofrimento do público lésbico e homossexual. Se, em um primeiro momento, a maior parte dos primeiros psicanalistas defendia a descriminalização das práticas afetivo-sexuais entre pessoas do mesmo sexo, lembrando os paladinos da moral que, inconscientemente, a homossexualidade existiria em todos os sujeitos humanos e criticando as exigências da moral sexual “cultural” do início do século XX – que restringia o livre exercício da sexualidade e determinava as fronteiras entre a “normalidade” e a “patologia”, como

enfatizou Freud (1908) em “*A moral sexual “cultural” e o nervosismo moderno*”²⁴⁵ —, em um segundo momento, pareciam não conferir uma completa legitimidade aos afetos e ao erotismo entre duas mulheres ou dois homens e usavam a própria bissexualidade como justificativa e instrumento das violentas terapias de conversão.

Detendo os recursos teóricos para romper com a herança psiquiátrica e para pôr em prática a faceta política do freudismo, os primeiros psicanalistas não conseguiram criar fronteiras sólidas para sua disciplina, tropeçando nas amarras do tempo em que viveram. Diante de mulheres lésbicas ou homens homossexuais, muitas vezes apresentavam-se como detentores do saber sobre o sofrimento dessas pessoas, agarravam-se excessivamente em suas hipóteses teóricas, eram dominados pelo *furor curandi* e por muitas vezes acabaram por não escutar o sujeito que se apresentava para eles, não se permitindo acompanhar o curso da associação livre, mesmo que esse desviasse das hipóteses do analista, ou sequer escutar sobre o que se tratava, de fato, o sofrimento dessa população.

Em 1935, Freud escreve a famosa “*Carta sobre homossexualidade*” e supostamente se dirigindo para uma mãe americana preocupada com seu filho homossexual, ele comenta a imprevisibilidade de uma “cura” e pondera que “aquilo que a análise pode fazer pelo seu filho segue uma linha diversa. Se ele é infeliz, neurótico, acossado por conflitos, tem uma vida social inibida, a análise pode aportar-lhe harmonia, paz de espírito, eficiência total, quer ele siga sendo um homossexual ou tenha mudado” (FREUD, 1935, p. 29). Em contrapartida das posturas repressivas que avançavam nas sociedades de psicanálise vinculadas à Associação Psicanalítica Internacional (IPA)²⁴⁶, Freud reiterou que os psicanalistas poderiam oferecer uma escuta da singularidade do desejo e do sofrimento daqueles que eram classificados pela sociedade como criminosos, sodomitas, doentes ou perversos.

Nessa época, a psicanálise já tinha novos protagonistas em suas fileiras e parte dos importantes primeiros psicanalistas com quem dialogamos no presente trabalho não mais frequentavam as reuniões do grupo vienense. Adler e Stekel haviam rompido com Freud respectivamente em 1911 e em 1912; Reitler faleceu em 1917, Tausk em 1919 e Kahane em 1923; Wittels havia emigrado para os Estados Unidos em 1928, onde também se sediava Rank, que em 1930 foi expulso da Associação Psicanalítica Americana (*American Psychoanalytic Association*, APsAA), mas nunca se tornou um antifreudiano ou deixou de praticar a psicanálise; Spielrein retornara para a Rússia, seu país de origem, onde morreria vítima do nazismo; assim como Hilferding, que deixara o movimento psicanalítico junto com o grupo adleriano.

²⁴⁵ Ver capítulo 3.1, página 105.

²⁴⁶ Ver Introdução, página 16.

Em 20 de março de 1938, os áureos tempos em que Viena foi o lugar central do movimento psicanalítico chegariam ao fim. Após a proclamação do *Anschluss*, os membros do Conselho Diretor da Sociedade Psicanalítica de Viena se reuniram para “*A última sessão*” (NUNBERG; FEDERN, 1983) e decidiram suspender as atividades do grupo, que entrou em um hiato de sete anos. Entre os presentes, apenas Federn, Hitschmann e Freud pertenciam ao grupo dos primeiros psicanalistas e foram os únicos entre eles que testemunharam o encerramento do capítulo da história da psicanálise que se passou em Viena, de onde Freud partiu para nunca mais voltar em 3 de junho de 1938. Levando consigo os livros, arquivos, manuscritos, cartas, notas, tentava salvar a história, os vestígios e as lembranças de tudo aquilo que se passou nos primeiros anos de sua doutrina (ROUDINESCO, 2016).

Vestígios esses que chegam até nós através das “*Atas da Sociedade Psicanalítica de Viena*” e também da “*Carta sobre homossexualidade*”, guardada por uma mulher americana de identidade desconhecida, que permitiu que essa fosse publicada em 1951 e se tornasse, oitenta anos depois de ser escrita, um instrumento de luta que circulou nas redes sociais brasileiras durante em torno da “cura gay”²⁴⁷ (IANNINI, 2019). Ao nos aproximarmos do fim do trabalho com as Atas, encontramos na carta de Freud a lembrança de que em uma reunião de 9 abril de 1913 (*ata* 196), ele pôde afirmar que “a tarefa da análise não é tornar as pessoas normais, mas torná-las coerentes” (NUNBERG; FEDERN, 1983, p. 215, tradução nossa), nos recordando de que, apesar das notáveis marcas contextuais no discurso psicanalítico sobre a lesbianidade e a homossexualidade, o divã dos vienenses foi um espaço onde os homossexuais, as lésbicas, as mulheres e as pessoas marginais à normatividade podiam se expressar. Cheirando a charutos, café e biscoitos amanteigados, a carta de Freud traz de volta a memória dos áureos tempos onde os primeiros psicanalistas se reuniam em Viena para discutir assuntos repudiados pela moral do início do século XX, não nos deixando esquecer que, em sua origem, as teorias da sexualidade e do inconsciente tiveram uma dimensão política de emancipação.

²⁴⁷ Ver Introdução, página 13.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao nos aproximarmos do fim de nosso percurso investigativo e para que possamos tecer algumas reflexões sobre o tema desta pesquisa, faz-se necessário retomarmos a pergunta que nos trouxe até aqui. O pensamento psicanalítico sobre a lesbianidade e a homossexualidade surgiu em uma época marcada pela proliferação discursiva sobre este tema, protagonizada tanto pela sexologia, quanto pelos pioneiros movimentos que reivindicavam direitos para a população LGBTQI+. Considerando a importância da compreensão dos contextos complexos e multifacetados que influenciam a proposição de um conceito ou a discussão de um assunto dentro da teoria psicanalítica, questionamos a redução do estudo dessa questão a dois horizontes comuns entre muitos pesquisadores: as leituras sistemáticas dos *“Três ensaios sobre a teoria da sexualidade”* que privilegiam a centralidade da hipótese da contingência do objeto no edifício psicanalítico; e o entendimento de que a lesbianidade e a homossexualidade seriam apenas modalidades da vida pulsional. Ambas as leituras, embora sejam verdadeiras, não encerram a discussão sobre esse tema na história da psicanálise, como revela a vasta contribuição dos psicanalistas pós-freudianos para a patologização dessas modalidades de gozo e a exclusão de homossexuais das instituições psicanalíticas ligadas à IPA ao longo de quase todo o século XX.

Enfatizando que a psicanálise, em seus primórdios, foi pensada, escrita e praticada por um importante grupo que, a partir de 1902, começou a se reunir semanalmente com Freud, consideramos fundamental pesquisar as produções destes autores – os primeiros psicanalistas –, aprofundando o entendimento desse tema entre os anos de 1900 e 1920. Privilegiando a intertextualidade presente entre os textos de Freud e as produções científicas de seus colaboradores e reiterando a importância de estudar os múltiplos planos contextuais em que suas contribuições foram desenvolvidas, formulamos a seguinte questão: quais as inscrições do contexto social e epistemológico dos países germânicos da virada do século XIX no discurso dos primeiros psicanalistas sobre a lesbianidade e homossexualidade? E, para cumprir com nosso objetivo, optamos por realizar uma pesquisa teórico-documental a partir das *“Atas da Sociedade Psicanalítica de Viena”*, conjunto de registros das reuniões dos primeiros psicanalistas entre os anos de 1906 e 1918.

Conforme observado ao longo do trabalho, podemos afirmar que os discursos dos primeiros psicanalistas sobre a lesbianidade e a homossexualidade foram fortemente marcados pelo contexto social e epistemológico de surgimento da psicanálise. É certo que essa

constatação não deve ser novidade ao leitor, tanto pelas considerações tecidas ao longo do percurso desta pesquisa, quanto pelo certo consenso que existe sobre a influência que a psicanálise sofreu do lugar e tempo específico em que foi criada. Assim sendo, para que possamos apresentar nossas considerações finais sem tornar este trabalho demasiado repetitivo, faz-se necessário que localizemos as principais inscrições contextuais que marcaram os postulados dos primeiros psicanalistas sobre a lesbianidade e a homossexualidade, na época em que as formulações basilares do edifício psicanalítico ainda estavam em construção.

Ao publicar os *“Três ensaios sobre a teoria da sexualidade”*, Freud inaugurou uma forma inovadora de pensar a sexualidade humana, afirmando que esta é universal, pulsional e perverso-polimorfa, não sendo equivalente à genitalidade, não tendo a reprodução como única forma de satisfação e não despertando somente após a puberdade. Complementarmente, a pulsão sexual foi entendida como contingente ao objeto, que não seria pré-determinado, na medida que a sexualidade também existe na infância e que a libido despende uma laboriosa trajetória para que, na puberdade, possa encontrar um objeto de satisfação. Ao retirar a sexualidade do registro da biologia, que marcava as contribuições da sexologia na virada do século XIX para o XX, a psicanálise realizou uma inovação com poucos precedentes na história dos estudos sobre a sexualidade, ampliando este campo ao postular que, em todos os seres humanos, os conflitos, sintomas, desejos, angústias, ligações e prazeres, seriam também sexuais.

Contudo, foram justamente as formulações sobre a sexualidade que determinaram a inserção da homossexualidade e da lesbianidade – mesmo que as relações entre mulheres fossem de menor interesse em suas particularidades – como assuntos de interesse da jovem ciência, marcando o lugar ambivalente e pendular que essas orientações sexuais ocuparam na rede conceitual psicanalítica entre os anos de 1900 e 1920. O fato é que, em 1905, Freud não havia esclarecido completamente nem a problemática da escolha de objeto, nem os processos de desenvolvimento da libido, de maneira que a lésbica e o homossexual, por nutrirem muito em comum com o homem heterossexual, se tornarem objeto de interesse da psicanálise. Consideradas aos olhos dos sexólogos e dos primeiros psicanalistas como uma forma de gozo menos monstruosa, menos aberrante e que nutria mais em comum com a heterossexualidade, o que inclusive dificultava a sua assimilação ao campo das *perversões*, a homossexualidade – que nas pessoas heterossexuais existiria como uma disposição inconsciente e recalçada da libido originalmente bissexual – tornou-se um terreno privilegiado para investigar dimensões importantes da vida psíquica de todos os seres humanos.

É certo que não podemos generalizar e afirmar que esse foi o único motivo pelo qual a psicanálise se interessou pela lesbianidade e pela homossexualidade, mas faz-se necessário o considerarmos um importante fator, como corrobora o trabalho colaborativo desenvolvido entre a Sociedade Psicanalítica de Viena e Magnus Hirschfeld, em abril de 1908. Em um momento em que as problemáticas da escolha de objeto e do desenvolvimento da libido ainda estavam em desenvolvimento, os primeiros psicanalistas manifestaram um grande interesse em colaborar com o trabalho dos militantes de Berlim, deixando claro seu objetivo de compreender quais aspectos da sexualidade restariam na memória do homem “normal”, o que incluía perguntas sobre a configuração familiar, o desenvolvimento psicosssexual da infância à idade adulta, a sexualidade infantil, a vida pulsional e as transformações da puberdade. O que chama a atenção nesse episódio é, justamente, como a lesbianidade, a homossexualidade e os outros *estados sexuais intermediários* – que eram tema privilegiado para os integrantes do Comitê Científico Humanitário – foram colocados como assuntos tangenciais pelos primeiros psicanalistas, que os mencionaram apenas de passagem.

O fato é que o trabalho conjunto com os militantes de Berlim sinaliza como o interesse psicanalítico na lesbianidade e na homossexualidade, na época em que tratamos, não privilegiava o *sofrimento* das lésbicas e homossexuais, enquanto sujeitos atravessados por conflitos inconscientes, mas o estudo do que eles poderiam elucidar sobre a sexualidade normativa, aqui entendida como heterossexual. Assim sendo, nos dez anos entre o trabalho com Hirschfeld e a interrupção dos registros das Atas, podemos ver como a lesbianidade e a homossexualidade tornaram-se campos privilegiados de interesse e estudo, mas perseveraram enquanto uma questão psicanalítica, um *objeto* de interesse que poderia, principalmente, auxiliar no avanço de dimensões internas das teorias. Similarmente à maneira como, para os primeiros psicanalistas, o diagnóstico de histeria pôde, diversas vezes, ser empregado para justificar e sufocar os desejos e demandas políticas das mulheres que almejavam não se subordinar à autoridade masculina e conquistar os direitos ao voto, ao trabalho e à educação (MARTINS; MOREIRA, 2019), a homossexualidade que, para a psicanálise não era um diagnóstico, permitiu que o legítimo desejo por alguém do mesmo gênero fosse tomado como o aspecto mais fundamental da personalidade desses sujeitos, o que fez que a lésbica e o homossexual se tornassem, para os primeiros psicanalistas, um *personagem*. A diversidade de características dessa população, que já nessa época era demonstrada pelos escritos da sexologia, foi agrupada em um bloco hegemônico, onde o objeto de desejo era tomado como o fator determinante de todos os demais aspectos de suas personalidades, sempre e invariavelmente subscritos a essa característica fundamental.

Assim sendo, a lesbianidade e a homossexualidade não eram para a psicanálise nascente uma degradação, uma doença ou um crime, mas a lésbica e o homossexual, ao se tornarem um *personagem*, foram entendidos, conforme descreve Foucault (1976, p. 48), como sujeitos de “natureza singular”, marcada pelo objeto de investimento de sua libido. Repetindo as rigorosas buscas das *patografias* dos sexólogos, os psicanalistas consideravam “o” homossexual um sujeito cuja escolha profissional, as características físicas e anatômicas, as vestimentas, as obras e produções artísticas, os hábitos e o não conformismo com os estereótipos de gênero eram todos sinais de uma particularidade constitutiva, capazes de evidenciar e ser justificados pela própria homossexualidade, assimilada à feminilidade. Isto se repetia com “a” lésbica que, quando assunto da teoria psicanalítica, era assemelhada à masculinidade, localizável no corpo, na fisionomia, nas roupas, nos trejeitos e na forma de se comportar diante do objeto. De maneira mais grave essa suposta masculinidade era atribuída também à aspiração de conquistar direitos, trabalho e educação, entendida como um desejo de “ser um homem”, formulação que não legitimava a lesbianidade e que, concomitantemente, explicita como os primeiros psicanalistas não se davam conta que as mulheres almejavam os direitos restritos à população masculina.

E esta é a primeira e talvez mais profunda inscrição do contexto social e epistemológico no seio da teoria psicanalítica. É certo que não devemos ser anacrônicos e cabe lembrar que, além dos psiquiatras e sexólogos, os próprios pensadores progressistas do início do século XX, os militantes, as lésbicas e os homossexuais aderiram, cada um à sua maneira, a ideia de que o desejo por alguém do mesmo gênero seria resultado de uma natureza particular. Enquanto parte integrante desse contexto, os psicanalistas também formularam sua própria versão da lesbianidade e da homossexualidade, e, ao entendê-las como uma condição subjetiva, se interessaram pela elucidação de sua etiologia. Com efeito, as pesquisas a respeito da escolha de objeto homossexual se proliferaram nas duas primeiras décadas dos anos 1900 e, na medida que se acreditava que a homossexualidade psiquicamente operaria como *negativo* ou a *inversão* da heterossexualidade, muitas hipóteses avançadas ou aprofundadas nesses estudos foram integradas à teoria psicanalítica.

Posto isso, podemos considerar que discutir a lesbianidade e a homossexualidade nos primórdios da psicanálise transcende discorrer sobre uma modalidade específica da vida pulsional. Muito além disso, as reuniões da Sociedade Psicanalítica de Viena demonstram como esse assunto atravessou a proposição de conceitos fundamentais da teoria psicanalítica, como as já mencionadas temáticas da sexualidade, da escolha de objeto e do desenvolvimento da libido, assim como as questões entorno da bissexualidade, da masculinidade e feminilidade, do autoerotismo, do narcisismo, da identificação e do complexo de Édipo. Por meio dos registros

das Atas, pudemos ver que, ao mesmo tempo que esses conceitos eram explorados e desenvolvidos nas reuniões dos primeiros psicanalistas que versavam sobre a lesbianidade e a homossexualidade, eles paulatinamente integraram a obra de Freud como partes fundamentais do edifício teórico construído nas duas primeiras décadas da psicanálise, se tornando noções de primeira importância para compreender os processos subjetivos que atravessam a vida de todos os sujeitos.

Entre as seis descrições sobre a gênese da homossexualidade – saída frente à angústia de castração, fixação na figura materna, fixação da libido no tipo narcísico, desejo de ser possuído pelo pai, renúncia à competitividade com o pai, transformação do objeto odiado em amado – e as três teorias sobre a etiologia da lesbianidade – desapontamento com a figura paterna acompanhada de regressão ao complexo de masculinidade, renúncia à competitividade com a mãe, reprodução da relação mãe-filha – identificadas na obra de Freud, seis hipóteses foram tema dos debates dos primeiros psicanalistas e, entre estas, nenhuma foi introduzida na obra freudiana antes de ser discutida pelo grupo vienense.

Cronologicamente, a teoria materno-infantil surge na obra de Freud em 1910, tendo sido mencionada por ele na Sociedade Psicanalítica de Viena três anos antes e, nesse interim, desenvolvida por Isidor Sadger, autor responsável por articular a ideia da fixação infantil na figura materna às noções de identificação e narcisismo, esta última explorada também por Rank em 1911; no ano de 1914, ao afirmar a homossexualidade como uma fixação da libido no tipo narcísico, Freud encontraria nesses autores os precedentes de sua formulação; a hipótese da homossexualidade como desejo de ser possuído pelo pai, avançada em 1918 na literatura freudiana, foi discutida por Tausk no ano de 1911, em uma tese que, embora não tenha sido profundamente articulada e desenvolvida, trabalhava com as noções de masoquismo, passividade e homossexualidade, articulando-as à relação do menino com a figura paterna; e, por fim, a teoria que em 1922 compreenderia o desejo homossexual como resultado da transformação do objeto odiado em amado estava sendo maturada por Freud desde 1908, sendo pensada também por Sadger nessa época. Por sua vez, a compreensão de que a lesbianidade teria sua gênese relacionada ao complexo de masculinidade seria desenvolvida na obra freudiana a partir de 1920 e teria como base a hipótese de que a mulher lésbica não se interessaria pelo pênis e manifestaria uma sexualidade infantil e imatura, debatida por Federn, Hitschmann e Freud entre os anos de 1907 e 1908; e a tese sobre a reprodução da relação mãe-filha encontraria precedentes em Rank, que discorreu a este respeito em 1911, trabalhando com a ideia de que a mãe seria um objeto primário de amor da menina que serviria de modelo para

a escolha de objeto, conforme a obra freudiana postularia em 1933, valendo-se também das contribuições das psicanalistas da segunda geração.

Embora vários dos primeiros psicanalistas tenham contribuído com a formulação dessas hipóteses, entre os vienenses, foi Isidor Sadger quem mais se dedicou à problemática da homossexualidade, sendo o responsável por articular as ideias de fixação infantil na figura materna, narcisismo, bissexualidade e identificação. Tendo se interessado por analisar lésbicas e homossexuais em seu consultório a partir da investigação de fantasias homossexuais inconscientes em casos de histeria e neurose obsessiva, Sadger introduziu os conceitos de narcisismo – enquanto amor dirigido pelo indivíduo a si mesmo – e de identificação – entendendo-a como um acontecimento fundamental da vida infantil de todos os sujeitos – na rede conceitual psicanalítica, desenvolvendo a hipótese de que a homossexualidade seria resultado do recalque do amor do menino pela figura materna, com quem ele se identificaria, procurando objetos que possibilitassem a reprodução dessa relação por vias narcísicas. Esta tese que, após ser lapidada e introduzida na obra de Freud (1910) em *“Uma recordação de infância de Leonardo da Vinci”* se tornou amplamente conhecida, desmontou a ideia de que o amor pelo homem teria como modelo o pai e, concomitantemente, atrelou a escolha de objeto à identificação, articulação que se tornou fundamental para a teoria psicanalítica. Para Sadger, a fixação infantil na figura materna colocava em jogo que, inconscientemente, a homossexualidade se basearia em um amor heterossexual pela mãe enquanto mulher, hipótese que, por sua vez, fundamentou a ideia de uma “cura” ou conversão da homossexualidade pois, na medida em que a heterossexualidade se fazia presente na relação precoce com as figuras femininas, ela poderia ser despertada em análise, por via da recordação e da valorização desses conteúdos recalcados.

A tese de Sadger influenciou significativamente os primeiros psicanalistas que, entre 1907 e 1911, impulsionados pela problemática da escolha de objeto, se dedicaram ao estudo e à pesquisa da gênese da lesbianidade e da homossexualidade. Esta é uma segunda e importante herança do contexto social e epistemológico de surgimento da psicanálise, pois, a consequência direta da concepção de que a lésbica e o homossexual teriam uma natureza singular é, justamente, a crença de que esta seria resultado de uma etiologia particular que poderia ser elucidada. Contudo, a diferença fundamental é que, enquanto os sexólogos – com destaque para Krafft-Ebing e Havelock Ellis – atrelavam essa etiologia às anomalias do instinto sexual e à causalidade hereditária, a psicanálise deslocou o foco das pesquisas ao postular que a sexualidade é inconsciente e que a escolha de objeto só pode ser compreendida em análise, a partir da associação livre.

O que é inovador nessa constatação é a fundação de um espaço de escuta das lésbicas e homossexuais que, em muito, se diferenciava dos dispositivos médico e jurídico. Com a premissa de ‘falar tudo que vier à cabeça sem restrições’, os primeiros psicanalistas puderam fazer da clínica um espaço transgressor, exatamente por ofertar aos sujeitos marginalizados pela sociedade a possibilidade de falar de si e instaurar uma discursividade sobre seu desejo. Em uma sociedade que patologizava, criminalizava e considerava que as orientações sexuais não normativas eram pecaminosas, a possibilidade de ser escutado sem o risco da violência dos exames clínicos e do confinamento das prisões, asilos e hospitais psiquiátricos, fez dos divãs dos analistas um lugar importante para conferir legitimidade à existência das lésbicas e homossexuais.

Todavia, se a teoria do inconsciente e as consequências clínicas de sua postulação foi o pressuposto mais inovador da prática psicanalítica, a crença de que a lesbianidade e a homossexualidade eram naturezas singulares explicáveis por teses etiológicas era uma ferida nodal no cuidado com essas populações. Dessa forma, o que os registros das Atas explicitam é que, por trás de todas as teorias desenvolvidas sobre a gênese da lesbianidade e da homossexualidade, perseverava a ideia de que a lésbica e o homossexual possuiriam um desenvolvimento incompleto ou imaturo da sexualidade, na medida em que, por convicção e influências do contexto social e epistemológico, tornar-se homem ou mulher era, de certa forma, equivalente a se tornar heterossexual. O resultado das concepções sobre a “natureza” e a etiologia da lesbianidade e da homossexualidade foi a terceira importante inscrição do contexto social e epistemológico no trabalho dos primeiros psicanalistas, que se deu no trabalho clínico.

Antes que desdobremos esse aspecto, cabe aqui uma diferenciação. O que estamos dizendo é que, por premissa, as teorias do inconsciente e da sexualidade foram uma inovação fundamental e a clínica psicanalítica se configurou como um espaço importante de escuta das populações marginalizadas, mas, a despeito disso, a radicalidade contida nos pressupostos da psicanálise não pôde ser levada a cabo em razão da normatividade que marcava os próprios psicanalistas. E, no que se refere à lesbianidade e à homossexualidade, era justamente a crença na existência de uma natureza e uma etiologia singular, que impedia a escuta do desejo inconsciente qualquer que este fosse.

Ao pesquisar a prática clínica com a população lésbica e homossexual nos primórdios da psicanálise, pudemos observar como mesmo as formulações teóricas mais radicais e inovadoras puderam ser deturpadas pelas crenças pessoais dos próprios psicanalistas. Este é o caso, por exemplo, da teoria da bissexualidade que, em certos momentos, baseou as virulentas propostas de conversão sexual e também a própria ideia de que o sofrimento das lésbicas e

homossexuais sempre e invariavelmente estaria relacionado com a escolha de objeto. Em resumo, entre o período de 1900-1920, a psicanálise não se posicionou firmemente com relação à ideia de que haveria uma “cura” para a lesbianidade e a homossexualidade, e, muitas vezes os primeiros psicanalistas não conseguiram conferir uma completa legitimidade ao amor, aos afetos e ao erotismo entre dois homens ou duas mulheres, posicionando-se de forma muito ambivalente, o que marcou a prática clínica.

Embora hoje saibamos que as terapias de conversão são profundamente cruéis, estas eram consideradas uma possibilidade plausível até pelos membros do Comitê Científico Humanitário, que não conseguiam avançar medidas sócio-políticas, recorrendo a elas como alternativa para tentar atenuar o sofrimento dessas populações. Contudo, as tentativas de “cura” da homossexualidade não são a única marca inscrita na prática clínica dos primeiros psicanalistas. Tropeçando nas amarras do tempo em que viveram, eles também tiveram seu trabalho marcado pelo fato de se acreditarem detentores do saber sobre o sofrimento subjetivo dessas pessoas e por se agarrarem às suas hipóteses teóricas e problemas de pesquisa, o que lhes impedia de escutar a singularidade das lésbicas e homossexuais que se apresentavam na frente deles nos tratamentos clínicos o que, muitas vezes, culminou na não instauração de um tratamento analítico, como demonstram os ensaios “*Fragments da análise de um homossexual*” (SADGER, 1908) e “*Sobre a psicogênese de um caso de homossexualidade feminina*” (FREUD, 1920).

Em resumo, a partir da análise das “*Atas da Sociedade Psicanalítica de Viena*” podemos constatar que o contexto social e epistemológico de surgimento da psicanálise influenciou a forma como primeiros psicanalistas viam as lésbicas e homossexuais, o que teve consequências na teoria e na prática clínica. Dessa maneira, consideramos que as tendências discriminatórias homo ou lesbofóbicas que se tornariam lugar comum entre os pós-freudianos, a crença de que a lesbianidade e a homossexualidade teriam etiologias específicas e elucidáveis e as tentativas de “cura” e conversão sexual estavam todas presentes nas primeiras duas décadas de existência da psicanálise e, embora aparecessem de maneira sutil e contraditória na obra de Freud, eram lugar comum entre os psicanalistas vienenses, marcando a proposição de muitos conceitos fundamentais. Sendo assim, a diferença entre as teorias apresentadas na literatura freudiana e o que foi debatido nas reuniões da Sociedade Psicanalítica de Viena é o estado de lapidação das concepções e hipóteses, o que demonstra a vantagem do estudo do gênero Ata, que preserva a vivacidade das discussões e opiniões, muitas vezes recalcadas nos textos científicos.

Assim sendo, faz-se necessário ressaltar como há na literatura psicanalítica conceitos que, por terem sido desenvolvidos no complexo contexto social e epistemológico de surgimento da psicanálise, ancoram-se em premissas patriarcais e heteronormativas. No que se refere a problemática da lesbianidade e da homossexualidade, este é o caso da escolha de objeto, do desenvolvimento da libido e das primeiras considerações sobre a identificação, o narcisismo, o autoerotismo, a bissexualidade, a masculinidade-feminilidade, e o complexo de Édipo, mas outras formulações podem ser atreladas a essa rede em um estudo que transpasse temporalmente a década de 1920 ou que se dedique a outras problemáticas como, por exemplo, a sexualidade feminina. Chamar atenção para este fato não significa implodir o edifício psicanalítico, mas, muito pelo contrário, trata-se de um convite para que os analistas escutem a dimensão proscrita e recalcada da teoria, reconhecendo os elos históricos que nos sustentam e permitido que, paulatinamente, em um contexto de mudanças sociais e de explosão da diversidade das sexualidades, construamos uma memória e uma história, que nos possibilite deixar de repetir, viabilizando a elaboração do presente, sem que tentemos simplesmente encaixá-lo em lugares teóricos que ainda hoje nos parecem conhecidos, mesmo que essa familiaridade seja apenas imaginária.

Ademais, faz-se necessário destacar uma quarta herança que os primeiros psicanalistas receberam do contexto social e epistemológico em que viveram. Baseando-se na crença, difundida por Havelock Ellis e Magnus Hirschfeld, de que o homossexual era aceitável, desde que correspondesse a um ideal de civilização e pudesse, por meio da ciência, ser dotado da razão e produzir importantes obras para a humanidade, Freud sustentou, durante a primeira década de existência da psicanálise, uma política de assimilação. Relacionando-se com homossexuais apenas no registro acadêmico e científico, o criador da psicanálise evitava ter seu movimento excessivamente atrelado ao pioneiro ativismo LGBTQI+ e, embora fosse partidário das difundidas políticas de revogação do Parágrafo 175, temia publicar em revistas consideradas por ele como crônicas ou vitrines da causa e, além disso, parece ter exigido de Hirschfeld, quando ele integrou o círculo psicanalítico de Berlim, que aderisse as teses constitutivas sobre a lesbianidade e a homossexualidade.

Desse modo, cabe ressaltar que, embora os primeiros psicanalistas compartilhassem ideais de emancipação e defendessem uma maior liberdade nos costumes, discutindo na Sociedade Psicanalítica de Viena sobre a educação e a reforma sexual, pautas que, na época, eram bastante progressistas, entre 1900 e 1920, Freud se manteve reticente à associação direta da psicanálise a qualquer pauta política, como demonstra o episódio envolvendo Otto Gross. O fato é que o criador da psicanálise partilhava de ideais reformistas, mas considerava que os

analistas eram médicos e assim deveriam permanecer, o que restringia as discussões das transformações sociais aos espaços acadêmicos, supostamente evitando que a psicanálise – e enquanto seus representantes, os psicanalistas – fosse diretamente associada à defesa de mudanças políticas e sociais.

Dadas essas limitações, enquanto ativistas e cientistas, os homossexuais eram valorizados pelos psicanalistas desde que aderissem às políticas de assimilação, fossem enrustidos, trabalhassem como “homens da ciência” e publicassem importantes contribuições científicas que lhes tornassem, aos olhos dos primeiros psicanalistas, admiráveis. No entanto, não tardou para a assimilação se converter em discriminação e, com o processo de institucionalização da psicanálise, se instaurou “um imperativo de proscrição” (BULAMAH, 2016, p. 193) de candidatos homossexuais em todas as sociedades psicanalíticas vinculadas à IPA, que vigorou até o final do século XX.

E cabe a nós questionar: será que ainda essas condições não são reproduzidas em nossa sociedade e instituições? Por exemplo, quando se aceita que as populações LGBTQI+ integrem os ambientes de trabalho desde que sejam sujeitos com a mais alta performance como condição de permanência; quando as marcas adicionam em suas propagandas e produtos slogans da diversidade sexual, desde que isso aumente as vendas e faça o capital girar; quando vemos um personagens de sexualidade não normativa ser incluído nos filmes, desde que não se demande que sejam protagonistas; no momento em que as cores do arco-íris iluminam o prédio do Congresso, desde que não se exija legislações que tornem as discussões sobre gênero e sexualidade obrigatórias nas escolas; quando um filósofo – como Paul B. Preciado – pode falar em uma instituição de psicanálise, desde que não questione nenhum pressuposto fundamental. Não seriam todas essas imposições de novas condições de legitimação e normatização travestidas de liberdade e aceitação?

Somado a isso, as *“Atas da Sociedade Psicanalítica de Viena”* nos mostram que, enquanto alguns temas ocuparam um lugar ambivalente e pendular para a psicanálise, como é o caso da homossexualidade – e cabe aqui frisar, a homossexualidade masculina –, outros permanecem assuntos marginais e de menor interesse para os psicanalistas, como é o caso da lesbianidade. Em parte, isso se deve a uma quinta inscrição do contexto social e epistemológico de surgimento da psicanálise, dado que, já nessa época, as ativistas lésbicas denunciavam a invisibilidade de suas pautas. Contudo, mesmo quando as mulheres fizeram sua entrada no movimento psicanalítico, a sexualidade lésbica permaneceu sendo considerada uma escolha negativa e reativa como se, se tornar lésbica, fosse equivalente a não se tornar mulher. Ao nos propormos a refletir sobre o lugar que a lesbianidade ocupa na história da psicanálise,

concluímos que a própria assimilação das questões lésbicas aos estudos sobre a homossexualidade e a feminilidade (heterossexual) se constituem como um apagamento do que há de próprio nas experiências lésbicas. Considerando o fato de que a psicanálise nos ensina a escutar também o que se cala, faz-se necessário pensarmos que, talvez, a lesbianidade seja um tema de menor interesse para os psicanalistas, justamente por tensionar as bases e fundamentos patriarcais da própria teoria.

E se, ainda hoje, não há sequer uma analista lésbica amplamente conhecida na história da psicanálise, não seria questionável afirmar que “não faz sentido falar de homossexualidade e heterossexualidade como ‘identidade’” (AYOUCH, 2019, p. 81)? Por um lado, é legítimo pensar que as múltiplas e diversas expressões da diversidade sexual não são contempladas pelas nomenclaturas herdadas do século XIX e que, de fato, a lesbianidade e a homossexualidade não deveriam ser objeto de estudo da teoria psicanalítica, como foram durante quase todo o século XX. Por outro, vimos como a criação de uma identidade foi fundamental para que as lésbicas e homossexuais pudessem encontrar seus pares, fundar uma cultura e se organizar politicamente. Ao conceber a identidade como uma ficção que é percebida como verdade e demanda reconhecimento, Porchat (2019, p.84) questiona se “seria a identidade uma ficção necessária?” e, ao considerarmos que a identidade não é, propriamente, uma redução da experiência ao nível da consciência e opera como função fundamental para que o sujeito possa reconhecer ou ser reconhecido em seu desejo, entre pares e em seu lugar social, pensamos ainda ser necessário que possamos ouvir, seja nos espaços clínicos ou em discussões teóricas, sobre identidades, pois mesmo que esse não deva ser considerado um assunto da psicanálise, é algo que ainda diz respeito aos psicanalistas.

Posto isso, reiteramos que as inscrições do contexto social e epistemológico não são algo que pode ser explorado apenas ao falarmos da história da psicanálise, pois a teoria psicanalítica é produto do lugar, do tempo e das pessoas que a produzem e deve ser continuamente pensada como tal. Assim sendo, cabe assinalar que os próprios psicanalistas, sendo majoritariamente brancos e detentores de um lugar estrutural de poder, devem se despir de uma neutralidade imaginária e reconhecer que, como outrora as lésbicas, as mulheres e os homossexuais ocuparam o lugar de *objeto* da teoria, hoje ainda há populações que a psicanálise se dispõe a escutar, mas que, pela própria organização e elitização das instituições psicanalíticas, permanecem às margens de um lugar de *sujeito* do discurso teórico. Além disso, para que não repitamos as práticas de assimilação que identificamos no seio da Sociedade Psicanalítica de Viena, é fundamental que reconheçamos o lugar da pluralidade e das diferenças dentro do próprio campo psicanalítico, mesmo que isso implique que revisitemos e repensemos

muitos conceitos fundamentais e basilares, em nome da valorização da potência das proposições psicanalíticas sobre a sexualidade e o inconsciente.

Feitas as devidas ressalvas, faz-se necessário reconhecer que, a despeito das cinco inscrições contextuais que marcaram o lugar das lésbicas e homossexuais na teoria psicanalítica entre os anos de 1900 e 1920, a psicanálise ainda é, em suas premissas fundamentais, uma teoria e uma prática transgressora. Tendo estudado o contexto social e epistemológico dos países germânicos do século XIX, cabe pensar: quais seriam os destinos das lésbicas e homossexuais não fosse a inovadora formulação psicanalítica sobre a sexualidade, que estremeceu os discursos da sexologia ao postular que essa é universal, pulsional e perverso-polimorfa? Ou mesmo, qual seria a escuta possível para esses sujeitos no início do século XX, não fosse a inovadora prática clínica fundada por Freud e os primeiros psicanalistas?

Divagações à parte, sabemos que a psicanálise, além de não se reduzir a figura de seu criador, também não parou em 1920, de forma que, nos cem anos que nos separam dessa época, há uma pluralidade discursiva e muitos autores e temas que ainda devem ser estudados. Assim como o lugar da lesbianidade e da homossexualidade se deslocou ao longo da história do Ocidente, passando de uma instituição para um pecado, um crime e, na Modernidade, uma patologia, esse também se transformou ao longo da história da psicanálise e nos múltiplos territórios em que a disciplina criada pelos primeiros psicanalistas se inseriu ao longo do último século. Como enfatizamos no curso deste trabalho, um primeiro tema para futuras pesquisas é a autoria dos psicanalistas que não frequentaram as reuniões do grupo vienense, como é o caso, por exemplo, de Sándor Ferenczi e Otto Gross. Além disso, faz-se necessário pesquisar também as inscrições da patologização da lesbianidade e da homossexualidade nas teorias psicanalíticas propostas no período entre a morte de Freud – ocorrida em 1939 – e a instauração de políticas de não discriminação por parte da IPA, no ano de 2001. Ademais, estudos sobre a inscrição do contexto social epistemológico francês nas teorias lacanianas – que hoje operam como uma importante ferramenta nos estudos de gênero e sexualidade – também são fundamentais, assim como pesquisas sobre o lugar da lesbianidade na história da psicanálise e sobre a inserção e inscrição das proposições psicanalíticas estudada no presente trabalho nas produções teórico-clínicas brasileiras.

Ainda há muito o que ser pesquisado – e, como nos lembra Jorge (2019, p. 83), “nada está definitivamente conquistado” –, mas podemos concluir nosso percurso afirmando que, a despeito das inscrições do contexto social e epistemológico nos discursos dos primeiros psicanalistas, os registros das Atas nos mostram que a Sociedade Psicanalítica de Viena foi um importante núcleo de produção teóricas – cujos registros ainda devem ser estudados em

múltiplos aspectos metapsicológicos e temáticos —, onde as concepções sobre a lesbianidade e a homossexualidade são o próprio produto do tensionamento entre a herança psiquiátrica e a faceta emancipatória da psicanálise. O fato é que, mesmo que os vienenses tenham tido profundas dificuldades de romper com as amarras do tempo em que viveram, a existência de uma inegável transgressividade nas hipóteses da sexualidade e do inconsciente foi justamente o que provocou as sucessivas reformulações nas proposições psicanalíticas sobre a sexualidade, reformulações estas que hoje podemos compreender que se devem também ao fato de que “o sexo não é definitivamente capturável ou circunscrito” (COSSI, 2019, p. 273) e que, por isso, talvez nunca paremos de perguntar sobre ele.

A nós que, como os primeiros psicanalistas, somos também produto de um tempo e lugar histórico, cabe lembrar que o passado e a memória só podem ser melhor apreendidos e elaborados à luz de uma certa distância, mas que são os tensionamentos, as questões e a pluralidade do presente que ainda nos permitem sustentar a vivacidade da já centenária psicanálise, fertilizando-a com as mudanças e transformações sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALLOUCH, J. **Sombra do teu cão:** discurso psicanalítico, discurso lésbico. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2005.

AMBRA, P. Há muito tempo não recebo cartas. In: IANNINI, G. (Org.). **Caro Dr. Freud:** respostas do século XXI a uma carta sobre homossexualidade. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019, p. 53 – 57.

ARIÈS, P. Reflexões sobre a história da homossexualidade. In: ARIÈS, P.; BÉJIN, A. (Org.). **Sexualidades ocidentais:** Contribuições para a história e para a sociologia da sexualidade. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 77 – 92.

AYOUC, T. Ontem à noite tive um sonho. In: IANNINI, G. (Org.). **Caro Dr. Freud:** respostas do século XXI a uma carta sobre homossexualidade. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019, p. 76 – 82.

AYOUC, T. **Psicanálise e homossexualidades:** teoria, clínica, biopolítica. Curitiba: Editora CRV, 2015.

AYOUC, T.; BULAMAH, L. C. A homossexualidade dos analistas: história, política e metapsicologia. **Percursos**, São Paulo, n. 51, p. 115 – 126, 2013.

AZEVEDO, A. V. De amores e flores: o caso da jovem homossexual de Freud. In: QUINET, A.; JORGE, M. A. C. (Org.). **As homossexualidades na psicanálise:** na história de sua despatologização. São Paulo: Segmento Farma, 2013, p. 299 – 314.

BAB, E. (1903). Same-sex love, or *Lieblingminne*: A word on its essence and its significance. In: Oosterhuis, H.; Kennedy, H. (Org.). **Homosexuality and male bonding in pre-Nazi Germany:** the youth movement, the gay movement, and male bonding before Hitler's rise – original transcripts from *Der Eigene*, the first gay journal in the world. Nova Iorque: The Haworth Press, 1991.

BARBERO, G. H. **Homossexualidade e perversão na psicanálise:** uma resposta aos gays and lesbian studies. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

BAUER, J. E. Metapsychological mythopoiesis: On Sándor Ferenczi's theory of sexual difference and the agonistic conception of life. In: SCHWARTZ, A. (Org.). **Gender and modernity in Central Europe:** The Austro-Hungarian monarchy and its legacy. Ottawa, University of Ottawa Press, 2010, p. 169 – 183.

BENKERT, K. M. (1869). An open letter to the Prussian Minister of Justice. In: BLASIUS, M.; PHELAN S. **We are everywhere:** A historical sourcebook of gay and lesbian politics. Londres: Routledge, 1997, p. 67 – 79.

BENNETT, J. M. "Lesbian-like" and the social history of lesbianism. **Journal of the History of Sexuality**. Austin, v. 9, n. 1-2, 2000, p. 1 – 24.

BENNETT, J. M. Remembering Elizabeth Etchingham and Agnes Oxenbridge. In: GRIFFNEY, N.; SAUER, M. M.; WATT, D. (Org.). **The Lesbian Premodern**. Londres: Palgrave, 2011, p. 131 – 145.

BERTIN, C. **A mulher em Viena nos tempos de Freud**. Campinas: Papirus, 1990.

BERTIN, C. **A última Bonaparte**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

BLASIUS, M.; PHELAN S. **We are everywhere**: A historical sourcebook of gay and lesbian politics. Londres: Routledge, 1997.

BLEICHMAR, S. Pontualizações para uma teoria psicanalítica da homossexualidade. In: Graña, R. B. (Org.). **Homossexualidade**: formulações psicanalíticas atuais. Porto Alegre: ARTMED, 1998, p. 29 – 44.

BORRILLO, D. **Homofobia**: história e crítica de um preconceito. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BOSWELL, J. **Christianity, social tolerance and homosexuality**: Gay people in Western Europe from the beginning of the Christian Era to the fourteenth century. Chicago: The University of Chicago Press, 1980.

BREMMER, J. Pederastia grega e homossexualismo moderno. In: BREMMER, J. (Org.). **De Safo a Sade**: Momentos na história da sexualidade. Campinas: Papirus, 1995, p. 11 – 26.

BROIDE, E. E. **A Supervisão como interrogante da práxis analítica**: desejo de analista e transmissão da psicanálise. 2017. 122 f. Tese (Doutorado em Psicologia: Psicologia Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

BROME, V. **Freud and his early circles**. Nova Iorque: Apollo Editions, 1969.

BULAMAH, L. C. **História de uma regra não-escrita**: a proscrição da homossexualidade masculina no movimento psicanalítico. São Paulo: Annablume, 2016.

CECARELLI, P. A invenção da homossexualidade. **BAGOAS**, Rio Grande do Norte, n. 02, p. 71 – 93, 2008.

CHECCHIA, M. A. O patriarcado entre Sigmund Freud e Otto Gross. In: PARENTE, A. M.; SILVEIRA, L. (Org.). **Freud e o patriarcado**. São Paulo: Hedra, 2020, p. 231 – 254.

CHECCHIA, M. A. Otto Gross, um psicanalista anarquista (biografia resumida). In: CHECCHIA, M. A.; SOUZA JR, P.S.; LIMA, R.A. (Org.). **Otto Gross**: Por uma psicanálise revolucionária. São Paulo: Annablume, 2017, p. 17 – 75.

CHECCHIA, M. A. Otto Gross: um caso de segregação e esquecimento na história da psicanálise. **Lacuna: uma revista de psicanálise**, São Paulo, n. 5, p. 2, 2018. Disponível em: <<https://revistalacuna.com/2018/06/04/n05-02/>>.

CHECCHIA, M. A.; SOUZA JR, P.S.; LIMA, R.A. (Org.). **Otto Gross: Por uma psicanálise revolucionária**. São Paulo: Annablume, 2017.

CHECCHIA, M. A.; TORRES, R.; HOFFMANN, W. (Org.). **Os primeiros psicanalistas: Atas da Sociedade Psicanalítica de Viena 1906 – 1908**. Tradução de Marcella Marino Medeiros Silva. São Paulo: Scriptorium, 2015.

CHECCHIA, M. A.; TORRES, R.; HOFFMANN, W. (Org.). Prefácio à Edição Brasileira. In: CHECCHIA, M. A.; TORRES, R.; HOFFMANN, W. (Org.). **Os primeiros psicanalistas: Atas da Sociedade Psicanalítica de Viena 1906 – 1908**. Trad. De Marcella Marino Medeiros Silva. São Paulo: Scriptorium, 2015, p. 10 – 15.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Resolução CFP n. 1, de 22 de março de 1999**. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual. Distrito Federal, 1999.

COSSI, R. K. Sobre o estatuto do sexo em psicanálise. In: COSSI, R. K. (Org). **Faces do sexual: fronteiras entre gênero e inconsciente**. São Paulo: Aller, 2020, p. 261 – 282.

COSSI, R. K. Stoller e a psicanálise: da identidade de gênero ao semblante lacaniano. **Estud. psicanal.**, Belo Horizonte, n. 49, p. 31– 43, jul. 2018.

COSTA, J. F. **A face e o verso: estudos sobre o homoerotismo II**. São Paulo: Escuta, 1995.

COSTA, J. F. **A inocência e o vício: estudos sobre o homoerotismo**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

COSTA, R. M. L. Freud e a escrita da história clínica: um encontro entre psicanálise e historiografia. **Lacuna: uma revista de psicanálise**, São Paulo, n. 8, p. 11, 2019. Disponível em: <<https://revistalacuna.com/2019/12/07/n-8-11/>>.

CROMBERG, R. U. (Org.) **Sabina Spielrein: uma pioneira da psicanálise**. São Paulo: Livros da Matriz, 2014. v. 1.

CROMBERG, R. U. Primeiras psicanalistas. **Percurso**, São Paulo, v. 45, p. 35 – 46, 2010.

CROMBERG, R. U. Psicanálise na Rússia. In: SOUZA JR., P. S. (Org.). **A psicanálise e os lestes**. São Paulo: Annablume, 2017, v. 1, p. 91 – 141.

DE LAURETIS, T. Letter to an unknown woman. In: LESSER, R. SCHOENBERG, E. **The obscure subject of desire: Freud's female homosexual revisited**. Londres: Routledge, 1999, p. 37 – 53.

DEAN-GOMES, G. **Budapeste, Viena e Wiesbaden: O percurso do pensamento clínico-teórico de Sándor Ferenczi**. São Paulo: Blucher, 2019.

DECKER, H. **Freud, Dora and Vienna 1900**. Nova Iorque: The Free Press, 1991.

DICKINSON, E. R. Sex, Masculinity, and the "Yellow Peril": Christian von Ehrenfels' Program for a Revision of the European Sexual Order, 1902-1910. **German Studies Review**, v. 25, n. 2, p. 255 – 284, 2002.

DOSE, R. **Magnus Hirschfeld and the origins of the Gay Liberation Movement**. Nova Iorque: Monthly Review Press, 2014.

DOSE, R. The World League for Sexual Reform: Some possible approaches. **Journal of the history of sexuality**, Austin, v. 12, n. 1, p. 1 – 15, 2003.

DOVER, K. J. **A homossexualidade na Grécia antiga**. São Paulo: Nova Alexandria, 2007.

DUC, A. (1903). Are these women? In: FADERMAN, L.; ERIKSSON, B. **Lesbians in Germany: 1890's – 1920's**. Flórida: Naiad Press, 1990, p. 1 – 21.

DURSKI, L. M. Ser uma psicanalista lésbica: a história de Dorothy Tiffany Burlingham, a “amiga de toda vida” de Anna Freud. **REBEH – Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, Ceará, v. 2, n. 4, p. 168 – 177, 2020.

ELLIS, H. (1896). **A inversão sexual**. Trad. de Álvaro Cabral Eston. São Paulo: Editora Nacional, 1933.

ELLIS, H. (1896b). **Sexual inversion**. Filadélfia: F.A. Davis Company, 1901.

ELLIS, H. Is sexual inversion curable? **Journal of Mental Science**, Londres, v. 55, n. 230, 1909. Resenha de: SADGER, I. Ist die Konträre Sexualempfindung Heilbar. Zeitschrift für Sexualwissenschaft, Leipzig, v. 1, n. 12, p. 712-720, 1908.

FADERMAN, L. **Odd girls and twilight lovers: a history of lesbian life in twentieth-century America**. Londres: Penguin, 1992.

FADERMAN, L.; ERIKSSON, B. **Lesbian-feminism in the turn-of-the-century Germany**. Kansas City: The Naiad Press Inc., 1980.

FALZEDER, E.; BRABANT, E. GIAMPIERI, P. (Org.) **Sigmund Freud & Sándor Ferenczi: correspondência**. Tradução de Cláudia Cavalcanti e Suzana Kampff Lages. Rio de Janeiro: Imago, 1994.

FEDERIC, S. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpos e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

FERENCZI, S. (1902). La homosexualité féminine. In: FERENCZI, S. **Les écrits de Budapest**. Paris: Epel, 1994, p. 151 – 156.

FERENCZI, S. (1905) États sexuels intermédiaires. In: FERENCZI, S. **Les écrits de Budapest**. Paris: Epel, 1994, p. 253 – 255.

FERENCZI, S. (1909). **Novas observações sobre a homossexualidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2011. (Obras Completas de Sándor Ferenczi. v. 4).

FERENCZI, S. (1910). **Sobre a história do movimento psicanalítico**. São Paulo: Martins Fontes, 2011. (Obras Completas de Sándor Ferenczi, v. 1)

FERENCZI, S. (1914). **O homoerotismo**: nosologia da homossexualidade masculina. São Paulo: Martins Fontes, 2011. (Obras Completas de Sándor Ferenczi, v. 2).

FIGUEIREDO, L. C. **Palavras cruzadas entre Freud e Ferenczi**. São Paulo: Editora Escuta, 1999.

FONTES, J. B. (Org.). **Safo de Lesbos**: Poemas e fragmentos. São Paulo: Iluminuras, 2003.

FOUCAULT, M. (1975). Aula de 19 de março de 1975. In: FOUCAULT, M. **Os Anormais**: Curso no Collège de France (1974 – 1975). São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010, p. 255 – 281.

FOUCAULT, M. (1975b). Aula de 19 de fevereiro de 1975. In: FOUCAULT, M. **Os Anormais**: Curso no Collège de France (1974 – 1975). São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010, p. 143 – 171.

FOUCAULT, M. (1976). **História da sexualidade**: a vontade de saber. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

FOUCAULT, M. (1979). **Microfísica do poder**. São Paulo: Graal, 2012.

FOUCAULT, M. (1984). **História da sexualidade II**: O uso dos prazeres. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FREUD, S. (1890/1905). **Tratamento psíquico (ou anímico)**. Rio de Janeiro, Imago, 1996 (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. 7).

FREUD, S. (1900). **A interpretação dos sonhos**. Trad. Sob a direção de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. (Obras Completas de Sigmund Freud, v. 4)

FREUD, S. (1904). **O método psicanalítico de Freud**. Trad. Sob a direção de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. (Obras Completas de Sigmund Freud, v. 6)

FREUD, S. (1905). **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade**. Trad. Sob a direção de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. (Obras Completas de Sigmund Freud, v. 6)

FREUD, S. (1905b). **Análise fragmentária de uma histeria (“O caso Dora”)**. Trad. Sob a direção de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. (Obras Completas de Sigmund Freud, v. 6)

FREUD, S. (1905c). **O chiste e sua relação com o inconsciente**. Trad. Sob de Fernando Costa Mattos e Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. (Obras Completas de Sigmund Freud, v. 7)

FREUD, S. (1906). **Deux lettres à Magnus Hirschfeld**. Paris: PUF, 2007. (Ouvres completes psuchanalyse: 1906-1908)

FREUD, S. (1907). **O esclarecimento sexual das crianças [Carta aberta ao Dr. M. Fürst, 1907]**. Trad. Sob a direção de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. (Obras Completas de Sigmund Freud, v. 8)

FREUD, S. (1908). **A moral sexual “cultural” e o nervosismo moderno**. Trad. Sob a direção de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. (Obras Completas de Sigmund Freud, v. 8)

FREUD, S. (1908b). **Sobre as teorias sexuais infantis**. Trad. Sob a direção de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. (Obras Completas de Sigmund Freud, v. 8)

FREUD, S. (1908c). **As fantasias histéricas e a sua relação com a bissexualidade**. Trad. Sob a direção de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. (Obras Completas de Sigmund Freud, v. 8)

FREUD, S. (1909). **Análise da fobia de um garoto de cinco anos (“O Pequeno Hans”)**. Trad. Sob a direção de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. (Obras Completas de Sigmund Freud, v. 8)

FREUD, S. (1909b). **Observações sobre um caso de neurose obsessiva (“O homem dos ratos”)**. Trad. Sob a direção de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. (Obras Completas de Sigmund Freud, v. 9)

FREUD, S. (1910). **Uma recordação de infância de Leonardo da Vinci**. Trad. Sob a direção de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. (Obras Completas de Sigmund Freud, v. 9)

FREUD, S. (1910b). **Um tipo especial de escolha de objeto feita pelo homem [Contribuições à psicologia do amor]**. Trad. Sob a direção de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. (Obras Completas de Sigmund Freud, v. 9)

FREUD, S. (1911). **Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia [*Dementia Paranoides*] relatado em autobiografia (“O caso Schreber”)**. Trad. Sob a direção de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. (Obras Completas de Sigmund Freud, v. 10)

FREUD, S. (1912). **O debate sobre a masturbação**. Trad. Sob a direção de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. (Obras Completas de Sigmund Freud, v. 10)

FREUD, S. (1912-1913). **Totem e tabu**. Trad. Sob a direção de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. (Obras Completas de Sigmund Freud, v. 11)

FREUD, S. (1912b). **Recomendações ao médico que pratica a psicanálise**. Trad. Sob a direção de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. (Obras Completas de Sigmund Freud, v. 10)

FREUD, S. (1912c). **A dinâmica da transferência**. Trad. Sob a direção de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. (Obras Completas de Sigmund Freud, v. 10)

FREUD, S. (1913). **O início do tratamento**. Trad. Sob a direção de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. (Obras Completas de Sigmund Freud, v. 10)

FREUD, S. (1914). **Contribuições à história do movimento psicanalítico**. Trad. Sob a direção de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. (Obras Completas de Sigmund Freud, v. 11)

FREUD, S. (1914b). **Introdução ao narcisismo**. Trad. Sob a direção de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. (Obras Completas de Sigmund Freud, v. 12)

FREUD, S. (1914c). **O Moisés de Michelangelo**. Trad. Sob a direção de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. (Obras Completas de Sigmund Freud, v. 11)

FREUD, S. (1914d). **Recordar, repetir e elaborar**. Trad. Sob a direção de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. (Obras Completas de Sigmund Freud, v. 10)

FREUD, S. (1917). **Conferências introdutórias à psicanálise (Terceira parte: teoria geral das neuroses)**. Trad. Sob a direção de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. (Obras Completas de Sigmund Freud, v. 13)

FREUD, S. (1918). **História de uma neurose infantil (“O homem dos lobos”)**. Trad. Sob a direção de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. (Obras Completas de Sigmund Freud, v. 14)

FREUD, S. (1920). **Sobre a psicogênese de um caso de homossexualidade feminina**. Trad. Sob a direção de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. (Obras Completas de Sigmund Freud, v. 15)

FREUD, S. (1920b). **Além do princípio do prazer**. Trad. Sob a direção de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. (Obras Completas de Sigmund Freud, v. 14)

FREUD, S. (1922). **Sobre alguns mecanismos neuróticos no ciúme, na paranoia e na homossexualidade**. Trad. Sob a direção de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. (Obras Completas de Sigmund Freud, v. 15)

FREUD, S. (1923). **O Eu e o Id**. Trad. Sob a direção de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. (Obras Completas de Sigmund Freud, v. 16)

FREUD, S. (1923b). **A organização genital infantil**. Trad. Sob a direção de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. (Obras Completas de Sigmund Freud, v. 16)

FREUD, S. (1924). **Neurose e Psicose**. Trad. Sob a direção de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. (Obras Completas de Sigmund Freud, v. 16)

FREUD, S. (1924b). **O problema econômico do masoquismo**. Trad. Sob a direção de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. (Obras Completas de Sigmund Freud, v. 16)

FREUD, S. (1925). **“Autobiografia”**. Trad. Sob a direção de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. (Obras Completas de Sigmund Freud, v. 16)

FREUD, S. (1925b). **Algumas consequências psíquicas da diferença anatômica entre os sexos**. Trad. Sob a direção de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. (Obras Completas de Sigmund Freud, v. 16)

FREUD, S. (1926). **A questão da análise leiga**: diálogo com um interlocutor imparcial. Trad. Sob a direção de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. (Obras Completas de Sigmund Freud, v. 17)

FREUD, S. (1927). **O fetichismo**. Trad. Sob a direção de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. (Obras Completas de Sigmund Freud, v. 17)

FREUD, S. (1930). **O mal-estar na civilização**. Trad. Sob a direção de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. (Obras Completas de Sigmund Freud, v. 18)

FREUD, S. (1931). **Manuscrito inédito de 1931**: edição bilíngue. Trad. De Elsa Vera Kunze Post Susemihl. São Paulo: Blucher, 2017.

FREUD, S. (1931). **Sobre a sexualidade feminina**. Trad. Sob a direção de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. (Obras Completas de Sigmund Freud, v. 18)

FREUD, S. (1933). **Novas conferências introdutórias à psicanálise**. Trad. Sob a direção de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. (Obras Completas de Sigmund Freud, v. 18)

FREUD, S. (1935). Carta sobre homossexualidade. In: IANNINI, G. (Org.). **Caro Dr. Freud**: respostas do século XXI a uma carta sobre homossexualidade. Trad. De Pedro Heliodoro Tavares. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019, p. 23 – 29.

FREUD, S. (1938). **Compêndio de psicanálise**. Trad. Sob a direção de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. (Obras Completas de Sigmund Freud, v. 19)

FREUD, S.; BREUER, J. (1893 – 1895). **Estudos sobre a histeria**. Tradução de Laura Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. (Obras Completas de Sigmund Freud, v. 2)

GAGNEBIN, J. M. Um rosto iluminado. In: FONTES, J. B. (Org.). **Safo de Lesbos**: Poemas e fragmentos. São Paulo: Iluminuras, 2003, p. 7 – 13.

GARCIA, C. C. **Breve história do feminismo**. São Paulo: Claridade, 2011.

GAY, P. **Freud**: uma vida para nosso tempo. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

GONDAR, J.; REIS, E. S. **Com Ferenczi**: Clínica, subjetivação, política. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017.

GREENBERG, D. F. **The construction of homosexuality**. Chicago: The University of Chicago Press, 1988.

GROSS, O. (1913). Observações para uma nova ética. In: CHECCHIA, M. A.; SOUZA JR, P.S.; LIMA, R.A. (Org.). **Otto Gross**: Por uma psicanálise revolucionária. São Paulo: Annablume, 2017, p. 101 – 104.

GROSS, O. (1920). Três ensaios sobre o conflito interno. In: CHECCHIA, M. A.; SOUZA JR, P.S.; LIMA, R.A. (Org.). **Otto Gross: Por uma psicanálise revolucionária**. São Paulo: Annablume, 2017, p. 189 – 238.

GRUPO GAY DA BAHIA (GGB). **Mortes violentas de LGBT+ no Brasil – 2019**: Relatório do Grupo Gay da Bahia. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2020.

HAAG, E. Introduction. In: KRAFFT-EBING, R. (1886a). **Psychopathia Sexualis**: a medico-forensic study. Nova Iorque: G. P. Putnam's Sons, 1965.

IANNI, G. Os destinos de uma carta são muitos. In: IANNINI, G. (Org.). **Caro Dr. Freud: respostas do século XXI a uma carta sobre homossexualidade**. Trad. De Pedro Heliodoro Tavares. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019, p. 9 – 21.

INTERNATIONAL LESBIAN, GAY, BISEXUAL, TRANS AND INTERSEX ASSOCIATIONS (ILGA). **State Sponsored Homophobia 2019**: Global legislation overview update. Geneva: 2019.

JONES, E. **A vida e a obra de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1989. 3 v.

JORGE, M. A. C. **Fundamentos da psicanálise de Freud a Lacan**: a prática analítica. Rio de Janeiro: Zahar, 2017. v. 3.

JORGE, M. A. C. **Fundamentos da psicanálise de Freud a Lacan**: as bases conceituais. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. v. 1.

JORGE, M.A.C. **Nada está definitivamente conquistado**. In: IANNINI, G. (Org.). **Caro Dr. Freud: respostas do século XXI a uma carta sobre homossexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019, p. 83 – 89.

KISSINGER, S. C. Christian von Ehrenfels. In: DIRIWÄCHTER, R.; VALSINER, J. (Org.). **Striving for the whole: creating theoretical syntheses**. Routledge: Nova Iorque, 2017.

KRAFFT-EBING, R. (1886). **Psychopathia Sexualis**: a medico-forensic study. Nova Iorque: G. P. Putnam's Sons, 1965.

KRAFFT-EBING, R. (1886b). **Psychopathia Sexualis**: as histórias de caso. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

KRAUSE, E. (1901). The truth about me. In: FADERMAN, L.; ERIKSON, B. **Lesbians in Germany: 1890's – 1920's**. Flórida: Naiad Press, 1990, p. 23 – 32.

KRICKLER, K. Homosexuals in Austria: Nazi persecution and the long struggle for rehabilitation. **Working papers series number 12**. York, 2008. Disponível em: <<http://ccges.apps01.yorku.ca/wp/wp-content/uploads/2008/12/krickler-homosexuals-in-austria-nazi-persecution-and-the-long-struggle-for-rehabilitation.pdf>>.

KUPERMANN, D. **Transferências cruzadas**: uma história da psicanálise e suas instituições. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1996.

- KUPFER, M. C. **Freud e a educação**: O mestre do impossível. 3. ed. São Paulo, Matriz, 2005.
- LANTERI-LAURA, G. **Leitura das perversões**: história de sua apropriação médica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- LAPLANCHE, J.; & PONTALIS, J. B. **Vocabulário da psicanálise**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- LARDINOIS, A. Safo lésbica e Safo de Lesbos. In: BREMMER, J. (Org.). **De Safo a Sade**: Momentos na história da sexualidade. Campinas: Papirus, 1995, p. 27 – 50.
- LE GOFF, J. (1984). A rejeição do prazer. In: LE GOFF, J. **O imaginário medieval**. Lisboa: Estampa, 1994, p. 156 – 168.
- LEDINGER, C. “Anna Rüling”: A problematic foremother of lesbian herstory. **Journal of the history of sexuality**, Austin, v. 13, n. 4, p. 477 – 499, 2004.
- LESSER, R. SCHOENBERG, E. **The obscure subject of desire**: Freud’s female homosexual revisited. Londres: Routledge, 1999.
- MANCINI, E. **A Brighter shade of pink**: Magnus Hirschfeld, the third sex, and the sexual freedom movement in Germany. 2007. 189 f. Tese (Doutorado em filosofia e literatura alemã) – Universidade Rutgers, New Jersey, 2007.
- MARROU, H. Da pederastia como educação. In: MARROU, H. **História da educação na Antiguidade**. São Paulo: Herder, 1966, p. 51 – 65.
- MARTINS, A. S.; MOREIRA, L. S. A origem do destino criado para as mulheres pela psicanálise: por uma leitura reparadora através das atas da Sociedade das Quartas-Feiras. In: PARENTE, A. M.; SILVEIRA, L. (Org.). **Freud e o patriarcado**. São Paulo: Hedra, 2020, p. 85 – 114.
- MASSON, J. M. (Org.). **A correspondência completa de Sigmund Freud para Wilhelm Fliess (1887 – 1904)**. Rio de Janeiro: Imago, 1986.
- MAYA, A. A homofobia no discurso psicanalítico sobre o casal e a parentalidade homossexual. In: QUINET, A.; JORGE, M. A. C (Org.). **As homossexualidades na psicanálise**: na história de sua despatologização. São Paulo: Segmento Farma, 2013, p. 65 – 75.
- MAYA, A. Homossexualidade: o preconceito do discurso. In: BENJO, A. (Org). **Gostar de mulheres**: I – O nascimento do desejo. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2001, p. 97 – 105.
- MAZON, P. M. **Gender ant the modern research University**: The admission of women to German higher education, 1865 – 1914. Stanford: Stanford University Press, 2003.
- MCGUIRE, W. (Org.). **A correspondência completa de Sigmund Freud e Carl G. Jung**. Rio de Janeiro: Imago, 1993.
- MENAHÉM, R. Désorientations sexuelles: Freud et l’ homosexualité. **Revue Française de Psychanalyse**, Paris, v. 67, n. 1, 2003.

- MEZAN, R. **Freud, pensador da cultura**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.
- MEZAN, R. **Freud: a conquista do proibido**. 1. ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2003.
- MEZAN, R. **Freud: a trama dos conceitos**. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- MEZAN, R. **Interfaces da psicanálise**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- MEZAN, R. **O tronco e os ramos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014
- MIJOLLA, A. **Dicionário internacional de psicanálise**. Rio de Janeiro: Imago, 2005.
- MOSSÉ, C. Safo de Lesbos. In: DUBY, G. **Amor e sexualidade no Ocidente**: Edição especial da revista L'Histoire/Seuil. Porto Alegre: L&PM, 1992, p. 39 – 45.
- NAFFAH NETO, A.; CINTRA, E. M. U. A pesquisa psicanalítica: a arte de lidar com o paradoxo. **ATLER – Revista de estudos psicanalíticos**, Brasília, v. 30, p. 33 – 50, 2012.
- NIEDER, T. O.; RICHTER-APPELT, H. Tertium non datur – either/or reactions to transsexualism amongst health care professionals: the situation past and present, and its relevance to the future. **Psychology & Sexuality**, Londres, v. 2, 2011, p. 224 – 243.
- NUNBERG, H. (1959). Introdução. In: CHECCHIA, M. A.; TORRES, R.; HOFFMANN, W. (Org.). **Os primeiros psicanalistas**: Atas da Sociedade Psicanalítica de Viena 1906 – 1908. Trad. De Marcella Marino Medeiros Silva. São Paulo: Scriptorium, 2015, p. 16 – 38.
- NUNBERG, H.; FEDERN, E. **Las reuniones de los miércoles**: Actas de la Sociedad Psicoanalítica de Viena. Buenos Aires: Ediciones Nueva Vision, 1980. v. 2.
- NUNBERG, H.; FEDERN, E. **Les premiers psychanalystes**: Minutes de la Société psychanalytique de Vienne. Paris: Gallimard, 1978. v. 2.
- NUNBERG, H.; FEDERN, E. **Les premiers psychanalystes**: Minutes de la Société psychanalytique de Vienne. Paris: Gallimard, 1983, v. 4.
- NUNBERG, H.; FEDERN, E. **Minutes of the Vienna Psychoanalytic Society**. Nova Iorque: International Universities Press, Inc., 1974. v. 3.
- O' CONNER, N.; RYAN, J. **Wild desires & mistaken identities**: Lesbianism and psychoanalysis. Nova Iorque: Columbia University Press, 1995.
- OBHOLZER, K. **Conversa com o homem dos lobos**: uma psicanálise e suas consequências. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- PADOVAN, C. As origens médico-psiquiátricas do conceito psicanalítico de narcisismo. **Ágora (Rio J.)**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 3, p. 634 – 644, 2017.
- PADOVAN, C.; FRANCO, W. A. C. Tradução e comentários à conferência de Freud sobre a Histeria masculina: uma contribuição à historiografia da psicanálise. **Nat. Hum**, São Paulo, v. 20, n.1, p. 240 – 272, 2018.

PADOVAN, C.; MÜLLER, N. Sobre o narcisismo: uma tradução. **Lacuna: uma revista de psicanálise**, São Paulo, n. 2, p. 2, 2016. Disponível em: <<https://revistalacuna.com/2016/12/06/n2-02/>>.

PAOLIELLO, G. A despatologização da homossexualidade. In: QUINET, A. JORGE, M. A. C. **As homossexualidades na psicanálise**: na história de sua despatologização. São Paulo: Segmento Farma, 2013, p. 29 – 46.

PARAGRAPH 175 OF THE GERMAN IMPERIAL PENAL CODE. (1871). In: BLASIUS, M.; PHELAN S. **We are everywhere**: A historical sourcebook of gay and lesbian politics. Londres: Routledge, 1997, p. 63.

PARENTE, A. M.; SILVEIRA, L. (Org.). **Freud e o patriarcado**. São Paulo: Hedra, 2020.

PERES, M. C. C.; SOARES, S. F.; DIAS, M. C. **Dossiê sobre lesbocídio no Brasil**: de 2014 até 2017. Rio de Janeiro: Livros Ilimitados, 2018.

PERON, P. Apontamentos ferenczianos para a atualidade da psicanálise. In: PARENTE, A. M.; SILVEIRA, L. (Org.). **Freud e o patriarcado**. São Paulo: Hedra, 2020, p. 255 – 270.

PERON, P. R. Lou Andreas-Salomé vida e obra em resumo. In: PERON, P. R.; CINTRA, E. M. U.; VIOLANTE, M. L. V. (Org.). **História de mulheres**: leituras psicanalíticas. São Paulo: Zagodoni, 2016.

PERON, P. R.; DUNKER, C. I. L. Usos e Sentidos da Cura na Psicanálise de Freud. **Percursos**, São Paulo, v. 15, p.83 - 90, 2002.

PFEIFFER, E. **Freud - Lou Andreas-Salomé**: correspondência completa. Rio de Janeiro: Imago, 1966.

PORCHAT, P. O gênero do espelho: verdades e ficções da identidade. In: COSSI, R. K. (Org.). **Faces do sexual**: fronteiras entre gênero e inconsciente. São Paulo: Aller, 2020, p. 79 – 98.

PORTO, T. C. O que é lesbianidade? In: RAMOS, M. M.; BRENER, P. R. G.; NICOLI, P. A. G. (Org.). **Gênero, sexualidade e direito**: uma introdução. Belo Horizonte: Intia Via, 2016, p. 63 – 67.

PRECIADO, P. B. Um apartamento em Urano (Conferência). Tradução de Camila Quinteiro Kushiner e Paulo Sérgio de Souza Jr. **Lacuna**: uma revista de psicanálise, São Paulo, n. 8, p. 12, 2019. Disponível em: <<https://revistalacuna.com/2019/12/08/n-8-12/>>.

QUINET, A. Homossexualidades em Freud. In: QUINET, A.; JORGE, M. A. C. (Org.). **As homossexualidades na psicanálise**: na história de sua despatologização. São Paulo: Segmento Farma, 2013.

QUINET, A. JORGE, M. A. C. **As homossexualidades na psicanálise**: na história de sua despatologização. São Paulo: Segmento Farma, 2013.

RAGGAM-BLESCH, M. “If a woman should be true to her natural destiny, she ought not to compete with men”: Jewish intellectual women between anti-Semitism and misogyny in *fin-de-siècle* Vienna. In: SCHWARTZ, A. (Org.). **Gender and modernity in Central Europe: The Austro-Hungarian monarchy and its legacy**. Ottawa, University of Ottawa Press, 2010, p. 133 – 150.

RANK, O. (1911) Uma contribuição sobre o narcisismo Tradução de Caio Padovan e Norma Müller. **Lacuna: uma revista de psicanálise**, São Paulo, n. 2, p. 2, 2016. Disponível em: <<https://revistalacuna.com/2016/12/06/n2-02/>>.

REIS, T. R. A.; FRAGA, V. S. B. M. O que é bissexualidade? In: RAMOS, M. M.; BRENER, P. R. G.; NICOLI, P. A. G. (Org.). **Gênero, sexualidade e direito: uma introdução**. Belo Horizonte: Intia Via, 2016, p. 79 – 84.

RICH, A. (1982). Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **BAGOAS**, Rio Grande do Norte, n. 05, p. 17 – 44, 2010.

RICHARDS, J. **Sexo, desvio e danação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

RICHEBÄCHER, S. **Sabina Spielrein: de Jung a Freud**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

RIEDER, I; VOIGT, D. **Desejos secretos: a história de Sidonie C., a paciente homossexual de Freud**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ROAZEN, P. **Como Freud trabalhava**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ROAZEN, P. **Irmão animal: a história de Freud e Tausk**. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

ROSE, L. O percurso moral dos primeiros psicanalistas vienenses. **Revista Brasileira de Psicanálise**, São Paulo, v. 53, n. 1, p. 215 – 239, 2019.

ROUDINESCO, E. **A família em desordem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

ROUDINESCO, E. **A parte obscura de nós mesmos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

ROUDINESCO, E. As primeiras mulheres psicanalistas. In: ROUDINESCO, E. **Em defesa da psicanálise**. Organização dos textos, apresentação e revisão por Marco Antonio Coutinho Jorge. Rio de Janeiro: Zahar, 2009, p. 86 – 95.

ROUDINESCO, E. **História da psicanálise na França**. São Paulo: Jorge Zahar, 1989. v. 1.

ROUDINESCO, E. Psicanálise e homossexualidade. In: ROUDINESCO, E. **Em defesa da psicanálise: ensaios e entrevistas**. Organização dos textos, apresentação e revisão por Marco Antonio Coutinho Jorge. Rio de Janeiro: Zahar, 2009. p. 46 – 72.

ROUDINESCO, E. **Sigmund Freud na sua época e em nosso tempo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

ROUDINESCO, E.; PLON, M. **Dicionário de Psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

RUELING, A. (1904). What interest does the women's movement have in the homosexual question? In: BLASIUS, M.; PHELAN S. **We are everywhere: A historical sourcebook of gay and lesbian politics**. Londres: Routledge, 1997, p. 143 – 151.

RUITENBEEK, H. M. (Org). **The first Freudians**. Nova Iorque: Jason Aronson, 1973.

SADGER, I. Fragment der Psychoanalyse eines Homosexuellen. **Jahrbuch für sexuelle Zwischenstufen**, Leipzig, n. 9, p. 339-424, 1908.

SADGER, I. Zur Ätiologie der konträren Sexualempfindung. **Medizinische Klinik**, Berlim, ano 5, n. 2, p. 53-56, 1909.

SAFOUAN, M. **Jacques Lacan: e a questão da formação dos analistas**. São Paulo: Artes Médicas, 1985.

SALOMÉ, L. A. (1921). **Carta aberta a Freud**. 2. ed. São Paulo, Landy, 2001.

SALOMÉ, L. A. **Minha vida**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SANTOS, A. B. R.; CECARELLI, P. R. Psicanálise e moral sexual. **Reverso**, Belo Horizonte, ano 32, n. 59, p. 23 – 30, 2010.

SARTRE, M. A Homossexualidade na Grécia Antiga. In: DUBY, G. **Amor e sexualidade no Ocidente**: Edição especial da revista L'Histoire/Seuil. Porto Alegre: L&PM, 1992, p. 46 – 59.

SCHNEIDER, M. Le trouble des commencements. In: NUNBERG, H.; FEDERN, E. **Les premiers psychanalystes**: Minutes de la Société psychanalytique de Vienne. Paris: Gallimard, 1983. v. 4.

SIMÕES, A. J.; FACCHINI, R. **Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

SOUZA JR., P. S. (Org.). **A psicanálise e os lestes**. São Paulo: Annablume, 2017, v. 1.

SPECTOR, S. **Violent sensations: Sex, crime and utopia in Vienna and Berlin, 1860 – 1914**. Chicago: The University of Chicago Press, 2016.

SPIELREIN, S. (1912) A destruição como origem do devir. Tradução de Renata Dias Mundt. In: CROMBERG R.U. (Org.). **Sabina Spielrein: uma pioneira da psicanálise**. São Paulo: Livros da Matriz, 2014. v. 1.

SANTNER, E. L. **A Alemanha de Schreber: Uma história secreta da Modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

STEKEL, W. **La educación de los padres**. Buenos Aires: Imán, 1934.

STOLLER, R. J. (1968). **Sex and gender: the development of masculinity and femininity**. Londres: Routledge, 1994.

STOLLER, R. J. **Observing the erotic imagination**. Londres: Yale University Press, 1985.

STRACHEY, J. (1966). **Nota do editor:** Tratamento psíquico (ou mental). Rio de Janeiro, Imago, 1989 (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. 7).

THE SCIENTIFIC HUMANITARIAN COMITEE. (1897). Petition to the Reichstag. In: BLASIUS, M.; PHELAN S. **We are everywhere:** A historical sourcebook of gay and lesbian politics. Londres: Routledge, 1997, p. 138 – 142.

THE SCIENTIFIC HUMANITARIAN COMITEE. (1903). The social problem of sexual inversion. In: BLASIUS, M.; PHELAN S. **We are everywhere:** A historical sourcebook of gay and lesbian politics. Londres: Routledge, 1997, p. 135 – 137.

THE TRIAL OF OSCAR WILDE. (1895). In: BLASIUS, M.; PHELAN S. **We are everywhere:** A historical sourcebook of gay and lesbian politics. Londres: Routledge, 1997, p. 111 – 113.

THORSON, H. Ethnic and sexual tension in the Austro-Hungarian Monarchy: A case of mistaken identity in Grete Meisel-Hess's "Zwei vergnügte tage". In: SCHWARTZ, A. (Org.). **Gender and modernity in Central Europe:** The Austro-Hungarian monarchy and its legacy. Ottawa, University of Ottawa Press, 2010, p. 17 – 28.

TREVISAN, J. S. **Devassos no paraíso:** A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

ULRICHS, K. H. (1870). Araxes appeal for the liberation of the urning's nature from penal law. To the Imperial Assemblies of North Germany and Austria. In: BLASIUS, M.; PHELAN S. **We are everywhere:** A historical sourcebook of gay and lesbian politics. Londres: Routledge, 1997, p. 63 – 65.

ULRICHS, K. H. (1879). Criticar arrow. In: BLASIUS, M.; PHELAN S. **We are everywhere:** A historical sourcebook of gay and lesbian politics. Londres: Routledge, 1997, p. 65 – 67.

VEYNE, P. A homossexualidade em Roma. In: DUBY, G. (Org.). **Amor e Sexualidade no Ocidente.** Porto Alegre: L&PM, 1992, p. 60-67.

VYRGIOTI, M. *Bêtes noirs:* as mulheres *queer* da psicanálise. In: PARENTE, A. M.; SILVEIRA, L. (Org.). **Freud e o patriarcado.** São Paulo: Hedra, 2020, p. 115 – 138.

WESTPHAL, C. (1869). Die conträre sexuellempfindung – symptom eines neuropathischen (psychopathischen) zustandes. **Archiv für Psychiatrie und Nervenkrankheiten** 2, 1869-1870, p. 73 – 108.

WILLIAMS, C. A. **Roman Homosexuality:** Ideologies of masculinity in Classical Antiquity. Nova Iorque: Oxford University Press, 1999.

WORTHINGTON, A. E. **Female homosexuality:** psychoanalysis and queer theory. Londres: Middlesex University, 2011.

APÊNDICE – Catalogação das referências à lesbianidade e a homossexualidade nas Atas da Sociedade Psicanalítica de Viena (1906 – 1918)

Ativismo “homossexual”

Ata 3 – 24 de outubro de 1906
Ata 47 – 15 de abril de 1908
Ata 48 – 22 de abril de 1908

Bissexualidade (Disposição à)

Componente homossexual da pulsão, etiologia homossexual da neurose, tendências homossexuais

Ata 10 – 23 de janeiro de 1907
Ata 11 – 30 de janeiro de 1907
Ata 12 – 06 de fevereiro de 1907
Ata 16 – 06 de março de 1907
Ata 18 – 27 de março de 1907
Ata 20 – 17 de abril de 1907
Ata 23 – 08 de maio de 1907
Ata 28(2) – 06 de novembro de 1907
Ata 20 – 20 de novembro de 1907
Ata 36 – 15 de janeiro de 1908
Ata 45 – 01 de abril de 1908
Ata 46 – 08 de abril de 1908
Ata 50 – 06 de maio de 1908
Ata 54(B) – 14 de outubro de 1908
Ata 55 – 21 de outubro de 1908
Ata 56 – 28 de outubro de 1908
Ata 67 – 03 de fevereiro de 1909
Ata 69 – 17 de fevereiro de 1909
Ata 73 – 24 de março de 1909
Ata 74 – 31 de março de 1909
Ata 95 – 26 de janeiro de 1910
Ata 98 – 23 de fevereiro de 1910
Ata 101 – 16 de março de 1910
Ata 114 – 12 de outubro de 1910
Ata 121 – 30 de novembro de 1910
Ata 130 – 08 de fevereiro de 1911
Ata 153 – 06 de dezembro de 1911
Ata 163 – 21 de fevereiro de 1912
Ata 167 – 20 de março de 1912
Ata 171 – 01 de maio de 1912
Ata 177 – 06 de novembro de 1912
Ata 1812 – 11 de dezembro de 1912
Ata 193 – 12 de março de 1912
Ata 226 – 18 de março de 1914

Ata 232 – 20 de maio de 1914
Ata S/N – 19 de novembro de 1918

Casos

Inclui os casos onde é discutida a disposição bissexual dos sintomas neuróticos

Ata 26 – 16 de maio de 1907
Ata 52 – 27 de maio de 1908
Ata 77 – 22 de abril de 1909
Ata 85 – 03 de novembro de 1909
Ata 86 – 10 de novembro de 1909
Ata 89 – 01 de dezembro de 1909
Ata 92 – 05 de janeiro de 1910
Ata 94 – 19 de janeiro de 1910
Ata 95 – 26 de janeiro de 1910
Ata 101 – 16 de março de 1910
Ata 107 – 11 de maio de 1910
Ata 112 – 15 de junho de 1910
Ata 117 – 02 de novembro de 1910
Ata 120 – 23 de novembro de 1910
Ata 142 – 10 de maio de 1911
Ata 181 – 04 de dezembro de 1912
Ata 226 – 18 de março de 1914
Ata 232 – 20 de maio de 1914

Educação sexual

Ata 34 – 18 de dezembro de 1907
Ata 58 – 11 de novembro de 1908
Ata 79 – 12 de maio de 1909
Ata 86 – 10 de novembro de 1909
Ata 90 – 15 de dezembro de 1909
Ata 95 – 26 de janeiro de 1910
Ata 200 – 07 de maio de 1913

Etiologia (teorias)

Ata 8 – 18 de novembro de 1906
Ata 26 – 16 de maio de 1907
Ata 28(2) – 06 de novembro de 1907
Ata 36 – 15 de janeiro de 1908
Ata 43 – 04 de março de 1908
Ata 47 – 15 de abril de 1908

Ata 48 – 22 de abril de 1908
 Ata 50 – 06 de maio de 1908
 Ata 52 – 27 de maio de 1908
 Ata 56 – 28 de outubro de 1908
 Ata 58 – 11 de novembro de 1908
 Ata 69 – 17 de fevereiro de 1909
 Ata 78 – 05 de maio de 1909
 Ata 79 – 12 de maio de 1909
 Ata 81 – 26 de maio de 1909
 Ata 85 – 03 de novembro de 1909
 Ata 87 – 17 de novembro de 1909
 Ata 89 – 01 de dezembro de 1909
 Ata 95 – 26 de janeiro de 1910
 Ata 106 – 04 de maio de 1910
 Ata 107 – 11 de maio de 1910
 Ata 112 – 15 de junho de 1910
 Ata 113 – 05 de outubro de 1910
 Ata 114 – 12 de outubro de 1910
 Ata 126 – 11 de janeiro de 1911
 Ata 142 – 10 de maio de 1911
 Ata 144 – 24 de maio de 1911
 Ata 151 – 22 de novembro de 1911
 Ata 182 – 11 de dezembro de 1912
 Ata 198 – 23 de abril de 1913
 Ata 223 – 25 de fevereiro de 1914
 Ata 225 – 11 de março de 1914
 Ata 232 – 20 de maio de 1914

Lesbianidade

Ata 31 – 27 de novembro de 1907
 Ata 40 – 12 de fevereiro de 1908
 Ata 69 – 17 de fevereiro de 1909
 Ata 95 – 26 de janeiro de 1910
 Ata 112 – 19 de outubro de 1910
 Ata 118 – 08 de novembro de 1910
 Ata 157 – 10 de janeiro de 1912
 Ata 181 – 04 de dezembro de 1912
 Ata 226 – 18 de março de 1914
 Ata S/N – 08 de novembro de 1916

Paranoia

Ata 38 – 29 de janeiro de 1908
 Ata 57 – 04 de novembro de 1908
 Ata 163 – 21 de fevereiro de 1912
 Ata 171 – 01 de maio de 1912
 Ata 179 – 20 de novembro de 1912
 Ata 225 – 11 de março de 1914
 Ata 232 – 20 de maio de 1915

Ata 242 – 13 de outubro de 1915

Referências (outros autores)

Ellis, H.

Ata 2 – 17 de outubro de 1906
 Ata 61 – 09 de dezembro de 1908
 Ata 141 – 02 de maio de 1911
 Ata 155 – 20 de dezembro de 1911
 Ata 188 – 05 de fevereiro de 1913

Hirschfeld, M.

Ata 46 – 08 de abril de 1908
 Ata 47 – 15 de abril de 1908
 Ata 48 – 22 de abril de 1908
 Ata 55 – 21 de outubro de 1908
 Ata 122 – 07 de dezembro de 1910

Krafft-Ebing, R.

Ata 10 – 23 de janeiro de 1907

Moll, A.

Ata 58 – 11 de novembro de 1908
 Ata 188 – 05 de fevereiro de 1913

Reforma sexual

Ata 59 – 19 de novembro de 1908
 Ata 62 – 16 de dezembro de 1908
 Ata 63 – 23 de dezembro de 1908

‘Sujeito homossexual’

Caracterização do personagem homossexual, conforme discutido no capítulo 5.2 deste trabalho

Ata 12 – 06 de julho de 1907
 Ata 36 – 15 de janeiro de 1908
 Ata 56 – 28 de outubro de 1908
 Ata 78 – 05 de maio de 1909
 Ata 89 – 01 de dezembro de 1909
 Ata 95 – 26 de janeiro de 1910
 Ata 104 – 20 de abril de 1910
 Ata 109 – 25 de maio de 1910
 Ata 117 – 02 de novembro de 1910
 Ata 133 – 01 de março de 1911
 Ata 135 – 15 de março de 1911
 Ata 137 – 29 de março de 1911
 Ata 141 – 03 de maio de 1911

Ata 151 – 22 de novembro de 1911
Ata 153 – 06 de dezembro de 1911
Ata 155 – 20 de dezembro de 1911
Ata 161 – 07 de fevereiro de 1912
Ata 247 – 31 de março de 1915
Ata S/N – 19 de novembro de 1918

Técnica (Questões terapêuticas)

Ata 10 – 23 de janeiro de 1907
Ata 16 – 06 de março de 1907
Ata 55 – 21 de outubro de 1908
Ata 57 – 04 de novembro de 1908
Ata 67 – 03 de fevereiro de 1909
Ata 85 – 03 de novembro de 1909
Ata 95 – 26 de janeiro de 1910
Ata 107 – 11 de maio de 1910
Ata 163 – 21 de fevereiro de 1912
Ata 196 – 09 de abril de 1913